PROSPECTO DEFINITIVO DA OFERTA PÚBLICA PRIMÁRIA DE COTAS SENIORES DA 1ª (PRIMEIRA) SÉRIE E COTAS SUBORDINADAS MEZANINO DA 1ª (PRIMEIRA) SÉRIE DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DO **NTZ FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - RESPONSABILIDADE LIMITADA**

CNPJ/MF: 63.823.304/0001-79

Administradora
BRL TRUST

Gestora
NETZ ASSET GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

Coordenador Líder
BRL TRUST

CÓDIGO ISIN DAS COTAS SENIORES: BR0QIZCTF027
CÓDIGO ISIN DAS COTAS SUBORDINADAS MEZANINO: BR0QIZCTF019
REGISTRO DE FUNCIONAMENTO DO FUNDO CONCEDIDO PELA CVM EM 26 DE NOVEMBRO DE 2025, SOB O Nº 0225129
COTAS SENIORES: REGISTRO DA OFERTA CONCEDIDO PELA CVM, SOB O RITO AUTOMÁTICO, EM 08 DE JUNHO DE 2026, SOB O Nº CVM/SRE/AUT/FDC/PRI/2026/960.
COTAS SUBORDINADAS MEZANINO: REGISTRO CONCEDIDO EM 08 DE JUNHO DE 2026, SOB O Nº CVM/SRE/AUT/FDC/PRI/2026/961.
CLASSIFICAÇÃO ANBIMA: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS, TIPO MULTICARTEIRAS, FOCO OUTROS. MONTANTE INICIAL: R$ 80.000.000,00.

A CLASSE ÚNICA DO NTZ FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - RESPONSABILIDADE LIMITADA, classe de fundo de investimento em direitos creditórios, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 63.823.304/0001-79, constituído sob a forma de condomínio fechado, regida pelo seu regulamento, pelo Código Civil, pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001 ("Resolução CMN 2.907"), pela parte geral e pelo Anexo Normativo II da Resolução da CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022, conforme alterada ("RCVM 175") e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Classe" e "Fundo", respectivamente), representado por sua Gestora e por sua Administradora, está realizando a emissão ("Emissão") de: **(i)** 70.000 (setenta mil) Cotas da Subclasse Sênior, com valor unitário de R$1.000,00 (mil reais), na respectiva Data da 1ª Integralização, totalizando R$70.000.000,00 (setenta milhões de reais); **(ii)** 10.000 (dez mil) Cotas da Subclasse Mezanino, com valor unitário de R$1.000,00 (mil reais), na respectiva Data da 1ª Integralização, totalizando R$10.000.000,00 (dez milhões de reais).

As Cotas serão distribuídas sob regime de melhores esforços de colocação, nos termos do artigo 26, inciso VI, alínea "b", da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022 ("RCVM 160"), da RCVM 175, e demais leis e regulamentações aplicáveis e nos termos do regulamento do Fundo, bem como do anexo descritivo da Classe ("Regulamento", "Anexo" e "Oferta", respectivamente), sob a coordenação da Administradora, conforme abaixo definido ("Coordenador Líder").

O Fundo é administrado fiduciariamente pela **BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Alves Guimarães, nº 1.212, Pinheiros, CEP 05410-002, inscrita no CNPJ sob o nº 13.486.793/0001-42, devidamente credenciada pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, nos termos do Ato Declaratório nº 11.784, de 30 de junho de 2011 ("Administradora"), ou sua sucessora a qualquer título, e gerido pela **NETZ ASSET GESTÃO DE RECURSOS LTDA.**, sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício de administração de carteira de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório da CVM nº 20.966, de 23 de junho de 2023, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 14º andar, Cidade Monções, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.638.617/0001-63 ("Gestora").

Os Direitos Creditórios já adquiridos pelo Fundo e aqueles que venham a ser adquiridos durante o Período de Distribuição (conforme definido na página 33 deste Prospecto) ou posteriormente são ou serão devidos por múltiplos Devedores, observados os Critérios de Elegibilidade e os limites de concentração previstos no Regulamento e neste Prospecto.

As Cotas serão valoradas pelo Custodiante (conforme definido no item 15.5 deste Prospecto) em cada Dia Útil. A valoração das Cotas ocorrerá a partir do Dia Útil seguinte à 1ª Data de Integralização de Cotas da respectiva classe ou série, sendo que a última valoração ocorrerá na respectiva Data de Resgate.

A meta de rentabilidade será apurada diariamente, sob capitalização composta, com base em 252 Dias Úteis, sendo: (i) para as Cotas Seniores, 100% da Taxa DI (conforme definido no Regulamento do Fundo) acrescida de spread de 5% ao ano; e (ii) para as Cotas Subordinadas Mezanino, 100% da Taxa DI acrescida de spread de 7% ao ano, conforme os respectivos Apêndices e observado o Regulamento.

As Cotas serão depositadas para distribuição no mercado primário por meio do MDA e poderão ser negociadas no mercado secundário por meio do Fundos21, exclusivamente entre Investidores Qualificados e observadas as restrições da RCVM 160 e do Regulamento, sendo ambos administrados e operacionalizados pela B3, de modo que as negociações e os eventos de pagamento serão liquidados financeiramente e as cotas custodiadas eletronicamente por meio da B3. As Cotas da Subclasse Sênior serão resgatadas na última data de amortização, sendo que tal data deverá corresponder ao término do prazo de duração de tais Cotas da Subclasse Sênior. As Cotas da Subclasse Mezanino serão resgatadas na última data de amortização, sendo que tal data deverá corresponder ao término do prazo de duração de tais Cotas da Subclasse Mezanino. Observada a ordem de alocação de recursos prevista no Regulamento, para efeitos de amortização e resgate, **(i)** as Cotas Seniores terão prioridade em relação às Cotas Subordinadas Mezanino, às Cotas Subordinadas Mezanino Especial e às Cotas Subordinadas Júnior; **(ii)** as Cotas Subordinadas Mezanino se subordinarão às Cotas Seniores e terão prioridade em relação às Cotas Subordinadas Mezanino Especial e às Cotas Subordinadas Júnior; e **(iii)** as Cotas Subordinadas Júnior se subordinarão às Cotas Seniores e às Cotas Subordinadas Mezanino.

As Cotas não contam com quaisquer garantias e as aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante, do Controlador, do Cedente, do Primeiro Cedente de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do FGC.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO DE FATORES DE RISCO, NAS PÁGINAS 18 A 37 DESTE PROSPECTO.

O REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO OU DOS DEVEDORES DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.

A CVM NÃO REALIZOU ANÁLISE PRÉVIA DO CONTEÚDO DESTE PROSPECTO OU DOS DEMAIS DOCUMENTOS DA OFERTA. EXISTEM RESTRIÇÕES QUE SE APLICAM À REVENDA DAS COTAS, CONFORME DESCRITAS NO ITEM 6.1 DESTE PROSPECTO.

AS COTAS NÃO CONTAM COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO ATRIBUÍDA POR AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO REGISTRADA NA CVM.

AS COTAS PODERÃO SER NEGOCIADAS NO MERCADO SECUNDÁRIO POR MEIO DO FUNDOS21, ADMINISTRADO E OPERACIONALIZADO PELA B3, OBSERVADAS AS RESTRIÇÕES DE NEGOCIAÇÃO PREVISTAS NA RCVM 160 E NO REGULAMENTO.

O FUNDO PODE INVESTIR EM CARTEIRA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DIVERSIFICADA, COM NATUREZA E CARACTERÍSTICAS DISTINTAS. DESTA FORMA, O DESEMPENHO DA CARTEIRA PODE APRESENTAR VARIAÇÃO DE COMPORTAMENTO AO LONGO DA EXISTÊNCIA DO FUNDO.

NA AQUISIÇÃO PRIMÁRIA DE COTAS DO FUNDO, INCIDIRÁ IOF À ALÍQUOTA DE 0,38% SOBRE O VALOR INVESTIDO, INCLUSIVE PARA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E FUNDOS DE INVESTIMENTO. A AQUISIÇÃO, PELO FUNDO, DE COTAS DE OUTROS FIDCS NO MERCADO PRIMÁRIO TAMBÉM ESTÁ SUJEITA À INCIDÊNCIA DE IOF, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A OFERTA FOI OBJETO DE MODIFICAÇÃO EM ATENDIMENTO AO OFÍCIO Nº 135/2026/CVM/SRE/GER-1, COM REPUBLICAÇÃO DOS DOCUMENTOS DA OFERTA, DIVULGAÇÃO DE COMUNICADO AO MERCADO E OBSERVÂNCIA DO PROCEDIMENTO PREVISTO NO ARTIGO 69 DA RCVM 160.

A data deste Prospecto é de 24 de agosto de 2026.

1. ÍNDICE

1. ÍNDICE 2
2. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA 1
3. DESTINAÇÃO DE RECURSOS 10
4. FATORES DE RISCO 13
5. CRONOGRAMA 33
6. RESTRIÇÕES A DIREITOS DE INVESTIDORES NO CONTEXTO DA OFERTA 37
7. OUTRAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA 40
8. INFORMAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA DA OPERAÇÃO 44
9. INFORMAÇÕES SOBRE OS DIREITOS CREDITÓRIOS 47
10. INFORMAÇÕES SOBRE ORIGINADORES 53
11. INFORMAÇÕES SOBRE DEVEDORES OU COOBRIGADOS 54
12. RELACIONAMENTOS E CONFLITO DE INTERESSES 57
13. CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS 59
14. DOCUMENTOS OU INFORMAÇÕES INCORPORADOS AO PROSPECTO POR REFERÊNCIA OU COMO ANEXOS 62
15. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS ENVOLVIDAS 63
16. OUTROS DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES 65
ANEXO I - REGULAMENTO .....
ANEXO II - ATA DE ASSEMBLEIA DE COTISTAS .....
ANEXO III - FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA .....
ANEXO IV - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS DE DEVEDORES E COOBRIGADOS ...
ANEXO V - ESTATUTO SOCIAL DE DEVEDORES E COOBRIGADOS .....

2. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

A PRESENTE SEÇÃO NÃO CONTÉM TODAS AS INFORMAÇÕES QUE O POTENCIAL INVESTIDOR DEVE CONSIDERAR ANTES DE INVESTIR NAS COTAS. O POTENCIAL INVESTIDOR DEVE LER CUIDADOSAMENTE E ATENTAMENTE O REGULAMENTO, ESTE PROSPECTO, INCLUSIVE SEUS ANEXOS, PRINCIPALMENTE AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NA SEÇÃO "FATORES DE RISCO", A PARTIR DA PÁGINA 18 DESTE PROSPECTO, PARA MELHOR COMPREENSÃO DO FUNDO E DA OFERTA, ANTES DE TOMAR A DECISÃO DE INVESTIR NAS COTAS.

Exceto se expressamente indicado neste "*Prospecto Definitivo da Oferta Pública Primária de Cotas Seniores da 1ª (Primeira) Série e Cotas Subordinadas Mezanino da 1ª (Primeira) Série da 2ª (Segunda) Emissão do NTZ FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - RESPONSABILIDADE LIMITADA*" ("Prospecto"), os termos iniciados em letras maiúsculas e não definidos neste Prospecto têm o seu significado atribuído no Regulamento (conforme definido abaixo).

Para fins deste Prospecto, "Dia(s) Útil(eis)" significa **(i)** com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), inclusive para fins de cálculo, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; **(ii)** com relação a qualquer obrigação pecuniária que não seja realizada por meio da B3, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo; e **(iii)** com relação a qualquer obrigação não pecuniária no âmbito da Oferta, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

2.1. Breve descrição da Oferta.

O NTZ FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - RESPONSABILIDADE LIMITADA é um fundo de investimento em direitos creditórios, constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela RCVM 175, pelo Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 63.823.304/0001-79 ("Fundo" ou "Classe Única").

A Oferta consiste na distribuição pública primária de até 70.000 Cotas Seniores da 1ª série e de até 10.000 Cotas Subordinadas Mezanino da 1ª série, ambas integrantes da 2ª Emissão do Fundo, destinada exclusivamente a Investidores Qualificados, sob o regime de melhores esforços de colocação, nos termos da RCVM 160.

Será admitida a distribuição parcial das Cotas, desde que sejam colocadas, no mínimo, 10.000 (dez mil) Cotas Seniores e 1.000 (mil) Cotas Subordinadas Mezanino, equivalentes, na Data da 1ª Integralização, a R$10.000.000,00 e R$1.000.000,00, respectivamente, observadas as condições aplicáveis à emissão privada de Cotas Subordinadas Júnior, quando aplicável, conforme o ato de emissão e o Regulamento, e o disposto nos artigos 73 e 74 da RCVM 160.

O valor da Oferta será de, inicialmente, R$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) ("Valor Inicial da Oferta"), considerando a subscrição e integralização da totalidade das Cotas Iniciais, podendo o Valor Inicial da Oferta ser diminuído em virtude da distribuição parcial, desde que observado o Montante Mínimo.

Não haverá lote adicional de Cotas.

A realização da Oferta foi aprovada por meio da Ata da Assembleia Geral de Cotistas do Fundo, realizada em 19 de maio de 2026, na qual os cotistas detentores da totalidade das cotas do Fundo aprovaram, sem quaisquer restrições e/ou ressalvas, as matérias relativas à Oferta constantes da respectiva ordem do dia, e refletidas neste Prospecto.

A Oferta foi registrada na CVM sob o rito de registro automático, na forma e nos termos do artigo 26, inciso VI, alínea "b" da RCVM 160, não sujeitando-se à análise prévia da CVM. Adicionalmente, a Oferta

deverá ser registrada na ANBIMA, em até 7 (sete) dias da data de divulgação do Anúncio de Encerramento, nos termos do "*Código de Ofertas Públicas*" e das "*Regras e Procedimentos de Ofertas Públicas*", ambos emitidos pela ANBIMA e atualmente em vigor ("Códigos ANBIMA – Ofertas").

2.2. Apresentação dos Prestadores de Serviços Essenciais e Custodiante.

Prestadores de Serviços Essenciais

O Fundo é **(i)** administrado fiduciariamente pela Administradora; e **(ii)** gerido pela Gestora (quando em conjunto com a Administradora, "Ofertantes" ou "Prestadores de Serviços Essenciais").

Demais prestadores de serviços do Fundo

Os serviços de custódia e de escrituração das Cotas serão prestados pela Administradora, ou a sua sucessora a qualquer título ("Custodiante").

Os serviços de controladoria dos ativos integrantes da Carteira do Fundo serão prestados pelo Custodiante ("Controlador").

A Administradora, na qualidade também de Coordenador Líder, Custodiante e Controlador, manterá segregação funcional, controles internos, registros independentes e trilhas de auditoria para mitigar potenciais conflitos decorrentes da acumulação de funções.

Remuneração dos Prestadores de Serviços e Taxas

O Fundo pagará pela prestação dos serviços de administração, escrituração, custódia e controladoria, e gestão uma remuneração calculada conforme descrito abaixo:

(a) Os seguintes valores devidos à Administradora ("Taxa de Administração"):

(i) pela administração e custódia, o percentual de 0,20% a.a. (vinte centésimos por cento ao ano) do patrimônio líquido do Fundo ("Patrimônio Líquido"), com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, respeitado o valor mínimo de R$20.000,00 (vinte mil reais) ao mês;

(b) Os seguintes valores devidos à Gestora ("Taxa de Gestão"):

(i) pela gestão, o percentual de 1% a.a. (um por cento ao ano) do Patrimônio Líquido à Gestora; e

(ii) pelos serviços de registro dos Direitos Creditórios e verificação do lastro dos Documentos Comprobatórios (definidos abaixo), o valor equivalente a R$5.000,00 (cinco mil reais) mensais, observado que essa remuneração será repassada integralmente ao prestador de serviço subcontratado pela Gestora para a prestação destes serviços, se aplicável; e

(c) tendo em vista que não há distribuidores das Cotas que prestem serviços de forma contínua ao Fundo, o Regulamento não prevê uma taxa máxima de distribuição, nos termos do Ofício-Circular-Conjunto nº 1/2023/CVM/SIN/SSE. A remuneração dos distribuidores que venham a ser contratados e remunerados pontualmente, a cada nova emissão de Cotas, será prevista nos documentos da respectiva oferta.

A Taxa de Administração e a Taxa de Gestão serão calculadas e provisionadas todo Dia Útil, com base no valor do Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior.

A Taxa de Administração e a Taxa de Gestão serão pagas, livres de tributos, até o último Dia Útil do mês subsequente à 1ª Data de Integralização e as demais no último dos meses subsequentes.

Os valores fixos previstos acima serão atualizados anualmente, a partir do mês em que ocorrer o aniversário da 1ª Data de Integralização, pela variação positiva do IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que venha a substituí-lo.

Serão acrescidos mensalmente à Taxa de Administração e à Taxa de Gestão os tributos incidentes (ISS, PIS, COFINS, CSLL e IRRF e outros que porventura venham a incidir) nas alíquotas vigentes nas respectivas datas de pagamento.

A Administradora e/ou a Gestora podem estabelecer que parcelas da Taxa de Administração e/ou da Taxa de Gestão sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração e/ou da Taxa de Gestão acima fixadas.

Não serão cobradas dos Cotistas quaisquer outras taxas, tais como taxa de performance, taxa de ingresso ou taxa de saída.

2.3. Informações sobre o Fundo que os Prestadores de Serviço Essenciais desejam destacar em relação àquelas contidas no Regulamento.

Classe e Subclasses

O Fundo é formado por uma classe única de cotas, que possui patrimônio único, o qual responde pelas obrigações do Fundo. O Fundo é dividido em 3 (três) subclasses de cotas, quais sejam: Cotas Seniores, Cotas Subordinadas Mezanino e Cotas Subordinadas Júnior. As características das subclasses que não estejam expressamente identificadas no Regulamento serão descritas no respectivo Apêndice. A presente Oferta compreende exclusivamente Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Mezanino. As Cotas Subordinadas Júnior não serão emitidas nesta data e não são objeto da Oferta

Prazo de Duração de Fundo

O funcionamento do Fundo terá início na 1ª Data de Integralização. O Fundo terá prazo de duração indeterminado, podendo ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas em conformidade com o disposto no Regulamento, e ainda, nas hipóteses expressamente previstas na RCVM 175 ("Prazo de Duração").

Características das Cotas

As Cotas de classe única do Fundo correspondem a frações ideais do patrimônio da classe do Fundo e são divididas em subclasses e séries. Todas as Cotas de uma mesma subclasse terão iguais taxas, despesas e prazos, bem como direitos de voto, observado o disposto no Regulamento.

As características e direitos de cada subclasse e série de Cotas, bem como as condições de emissão, subscrição, integralização, amortização correspondentes estão descritas nos respectivos Apêndices, os quais, uma vez assinados pela Administradora, passam a ser parte integrante do Regulamento.

Categoria ANBIMA

Para os fins do disposto no Código ANBIMA, nos termos das "*Regras e Procedimentos de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros*" da ANBIMA, o Fundo é classificado como "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios", tipo "Multicarteira", com foco de atuação em "Outros".

Público-Alvo do Fundo

Podem participar do Fundo Investidores Qualificados que busquem rentabilidade no longo prazo, compatível com a política de investimento do Fundo prevista no Regulamento, e aceitem os riscos associados aos investimentos do Fundo, conforme descritos na Cláusula 4.21 do Regulamento e na seção de fatores de risco deste Prospecto.

Responsabilidade Limitada

Os Cotistas de cada subclasse e série do Fundo terão sua responsabilidade limitada ao valor por eles subscrito, nos termos do artigo 18 da RCVM 175 e do artigo 1.368-D, inciso I, da Lei nº 10.406, datada de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada de tempos em tempos ("Código Civil").

Novas Emissões

O Fundo poderá emitir novas classes e/ou subclasses de cotas devendo, ainda, serem observados todos os termos e procedimentos específicos previstos na RCVM 175 e nas normas aplicáveis, inclusive, mediante realização da respectiva Assembleia Geral de Cotistas e obtenção dos registros específicos para cada nova classe/subclasse em questão perante os órgãos competentes.

Além disso, novas Cotas poderão ser emitidas pela Administradora, a qualquer momento, independentemente de aprovação pela Assembleia Geral de Cotistas, desde que observadas as hipóteses previstas no Regulamento.

O documento que formalizar a emissão de novas Cotas deverá definir as condições para a subscrição e integralização de tais novas Cotas (inclusive o preço de emissão, o qual não poderá acarretar a diluição injustificada dos Cotistas da Classe de Cotas), de acordo com as leis aplicáveis, bem como a existência ou não de direito de preferência nos termos e condições dos novos compromissos de investimento e boletins de subscrição a serem celebrados em razão da emissão das novas Cotas.

Valorização das Cotas

As Cotas serão valorizadas todo Dia Útil, a partir do Dia Útil seguinte à 1ª Data de Integralização, sendo que a última valorização ocorrerá na data de resgate de cada série de Cotas Seniores, de Cotas Subordinadas Mezanino ou de Cotas Subordinadas Mezanino Especial ou a data em que as Cotas sejam integralmente amortizadas, o que ocorrer primeiro, observada a subordinação entre as Cotas ("Data de Resgate"). Os valores de cada série de Cotas Seniores, Cotas Subordinadas Mezanino e das Cotas Subordinadas Mezanino Especial serão os de abertura do respectivo Dia Útil. O valor das Cotas Subordinadas Júnior será o do fechamento de cada Dia Útil.

Despesas e Encargos

Constituem encargos do Fundo as despesas descritas no artigo 117 da Parte Geral e artigo 53 do Anexo Normativo II da RCVM 175, que lhe podem ser debitadas diretamente, sem prejuízo de outras despesas previstas em regulamentações específicas.

Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo, na forma da regulamentação aplicável, correm por conta do Prestador de Serviço Essencial que a tiver contratado.

Assembleia Geral e Especial de Cotistas

Além das competências descritas na regulamentação aplicável e no Regulamento, compete à assembleia de Cotistas deliberar sobre as matérias comuns a todas as subclasses de Cotas, conforme aplicável, na forma prevista na RCVM 175 ("Assembleia Geral").

Ressalvadas as exceções descritas no Regulamento, toda e qualquer matéria submetida a deliberação dos Cotistas deverá ser aprovada por maioria dos votos dos presentes, cabendo a cada cota 1 (um) voto.

Compete privativamente à assembleia especial de Cotistas deliberar sobre matérias específicas de cada subclasse de Cotas ("Assembleia Especial"), conforme previsto no Regulamento.

Sem prejuízo das competências privativas acima descritas, os Cotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se, seja em Assembleia Geral ou em Assembleia Especial, a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, observados os procedimentos de convocação e deliberação previstos na RCVM 175.

Política de Voto

Conforme previsto no Anexo Complementar III às "*Regras e Procedimentos de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros*" da ANBIMA atualmente em vigor, a Gestora adota política de exercício de direito de voto em assembleias, que disciplina os princípios gerais, o processo decisório e quais são as matérias relevantes obrigatórias para o exercício do direito de voto. Tal política orienta as decisões da Gestora em assembleias de detentores de títulos e valores mobiliários que confiram aos seus titulares o direito de voto.

A política de exercício de direito de voto adotada pela Gestora pode ser obtida na página da Gestora na rede mundial de computadores, no seguinte endereço: https://www.netzasset.com.br/.

Ordem de Alocação

Nas datas em que não sejam realizadas as amortizações das Cotas para pagamento da (a) remuneração das Cotas Seniores, Cotas Subordinadas Mezanino ou Cotas Subordinadas Mezanino Especial, na forma prevista no Regulamento e na Seção 2.6 abaixo ("Remuneração"); e (b) da amortização de principal das Cotas, conforme prevista no Regulamento e na Seção 2.6 abaixo ("Amortização de Principal"), a Administradora deverá, por meio dos competentes débitos e créditos realizados na Conta da Classe (definida abaixo), alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas, do recebimento de recursos provenientes da carteira do Fundo, e aqueles correspondentes ao valor agregado dos Ativos Financeiros de Liquidez (conforme definidos abaixo) integrantes da Carteira do Fundo, nas ordens especificadas abaixo:

2.3.1. Política de distribuição de resultados e amortização

As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Mezanino serão amortizadas e resgatadas, em moeda corrente nacional, observados os prazos e os valores definidos nos respectivos Apêndices de cada série sênior ou Subclasse de Cota Subordinada Mezanino, respeitada, ainda, a ordem de alocação dos recursos do Fundo estabelecida na Cláusula 9 do Anexo ao Regulamento.

Sem prejuízo do disposto acima, as Cotas Seniores e Subordinadas Mezanino poderão ser amortizadas compulsoriamente para enquadramento do respectivo Índice de Subordinação, caso não reenquadrado mediante a integralização de novas cotas da Subclasse Subordinada Mezanino ou Junior, conforme o caso.

As Cotas Subordinadas Juniores somente poderão ser amortizadas ou resgatadas após a amortização ou o resgate integral das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino. Se o Patrimônio Líquido assim permitir, as Cotas Subordinadas Juniores ainda poderão ser amortizadas, desde que, considerada pro forma a amortização das Cotas Subordinadas Júnior, o Índice de Subordinação, a Reserva de Pagamento e o Índice de Liquidez não fiquem desenquadrados.

Não será realizada a amortização das Cotas Subordinadas Juniores, em nenhuma hipótese, inclusive aquelas indicadas no parágrafo acima, caso: (a) tenha sido identificado qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada, em relação ao qual a Assembleia Geral de Cotistas ainda não tenha se manifestado de forma definitiva; e/ou (b) esteja em curso a liquidação do Fundo e/ou da Classe.

Na hipótese de as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Mezanino do Fundo atingirem os seus respectivos Índices de Referência, toda a rentabilidade a eles excedentes será atribuída somente às Cotas Subordinadas Juniores, razão pela qual tais Cotas poderão apresentar valores diferentes das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino.

2.4. Identificação do Público-Alvo.

As Cotas serão destinadas exclusivamente a Investidores Qualificados.

2.5. Valor Total da Oferta.

O Valor Inicial da Oferta é de R$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), sendo R$70.000.000,00 (setenta milhões de reais) relativos à oferta das Cotas Seniores e R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) relativos à oferta das Cotas Subordinadas Mezanino.

Será admitida, nos termos dos artigos 73 e 74 da RCVM 160, a distribuição parcial das Cotas, desde que respeitado o Montante Mínimo. Para mais informações acerca da distribuição parcial das Cotas, veja a Seção 7.1 deste Prospecto.

Não haverá lote adicional de Cotas.

Não será outorgada ao Coordenador Líder a opção de distribuição de lote suplementar para fins de estabilização do preço das Cotas, nos termos do artigo 51 da RCVM 160.

2.6. Em relação às Cotas objeto da Oferta, informar, caso aplicável.

ESTA SUBSEÇÃO É APENAS UM RESUMO DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO FUNDO. AS INFORMAÇÕES COMPLETAS ESTÃO NO REGULAMENTO E NA DOCUMENTAÇÃO DA OFERTA. LEIA O REGULAMENTO ANEXO A ESTE PROSPECTO NA FORMA DO ANEXO I ANTES DE ACEITAR A OFERTA. A LEITURA DESTA SEÇÃO NÃO SUBSTITUI A LEITURA DO REGULAMENTO.

(i) Cotas Seniores	
a. Valor Nominal Unitário:	R$1.000,00 (mil reais) na respectiva Data da 1ª Integralização. A partir do Dia Útil seguinte à Data da 1ª Integralização, as Cotas da Subclasse Sênior serão valorizadas todo Dia Útil, nos termos do Regulamento.
b. Quantidade:	70.000 (setenta mil) Cotas da Subclasse Sênior.
c. Opção de Lote Adicional:	Não há.
d. Código ISIN:	BR0QIZCTF027
e. Classificação de Risco:	Não há.
f. Data de Emissão:	A 1ª Data de Integralização de Cotas Seniores.
g. Prazo e Data de Resgate:	As Cotas da Subclasse Sênior terão prazo de duração de 72 (setenta e dois) meses a contar da 1ª Data de Integralização de Cotas Seniores, sendo resgatadas nessa data, quando da sua amortização integral ou da liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro.
h. Indicação sobre a Admissão em Mercados Organizados de Bolsa ou Balcão:	As Cotas poderão ser depositadas: **(i)** para distribuição no mercado primário, por meio do Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"); e **(ii)** para negociação no mercado secundário, por meio do Fundos21 – Módulo de fundos ("Fundos21"), ambos administrados e operacionalizados pela B3.
i. Juros Remuneratórios e Atualização Monetária – índices e fórmula de cálculo:	***Benchmark Sênior:*** 100% (cem por cento) da Taxa DI acrescida de *spread* correspondente a 5% (cinco por cento) ao ano.
j. Pagamento da Remuneração – periodicidade e datas de pagamentos:	A Remuneração será paga na Data de Resgate
k. Repactuação:	Não aplicável.

l. Amortização e Hipóteses de Liquidação Antecipada – existência, datas e condições:	*Amortização:* não terão amortizações programadas, permitindo-se amortizações extraordinárias nas hipóteses previstas no Regulamento e por deliberação da Assembleia Especial. ***Data de Pagamento***: dia 15 (quinze) de cada mês. *Hipóteses de Liquidação Antecipada:* o Fundo deverá ser imediatamente liquidado na ocorrência de seguintes hipóteses: **(i)** caso seja deliberado, em Assembleia Especial, que um Evento de Avaliação (conforme definido abaixo) configura um Evento de Liquidação Antecipada; **(ii)** nos casos em que houver determinação da CVM, nos termos previstos na RCVM 175; e **(iii)** caso, em virtude da renúncia da Administradora, da Gestora e/ou do Custodiante: (a) não seja definido um substituto para o respectivo prestador de serviço no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da realização da Assembleia Geral convocada para deliberar sobre sua substituição, observados os procedimentos descritos no Regulamento; ou (b) o substituto escolhido não assuma efetivamente as funções da Administradora, da Gestora ou do Custodiante, conforme o caso, nos prazos estabelecidos no Regulamento ("Eventos de Liquidação Antecipada")
m. Garantias – tipo, forma e descrição:	As Cotas não contam com quaisquer garantias e as aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante, do Controlador, dos cedentes de Direitos Creditórios ao Fundo ("Cedente"), do Primeiro Cedente, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Crédito ("FGC").
n. Lastro:	São: (i) os arquivos, em formato XML, das notas fiscais eletrônicas referentes aos Direitos Creditórios, contendo as respectivas chaves de acesso eletrônico, que se encontram armazenados eletronicamente em sistema próprio da Secretaria de Fazenda Estadual aplicável, nos termos da legislação vigente; (ii) as Duplicatas eletrônicas devidamente endossadas "em preto" ao Fundo pelo Endossante; e (iii) os comprovantes eletrônicos de entrega e/ou de recebimento de mercadoria, devidamente assinados pelo respectivo Devedor; e (iv) toda e quaisquer documentação necessária para o devido exercício das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios Adquiridos, tais como a cobrança, a execução judicial, ou o protesto, e capazes de comprovar, a existência, a origem e a exigibilidade dos referidos Direitos Creditórios Adquiridos, incluindo, sem limitação, instrumentos e escrituras de venda e compra de bens, Debêntures, Certificados de Cédulas de Crédito Bancário, Cédula de Produto Rural Financeira, Cédulas de Crédito Bancário, duplicatas, pedidos de fornecimento, contratos de compra e venda de bens ou ativos e contratos de fornecimento ou prestação de serviços, crédito consignado de servidores públicos, aposentados e pensionistas, bem como qualquer outro título representativo de crédito, originários de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, agronegócio, financeiro, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica do Cedente e as operações realizadas entre este e seus respectivos sacados, juntamente com todos os seus anexos, direitos, privilégios, prerrogativas, seguros, garantias e quaisquer outros documentos relacionados ("Direitos Creditórios").
o. Existência ou não de patrimônio segregado:	O Fundo é constituído com classe única de Cotas, sendo vedada a afetação ou a vinculação, a qualquer título, de parcela do patrimônio do Fundo a qualquer subclasse de Cotas.
p. Eventos de liquidação do patrimônio segregado:	O Fundo terá prazo de duração indeterminado. O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente **(i)** por deliberação da Assembleia Geral; e **(ii)** na ocorrência do Evento de Liquidação Antecipada.
q. Tratamento tributário:	Nos termos da Lei nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023, conforme alterada ("Lei 14.754/23"), condicionado à alocação de, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios e ao enquadramento do Fundo como entidade de investimento, além do atendimento aos demais requisitos previstos na Lei 14.754/23, observada a definição de "entidade de investimento" e de "direitos creditórios" conforme a Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 5.111, de 21 de dezembro de 2023, conforme alterada ("Resolução CMN 5.111/23"), o Fundo sujeitar-se-á ao "Regime Específico dos Fundos Não Sujeitos à Tributação Periódica"

	de que trata a seção III da Lei 14.754/23. Não é possível garantir que todos os requisitos previstos na Lei 14.754/23 e na Resolução CMN 5.111/23, conforme alteradas ou substituídas, serão sempre atendidos, de modo que os rendimentos das aplicações no Fundo poderão ficar sujeitos à tributação periódica prevista na seção II da Lei 14.754/23. Nessa hipótese, a Gestora envidará os seus melhores esforços para adquirir Direitos Creditórios e Ativos Financeiros de Liquidez que sejam compatíveis com a classificação do Fundo como um fundo de investimento de longo prazo para fins tributários. O Imposto de Renda ("IR") e o Imposto sobre Operações Financeiras ("IOF") incidentes sobre os Cotistas, sejam eles residentes no Brasil ou no exterior, serão aplicados conforme as alíquotas previstas na legislação vigente, observadas as hipóteses nela estabelecidas. Existem exceções — inclusive relacionadas à natureza ou ao domicílio do Cotista — e tributos adicionais que podem ser devidos, razão pela qual recomenda-se que os Cotistas consultem seus assessores jurídicos para esclarecer a tributação aplicável aos investimentos no Fundo. O Cotista que, nos termos da legislação em vigor, não esteja sujeito ao IR e/ou ao IOF em razão de isenção, alíquota zero, imunidade ou outra forma de não incidência, deverá comprovar sua condição tributária junto à Administradora.
r. Outros direitos, vantagens e restrições:	As demais características, vantagens e restrições das Cotas constam no Regulamento, constante deste Prospecto na forma do Anexo I.
s. Índice de Subordinação:	O Índice de Subordinação será considerado enquadrado sempre que, cumulativamente: (a) o Índice de Subordinação Mezanino for, no mínimo, 10% (dez por cento); e (b) o Índice de Subordinação Júnior for, no mínimo, 20% (vinte por cento). Na hipótese de desenquadramento do Índice de Subordinação, poderão ser emitidas Cotas Subordinadas Júnior, sem a necessidade de aprovação em Assembleia Especial, em montante necessário para enquadramento do Índice de Subordinação. A Administradora deverá notificar os Cotistas detentores de Cotas Subordinadas Júnior, solicitando a confirmação de sua intenção de subscrever e integralizar novas Cotas Subordinadas Júnior, com antecedência de pelo menos 10 (dez) dias úteis. Os Cotistas detentores de Cotas Subordinadas Júnior deverão informar a Administradora sobre o exercício de seu direito de preferência até o 2º (segundo) Dia Útil anterior à data indicada pela Administradora para emissão de novas Cotas Subordinadas Júnior.

(ii) Cotas Subordinadas Mezanino	
a. Valor Nominal Unitário:	R$1.000,00 (mil reais) na respectiva Data da 1ª Integralização. A partir do Dia Útil seguinte à Data da 1ª Integralização, as Cotas da Subclasse Mezanino serão valorizadas todo Dia Útil, nos termos do Regulamento.
b. Quantidade:	10.000 (dez mil) Cotas da Subclasse Mezanino.
c. Opção de Lote Adicional:	Não há.
d. Código ISIN:	BR0QIZCTF019
e. Classificação de Risco:	Não há.
f. Data de Emissão:	A 1ª Data de Integralização de Cotas Subordinadas Mezanino.
g. Prazo e Data de Resgate:	As Cotas da Subclasse Mezanino terão prazo de duração de 72 (setenta e dois) meses a contar da 1ª Data de Integralização de Cotas Subordinadas Mezanino, sendo resgatadas nessa data, quando da sua amortização integral ou da liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro.

h. Indicação sobre a Admissão em Mercados Organizados de Bolsa ou Balcão:	Vide item 2.6(i)g. acima.
i. Juros Remuneratórios e Atualização Monetária – índices e fórmula de cálculo:	***Benchmark Mezanino:*** 100% (cem por cento) da Taxa DI acrescida de *spread* correspondente a 7% (sete por cento) ao ano.
j. Pagamento da Remuneração – periodicidade e datas de pagamentos:	A Remuneração será paga na Data de Resgate.
k. Repactuação:	Não aplicável.
l. Amortização e Hipóteses de Liquidação Antecipada – existência, datas e condições:	*Amortização:* não terão amortizações programadas, permitindo-se amortizações extraordinárias nas hipóteses previstas no Regulamento e por deliberação da Assembleia Especial. Vide Hipóteses de Liquidação Antecipada, Amortização Pro Rata e Amortização Sequencial no item 2.6(i)l. acima.
m. Garantias – tipo, forma e descrição:	Vide item 2.6(i)m. acima.
n. Lastro:	Os Direitos Creditórios.
o. Existência ou não de patrimônio segregado:	Vide item 2.6(i)o. acima.
p. Eventos de liquidação do patrimônio segregado:	Vide item 2.6(i)p. acima.
q. Tratamento tributário:	Vide item 2.6(i)q. acima.
r. Outros direitos, vantagens e restrições:	As demais características, vantagens e restrições das Cotas constam no Regulamento, constante deste Prospecto na forma do Anexo I.
s. Índice de Subordinação:	Vide item 2.6(i)s. acima.

3. DESTINAÇÃO DE RECURSOS

3.1. Exposição clara e objetiva do destino dos recursos provenientes da Oferta.

Os recursos líquidos provenientes da Oferta serão destinados, de forma ativa e discricionária pela Gestora, à aquisição de Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade, ao reenquadramento e à recomposição da carteira, conforme aplicável, e deverão representar, observado o prazo regulatório aplicável, no mínimo 67% do Patrimônio Líquido do Fundo ("Alocação Mínima").

ESCRITURAÇÃO SEGREGADA DOS RECURSOS DA NOVA EMISSÃO: os valores captados no âmbito desta Oferta serão mantidos em registros contábeis segregados e identificáveis, até o encerramento da distribuição, e permanecerão em disponibilidades ou Ativos Financeiros de Liquidez elegíveis, sem prejuízo das aplicações permitidas após observadas as condições da Oferta e do Regulamento.

O remanescente do Patrimônio Líquido, que não for aplicado em Direitos Creditórios, poderá ser mantido em moeda corrente nacional ou investido nos Ativos Financeiros de Liquidez previstos no Regulamento. O investimento em cotas de uma mesma classe de fundo de investimento observará o limite máximo de 25% do Patrimônio Líquido do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável.

OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS: O FUNDO PODERÁ REALIZAR OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS EXCLUSIVAMENTE PARA FINS DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL (HEDGE), SEM ALAVANCAGEM, DESDE QUE TAIS OPERAÇÕES SEJAM COMPATÍVEIS COM A POLÍTICA DE INVESTIMENTO, OS LIMITES E AS VEDAÇÕES PREVISTOS NO REGULAMENTO.

O Fundo deverá, após 180 (cento e oitenta) dias contados da 1ª Data de Integralização, observar a Alocação Mínima, conforme previsto na regulamentação do CMN, para fins de atendimentos disposto no artigo 19 da Lei 14.754/23 e artigo 4º, da Resolução CMN 5.111/23.

NA DATA DESTE PROSPECTO, O FUNDO POSSUI DIREITOS CREDITÓRIOS JÁ ADQUIRIDOS, CUJAS CARACTERÍSTICAS, COMPOSIÇÃO, NÍVEIS DE CONCENTRAÇÃO, HISTÓRICO E CRITÉRIOS DE ANÁLISE ESTÃO DESCRITOS NA SEÇÃO 9. A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DA OFERTA SERÁ REALIZADA EM CONFORMIDADE COM O REGULAMENTO, COM OS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E COM O PLANO DE REENQUADRAMENTO DA CARTEIRA, QUANDO APLICÁVEL.

QUALQUER RENTABILIDADE ESPERADA PREVISTA NESTE PROSPECTO OU NOS DEMAIS DOCUMENTOS DA OFERTA NÃO REPRESENTA E NEM DEVE SER CONSIDERADA, A QUALQUER MOMENTO E SOB QUALQUER HIPÓTESE, COMO PROMESSA, GARANTIA OU SUGESTÃO DE RENTABILIDADE FUTURA MÍNIMA OU GARANTIDA AOS INVESTIDORES.

3.1.1. Impacto dos recursos provenientes da Oferta na situação patrimonial e nos resultados do Fundo, do Cedente e dos Devedores, conforme o caso:

Os recursos líquidos captados no âmbito da Oferta serão destinados à aquisição, pelo Fundo, de Direitos Creditórios que atendam à política de investimento descrita no Regulamento, observada a ordem de alocação de recursos prevista no Regulamento. Desse modo, a utilização dos recursos da Oferta tende a resultar na ampliação da carteira de Direitos Creditórios do Fundo.

Em relação aos Cedentes, a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, viabilizada com os recursos provenientes da Oferta, proporciona a antecipação de recebíveis, com efeitos positivos sobre sua liquidez, possibilitando o reforço do financiamento de suas atividades operacionais.

Quanto aos Devedores, a realização da Oferta e a consequente aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo não implicam, por si só, alteração das condições econômicas originalmente pactuadas nos respectivos instrumentos de crédito, permanecendo inalterados

os valores, prazos e encargos devidos, ressalvada a mudança do titular do crédito, nos termos da legislação aplicável.

3.2. Nos casos em que se pretenda utilizar os recursos, direta ou indiretamente, na aquisição de ativos, à exceção daqueles adquiridos no curso regular dos negócios, descrição sumária desses ativos e seus custos, se tais ativos e seus custos já puderem ser identificados e divulgados. Se forem adquiridos de partes relacionadas, indicação de quem serão comprados e como o custo será determinado.

Não aplicável, uma vez que os recursos serão utilizados para aquisição de Direitos Creditórios no curso regular da política de investimento do Fundo, conforme descrito nas Seções 3.1, 8.4 e 9.

3.2.1. Se os recursos forem utilizados para adquirir outros negócios, descrição sumária desses negócios e o estágio das aquisições, caso tais negócios já possam ser identificados e divulgados. Se forem adquiridos de partes relacionadas, indicação de quem serão comprados e como o custo será determinado.

Não aplicável.

3.2.2. Se parte significativa dos recursos for utilizada para abater dívidas, indicação da taxa de juros e prazo dessas dívidas; para aquelas incorridas a partir do ano anterior, apresentar a destinação daqueles recursos, nos termos dos itens 3.2 e 3.2.1 acima.

Não aplicável.

3.2.3. No caso de parte dos recursos ser destinada a pagamentos a serem efetuados a partes relacionadas ou ao Coordenador Líder, por causa de transações já realizadas ou cuja celebração seja esperada, indicação do montante e dos beneficiários do pagamento.

Não aplicável.

3.2.4. Com relação ao item 3.2.3 acima, quando aplicável, apresentação (i) das razões que justificam a operação; e (ii) da manifestação do credor acerca de potencial conflito de interesse decorrente de sua participação na Oferta.

Não aplicável.

3.3. No caso de apenas parte dos recursos almejados com a Oferta vir a ser obtida por meio da distribuição, indicação das providências que serão adotadas

Em caso de distribuição parcial da Oferta, conforme possibilidade descrita neste Prospecto, a Gestora não vislumbra fonte alternativa de recursos para o Fundo atingir seu objetivo e/ou para a realização de investimentos em Direitos Creditórios. Entretanto, tendo em vista a natureza do investimento realizado, o Fundo irá reduzir a quantidade de Direitos Creditórios a ser adquirida, de modo a adequar referido montante à proporção observada entre o Valor Inicial da Oferta e o volume efetivamente captado.

3.3.1. No caso de apenas parte dos recursos almejados com a Oferta pública vir a ser obtida por meio da distribuição das Cotas Ofertadas, especificação dos objetivos prioritários e se há outras formas de captação previstas para atingir todos os objetivos originais do Fundo.

Não aplicável. Vide item 3.3.

PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE A DISTRIBUIÇÃO PARCIAL E OS SEUS RISCOS, RECOMENDA-SE AO INVESTIDOR A LEITURA DO ITEM 7.1 "*EVENTUAIS CONDIÇÕES A QUE A OFERTA ESTEJA SUBMETIDA*" NA PÁGINA 45 DESTE PROSPECTO.

3.4. Outras fontes de recursos: se aplicável, especificação de outras fontes de recursos que terão destinação associada àquela relativa à distribuição pública.

Não aplicável.

3.5. Se as Cotas foram qualificadas pelo Fundo como "verde", "social", "sustentável" ou termos correlatos, informar: (a) quais metodologias, princípios ou diretrizes amplamente reconhecidos foram seguidos para qualificação da Oferta conforme item acima; (b) qual a entidade independente responsável pela averiguação acima citada e tipo de avaliação envolvida; (c) obrigações que a Oferta impõe quanto à persecução de objetivos "verdes", "sociais", "sustentáveis" ou termos correlatos, conforme metodologias, princípios ou diretrizes amplamente reconhecidos; e (d) especificação sobre a forma, a periodicidade e a entidade responsável pelo reporte acerca do cumprimento de obrigações impostas pela Oferta quanto à persecução de objetivos "verdes", "sociais", "sustentáveis" ou termos correlatos, conforme a metodologia, princípios ou diretrizes amplamente reconhecidos.

Não aplicável.

4. FATORES DE RISCO

4.1. Em ordem decrescente de relevância, os principais fatores de risco associados à Oferta e ao Fundo, incluindo (a) riscos associados ao nível de subordinação, caso aplicável, e ao consequente impacto nos pagamentos aos investidores em caso de insolvência; (b) riscos decorrentes dos critérios adotados pelo originador ou cedente para concessão de crédito; (c) eventuais restrições de natureza legal ou regulatória que possam afetar adversamente a validade da constituição e da cessão dos direitos creditórios para o Fundo, bem como o comportamento do conjunto dos direitos creditórios cedidos e os fluxos de caixa a serem gerados; e (d) riscos específicos e significativos relacionados com o agente garantidor da Emissão, se houver, na medida em que sejam relevantes para a sua capacidade de cumprir o seu compromisso nos termos da garantia.

Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar, cuidadosamente, todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento e, em particular, aquelas relativas à política de investimento e composição da carteira do Fundo, e aos fatores de risco descritos a seguir, relativos ao Fundo.

Para os fins desta seção, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para o Fundo, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, na situação financeira, nos resultados operacionais, no fluxo de caixa, na liquidez e/ou nos negócios atuais e futuros do Fundo, bem como no preço das Cotas. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do FGC. O Fundo, a Administradora, a Gestora e o Custodiante não prometem ou asseguram aos qualquer rentabilidade decorrente da aplicação nas Cotas. Todos os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal, provirão exclusivamente da carteira de investimentos do Fundo, composta por Direitos Creditórios e Ativos Financeiros de titularidade do Fundo, a qual está sujeita a riscos diversos e cujo desempenho é incerto.

Os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, ainda que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os investidores.

RECOMENDA-SE AOS INVESTIDORES INTERESSADOS QUE CONTATEM SEUS CONSULTORES JURÍDICOS E FINANCEIROS ANTES DE INVESTIR NAS COTAS.

A seguir encontram-se descritos os principais riscos inerentes ao Fundo, os quais não são os únicos aos quais estão sujeitos os investimentos no Fundo e no Brasil em geral. Os riscos descritos abaixo não são exaustivos e negócios, situação financeira ou resultados do Fundo podem ser adversa e materialmente afetados por quaisquer desses riscos, sem prejuízo de riscos adicionais que não sejam atualmente de conhecimento da Administradora ou da Gestora ou que sejam julgados de pequena relevância neste momento.

A ordem dos fatores de risco abaixo indicados foi definida de acordo com a materialidade de sua ocorrência, sendo expressa em uma ordem decrescente de relevância, conforme uma escala qualitativa de risco, nos termos do artigo 19, §4º, da RCVM 160. Riscos relacionados à Oferta. A alocação dos fatores de risco nesse sentido não acarreta diminuição da importância de nenhum fator de risco previsto neste Prospecto e/ou no Regulamento.

*A Oferta não é adequada aos investidores que **(i)** não sejam considerados investidores qualificados ou profissionais; **(ii)** não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na Emissão, na Oferta e/ou nas Cotas ou que não tenham acesso à consultoria especializada; e que **(iii)** necessitem de liquidez considerável com relação às Cotas.*

RISCOS RELACIONADOS À OFERTA

Riscos de maior materialidade

Risco de distribuição parcial ou não colocação do Montante Mínimo

No contexto da presente Oferta, existe o risco de que a distribuição das Cotas Iniciais seja parcial. Em caso de distribuição parcial, não será concedido prazo adicional para que os investidores desistam de suas intenções de investimento.

Se o Montante Mínimo não for alcançado, a Oferta será automaticamente cancelada, o que resultará no cancelamento imediato de todos os boletins de subscrição. Para maiores informações, vide Seção "*6.3. Esclarecimento sobre os procedimentos previstos nos arts. 70 e 71 da RCVM 160 a respeito da eventual modificação da Oferta, notadamente quanto aos efeitos do silêncio do investidor*" na página 42 deste Prospecto.

Além disso, mesmo que o Montante Mínimo seja alcançado, mas o Valor Inicial da Oferta não seja totalmente colocado, o Fundo poderá ter recursos inferiores ao montante inicialmente planejado para a compra de Direitos Creditórios. Isso poderá prejudicar a performance do Fundo e afetar negativamente a rentabilidade das Cotas emitidas. A falta de recursos adequados poderá limitar a capacidade do Fundo de diversificar seus investimentos de forma eficiente, impactando sua estratégia de alocação de capital e aumentando a volatilidade potencial de retorno.

Este risco de distribuição parcial deve ser cuidadosamente avaliado pelos investidores antes de tomar a decisão de participar da Oferta. Não há garantias de que, no caso de uma distribuição parcial, o Fundo será capaz de garantir alternativas de investimento com características de prazo, risco e retorno semelhantes aos ativos originalmente oferecidos na Oferta. Assim, a possibilidade de uma distribuição parcial pode afetar as expectativas de rentabilidade e os planos de investimento dos investidores, sendo certo que os Ofertantes, o Fundo e o Coordenador Líder não serão responsáveis por eventuais perdas e danos incorridos pelos investidores.

Para mais informações acerca da distribuição parcial das Cotas, veja a Seção "*7.1. Eventuais condições a que a Oferta esteja submetida*", na página 45 deste Prospecto.

Risco relacionado ao cancelamento da Oferta

Caso, por algum motivo a Oferta venha a ser cancelada pela CVM ou pela Gestora e /ou Administradora, e a Administradora realizará o cancelamento das Cotas, nos termos da regulamentação em vigor, devendo, ainda, devolver aos investidores valores eventualmente já integralizados, de acordo com os Critérios de Restituição de Valores.

A possibilidade de cancelamento da Oferta deve ser cuidadosamente considerada pelos investidores ao avaliar a viabilidade do investimento, uma vez que o cancelamento pode impactar diretamente os planos financeiros dos investidores. Não há garantias de que, no caso de cancelamento da Oferta, os investidores terão a oportunidade de reinvestir os valores de forma semelhante, seja em termos de prazo, risco ou retorno, em relação às Cotas. Este risco pode afetar a estratégia de alocação de capital e as expectativas de rentabilidade dos investidores, especialmente caso os ativos disponíveis em outros investimentos não atendam às mesmas características das Cotas. Portanto, a decisão de investir deve ser tomada com a plena consciência dos riscos envolvidos, incluindo a possibilidade de cancelamento da Oferta e suas potenciais consequências, sendo certo que os Ofertantes, o Fundo e o Coordenador Líder não serão responsáveis por eventuais perdas e danos incorridos pelos investidores.

Para maiores informações, vide Seção "*6.3. Esclarecimento sobre os procedimentos previstos nos arts. 70 e 71 da RCVM 160 a respeito da eventual modificação da Oferta, notadamente quanto aos efeitos do silêncio do investidor*" na página 42 deste Prospecto.

Risco de baixa liquidez decorrente de restrições à negociação

As Cotas serão depositadas: **(i)** para distribuição no mercado primário, por meio do MDA; e **(ii)** para negociação no mercado secundário, por meio do Fundos21, ambos administrados e operacionalizados pela B3, sendo as negociações e os eventos de pagamento liquidados financeiramente e as cotas custodiadas eletronicamente por meio da B3.

As Cotas poderão ser negociadas em mercados organizados de valores mobiliários entre Investidores Qualificados a partir da divulgação do anúncio de encerramento da Oferta, elaborado nos termos do artigo 76 da RCVM 160 ("Anúncio de Encerramento"), na página da rede mundial de computadores: **(i)** dos Ofertantes; **(ii)** da B3; **(iii)** da CVM; e **(iv)** do Fundos.Net, administrado pela B3 ("Meios de Divulgação"), sendo certo que **(i)** tais transferências deverão atender as condições estabelecidas no Regulamento, nos boletins de subscrição e na legislação e regulamentação aplicáveis; **(ii)** as Cotas não poderão ser negociadas junto a investidores em geral, dado que o Fundo é destinado a investidores que sejam, no mínimo, Investidores Qualificados; e **(iii)** cabe aos intermediários assegurar que, caso a aquisição seja realizada por meio do Fundos21, esta ocorra exclusivamente por Investidores Qualificados, observando-se todas as formalidades previstas no Regulamento e na legislação aplicável.

Dado o caráter restrito das negociações, os investidores podem enfrentar dificuldades na negociação das Cotas, o que pode impactar sua liquidez e, consequentemente, resultar em eventuais prejuízos. Este risco de liquidez deve ser considerado ao tomar a decisão de investir, uma vez que a negociação das Cotas está sujeita a limitações impostas pela regulamentação e pela natureza do público-alvo da Oferta.

Para mais informações, veja a Seção "*6.1. Descrição de eventuais restrições à transferência da Cotas*", na página 42 deste Prospecto.

Risco relacionado à modificação da Oferta e ao exercício do direito de desistência

A modificação desta Oferta, incluindo a republicação do Prospecto e da Lâmina, poderá resultar no exercício do direito de desistência pelos investidores que já tenham aderido à Oferta, no prazo legal aplicável. A redução da demanda ou a reorganização do cronograma poderão afetar o volume da distribuição e a composição da base de cotistas.

A possibilidade de cancelamento da Oferta deve ser cuidadosamente considerada pelos investidores ao avaliar a viabilidade do investimento, uma vez que o cancelamento pode impactar diretamente os planos financeiros dos investidores. Não há garantias de que, no caso de cancelamento da Oferta, os investidores terão a oportunidade de reinvestir os valores de forma semelhante, seja em termos de prazo, risco ou retorno, em relação às Cotas. Este risco pode afetar a estratégia de alocação de capital e as expectativas de rentabilidade dos investidores, especialmente caso os ativos disponíveis em outros investimentos não atendam às mesmas características das Cotas. Portanto, a decisão de investir deve ser tomada com a plena consciência dos riscos envolvidos, incluindo a possibilidade de cancelamento da Oferta e suas potenciais consequências, sendo certo que os Ofertantes, o Fundo e o Coordenador Líder não serão responsáveis por eventuais perdas e danos incorridos pelos investidores.

Para maiores informações, vide Seção "*6.3. Esclarecimento sobre os procedimentos previstos nos arts. 70 e 71 da RCVM 160 a respeito da eventual modificação da Oferta, notadamente quanto aos efeitos do silêncio do investidor*" na página 42 deste Prospecto.

As Cotas não contam com classificação de risco (*rating*)

Atualmente, as Cotas não possuem uma classificação de risco (*rating*) formal, fornecida por uma agência de classificação de risco. Como resultado, não há uma avaliação independente do risco associado à

aquisição das Cotas. Tal ausência significa que os investidores não têm acesso a uma análise externa e objetiva sobre a probabilidade de perda do principal ou dos rendimentos relacionados a esse investimento.

Risco de média materialidade

Risco de não materialização das perspectivas contidas neste Prospecto

Este Prospecto contém informações sobre o Fundo que envolvem riscos e incertezas. As informações apresentadas neste documento, relativas ao Brasil e à economia brasileira, são baseadas em dados provenientes de fontes públicas e outras fontes independentes. No entanto, as estimativas e projeções contidas neste Prospecto foram elaboradas pela Gestora e não passaram por auditoria, revisão, compilação ou qualquer outro procedimento por parte de auditoria independente ou outras entidades de avaliação.

Dado que não houve verificação independente das informações fornecidas, as estimativas e suposições aqui apresentadas podem estar sujeitas a distorções ou vieses, o que pode acarretar prejuízos significativos para os investidores. Os eventos futuros podem divergir substancialmente das tendências indicadas neste Prospecto, resultando em perdas tanto para o Fundo quanto para os investidores.

A expectativa de retorno prevista neste Prospecto, bem como no material publicitário associado à Oferta, não deve ser considerada como promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade futura. Nenhuma hipótese ou contexto, em qualquer momento, pode ser interpretado como garantia de retorno, e os investidores devem estar cientes de que os resultados reais podem ser significativamente diferentes das projeções apresentadas.

Riscos de baixa materialidade

Participação de Pessoas Vinculadas na Oferta

Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de investidores que sejam Pessoas Vinculadas[1] na Oferta, observado o previsto no artigo 56 da RCVM 160, sem limite máximo de tal participação em relação ao Valor Total da Oferta.

Caso seja verificado pelo Coordenador Líder excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Cotas inicialmente ofertadas, não será permitida a colocação de Cotas perante investidores que sejam Pessoas Vinculadas e os boletins de subscrição celebrados por investidores que sejam Pessoas Vinculadas serão automaticamente cancelados, nos termos do artigo 56 da RCVM 160, exceto pelas exceções previstas em tal dispositivo.

Caso não seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) das Cotas inicialmente ofertadas, não haverá limitação para participação de Pessoas Vinculadas na Oferta, podendo as Pessoas Vinculadas representar até 100% (cem por cento) dos investidores.

A participação significativa de Pessoas Vinculadas na Oferta pode impactar negativamente a liquidez das Cotas no mercado secundário, reduzindo o volume de negociação e potencialmente dificultando a

[1] Poderá ser aceita a participação de investidores que sejam Pessoas Vinculadas na Oferta, observado o previsto no artigo 56 da RCVM 160. Para os fins da presente Oferta, serão consideradas como "Pessoas Vinculadas", nos termos do inciso XII do artigo 2º da Resolução da CVM nº 35, de 26 de maio de 2021 e do artigo 2º, inciso XVI da RCVM 160, os investidores que sejam: **(i)** controladores, diretos ou indiretos, e/ou administradores do Fundo, dos Ofertantes ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; **(ii)** administradores ou controladores, diretos ou indiretos, do Fundo, dos Ofertantes, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau, inclusive pessoas naturais que sejam, direta ou indiretamente, controladoras ou participem do controle societário; **(iii)** funcionários, operadores e demais prepostos do Fundo e dos Ofertantes, que desempenhem atividades de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; **(iv)** agentes autônomos que prestem serviços ao Fundo e aos Ofertantes, desde que diretamente envolvidos na Oferta; **(v)** demais profissionais que mantenham, com o Fundo e os Ofertantes, contrato de prestação de serviços diretamente relacionado à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; **(vi)** sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Fundo, pelos Ofertantes, ou por pessoas a elas vinculadas, desde que diretamente envolvidos na Oferta; **(vii)** cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e **(viii)** clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a Pessoas Vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros que não sejam Pessoas Vinculadas

saída de investidores que desejem alienar suas Cotas. Esse impacto pode ser ainda mais acentuado caso as Pessoas Vinculadas detenham participação relevante no Fundo e optem por manter suas Cotas por períodos prolongados, limitando a circulação das Cotas no mercado e reduzindo a atratividade para novos investidores. Como consequência, pode haver uma menor formação de preço das Cotas e um aumento na volatilidade de sua precificação.

Risco de Histórico Limitado da Carteira

O Fundo investe preponderantemente em Direitos Creditórios, com a Gestora tendo discricionariedade na seleção e na diversificação dos ativos que compõem a carteira, sempre dentro dos limites estabelecidos pela política de investimentos do Fundo, conforme disposto no Regulamento e na regulamentação aplicável. Em razão de o Fundo estar em operação há menos de um ano na data deste Prospecto, os dados históricos relativos ao desempenho de sua carteira de investimentos são limitados.

Essa limitação de histórico pode representar um risco significativo, pois os investidores não terão informações concretas sobre como o Fundo se comportou ao longo do tempo, especialmente em condições de mercado variadas. A falta de dados de rentabilidade e a ausência de um histórico real de desempenho dificultam a avaliação do potencial de retorno do Fundo, bem como da eficácia da estratégia de investimento adotada.

Ademais, é importante salientar que, embora dados de rentabilidade passados de outros fundos de investimento em direitos creditórios possam ser apresentados para fins ilustrativos ou comparativos, tais informações não devem ser interpretadas como garantia de rentabilidade futura. O desempenho de outros fundos em contextos anteriores não necessariamente reflete a performance que o Fundo poderá alcançar, dado que as condições de mercado, as características dos Direitos Creditórios selecionados, e as decisões discricionárias da Gestora podem variar substancialmente.

Dessa forma, os investidores devem estar cientes de que a ausência de histórico pode implicar maior incerteza quanto ao desempenho futuro do Fundo, e devem considerar esse risco ao tomar a decisão de investimento. Recomendamos que os investidores conduzam uma análise detalhada dos riscos envolvidos, levando em consideração a natureza dos investimentos e a estratégia de gestão adotada pela Gestora, além de consultar assessores financeiros qualificados, caso necessário.

Risco em função da ausência de análise prévia pela CVM e da ANBIMA

A Oferta foi registrada por meio do rito automático previsto na RCVM 160, de modo que este Prospecto e a documentação da Oferta não foram, nem serão, objeto de análise prévia por parte da CVM ou da ANBIMA.

Em ofertas de valores mobiliários que envolvem análise prévia, como aquelas sujeitas à revisão da CVM ou que contam com a supervisão do convênio CVM/ANBIMA, os investidores recebem um nível maior de proteção regulatória, pois as entidades reguladoras avaliam aspectos importantes da Oferta, incluindo a clareza e a veracidade das informações financeiras e jurídicas apresentadas. No entanto, no caso desta Oferta, a ausência dessa análise prévia significa que os investidores não contam com essas proteções adicionais, ficando responsáveis pela condução de sua própria pesquisa, avaliação e investigação sobre os riscos associados ao Fundo.

Essa ausência de análise prévia pode aumentar os riscos para os investidores, pois não há uma verificação externa e formal que valide a adequação e a conformidade deste Prospecto e da documentação com as regulamentações em vigor. Portanto, os investidores devem estar cientes de que terão que realizar uma diligência independente mais aprofundada, com base no conhecimento sobre os mercados financeiros e de capitais, para avaliar adequadamente a situação financeira do Fundo, seus ativos, passivos, riscos operacionais e outros fatores relevantes que possam impactar sua rentabilidade e segurança.

Além disso, ao não ser submetida à análise prévia, a Oferta não está sujeita à avaliação das informações por entidades que poderiam identificar possíveis falhas ou riscos não evidentes, o que pode resultar em a Oferta não apresentar toda a gama de informações necessárias para uma decisão informada. A ausência dessa supervisão pode aumentar a probabilidade de ocorrerem riscos não identificados, ou de informações relevantes não serem devidamente divulgadas, deixando o investidor em uma posição vulnerável.

Portanto, os investidores devem ter consciência de que, ao optar por investir nas Cotas, eles assumem maior responsabilidade pela análise dos riscos da Oferta e pela verificação das informações fornecidas no Prospecto, já que as proteções regulatórias típicas de ofertas com análise prévia não se aplicam neste caso.

Risco de potencial conflito de interesses entre o Coordenador Líder e a Administradora

O Fundo é administrado pela Administradora, e suas Cotas serão distribuídas, no âmbito da Oferta, pela Administradora, na qualidade de Coordenador Líder, o que pode proporcionar maior alinhamento estratégico e eficiência operacional. No entanto, essa vinculação também pode gerar potenciais conflitos de interesses, uma vez que as decisões relacionadas ao Fundo e à Oferta podem ser influenciadas por interesses do grupo econômico, em detrimento da independência e imparcialidade esperadas na gestão e distribuição das Cotas.

Para mitigar esses riscos, a Administradora e as demais empresas do mesmo grupo econômico adotam mecanismos regulatórios e de governança, buscando assegurar a transparência e a equidade na administração do Fundo. Essas medidas incluem a implementação de políticas internas para segregação de funções, controles de compliance e a observância de diretrizes estabelecidas em seu Código de Ética (disponível em https://www.apexgroup.com/apex-brazil/).

No entanto, apesar da adoção dessas práticas, não há garantia de que tais mecanismos serão suficientes para eliminar completamente os riscos de conflito de interesses, e eventuais influências decorrentes dessa estrutura societária podem impactar determinados aspectos da Oferta e da gestão do Fundo.

RISCOS RELACIONADOS AO FUNDO E ÀS COTAS

Riscos de Mercado

Risco de Maior Materialidade

Efeitos da Política Econômica do Governo Federal

O Fundo, seus ativos, o Cedente e os Devedores estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém frequentemente nas políticas monetária, fiscal e cambial e, consequentemente, também na economia do país. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem, entre outros, controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior. O negócio, a condição financeira e os resultados do Cedente, o setor econômico específico em que atuam, os Ativos Financeiros de Liquidez integrantes da carteira do Fundo ("Carteira"), bem como a originação e o pagamento dos Direitos Creditórios poderão ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por **(i)** flutuações das taxas de câmbio; **(ii)** alterações na inflação; **(iii)** alterações nas taxas de juros; **(iv)** alterações na política fiscal; e **(v)** outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do Governo Federal podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição

financeira e os resultados do Cedente, bem como a liquidação, pelos respectivos Devedores, dos Direitos Creditórios Cedidos.

Flutuação de Preços dos Ativos

Os preços e a rentabilidade dos ativos integrantes da Carteira poderão flutuar em razão de diversos fatores de mercado, tais como variação da liquidez e alterações na política de crédito, econômica e fiscal, bem como em razão de alterações na regulamentação sobre a precificação de referidos ativos. As variações de preços dos ativos do Fundo poderão ocorrer também em função das alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos financeiros sem que haja mudanças significativas nos contextos econômico e/ou político nacional e internacional. Essa oscilação dos preços poderá fazer com que parte ou a totalidade desses ativos que integram a Carteira seja avaliada por valores inferiores ao da emissão ou da contabilização inicial, levando à redução do patrimônio do Fundo e, consequentemente, a prejuízos por parte dos investidores.

Descasamento de Taxas

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo serão contratados a taxas prefixadas, e seus fluxos de caixa não serão corrigidos por inflação, sendo que a Meta de Rentabilidade das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino pode ser variável, incluindo sem limitação, atrelada a índices de inflação. Assim, os recursos do Fundo poderão ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade das respectivas Metas de Rentabilidade previstas para as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Mezanino e Mezanino Especial. Nessa hipótese, os Cotistas poderão ter a rentabilidade de suas Cotas afetadas negativamente, sendo certo que o Cedente, o Custodiante, a Gestora, o Fundo e a Administradora não prometem ou asseguram rentabilidade aos Cotistas.

Rentabilidade dos Ativos Financeiros Inferior à Meta de Rentabilidade das Cotas Seniores, das Cotas Subordinadas Mezanino e das Cotas Subordinadas Mezanino Especial

A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios pode ser aplicada em Ativos Financeiros de Liquidez, os quais podem apresentar valoração efetiva inferior à Meta de Rentabilidade das Cotas Seniores, das Cotas Subordinadas Mezanino e das Cotas Subordinadas Mezanino Especial, o que pode fazer com que os recursos do Fundo se tornem insuficientes para pagar parte ou a totalidade das respectivas Metas de Rentabilidade previstas para as Cotas Seniores, as Cotas Subordinadas Mezanino e as Cotas Subordinadas Mezanino Especial. Nessa hipótese, os Cotistas poderão ter a rentabilidade de suas Cotas afetadas negativamente, sendo certo que nem o Fundo, o Cedente, o Custodiante, a Gestora e a Administradora não prometem ou asseguram rentabilidade aos Cotistas.

Flutuação de preços dos ativos

Os preços e a rentabilidade dos ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo os Ativos Financeiros de Liquidez, poderão flutuar em razão de diversos fatores de mercado, tais como variação da liquidez e alterações na política de crédito, econômica e fiscal, bem como em razão de alterações na regulamentação sobre a precificação de referidos ativos. Essa oscilação dos preços poderá fazer com que parte ou a totalidade desses ativos que integram a carteira do Fundo seja avaliada por valores inferiores ao da emissão ou da contabilização inicial, levando à redução do patrimônio do Fundo e, consequentemente, a prejuízos por parte dos Cotistas.

Cálculo de Remuneração com antecedência em relação às Datas de Pagamento

A Gestora deverá determinar os Valores Unitários de Referência Corrigidos (conforme definidos no Regulamento) antes da amortização e os respectivos Limites Superiores de Remuneração (conforme definidos no Regulamento) 1 (um) Dia Útil antes das respectivas Datas de Pagamentos. Como potencialmente nem todos os parâmetros de mercado necessários para determinação de tais parâmetros estarão disponíveis em tal data, o Regulamento prevê as formas de determinação de tais

parâmetros utilizando as informações então disponíveis. Como não há garantia de que os valores determinados conforme os mecanismos previstos no regulamento coincidam com os valores que seriam determinados caso todas as informações de mercado estivessem disponíveis, nem tampouco serão devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre o Fundo e os Cotistas caso tais valores não coincidam, as rentabilidades dos Cotistas poderão diferir das Metas de Rentabilidade de suas Cotas.

Risco de Crédito

Risco de Maior Materialidade

Risco de crédito dos Devedores e do Cedente e do Primeiro Cedente

Consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento **(i)** de juros e/ou principal pelos Devedores ou **(ii)** dos valores decorrentes da resolução da cessão de Direitos Creditórios pelo Cedente, nos termos do contrato de cessão a ser celebrado com cada Cedente ("Contrato de Cessão"). O inadimplemento pelos Devedores ou pelo Cedente ou pelo Primeiro Cedente de suas obrigações perante o Fundo poderá ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas.

Risco de exposição relevante a sociedade de propósito específico recém-constituída, sem histórico operacional (SPE FIORITO LTDA.)

Na data-base de 03 de agosto de 2026, a maior exposição individual da Classe (34,60% do patrimônio líquido) recai sobre a **SPE FIORITO LTDA**., sociedade de propósito específico constituída em 10 de outubro de 2025. No exercício social de 2025 a **SPE FIORITO LTDA**. não desenvolveu atividade operacional e apresentou patrimônio líquido de R$ 5.703,00 (cinco mil, setecentos e três reais), montante substancialmente inferior à exposição do Fundo a essa devedora, de aproximadamente R$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de reais). Adicionalmente, as demonstrações financeiras da SPE FIORITO LTDA. reproduzidas no Anexo IV a este Prospecto referem-se ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e, portanto, são anteriores à emissão das Notas Comerciais adquiridas pelo Fundo. A ausência de histórico operacional, a incompatibilidade entre o patrimônio líquido informado e a exposição do Fundo, bem como o descolamento temporal entre a data-base das demonstrações financeiras e a emissão das Notas Comerciais, tornam significativamente mais incerta a avaliação da capacidade de pagamento da devedora e podem acarretar perdas relevantes ao Fundo e aos Cotistas em caso de inadimplemento.

Risco de Ausência de Garantias dos Direitos Creditórios Adquiridos

Os Direitos Creditórios adquiridos ou que venham a ser adquiridos pelo Fundo poderão não contar com garantias reais ou fidejussórias prestadas pelos respectivos Devedores ou por terceiros. Dessa forma, na hipótese de inadimplemento, insolvência, recuperação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro evento que comprometa a capacidade de pagamento dos Devedores, o Fundo poderá não dispor de garantias adicionais para assegurar o recebimento dos valores devidos.

A ausência de garantias poderá dificultar ou retardar a recuperação dos valores devidos ao Fundo, inclusive em razão da necessidade de adoção de medidas extrajudiciais ou judiciais de cobrança, podendo resultar na recuperação apenas parcial ou até mesmo na perda integral dos respectivos Direitos Creditórios. Nessas situações, os recursos disponíveis para pagamento das Cotas poderão ser reduzidos, afetando negativamente o patrimônio, o fluxo de caixa, a rentabilidade e a capacidade do Fundo de realizar os pagamentos de principal e remuneração aos Cotistas.

Adicionalmente, mesmo nos casos em que determinados Direitos Creditórios contem com garantias reais ou fidejussórias, não há garantia de que tais garantias serão suficientes, tempestivamente executáveis ou efetivamente realizadas em valor suficiente para satisfazer integralmente as obrigações

dos respectivos Devedores. Assim, a existência de garantias em parte da carteira não elimina o risco de perdas decorrentes do inadimplemento dos Direitos Creditórios.

Ausência de Garantias de Rentabilidade ou de Coobrigação

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do FGC. O Fundo, a Administradora, a Gestora e o Custodiante não prometem ou asseguram aos investidores qualquer rentabilidade decorrente da aplicação nas Cotas. Todos os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal, provirão exclusivamente da Carteira, a qual está sujeita a riscos diversos e cujo desempenho é incerto. Adicionalmente, o Fundo, a Administradora, a Gestora, o Custodiante e o Cedente não respondem pela solvência dos Devedores e não prometem ou asseguram aos Cotistas qualquer rentabilidade decorrente da aplicação nas Cotas. Todos os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal, provirão exclusivamente da carteira do Fundo, a qual está sujeita a riscos diversos e cujo desempenho é incerto.

Risco de Concentração em Ativos Financeiros

É permitido ao Fundo manter até 33% (trinta e três por cento) de sua carteira aplicada em Ativos Financeiros de Liquidez. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros de Liquidez e/ou na percepção do mercado acerca de tais emissores, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos Ativos Financeiros de Liquidez, provocando perdas para o Fundo e para os Cotistas. Ademais, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos Ativos Financeiros de Liquidez acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos. O não-pagamento dos Ativos Financeiros de Liquidez integrantes da carteira do Fundo e os custos administrativos e de recuperação de créditos do Fundo poderão fazer com que o Fundo sofra uma perda patrimonial significativa, o que afetaria negativamente a rentabilidade das Cotas.

Risco de desenquadramento para fins tributários

Nos termos da Lei nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023, condicionado ao enquadramento do Fundo como entidade de investimento e à observância da Alocação Mínima para Fins Tributários (conforme definida no Regulamento), de acordo com as definições de "entidade de investimento" e de "direitos creditórios" na Resolução CMN nº 5.111, 21 de dezembro de 2023, o Fundo não estará sujeito à tributação periódica de que trata a seção II do capítulo II da Lei nº 14.754/23. Não é possível garantir que todos os requisitos previstos na Lei nº 14.754/23 e na Resolução CMN nº 5.111/23 serão sempre atendidos, de modo que os rendimentos das aplicações no Fundo poderão sujeitar-se à tributação periódica. Nessa hipótese, a Gestora envidará os seus melhores esforços para adquirir ativos que sejam compatíveis com a classificação do Fundo como de longo prazo para fins tributários. Todavia, também não há garantia de que a Gestora conseguirá fazer com que o Fundo seja classificado como entidade de investimento ou de longo prazo, conforme aplicável.

Fatores Macroeconômicos

Como o Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios, o pagamento das amortizações e rentabilidade aos Cotistas dependerá do recebimento das quantias devidas em função dos Direitos Creditórios Cedidos, ou seja, dependerá da solvência dos respectivos Devedores para distribuição de rendimentos aos Cotistas. A solvência dos Devedores poderá ser afetada por fatores macroeconômicos, tais como elevação das taxas de juros, aumento da inflação e baixos índices de crescimento econômico. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver o aumento da inadimplência dos Direitos Creditórios Cedidos, afetando negativamente os resultados o Fundo e provocando perdas patrimoniais aos Cotistas.

Risco de Média Materialidade

Cobrança Extrajudicial e Judicial

É possível que o Fundo tenha que cobrar judicial ou extrajudicialmente dos Direitos Creditórios Inadimplidos diretamente dos Devedores. Nada garante, contudo, que referida cobrança atingirá os resultados almejados, recuperando para o Fundo o total dos Direitos Creditórios Inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas. Considerando que o Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios de baixo valor individual, é possível haver Direitos Creditórios cuja cobrança extrajudicial não tenha sucesso e que não se justifique, do ponto de vista econômico, a sua cobrança judicial, importando em perdas para o Fundo. Os custos incorridos com os procedimentos extrajudiciais ou judiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos e à salvaguarda dos direitos, das garantias e das prerrogativas dos Cotistas são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo e, consequentemente, dos Cotistas.

A Administradora, o Custodiante, a Gestora não serão responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo ou por qualquer dos Cotistas em decorrência da não propositura (ou do não prosseguimento), pelo Fundo ou pelos Cotistas, na hipótese acima descrita, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à preservação de seus direitos e prerrogativas. Caso o Fundo seja condenada em processo judicial de cobrança de Direitos Creditórios por qualquer razão, inclusive em razão de fraude por parte do Cedente ou dos Devedores ou descumprimento pela Gestora de suas obrigações, poderá ter que arcar com eventual condenação e honorários da outra parte. Ainda, em caso de fraude por terceiros na formalização de Direitos Creditórios, na emissão de CCBs, por exemplo, o Fundo pode ser demandada judicialmente por cobrança indevida, o que pode trazer prejuízos ao Fundo e aos Cotistas.

Risco de Liquidez

Risco de Maior Materialidade

Inexistência de mercado secundário para negociação de Direitos Creditórios

Não existe, no Brasil, mercado secundário ativo para negociação de Direitos Creditórios. Além disso, as CCBs não são registradas para negociação em mercados organizados. Portanto, caso, por qualquer motivo, seja necessária a venda dos Direitos Creditórios Cedidos, poderá não haver compradores ou o preço de alienação de tais Direitos Creditórios poderá refletir essa falta de liquidez. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de amortizações aos Cotistas, nos valores e nos prazos previstos no Regulamento, podendo, assim, causar perdas ao patrimônio do Fundo e aos Cotistas.

Fundo fechado e mercado secundário

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que as Cotas somente serão resgatadas ao término dos prazos de duração das respectivas séries / emissões de Cotas ou em virtude da liquidação do Fundo. Uma vez que o prazo de duração do Fundo é indeterminado, o Cotista não terá liquidez em seu investimento no Fundo, exceto **(i)** por ocasião das amortizações e dos resgates, nos termos do Regulamento; ou **(ii)** por meio da alienação de suas Cotas no mercado secundário. Atualmente, o mercado secundário de cotas de fundos de investimento e, especificamente, de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, apresenta baixa liquidez, o que é agravado pelo fato de as Cotas poderem ser adquiridas somente por Investidores Qualificados, o que pode dificultar a venda das Cotas ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda de patrimônio ao Cotista. Não há qualquer garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante ou do Cedente em relação à possibilidade de venda das Cotas no mercado secundário ou ao preço obtido por elas, ou mesmo garantia de saída ao Cotista.

Falta de Liquidez dos Ativos Financeiros de Liquidez

A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios poderá ser aplicada em Ativos Financeiros de Liquidez. Os Ativos Financeiros de Liquidez podem vir a se mostrar ilíquidos (seja por ausência de mercado secundário ativo, seja por eventual atraso no pagamento por parte do respectivo emissor e/ou devedor), o que poderia, eventualmente, afetar os pagamentos de amortização e/ou de resgate das Cotas, caso o Fundo precise vender referidos ativos.

Integralização a Prazo

As Cotas somente podem ser negociadas caso estejam integralizadas. Dessa forma, até que cumpra sua obrigação de integralizar as Cotas, o Cotista não poderá transferir Cotas nem a obrigação de integralizá-las. Além disso, a não integralização tempestiva das Cotas conforme previsto no Regulamento acarretará penalidades aos Cotistas inadimplentes. A não integralização tempestiva das Cotas impede a plena realização dos objetivos do Fundo e pode causar prejuízos ao Fundo e aos demais Cotistas.

Restrição à negociação de Cotas do Fundo que sejam objeto de distribuição pública – Ausência de Prospecto.

O Fundo poderá realizar a distribuição de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Mezanino por meio de ofertas públicas, nos termos da regulamentação aplicável. De acordo com as normas aplicáveis, em caso de realização de oferta pública destinada exclusivamente a investidores profissionais, o ofertante está desobrigado de preparar e disponibilizar prospecto da oferta em questão. A não adoção de prospecto pode limitar o acesso de informações do Fundo pelos investidores. Além disso, a distribuição de Cotas por meio de ofertas públicas destinada exclusivamente a investidores profissionais, nos termos das normas em vigor, implica em restrição de negociação das Cotas objeto da oferta.

Risco de Média Materialidade

Liquidação Antecipada

As Cotas serão amortizadas de acordo com o estabelecido no Regulamento. No entanto, há eventos que podem ensejar o início de uma Amortização Sequencial, e/ou a liquidação antecipada do Fundo, conforme indicados no Regulamento. Assim, há a possibilidade de os Cotistas terem suas Cotas resgatadas antecipadamente, eventualmente por valores inferiores aos esperados. Nessas hipóteses, os Cotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma rentabilidade, conforme o caso.

Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação do Fundo

Caso venha a ser liquidado, o Fundo poderá não dispor de recursos para pagamento aos investidores em razão de, por exemplo, o pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos ainda não ser exigível dos Devedores. Nessa hipótese, o pagamento aos investidores ficaria condicionado **(i)** ao vencimento dos Direitos Creditórios Cedidos e ao pagamento pelos Devedores; **(ii)** à venda dos Direitos Creditórios Cedidos a terceiros, com risco de deságio que poderia comprometer a rentabilidade do Fundo; ou **(c)** amortização ao resgate das Cotas em Direitos Creditórios Cedidos e em Ativos Financeiros de Liquidez integrantes da Carteira. Em qualquer das três situações, os investidores poderiam sofrer prejuízos patrimoniais.

Risco de Liquidação das Cotas do Fundo com a dação em pagamento de Direitos Creditórios

Na ocorrência de uma das hipóteses de liquidação do Fundo, as Cotas poderão ser pagas mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios Cedidos, nos termos autorizados pelo Regulamento. Nessa hipótese, os Cotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos Creditórios Cedidos recebidos do Fundo ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos respectivos Devedores.

Risco de Originação e Descontinuidade

Risco de Maior Materialidade

Risco de Originador

As atividades do Primeiro Cedente que resultam na originação dos Direitos Creditórios para atendimento à política de investimentos do Fundo podem, devido à sua natureza, ser afetadas por diversos fatores, inclusive condições de mercado, efeitos da política econômica do governo brasileiro e riscos operacionais. Caso, em decorrência de problemas relacionados às atividades do Primeiro Cedente, o Fundo não consiga adquirir Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, na respectiva Data de Oferta (conforme definida no Regulamento) aos Critérios de Elegibilidade ("Direitos Creditórios Elegíveis"), poderá haver um desenquadramento do Fundo com relação a seus limites de Alocação Mínima e consequentemente a liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Regulamento. Não há garantia de que os Cedentes ou o Primeiro Cedente conseguirá(ão) e/ou irá(ão) originar e/ou ceder(ão) Direitos Creditórios Elegíveis suficientes para que o Fundo se enquadre à Alocação Mínima e continue em existência. Além disso, a ausência e/ou redução na quantidade de Direitos Creditórios Elegíveis para aquisição pelo Fundo poderá impactar negativamente na rentabilidade das Cotas em função da impossibilidade de aquisição de Ativos Financeiros com a rentabilidade igual ou superior àquela proporcionada pelos Direitos Creditórios.

Risco de Originação – Modificação de Direitos Creditórios Cedidos por Decisão Judicial

Os Direitos Creditórios Cedidos podem eventualmente ter suas condições questionadas em juízo pelos respectivos Devedores, inclusive em razão dos juros e encargos aplicáveis. Não pode ser afastada a possibilidade de os Devedores lograrem êxito nas eventuais demandas ajuizadas. Nessa hipótese, os Direitos Creditórios Cedidos podem ter seus valores reduzidos ou até anulados em decisões judiciais, o que afetaria negativamente o patrimônio do Fundo.

Risco de Diminuição da Quantidade de Direitos Creditórios Elegíveis

Os Direitos Creditórios Elegíveis serão originados exclusivamente pelo Primeiro Cedente, sendo certo que o Fundo não possui qualquer acordo de exclusividade ou direito de preferência contratado com o Cedente ou com o Primeiro Cedente. Na hipótese de, por qualquer motivo, não existirem Direitos Creditórios Elegíveis disponíveis para cessão ao Fundo, poderá haver um desenquadramento do Fundo com relação a seus limites de Alocação Mínima e consequentemente a liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Regulamento.

Monitoração dos Eventos de Insolvência pela Gestora

A Gestora deverá monitorar a ocorrência de Eventos de Insolvência (conforme definidos no Regulamento), por meio de verificação mensal em órgãos de proteção ao crédito (Boa Vista e/ou Serasa) ou de eventual comunicação encaminhada por terceiros interessados, juntamente com a documentação comprobatória. Falhas da Gestora na identificação de Eventos de Insolvência nas verificações mensais, ou ocorrências de tais eventos entre verificações mensais, ou até que estes venham a ser comunicados aa Gestora pelo Cedente, pelo Primeiro Cedente ou por terceiros interessados podem fazer com que um Evento de Liquidação Antecipada não seja identificado. A Gestora não poderá ser responsabilizada por eventuais prejuízos que sejam causados aos Cotistas em decorrência de Eventos de Insolvência que não sejam verificáveis a partir dos relatórios dos órgãos de proteção ao crédito, caso não venha a ser notificada da ocorrência do referido Evento de Insolvência por terceiros.

Risco de Média Materialidade

Liquidação do Fundo

O Fundo poderá ser liquidado na ocorrência de determinados eventos, por deliberação da Assembleia Geral ou em caso de determinação da CVM, nos termos do regulamento e da regulamentação aplicável. Ocorrendo a liquidação do Fundo, poderá não haver recursos suficientes para pagamento aos Cotistas

(por exemplo, em razão de o pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos ainda não ser exigível dos respectivos Devedores). Neste caso, **(i)** os Cotistas teriam suas Cotas resgatadas em Direitos Creditórios Cedidos e em Ativos Financeiros de Liquidez integrantes da carteira do Fundo; ou **(ii)** o pagamento do resgate das Cotas ficaria condicionado **(a)** ao vencimento e pagamento pelos Devedores das parcelas relativas aos Direitos Creditórios Cedidos; ou **(b)** à venda dos Direitos Creditórios Cedidos a terceiros, sendo que o preço praticado poderia causar perda aos Cotistas. Além disso, em caso de liquidação antecipada do Fundo, os Cotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pela Administradora, pela Gestora, pelo Cedente ou pelo Custodiante qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

Risco de Fungibilidade e da Conta Escrow

Considerando a política de investimentos do Fundo e o estabelecimento do recebimento dos Direitos Creditórios Adquiridos via Conta Escrow (conforme definida abaixo) que recebe os depósitos pela entidade conveniada de todos os direitos creditórios do mesmo convênio com diferentes credores, existe risco de fungibilidade da conta Escrow, pelo fluxo do pagamento dos Direitos Creditórios passar por uma conta cuja titularidade não é do Fundo e é compartilhada com potenciais outros cessionários antes de chegar ao Fundo.

Riscos Operacionais

Risco de Maior Materialidade

Risco Decorrente de Falhas Operacionais

A identificação, a cessão e a cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos dependem da atuação conjunta e coordenada do Custodiante, do Cedente, da Gestora e da Administradora. O Fundo poderá sofrer perdas patrimoniais, caso os processos operacionais descritos no regulamento, no Contrato de Cessão e nos contratos com os respectivos prestadores de serviços do Fundo venham a sofrer falhas técnicas ou sejam comprometidos pela necessidade de substituição de qualquer dos prestadores de serviços contratados.

Risco de Interrupção dos serviços pelos prestadores contratados pelo Fundo

Eventual interrupção da prestação de serviços pelos prestadores de serviços contratados pelo Fundo, inclusive no caso de sua substituição, por qualquer motivo, poderá afetar o regular funcionamento do Fundo. Isso poderá levar a prejuízos ao Fundo ou, até mesmo, à sua liquidação antecipada.

Risco de irregularidades nos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios Cedidos

O Custodiante realizará a verificação da regularidade dos Documentos Comprobatórios em datas posteriores às respectivas Datas de Aquisição e Pagamento, nos termos do Anexo Descritivo ao Regulamento. Dessa forma, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios Cedidos cuja documentação apresente irregularidades decorrentes da eventual formalização inadequada dos Documentos Comprobatórios, sem que haja garantia do Cedente, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios Cedidos.

Documentos Comprobatórios

Os Documentos Comprobatórios que evidenciam o lastro dos Direitos Creditórios Cedidos são documentos eletrônicos. Falhas nos sistemas de arquivo de tais documentos podem dificultar o acesso a eles. Assim, poderá haver dificuldades no exercício pleno pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos, o que poderá gerar perdas ao Fundo. A disponibilização exclusivamente de forma eletrônica pode dificultar a produção de prova da publicidade de tais documentos no futuro, podendo obstar exercício pleno pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos

Creditórios e dificultar sua cobrança. Falhas nos processos eletrônicos que originam os Direitos Creditórios, inclusive em razão de fraudes cometidas pelos Devedores e/ou pelo Cedente, podem acarretar questionamentos quanto à validade dos Direitos Creditórios Cedidos ou sua transferência exclusivamente à Classe Única, o que pode prejudicar a caracterização dos Direitos Creditórios Cedidos como títulos executivos extrajudiciais pelo poder judiciário e sua cobrança, potencialmente gerando prejuízos para o Fundo e seus Cotistas.

Risco de sistemas

Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em Direitos Creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos do Cedente, do Custodiante, da Administradora, da Gestora, dos demais prestadores de serviços e do Fundo se darão livres de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos Creditórios poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

Risco Decorrente da Precificação dos Ativos

Risco de Maior Materialidade

Precificação dos Ativos

Os ativos integrantes da Carteira serão avaliados de acordo com os critérios e os procedimentos estabelecidos pela regulamentação em vigor. Referidos parâmetros, tais como o de marcação a mercado dos Ativos Financeiros ("*mark-to-market*"), poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da Carteira, podendo resultar em redução do valor das Cotas.

Risco de Fungibilidade

Risco de Maior Materialidade

Depósito dos pagamentos fora da Conta Escrow

A estrutura do Fundo não prevê o recebimento ordinário de valores decorrentes do pagamento ordinário dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo por qualquer forma que não mediante depósitos na Conta Escrow. Não obstante, os recursos decorrentes do Pré-Pagamento (conforme previsto no Regulamento) serão depositados diretamente em outras contas, que não a Conta Escrow, ficando o Cedente obrigada a transferir estes recursos para a Conta de Cobrança no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis do seu recebimento, conforme obrigação assumida no Contrato de Cessão. Nestas hipóteses, ou ainda no caso de recebimento pelo Cedente de Direitos Creditórios Inadimplidos, enquanto os recursos não forem transferidos à Classe Única, o Fundo estará correndo o risco de crédito do Cedente, e caso haja qualquer Evento de Insolvência do Cedente, o Fundo poderá não receber os valores que lhe são devidos, e poderá ter custos adicionais com a recuperação de tais valores. Além disso, caso seja iniciado processo de intervenção, liquidação extrajudicial, falência ou outro procedimento similar de proteção de credores envolvendo o Cedente, os valores de tempos em tempos depositados na Conta Escrow poderão ser bloqueados, por medida judicial ou administrativa, o que poderá acarretar prejuízo ao Fundo e aos Cotistas.

Depósito dos Pagamentos na Conta Escrow

Na Conta Escrow serão depositados valores, em decorrência dos repasses de recursos que foram objeto de cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, devendo o Custodiante realizar a conciliação dos pagamentos. Por essa razão, há o risco de fungibilidade entre os recursos do Cedente, do Primeiro Cedente ou de terceiros cessionários do Cedente, e os recursos do Fundo. Não há garantias de que a obrigação de realização da conciliação dos pagamentos pelo Custodiante e repasse dos recursos ao Fundo será suficiente para evitar prejuízos ao Fundo.

Risco de Média Materialidade

Intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares à instituição financeira nas quais as contas bancárias do Fundo serão mantidas

Na hipótese de intervenção da instituição financeira nas quais as contas bancárias do Fundo são mantidas, é possível que o repasse dos recursos provenientes dos Direitos Creditórios não ocorra no prazo esperado. Em caso de liquidação, de falência ou de aplicação de regimes similares a tais instituições, haverá a possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente serem recuperados por meio de pedido de restituição. Em ambos os casos, o patrimônio do Fundo poderá sofrer perdas e a rentabilidade das Cotas poderá ser afetada negativamente.

Outros

Risco de Média Materialidade

Risco de Pré-Pagamento

Os Direitos Creditórios estão sujeitos à Pré-Pagamento por parte de seus Devedores, ou seja, podem ser pagos ao Fundo anteriormente às suas respectivas datas de vencimento, inclusive logo após a respectiva Data de Aquisição e Pagamento. Desta forma, os Devedores podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado, total ou parcial, do valor do principal e dos juros devidos até a data de pagamento do Direito Creditório. Este evento pode implicar no recebimento, pelo Fundo, de um valor inferior ao previamente previsto no momento de sua aquisição, em decorrência do desconto dos juros que seriam cobrados ao longo do período compreendido entre a data do Pré-Pagamento e a data original de vencimento do crédito ou do eventual desconto concedido em razão do Pré-Pagamento, ou, ainda, do pagamento inferior ao preço de aquisição do Direito Creditório, caso o Direito Creditório tenha sido adquirido com ágio, bem como o Fundo poderá não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração, conforme o caso, oferecida pelos Direitos Creditórios, resultando na redução da rentabilidade geral do Fundo.

Possibilidade de Redução da taxa de remuneração dos Direitos Creditórios

Apesar de as CCBs representativas dos Direitos Creditórios serem devidamente constituídas por instituição financeira, os juros cobrados podem ser questionados judicialmente após a transferência de tais CCBs ao Fundo. Determinadas decisões judiciais estabeleceram que cessões de direitos creditórios a entidades não participantes do Sistema Financeiro Nacional não atribuiriam, a tais cessionárias, as mesmas prerrogativas que seriam atribuídas às entidades integrantes do Sistema Financeiro Nacional, como a possibilidade de cobrança de encargos, juros e correção monetária permitidos às instituições financeiras em decorrência da aplicação do Decreto 22.626/1933 (Lei de Usura), que institui o limite de cobrança de juros para instituições externas ao sistema financeiro nacional. Sendo assim, não é possível prever se serão impostas ou não ao Fundo, por meio de decisão judicial, limitações à cobrança de encargos e/ou juros remuneratórios dos Direitos Creditórios, nos termos inicialmente pactuados com os Devedores. A imposição dos referidos limites de cobrança poderá afetar de forma adversa e relevante o fluxo de pagamentos dos Direitos Creditórios.

Risco de questionamento da validade e da eficácia da cessão dos Direitos Creditórios

A cessão dos Direitos Creditórios para o Fundo pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial. Assim, o Fundo poderá incorrer no risco de os Direitos Creditórios Cedidos serem alcançados por obrigações assumidas pelo Cedente, os recursos decorrentes de seus pagamentos serem bloqueados ou redirecionados para pagamento de outras dívidas do Cedente, conforme o caso, inclusive em decorrência de intervenção, liquidação, regime de administração especial temporário – RAET, se for o caso, pedidos de recuperação judicial, falência, planos de recuperação extrajudicial ou outro procedimento de natureza similar, conforme aplicável. Os principais eventos que poderão afetar a cessão dos Direitos Creditórios Cedidos consistem em: **(i)** possível existência de garantias reais sobre os Direitos Creditórios Cedidos, que tenham sido constituídas previamente à sua cessão e sem conhecimento do Fundo; **(ii)** existência de penhora ou outra forma de constrição judicial sobre os

Direitos Creditórios Cedidos, constituída antes da sua cessão e sem o conhecimento do Fundo; **(iii)** verificação, em processo judicial, de simulação, fraude contra credores ou fraude à execução praticada pelo Cedente, conforme o caso; e **(iv)** revogação da cessão dos Direitos Creditórios Cedidos ao Fundo, na hipótese de falência do Cedente. Nessas hipóteses, os Direitos Creditórios Cedidos poderão ser bloqueados ou redirecionados para pagamento de outras dívidas do Cedente, conforme o caso, e o Patrimônio Líquido poderá ser afetado negativamente e a rentabilidade do Fundo poderá ser afetada negativamente em razão disso. A Administradora, a Gestora, o Custodiante, e a Gestora não são responsáveis pela verificação prévia ou posterior de determinadas causas de invalidade ou ineficácia da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, nem pelo ressarcimento de qualquer prejuízo causado ao Fundo e/ou aos Cotistas relacionado a qualquer invalidade ou ineficácia da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo.

Risco de Falhas na Originação e Formalização dos Direitos Creditórios Cedidos

Os Documentos Comprobatórios podem eventualmente conter irregularidades, como falhas na sua elaboração e erros materiais, ou mesmo não serem suficientes para serem caracterizados como títulos executivos extrajudiciais e ensejar um processo de execução. Por esse motivo, a cobrança judicial dos referidos Direitos Creditórios Cedidos poderá não se beneficiar da celeridade de um processo de execução, ficando ressalvada a cobrança pelas vias ordinárias, por meio da propositura de ação de cobrança, por exemplo. Dessa forma, a cobrança judicial dos Direitos Creditórios Cedidos poderá ser mais demorada do que seria caso seus Documentos Comprobatórios pudessem instruir uma execução judicial, uma vez que a cobrança pelas vias ordinárias impõe ao credor a obrigação de obter uma sentença transitada em julgado reconhecendo o inadimplemento do Direitos Creditórios Cedidos, para que, somente depois, essa sentença possa ser executada. Esse procedimento, dependendo do tribunal em que a cobrança se processa, pode demorar de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, em média. Adicionalmente, para a instrução do pedido judicial de cobrança, poderão ser necessários documentos e informações que não são enviados ao Fundo, ou mesmo documentos e informações adicionais que deveriam ser fornecidos pelo Cedente ou Devedor à época da cessão, os quais, uma vez não apresentados ou apresentados extemporaneamente, poderão obstar ou prejudicar a cobrança judicial dos Direitos Creditórios Cedidos. Assim, o Fundo poderá permanecer longo tempo sem receber os recursos oriundos dos Direitos Creditórios Cedidos que sejam discutidos judicialmente, o que pode prejudicar o Fundo e a rentabilidade do investimento realizado por seus Cotistas.

Riscos Relativos a Assinatura Eletrônica

As Propostas de Adesão e a as CCBs são assinadas através de plataforma de assinatura eletrônica, que não conta com a utilização da infraestrutura de chaves públicas brasileira (ICP-Brasil) instituída pelo Governo Federal por meio da Medida Provisória nº 2.200-2/01. A validade da formalização de documentos através da plataforma de assinatura e certificação eletrônica pode ser questionada judicialmente pelos Devedores, e não há garantia que tais Propostas de Adesão e CCBs sejam aceitas como títulos executivos extrajudiciais pelo poder judiciário. Nesses casos, os Direitos Creditórios Cedidos deverão ser objeto de cobrança por meio de ação monitória ou ação de conhecimento, cujo rito é significativamente mais lento que uma ação de execução, e cujo sucesso dependerá da capacidade do Fundo de produzir provas ou evidências da existência de seu crédito e do valor devido. Assim, o Fundo poderá permanecer longo tempo sem receber os recursos oriundos dos Direitos Creditórios Cedidos que sejam discutidos judicialmente, ou mesmo não conseguir recebê-los, o que pode prejudicar o Fundo e a rentabilidade do investimento realizado por seus Cotistas.

Processo Eletrônico de Originação, Cessão e Custódia

Os Documentos Comprobatórios que evidenciam o lastro dos Direitos Creditórios Cedidos são gerados, assinados e custodiados eletronicamente. Falhas em quaisquer desses processos eletrônicos, inclusive nos sistemas de arquivo de tais documentos e em razão de fraudes cometidas pelos Devedores e/ou pelo Primeiro Cedente, podem acarretar questionamentos quanto à validade dos Direitos Creditórios Cedidos, o que pode prejudicar a caracterização dos Direitos Creditórios Cedidos

como títulos executivos extrajudiciais pelo poder judiciário, e, portanto, gerar prejuízos para o Fundo e seus Cotistas. Ainda, o endosso "em preto" das CCBs do Cedente ao Fundo, ocorrerá mediante a celebração de Carta de Endosso "em preto" das CCBs, que é anexa e parte integrante da respectiva CCB, sendo, portanto, documento gerado, assinado e custodiado eletronicamente. Assim, não há garantia de que as Cartas de Endosso celebradas pelo Cedente ao Fundo não tenham sido precedidas – ou sejam sucedidas – de outra carta eletrônica de endosso celebrada pelo Cedente, transferindo as CCBs a outro cessionário, gerando dúvidas a respeito da titularidade da CCB e potenciais prejuízos ao Fundo e aos Cotistas.

Cancelamento ou redução do benefício pago ao Devedor

O benefício pago ao Devedor poderá ser reduzido ou cancelado, por decisão administrativa ou judicial, em decorrência, inclusive, da verificação de fraude ou revisão do benefício. Caso um Direito Creditório Cedido venha a ser afetado por qualquer dos eventos descritos acima, o Fundo não terá qualquer direito de indenização ou regresso contra o Cedente e o Primeiro Cedente em questão, o que poderá impactar negativamente a rentabilidade do Fundo.

Majoração de Custos dos Prestadores de Serviços

Caso qualquer um dos prestadores de serviços do Fundo venha a ser substituído, o custo do serviço prestado pelo novo prestador de serviço, caso seja de responsabilidade do Fundo, pode ser superior ao custo anterior, o que poderá levar a perdas patrimoniais e/ou à queda de rentabilidade do Fundo.

Critérios de Elegibilidade

Não obrigatoriedade de manutenção dos Critérios de Elegibilidade após a Data de Oferta. Não é possível assegurar que os Critérios de Elegibilidade continuarão a ser atendidos após a aquisição dos Direitos Creditórios. Na hipótese de, após: **(i)** a verificação e validação dos Critérios de Elegibilidade pela Gestora e **(ii)** a aquisição de Direitos Creditórios Cedidos pelo Fundo, tais Direitos Creditórios Cedidos deixem, por qualquer motivo, de atender aos Critérios de Elegibilidade, o Fundo poderá ter em sua carteira Direitos Creditórios Cedidos que não atendam aos Critérios de Elegibilidade.

Entrega dos Documentos Comprobatórios e dos Documentos Complementares pelo Cedente

Nos termos do Contrato de Cessão, os Documentos Comprobatórios relativos aos respectivos Direitos Creditórios Cedidos deverão ser disponibilizados pelo Cedente ao Custodiante, ou ao Agente de Guarda, conforme o caso, na Data de Aquisição e Pagamento do respectivo Direito Creditório pelo Fundo, observado que o endosso em preto eletrônico das CCBs para o Fundo deverá ser formalizado pelo Cedente dentro do mesmo prazo. Caso o Cedente não cumpra suas obrigações de entrega dos Documentos Comprobatórios e/ou de realização do endosso em preto das CCBs, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. Além disso, o Cedente deve entregar ao Custodiante ou ao Agente de Guarda, conforme o caso, os Documentos Complementares, que podem auxiliar a cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos. Eventual falha em tal entrega ou irregularidades nos Documentos Comprobatórios ou nos Documentos Complementares, pode dar causa à resolução da cessão ou atrasar ou dificultar a tempestiva cobrança dos Direitos Creditórios, causando prejuízos ao Fundo e aos Cotistas.

Risco relacionado ao registro dos Termos de Cessão em cartório de registro de títulos e documentos

Caberá à Administradora registrar o Contrato de Cessão e os Termos de Cessão dos Direitos Creditórios nos Cartórios Registros de Títulos e Documentos da sede da Administradora ou do Cedente, observado o prazo legal. Na hipótese de descumprimento do prazo legal para registro do Contrato de Cessão e dos Termos de Cessão, poderá haver ineficácia perante terceiros com relação às

respectivas cessões podendo afetar a capacidade de cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos e acarretar perdas ao Fundo e aos Cotistas.

Guarda da documentação

O Custodiante, sem prejuízo de sua responsabilidade, poderá contratar terceiro para realizar a verificação e a guarda dos Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios Cedidos. Não obstante a obrigação do eventual terceiro contratado de permitir ao Custodiante o livre acesso aos Documentos Comprobatórios, a terceirização desse serviço poderá dificultar a verificação da constituição e da performance dos Direitos Creditórios Cedidos.

Riscos decorrentes da Política de Concessão de Crédito adotada pela Gestora

O Fundo está sujeita aos riscos inerentes ao processo de originação dos Direitos Creditórios adotado pelo Cedente na análise e seleção dos Devedores, conforme descritos no Regulamento. O Cedente não será titular de Cotas Subordinadas Júnior, e não prestará coobrigação ao Fundo pela solvência dos Devedores, de forma que o risco de crédito dos Devedores será corrido exclusivamente pelo Fundo, não havendo incentivo à Cedente para a verificação da qualidade de créditos dos Devedores. Não há garantia de que os resultados do Fundo não sofrerão impactos em razão de sua exposição a tais riscos, sendo que nesse caso a Administradora, a Gestora, o Custodiante e o Cedente não serão responsabilizados por eventuais prejuízos ou por qualquer depreciação dos bens da carteira do Fundo.

Inexistência de Rendimento Predeterminado

As Cotas serão valoradas todo Dia Útil, conforme os critérios descritos no Regulamento. Tais critérios visam definir qual parcela do Patrimônio Líquido deve ser prioritariamente alocada nas Cotas Seniores de cada série e nas subclasses de Cotas Subordinadas de cada classe, na hipótese de amortização ou de resgate das Cotas, e não representam, nem deverão ser considerados promessa ou garantia de rentabilidade aos Cotistas. Portanto, os Cotistas somente receberão rendimentos se os resultados e o valor total da carteira do Fundo assim permitirem.

Dependência do Fluxo de Pagamento dos Direitos Creditórios

Os pagamentos da Remuneração e das Amortizações do Principal das Cotas Seniores de cada série, bem como das subclasses de Cotas Subordinadas Mezanino, conforme o caso, em cada Data de Pagamento, dependerão exclusivamente do fluxo de pagamento dos Direitos Creditórios pelos respectivos Devedores e do fluxo e valores dos Ativos Financeiros. Portanto, os Cotistas somente receberão recursos, a título de Remuneração e de Amortização de Principal, se os resultados e o valor total da carteira do Fundo assim permitirem. Embora haja previsão, no regulamento, para constituição de Reserva de Amortização, não há promessa ou garantia, por parte da Administradora ou da Gestora, de que haverá recursos suficientes para a constituição da Reserva de Amortização, e para pagamento da Remuneração e das Amortizações do Principal, representando esse apenas um objetivo a ser perseguido.

Quórum de Deliberação em Assembleias Gerais de Cotistas

Algumas deliberações a serem tomadas em Assembleias Gerais de Cotistas são aprovadas por maioria dos presentes na respectiva assembleia e, em certos casos, exigem quórum mínimo ou qualificado estabelecidos no Regulamento. O titular de pequena quantidade de Cotas pode ser obrigado a acatar decisões da maioria, ainda que manifeste voto desfavorável, não havendo mecanismos de resgate antecipado no caso de dissidência de Cotistas em determinadas matérias submetidas à deliberação em Assembleia Geral de Cotistas, com exceção do disposto no Regulamento. Além disso, a operacionalização de convocação e realização de Assembleias Gerais de Cotistas poderá ser afetada negativamente em razão da pulverização das Cotas, o que levará a eventual impacto negativo para os Cotistas.

Riscos e Custos de Cobrança

Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos e dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos Cotistas, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu patrimônio, sempre observado o que seja deliberado pelos Cotistas em Assembleia Geral. A Administradora, a Gestora, o Custodiante e o Cedente não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos caso os Cotistas deixem de aportar recursos necessários para tanto, conforme aplicável. Caso o Fundo não disponha de recursos necessários para cobrir os custos e despesas que eventualmente venham a ser incorridos na salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, e/ou com a cobrança judicial e/ou extrajudicial de Direitos Creditórios Inadimplidos, e considerando ser o Fundo de responsabilidade limitada, os Cotistas não serão obrigados a aportar recursos para realização ou manutenção dos procedimentos de cobrança, o que pode fazer com que o Fundo não receba os valores dos Direitos Creditórios Inadimplidos, refletindo em efeitos negativos no patrimônio do Fundo e na rentabilidade das Cotas.

Limitação do Gerenciamento de Riscos

A realização de investimentos no Fundo expõe o investidor aos riscos a que o Fundo está sujeita, os quais poderão acarretar perdas para os Cotistas. Os sistemas de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo adotados pela Administradora e pela Gestora podem não ser suficientes para evitar perdas para o Fundo e para os Cotistas. Em condições adversas de mercado, esse sistema de gerenciamento de riscos poderá, ainda, ter sua eficiência reduzida.

Falha da Gestora na verificação dos Critérios de Elegibilidade

Falhas da Gestora na verificação dos Critérios de Elegibilidade podem ocorrer, fazendo com que o Fundo adquira Direitos Creditórios em desacordo com o Regulamento, podendo gerar perdas ao Fundo e consequentemente aos seus Cotistas.

Risco de Menor Materialidade

Risco de operações com derivativos

O FUNDO PODE PODERÁ CONTRATAR OPERAÇÕES DE DERIVATIVOS, COM O OBJETIVO DE PROTEGER POSIÇÕES DETIDAS À VISTA, ATÉ O LIMITE DESSAS. TAIS OPERAÇÕES DE DERIVATIVOS, POR SUA PRÓPRIA NATUREZA, ACRESCENTAM RISCOS À CARTEIRA DO FUNDO E PODERÃO AFETAR NEGATIVAMENTE A RENTABILIDADE DO FUNDO. A ADMINISTRADORA, A GESTORA E O CUSTODIANTE NÃO SÃO RESPONSÁVEIS, EM CONJUNTO OU ISOLADAMENTE, POR EVENTUAIS DANOS OU PREJUÍZOS SOFRIDOS PELOS COTISTAS EM RAZÃO DA UTILIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE DERIVATIVOS

Outros Riscos

O Fundo também poderá estar sujeita a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros de Liquidez, alteração na política monetária, inclusive, mas não se limitando à criação de novas restrições legais ou regulatórias que possam afetar adversamente a validade da constituição dos Direitos Creditórios e da cessão desses, alteração na política monetária, alteração da política fiscal aplicável à Fundo, os quais poderão causar prejuízos para a Fundo e para os Cotistas.

O FUNDO TAMBÉM PODERÁ ESTAR SUJEITO A OUTROS RISCOS ADVINDOS DE MOTIVOS ALHEIOS OU EXÓGENOS AO CONTROLE DA ADMINISTRADORA, TAIS COMO MORATÓRIA, INADIMPLEMENTO DE PAGAMENTOS, MUDANÇA NAS REGRAS APLICÁVEIS AOS DIREITOS

CREDITÓRIOS ADQUIRIDOS E AOS ATIVOS FINANCEIROS DE LIQUIDEZ, ALTERAÇÃO NA POLÍTICA MONETÁRIA, INCLUSIVE, MAS NÃO LIMITADA A, CRIAÇÃO DE NOVAS RESTRIÇÕES LEGAIS OU REGULATÓRIAS QUE POSSAM AFETAR ADVERSAMENTE A VALIDADE DA CONSTITUIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ADQUIRIDOS E DA AQUISIÇÃO DESSES E ALTERAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL APLICÁVEL AO FUNDO, OS QUAIS PODERÃO CAUSAR PREJUÍZOS PARA O FUNDO E PARA OS INVESTIDORES.

A PRESENTE DESCRIÇÃO DOS FATORES DE RISCO NÃO PRETENDE SER COMPLETA OU EXAUSTIVA, SERVINDO APENAS COMO EXEMPLO E ALERTA AOS POTENCIAIS INVESTIDORES QUANTO AOS RISCOS A QUE ESTARÃO SUJEITOS OS INVESTIMENTOS NO FUNDO.

5. CRONOGRAMA

5.1. Cronograma das etapas da Oferta, destacando no mínimo:

a. as datas previstas para o início e o término da Oferta, a possibilidade de sua suspensão ou a sua prorrogação, conforme o caso, ou, ainda, na hipótese de não serem conhecidas, a forma como serão anunciadas tais datas, bem como a forma como será dada divulgação a quaisquer anúncios relacionados à Oferta.

Considerando a suspensão imediata da Oferta, determinada pela CVM por meio do Ofício nº 167/2026/CVM/SRE/GER-1, no âmbito do Processo CVM nº 19957.011342/2026-21, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, com término originalmente previsto para 25 de agosto de 2026, nos termos do art. 70 da Resolução CVM nº 160, bem como a posterior revogação da referida suspensão pela CVM, por meio do Ofício nº 189/2026/CVM/SRE/GER-1, apresenta-se, a seguir, o novo cronograma indicativo e estimativo das etapas da Oferta, elaborado com base na retomada da Oferta após a revogação da suspensão e no respectivo registro automático perante a CVM, contemplando os principais eventos previstos para a continuidade da Oferta:

Ordem dos Eventos	Evento[2]	Data Prevista [3] [4]
1	Protocolo do Pedido de Registro da Oferta na CVM Obtenção do Registro da Oferta na CVM	08/06/2026
2	Disponibilização do Anúncio de Início	08/06/2026
3	Divulgação do Comunicado ao Mercado sobre a Modificação da Oferta; republicação deste Prospecto e da Lâmina; início do Período de Desistência.	15/07/2026
4	Término do Período de Desistência	22/07/2026
5	Início ou retomada do recebimento de aceitações/subscrições, após o transcurso integral do Período de Desistência.	23/07/2026
6	Divulgação do comunicado ao mercado da Suspensão da Oferta Início do período de desistência decorrente da Suspensão da Oferta	24/07/2026
7	Término do período de desistência decorrente da Suspensão da Oferta	03/08/2026
8	Divulgação deste Comunicado ao Mercado de Revogação da Suspensão da Oferta e Modificação da Oferta Divulgação da versão atualizada do Prospecto Divulgação da versão atualizada da Lâmina Início do Período de Desistência decorrente desta Modificação da Oferta	24/08/2026
9	Término do Período de Desistência decorrente desta Modificação da Oferta	31/08/2026

[2] O Anúncio de Início e o Anúncio de Encerramento, bem como quaisquer outros anúncios referentes à Oferta, serão realizados com destaque e sem restrições de acesso, nos termos do artigo 13 da RCVM 160.

[3] Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério dos Ofertantes e do Coordenador Líder. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto no artigo 67 da RCVM 160, hipótese na qual incidirão os efeitos descritos nos artigos 68 e 69, da RCVM 160. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

[4] Caso ocorram alterações das circunstâncias, suspensão, prorrogação, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado. Quaisquer comunicações ao mercado relativas a tais eventos relacionados à Oferta serão publicadas e divulgadas nos termos do artigo 13 da RCVM 160, nas páginas da rede mundial de computadores dos Ofertantes, do Coordenador Líder, do Fundo, bem como da CVM e da B3.

10	Início ou retomada do recebimento de aceitações/subscrições, após o transcurso integral do Período de Desistência	01/09/2026
11	Data máxima para divulgação do Anúncio de Encerramento[5]	Até 180 dias da divulgação do Anúncio de Início

Em razão da nova Modificação da Oferta divulgada em 24/08/2026, os investidores que já haviam aderido poderão desistir até 31/08/2026, presumindo-se a manutenção da adesão em caso de silêncio. Novas aceitações serão recebidas a partir de 01/09/2026.

NA HIPÓTESE DE SUSPENSÃO, CANCELAMENTO OU MODIFICAÇÃO DA OFERTA, O CRONOGRAMA ACIMA SERÁ ALTERADO. PARA MAIS INFORMAÇÕES VEJA A SEÇÃO "*6.3 ESCLARECIMENTO SOBRE OS PROCEDIMENTOS PREVISTOS NOS ARTIGOS 70 E 71 DA RCVM 160 A RESPEITO DA EVENTUAL MODIFICAÇÃO DA OFERTA, NOTADAMENTE QUANTO AOS EFEITOS DO SILÊNCIO DO INVESTIDOR*", NA PÁGINA 42 DESTE PROSPECTO.

Quaisquer informações referentes à Oferta, incluindo este Prospecto, os anúncios e comunicados da Oferta, conforme mencionados no cronograma acima, as informações sobre manifestação de aceitação à Oferta, manifestação de revogação da aceitação à Oferta, modificação da Oferta, suspensão da Oferta e cancelamento ou revogação da Oferta, prazos, termos, condições e forma para devolução e reembolso dos valores dados em contrapartida às Cotas, estarão disponíveis nas seguintes páginas da rede mundial de computadores:

Administradora

https://www.apexgroup.com/apex-brazil-funds/ selecionar BRL e FIDC e digitar "NTZ Financiamentos Longo Prazo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Responsabilidade Limitada" na aba de busca e selecionar, na aba "Documentos", a opção desejada).

Coordenador Líder

https://www.apexgroup.com/apex-brazil-funds/ selecionar BRL e FIDC e digitar "NTZ Financiamentos Longo Prazo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Responsabilidade Limitada" na aba de busca e selecionar, na aba "Documentos", a opção desejada).

Gestora

https://www.netzasset.com.br/ (neste *website*, acessar "Governança", e ao final da página, selecionar a opção "Informações Fundos" e, então, localizar a opção desejada).

CVM

www.gov.br/cvm/pt-br (neste *website*, acessar "Centrais de Conteúdo", clicar em "Central de Sistemas da CVM", clicar em "Ofertas Públicas", em seguida clicar em "Ofertas de Distribuição", em seguida clicar em "Ofertas em Análise", e, na coluna "Primárias", selecionar a opção "Volume em R$" para "Quotas de FIDC/FIC-FIDC/FIDC-NP", em seguida, buscar por "NTZ FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - RESPONSABILIDADE LIMITADA", e, então, localizar a opção desejada).

Fundos.NET, administrado pela B3

[5] Nos termos do artigo 48 da RCVM 160, a subscrição ou aquisição das Cotas deverá ser realizada no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de divulgação do Anúncio de Início. Assim, as datas da liquidação da Oferta e do encerramento poderão ser antecipadas e deverão ser comunicadas ao mercado, sem que tal fato configure modificação da Oferta.

https://www.gov.br/cvm/pt-br (neste *website*, acessar "Centrais de Conteúdo", clicar em "Central de Sistemas da CVM", clicar em "Fundos de Investimento", em seguida, clicar em "Fundos Registrados", em seguida buscar por e acessar "NTZ FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - RESPONSABILIDADE LIMITADA". Selecione "aqui" para acesso ao sistema Fundos.NET, e, então, localizar a opção desejada)

b. os prazos, condições e forma para: (i) manifestações de aceitação dos investidores interessados e de revogação da aceitação, (ii) subscrição, integralização e entrega de respectivos certificados, conforme o caso, (iii) distribuição junto ao público investidor em geral, (iv) posterior alienação das Cotas adquiridas pelo Coordenador Líder em decorrência da prestação de garantia, (v) pagamento e financiamento, se for o caso, (vi) devolução e reembolso aos investidores, se for o caso, e (vii) quaisquer outras datas relativas à Oferta pública de interesse para os investidores ou ao mercado em geral.

No ato da subscrição de Cotas, cada investidor: **(i)** assinará o termo de adesão ao Regulamento ("Termo de Adesão"), por meio do qual o investidor deverá declarar que tomou conhecimento e os termos e cláusulas das disposições do Regulamento, em especial daquelas referentes à política de investimento e aos fatores de risco, bem como celebrará o boletim de subscrição; e **(ii)** se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar as Cotas por ele subscritas, nos termos do Regulamento, deste Prospecto e do boletim de subscrição.

O investidor deverá indicar no boletim de subscrição, **(a)** os Critérios de Aceitação da Oferta; **(b)** sua condição como Pessoa Vinculada; **(c)** a obtenção de exemplar do Regulamento, deste Prospecto e da lâmina da Oferta ("Lâmina"); e **(d)** nos casos em que haja modificação de Oferta, sua ciência, com destaque, que Oferta original foi alterada e das novas condições da Oferta.

O Coordenador Líder disponibilizará o modelo aplicável de boletim de subscrição a ser enviado/formalizado pelo investidor interessado, o qual poderá ser enviado/formalizado por qualquer meio admitido por lei, inclusive eletronicamente, nos termos do artigo 9º da RCVM 160.

Os boletins de subscrição constituem ato de aceitação, pelos investidores da Oferta, dos termos e condições da Oferta e têm caráter irrevogável, exceto **(i)** nas hipóteses de suspensão, modificação e cancelamento da Oferta; ou **(ii)** caso os Critérios de Aceitação da Oferta indicados pelo investidor não tenham sido atendidos.

CADA INVESTIDOR INTERESSADO EM PARTICIPAR DA OFERTA DEVERÁ ASSUMIR A OBRIGAÇÃO DE VERIFICAR SE ESTÁ CUMPRINDO COM OS REQUISITOS PARA PARTICIPAR DA OFERTA (EM ESPECIAL, SEU ENQUADRAMENTO COMO INVESTIDOR QUALIFICADO), PARA, ENTÃO, APRESENTAR SUAS INTENÇÕES DE INVESTIMENTO.

OS INVESTIDORES DEVEM (I) LER CUIDADOSAMENTE OS TERMOS E CONDIÇÕES ESTIPULADOS NA INTENÇÃO DE INVESTIMENTO, EM ESPECIAL OS PROCEDIMENTOS RELATIVOS À LIQUIDAÇÃO DA OFERTA E AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REGULAMENTO, DESTE PROSPECTO E NA LÂMINA, ESPECIALMENTE NA SEÇÃO "FATORES DE RISCO" NA PÁGINA 18 DESTE PROSPECTO, QUE TRATA, DENTRE OUTROS, SOBRE OS RISCOS AOS QUAIS A OFERTA E O FUNDO ESTÃO EXPOSTOS; E (II) ENTRAR EM CONTATO COM O COORDENADOR LÍDER, ANTES DE ENVIAR/FORMALIZAR A SUA INTENÇÃO DE INVESTIMENTO, PARA VERIFICAR OS PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELO COORDENARDOR LÍDER PARA CADASTRO DO INVESTIDOR E EFETIVAÇÃO DA RESERVA, INCLUINDO, SEM LIMITAÇÃO, PRAZOS ESTABELECIDOS PARA A ENVIO/FORMALIZAÇÃO DA REFERIDA INTENÇÃO E EVENTUAL NECESSIDADE DE DEPÓSITO PRÉVIO DO INVESTIMENTO PRETENDIDO.

Período de Distribuição

A subscrição e integralização das Cotas deverá ocorrer no prazo máximo de até 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de divulgação do anúncio de início da Oferta, elaborado nos termos do artigo 59, §3º da RCVM 160 ("Anúncio de Início" e "Período de Distribuição", respectivamente).

Forma de Subscrição e Integralização das Cotas

A subscrição das Cotas no âmbito da Oferta será efetuada mediante a assinatura do boletim de subscrição. Os investidores deverão assinar o boletim de subscrição e o Termo de Adesão, sob pena de cancelamento das respectivas intenções de investimento, a critério da Administradora e do Coordenador Líder.

As Cotas serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, nas datas e na forma especificada no respectivo boletim de subscrição, em moeda corrente nacional, por meio **(a)** da B3, caso as Cotas estejam custodiadas na B3; ou **(b)** de transferência eletrônica disponível – TED, ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, exclusivamente na Conta da Classe, servindo o comprovante de depósito ou transferência como recibo de quitação.

A liquidação financeira dar-se-á por meio de depósito, de Transferência Eletrônica Disponível (TED), da B3, de acordo com os procedimentos previstos no manual de normas de distribuição da B3, e/ou de crédito de recursos imediatamente disponíveis por outros mecanismos de transferência equivalentes, ao Fundo, dos valores obtidos pelo Coordenador Líder com a colocação das Cotas, no âmbito da Oferta.

Caso a distribuição e liquidação das Cotas, no âmbito do MDA, seja realizada após 16h30 (horário de Brasília), o Coordenador Líder fica automaticamente autorizado a realizar a transferência dos recursos financeiros decorrentes da integralização das Cotas que ocorreram após às 16h30 (horário de Brasília) ao Fundo no Dia Útil subsequente, sem quaisquer custos, encargos, multas ou penalidades para o Coordenador Líder.

Para mais informações sobre as condições da destinação da Oferta, do regime de distribuição e da dinâmica de coleta de intenções de investimento, veja os itens 7.5 e 7.6 da Seção "*7. Outras Características da Oferta*", nas páginas 47 e 48 deste Prospecto, respectivamente.

Reembolso dos Investidores em caso de cancelamento da Oferta ou desistência

Caso, por algum motivo a Oferta venha a ser cancelada pela CVM ou pela Gestora e /ou Administradora, e a Administradora realizará o cancelamento das Cotas, nos termos da regulamentação em vigor, devendo, ainda, devolver aos investidores valores eventualmente já integralizados, de acordo com os Critérios de Restituição de Valores.

Para maiores informações, vide Seção "*6.3. Esclarecimento sobre os procedimentos previstos nos arts. 70 e 71 da RCVM 160 a respeito da eventual modificação da Oferta, notadamente quanto aos efeitos do silêncio do investidor*" na página 42 deste Prospecto.

Os recursos integralizados pelos investidores no contexto da Oferta podem ser restituídos conforme os Critérios de Restituição de Valores. Para mais informações, veja as Seções 7.1 e 7.5 da Seção "*7. Outras Características da Oferta*" nas páginas 45 e 47 deste Prospecto, respectivamente.

6. RESTRIÇÕES A DIREITOS DE INVESTIDORES NO CONTEXTO DA OFERTA

6.1. Descrição de eventuais restrições à transferência da Cotas.

As Cotas serão depositadas para distribuição no mercado primário por meio do MDA e poderão ser negociadas no mercado secundário por meio do Fundos21, exclusivamente entre Investidores Qualificados e observadas as restrições da RCVM 160 e do Regulamento, sendo ambos administrados e operacionalizados pela B3, de modo que as negociações e os eventos de pagamento serão liquidados financeiramente e as cotas custodiadas eletronicamente por meio da B3.

As Cotas poderão ser negociadas em mercados organizados de valores mobiliários entre Investidores Qualificados a partir da divulgação do Anúncio de Encerramento nos Meios de Divulgação, sendo certo que **(i)** tais transferências deverão atender as condições estabelecidas no Regulamento, nos boletins de subscrição e na legislação e regulamentação aplicáveis; **(ii)** as Cotas não poderão ser negociadas junto a investidores em geral, dado que o Fundo é destinado a investidores que sejam, no mínimo, Investidores Qualificados; e **(iii)** cabe aos intermediários assegurar que, caso a aquisição seja realizada por meio do Fundos21, esta ocorra exclusivamente por Investidores Qualificados, observando-se todas as formalidades previstas no Regulamento e na legislação aplicável.

Durante a colocação das Cotas, o investidor subscritor terá suas Cotas bloqueadas para negociação de modo que estas somente poderão ser negociadas posteriormente à divulgação do Anúncio de Encerramento nos Meios de Divulgação e da autorização da B3.

6.2. Declaração em destaque da inadequação do investimento, caso aplicável, especificando os tipos de investidores para os quais o investimento é considerado inadequado.

NÃO OBSTANTE O DISPOSTO NESTE PROSPECTO, A EMISSÃO E A OFERTA NÃO SÃO DESTINADAS A INVESTIDORES QUE NÃO ESTEJAM CAPACITADOS A COMPREENDER E ASSUMIR OS SEUS RISCOS. O INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS REPRESENTA UM INVESTIMENTO DE RISCO E, ASSIM, OS INVESTIDORES DA OFERTA QUE PRETENDAM INVESTIR NAS COTAS ESTÃO SUJEITOS A DIVERSOS RISCOS, INCLUSIVE AQUELES RELACIONADOS À VOLATILIDADE DO MERCADO DE CAPITAIS, À LIQUIDEZ DAS COTAS, À OSCILAÇÃO DE SUAS COTAÇÕES NO MERCADO SECUNDÁRIO E À PERFORMANCE DOS ATIVOS INVESTIDOS, E, PORTANTO, PODERÃO PERDER UMA PARCELA OU A TOTALIDADE DE SEU EVENTUAL INVESTIMENTO.

O INVESTIMENTO NAS COTAS NÃO É ADEQUADO A INVESTIDORES QUE (A) NECESSITEM DE LIQUIDEZ IMEDIATA, TENDO EM VISTA A POSSIBILIDADE DE SEREM PEQUENAS OU INEXISTENTES AS NEGOCIAÇÕES DAS COTAS NO MERCADO SECUNDÁRIO; E/OU (B) NÃO ESTEJAM DISPOSTOS A CORRER OS DEMAIS RISCOS PREVISTOS NA SEÇÃO "FATORES DE RISCO" DO REGULAMENTO ANEXO A ESTE PROSPECTO E AOS RISCOS PREVISTOS NA SEÇÃO "FATORES DE RISCO" NA PÁGINA 18 DESTE PROSPECTO.

ALÉM DISSO, O FUNDO É CONSTITUÍDO SOB A FORMA DE CONDOMÍNIO FECHADO, OU SEJA, NÃO ADMITE A POSSIBILIDADE DE RESGATE DE SUAS COTAS. DESSA FORMA, OS INVESTIDORES PODEM TER DIFICULDADES EM ALIENAR SUAS COTAS NO MERCADO SECUNDÁRIO. A OFERTA NÃO É DESTINADA A INVESTIDORES QUE BUSQUEM RETORNO DE CURTO PRAZO. OS INVESTIDORES DA OFERTA DEVEM LER CUIDADOSAMENTE A SEÇÃO "FATORES DE RISCO", NA PÁGINA 18 E SEGUINTES DESTE PROSPECTO, PARA AVALIAÇÃO DOS RISCOS A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO, BEM COMO O REGULAMENTO, ANTES DA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO. O INVESTIMENTO NO FUNDO É INADEQUADO PARA INVESTIDORES PROIBIDOS POR LEI DE ADQUIRIR COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS.

6.3. Esclarecimento sobre os procedimentos previstos nos arts. 70 e 71 da RCVM 160 a respeito da eventual modificação da Oferta, notadamente quanto aos efeitos do silêncio do investidor.

Modificação da Oferta

Nos termos do artigo 67 e seguintes da RCVM 160, o Coordenador Líder em comum acordo com os Ofertantes poderá requerer à CVM que os autorize a modificar ou revogar a Oferta, caso ocorram alterações substanciais, posteriores e imprevisíveis nas circunstâncias de fato existentes quando do registro da Oferta e divulgação deste Prospecto, ou que os fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria Oferta.

Adicionalmente, o Coordenador Líder poderá modificar a qualquer tempo a Oferta para melhorar os seus termos e condições em favor dos investidores ou para renunciar condição da Oferta estabelecida pelo Fundo, conforme disposto no artigo 67, §8º da RCVM 160. Nos termos do artigo 67, §2º, da RCVM 160, a modificação da Oferta não estará sujeita à aprovação prévia da SRE.

A divulgação acerca da modificação da Oferta será realizada pelo Coordenador Líder por meio dos Meios de Divulgação, de forma que o Coordenador Líder deverá se acautelar e certificar, no momento do recebimento da manifestação do respectivo investidor, de que ele está ciente das novas condições da Oferta.

Na hipótese prevista acima, os investidores que já tiverem aderido à Oferta devem ser imediatamente comunicados a respeito da modificação efetuada, diretamente por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação, para que informem, no prazo mínimo de 05 (cinco) Dias Úteis contados da comunicação, eventual decisão de desistir de sua adesão à Oferta, observados os Critérios de Restituição de Valores, sendo certo que este período poderá ser inferior desde que haja a manifestação da integralidade dos investidores. Em caso de silêncio ao término do referido período, será presumida a manutenção da adesão.

EM CASO DE SILÊNCIO, SERÁ PRESUMIDO QUE OS INVESTIDORES SILENTES PRETENDEM MANTER A DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO. O COORDENADOR LÍDER DEVERÁ ACAUTELAR-SE E CERTIFICAR-SE, NO MOMENTO DO RECEBIMENTO DAS ACEITAÇÕES DA OFERTA, DE QUE O INVESTIDOR ESTÁ CIENTE DE QUE A OFERTA FOI ALTERADA E QUE TEM CONHECIMENTO DAS NOVAS CONDIÇÕES, CONFORME O CASO.

O disposto acima não se aplica à hipótese de que trata o §8º do artigo 67 da RCVM 160 (melhora nas condições da Oferta), entretanto a CVM pode determinar a sua adoção caso entenda que a modificação não melhora a Oferta em favor dos investidores.

No caso de modificação que demande aprovação prévia e que comprometa a execução do cronograma, os investidores que já tiverem aderido à Oferta devem ser imediatamente comunicados a respeito da modificação efetuada diretamente por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação, para que informem, no prazo mínimo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da comunicação, eventual decisão de desistir de sua adesão à Oferta, presumida a manutenção da adesão em caso de silêncio.

Nos termos do §4º do artigo 69 da RCVM 160, se o investidor revogar sua aceitação e já tiver efetuado a integralização de Cotas, os valores efetivamente integralizados serão devolvidos de acordo com os Critérios de Restituição de Valores, observado que, mesmo com relação às Cotas custodiadas eletronicamente na B3, tal procedimento será realizado fora do âmbito da B3, de acordo com os procedimentos da Administradora. Na hipótese de restituição de quaisquer valores aos investidores, conforme o caso, o comprovante de pagamento dos respectivos recursos servirá de recibo de quitação relativo aos valores restituídos, e os investidores deverão efetuar a devolução do documento de aceitação das Cotas cujos valores tenham sido restituídos.

A documentação referente ao previsto acima deverá ser mantida à disposição da CVM, pelo prazo de 05 (cinco) anos após a data de divulgação do Anúncio de Encerramento.

Suspensão da Oferta

Nos termos do artigo 70 da RCVM 160, a CVM: **(i)** poderá suspender, a qualquer tempo, a Oferta se: **(a)** estiver se processando em condições diversas das constantes da RCVM 160 ou do registro automático da Oferta; **(b)** estiver sendo intermediada por coordenador que esteja com registro suspenso ou cancelado, conforme a regulamentação que dispõe sobre coordenadores de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliário; ou **(c)** for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro automático da Oferta; e **(ii)** deverá suspender a Oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis, sendo certo que o prazo de suspensão da Oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada.

Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da Oferta e cancelar o respectivo registro automático.

O Coordenador Líder, os Ofertantes e o Fundo deverão dar conhecimento da suspensão aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, por Meios de Divulgação, facultando-lhes a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada ao investidor a suspensão da Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Em caso de silêncio, será presumido que os investidores silentes pretendem manter a declaração de aceitação. O Coordenador Líder deverá se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o investidor está ciente de que a Oferta foi suspensa e que tem conhecimento das novas condições, conforme o caso.

Caso o investidor revogue sua aceitação e já tenha integralizado suas Cotas, os valores efetivamente integralizados serão devolvidos de acordo com os Critérios de Restituição de Valores, observado que, mesmo com relação às Cotas custodiadas eletronicamente na B3, tal procedimento será realizado fora do âmbito da B3, de acordo com os procedimentos da Administradora. Na hipótese de restituição de quaisquer valores aos investidores, conforme o caso, o comprovante de pagamento dos respectivos recursos servirá de recibo de quitação relativo aos valores restituídos, e os investidores deverão efetuar a devolução do documento de aceitação das Cotas cujos valores tenham sido restituídos.

Cancelamento ou Revogação da Oferta

Caso **(i)** a Oferta seja cancelada, nos termos do artigo 71 da RCVM 160; **(ii)** a Oferta seja revogada, nos termos do artigo 68 da RCVM 160; ou **(iii)** o Contrato de Distribuição seja resilido, observado o previsto nos §§4º e 5ª do artigo 70 da RCVM 160, todos os atos de aceitação serão cancelados e o Coordenador Líder comunicará aos investidores o cancelamento ou revogação da Oferta, que poderá ocorrer, inclusive, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação, observados os Critérios de Restituição de Valores.

Nos termos do §4º do artigo 70 da RCVM 160, a rescisão do Contrato de Distribuição, decorrente de inadimplemento de quaisquer das partes importa no cancelamento do registro da Oferta. Nos termos do §5º do artigo 70 da RCVM 160, a resilição, por motivo distinto daqueles previstos acima, não implica revogação da Oferta, mas sua suspensão, até que novo contrato de distribuição seja firmado.

PARA MAIS INFORMAÇÕES VEJA A SEÇÃO "FATORES DE RISCO", EM ESPECIAL O FATOR DE RISCO "RISCO RELACIONADO AO CANCELAMENTO DA OFERTA" NA PÁGINA 18 DESTE PROSPECTO.

7. OUTRAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

7.1. Eventuais condições a que a Oferta esteja submetida

Distribuição Parcial e Montante Mínimo

Será admitida, nos termos dos artigos 73 e 74 da RCVM 160, a distribuição parcial das Cotas, desde que respeitado o Montante Mínimo, sendo que a Oferta em nada será afetada, caso não haja a subscrição e integralização da totalidade das Cotas.

No caso de captação abaixo do Valor Inicial da Oferta, mas acima do Montante Mínimo, as Cotas que não forem efetivamente subscritas e integralizadas deverão ser canceladas pela Administradora, devendo, ainda, devolver aos investidores que tiverem condicionado a sua adesão à Oferta, nos termos abaixo, à colocação integral do Valor Inicial da Oferta, ou para as hipóteses de alocação proporcional, os valores eventualmente já integralizados, de acordo com os Critérios de Restituição de Valores.

Caso não haja demanda pelo Montante Mínimo, a Oferta será cancelada e a Administradora realizará o cancelamento das Cotas, nos termos da regulamentação em vigor, devendo, ainda, devolver aos investidores valores eventualmente já integralizados, com base no Valor Nominal Unitário, sem juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos pelo investidor e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis contados da comunicação do cancelamento das Cotas, sendo que o comprovante de pagamento dos respectivos recursos servirá de recibo de quitação relativo aos valores restituídos ("Critérios de Restituição de Valores").

Critérios de Aceitação da Oferta

Os investidores terão a faculdade de condicionar sua adesão à Oferta a ocorrência da distribuição ("Critérios de Aceitação da Oferta"):

(i) do Valor Inicial da Oferta, sendo que, se tal condição não se implementar e o investidor já tiver efetuado a integralização das Cotas, o valor integralizado será devolvido conforme os Critérios de Restituição de Valores; ou

(ii) de quantidade igual ou maior que o Montante Mínimo e menor que o Valor Inicial da Oferta, indicando, neste caso, se deseja subscrever:

(a) a totalidade das Cotas subscritas, sendo que, se tal condição não se implementar e o investidor já tiver efetuado a integralização das Cotas, o valor integralizado será devolvido conforme os Critérios de Restituição de Valores, ou

(b) uma quantidade equivalente à proporção entre a quantidade das Cotas efetivamente distribuída e a quantidade das Cotas originalmente objeto da Oferta (presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em subscrever a totalidade das Cotas solicitadas por tal investidor), sendo que **(1)** se tal condição se implementar e o investidor já tiver efetuado o pagamento do preço total de integralização das Cotas solicitadas, o valor líquido pago a maior, será devolvido conforme ao respectivo investidor, conforme os Critérios de Restituição de Valores; e **(2)** não será permitida a subscrição de Cotas fracionadas.

Dessa forma, o investidor deverá indicar, no boletim de subscrição, se condiciona sua adesão à colocação integral da Oferta ou à colocação de montante igual ou superior ao Montante Mínimo, hipótese em que deverá indicar se pretende receber a totalidade das Cotas subscritas ou quantidade proporcional à efetivamente distribuída.

Condições da Oferta e irrevogabilidade

Para maiores informações, vide Seção "*6.3. Esclarecimento sobre os procedimentos previstos nos artigos 70 e 71 da RCVM 160 a respeito da eventual modificação da Oferta, notadamente quanto aos efeitos do silêncio do investidor*" na página 42 deste Prospecto.

7.2. Eventual destinação da Oferta ou partes da Oferta a investidores específicos e a descrição destes investidores

A presente Oferta é destinada a Investidores Qualificados, e não será dividida entre investidores de segmentos distintos para fins de critério de colocação das Cotas.

Pessoas Vinculadas

Poderá ser aceita a participação de investidores que sejam Pessoas Vinculadas na Oferta, observado o previsto no artigo 56 da RCVM 160, sem limite máximo de tal participação em relação ao Valor Total da Oferta, observadas condições abaixo.

O COORDENADOR LÍDER PODERÁ ADQUIRIR COTAS NA QUALIDADE DE PESSOA VINCULADA. O COORDENADOR LÍDER E AS EMPRESAS DE SEUS RESPECTIVOS GRUPOS ECONÔMICOS NÃO ESTARÃO OBRIGADOS A RESTRINGIR QUAISQUER DE SUAS ATIVIDADES CONDUZIDAS NO CURSO NORMAL DE SEUS NEGÓCIOS EM DECORRÊNCIA DA PRESENTE OFERTA, OBSERVADAS AS DISPOSIÇÕES DA RCVM 160.

Caso seja verificado pelo Coordenador Líder excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Cotas inicialmente ofertadas, não será permitida a colocação de Cotas perante investidores que sejam Pessoas Vinculadas e os boletins de subscrição celebrados por investidores que sejam Pessoas Vinculadas serão automaticamente cancelados, nos termos do artigo 56 da RCVM 160, exceto conforme disposto abaixo.

Nos termos do artigo 56, parágrafo 1º, da RCVM 160, a vedação de colocação às Pessoas Vinculadas disposta acima, não se aplica: **(i)** às instituições financeiras contratadas como formadores de mercado, caso aplicável; **(ii)** aos gestores de recursos e demais entidades ou indivíduos sujeitos a regulamentação que exija a aplicação mínima de recursos em fundos de investimento para fins da realização de investimentos por determinado tipo de investidor, exclusivamente até o montante necessário para que a respectiva regra de aplicação mínima de recursos seja observada; e **(iii)** aos casos em que, considerando o cancelamento previsto acima e abaixo, na ausência de colocação para as Pessoas Vinculadas, a demanda remanescente fique inferior à quantidade de Cotas inicialmente ofertada. Na hipótese do item (iii) acima, a colocação das Cotas perante Pessoas Vinculadas será permitida, porém limitada ao necessário para perfazer a quantidade de Cotas inicialmente ofertada, desde que preservada a colocação integral junto a pessoas não vinculadas das Cotas por elas demandadas.

Não obstante o disposto acima, conforme disposto no artigo 56, §5º da RCVM 160, para que não ocorra o cancelamento dos boletins de subscrição das Pessoas Vinculadas, serão adotadas precauções para mitigar as possibilidades de favorecimento e utilização de informação para obtenção de vantagem indevida pelas Pessoas Vinculadas, como por exemplo, a participação das Pessoas Vinculadas estará sujeita às mesmas restrições aos boletins de subscrição de investidores que não sejam Pessoas Vinculadas, incluindo: **(i)** condições de desistência que não dependam de sua única vontade; **(ii)** sujeição ao rateio em caso de excesso de demanda, que será realizado de forma discricionária pelo Coordenador Líder, cujo resultado será informado individualmente ao investidor a quem tenham sido atribuídas cotas em quantidade inferior ao demandado; e **(iii)** às demais condições descritas no Contrato de Distribuição e nos documentos da Oferta.

Caso não seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) das Cotas inicialmente ofertadas, não haverá limitação para participação de Pessoas Vinculadas na Oferta, podendo as Pessoas Vinculadas representarem até 100% (cem por cento) dos investidores.

A PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS VINCULADAS NA SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS COTAS PODE AFETAR NEGATIVAMENTE A LIQUIDEZ DAS COTAS NO MERCADO SECUNDÁRIO. PARA

MAIS INFORMAÇÕES VEJA A SEÇÃO "FATORES DE RISCO", EM ESPECIAL O FATOR DE RISCO "PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS VINCULADAS NA OFERTA" NA PÁGINA 21 DESTE PROSPECTO.

7.3. Deliberações necessárias à emissão ou distribuição das Cotas, identificando os órgãos deliberativos responsáveis e as respectivas reuniões em que foi aprovada a operação

A realização da Oferta foi aprovada por meio da Ata da Assembleia Geral de Cotistas do Fundo, realizada em 19 de maio de 2026, na qual os cotistas aprovaram, sem quaisquer restrições e/ou ressalvas, as matérias relativas à Oferta constantes da respectiva ordem do dia, e refletidas neste Prospecto. A Ata de Assembleia Geral de Cotistas do Fundo que aprovou a Oferta é apresentada no Anexo II a este Prospecto.

7.4. Regime de distribuição

As Cotas serão objeto de distribuição pública, sob o regime de melhores esforços de colocação para o Valor Total da Oferta, conduzida pelo Coordenador Líder, destinada exclusivamente a Investidores Qualificados, de acordo com a RCVM 160 e RCVM 175, observados termos e condições do Regulamento e do Contrato de Distribuição.

A Oferta será submetida ao rito de registro automático de distribuição, na CVM, nos termos do artigo 26, inciso VI, alínea "b" da RCVM 160 e nas demais disposições legais, regulamentares e autorregulatórias aplicáveis e em vigor, por se tratar de oferta pública de cotas de FIDC destinada exclusivamente a Investidores Qualificados.

Adicionalmente, não serão realizados esforços de colocação de Cotas em qualquer outro país que não o Brasil.

A Oferta será conduzida pelo Coordenador Líder conforme plano de distribuição elaborado nos termos do artigo 49 da RCVM 160, não havendo qualquer limitação em relação à quantidade de investidores acessados pelo Coordenador Líder, sendo possível, ainda, a subscrição ou aquisição das Cotas por qualquer número de investidores, respeitado o público-alvo da Oferta.

O Coordenador Líder organizará a distribuição e a colocação das Cotas de modo a assegurar que o tratamento conferido aos investidores seja equitativo, nos termos do artigo 7º da RCVM 160, observado, ainda, o artigo 49 da RCVM 160, bem como a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, nos termos do artigo 64 da RCVM 160 e demais normas da CVM aplicáveis.

Ademais, o Coordenador Líder deverá assegurar durante todo o procedimento de distribuição **(i)** que as informações divulgadas e a alocação da Oferta não privilegiem Pessoas Vinculadas, em detrimento de pessoas não vinculadas; **(ii)** a suficiência, veracidade, precisão, consistência e atualidade das informações constantes do Prospecto e demais documentos da Oferta e demais informações fornecidas ao mercado durante a Oferta; e **(iii)** a adequação do investimento ao perfil de risco dos investidores nos termos do artigo 64 da RCVM 160 e deve diligenciar para verificar se os investidores acessados podem adquirir as Cotas ou se há restrições que impeçam tais investidores de participar da Oferta.

7.5. Dinâmica de coleta de intenções de investimento e determinação do preço ou taxa

Não haverá coleta de intenções de investimento com os investidores.

7.6. Formador de mercado

Não será firmado contrato de formador de mercado no âmbito da Oferta.

7.7. Fundo de liquidez e estabilização, se houver

Não será **(i)** constituído fundo de sustentação de liquidez; ou **(ii)** firmado contrato de garantia de liquidez para as Cotas, bem como não será firmado contrato de estabilização de preço das Cotas, no âmbito da Oferta.

7.8. Requisitos ou exigências mínimas de investimento, caso existam

Não há aplicação inicial mínima por investidor.

8. INFORMAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA DA OPERAÇÃO

8.1. Possibilidade de os direitos creditórios cedidos serem acrescidos, removidos ou substituídos, com indicação das condições em que tais eventos podem ocorrer e dos efeitos que podem ter sobre os fluxos de pagamentos aos Cotistas.

Os Direitos Creditórios poderão ser adquiridos dos Cedentes e, conforme forem adimplidos pelos respectivos Devedores, o Fundo poderá realizar novas aquisições, desde que observados os Critérios de Elegibilidade, os limites de concentração por Devedor e grupo econômico e as demais condições previstas no Regulamento.

Não há uma obrigação pelo Fundo de necessariamente adquirir novos Direitos Creditórios conforme haja adimplência ou inadimplência da Carteira.

8.2. Informação e descrição dos reforços de créditos e outras garantias existentes.

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo poderão ou não contar com garantias reais ou fidejussórias, prestadas pelos respectivos Devedores ou por terceiros.

As Cotas não contam com quaisquer garantias e as aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante, do Controlador, do Cedente, do Primeiro Cedente de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do FGC.

8.3. Informação sobre eventual utilização de instrumentos derivativos que possam alterar os fluxos de pagamento previstos para os Cotistas.

É vedado ao Fundo realizar operações **(i)** de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo Ativo Financeiro de Liquidez; **(b)** de venda de opção de compra a descoberto e alavancada, a qualquer título; e **(c)** de renda variável.

O Fundo poderá alocar recursos de seu Patrimônio Líquido em operações em mercados de derivativos, exclusivamente com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas, desde que não gere exposição superior a uma vez o Patrimônio Líquido do Fundo.

O Fundo poderá realizar operações nas quais a Administradora e/ou a Gestora atue na condição de contraparte do Fundo, desde que com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez do Fundo.

8.4. Política de investimento, discriminando inclusive os métodos e critérios utilizados para seleção dos ativos.

Política de Investimento

A Carteira será composta por: **(i)** Direitos Creditórios que tenham sido cedidos ao Fundo; e **(ii)** Ativos Financeiros de Liquidez, em cada caso conforme permitido de tempos em tempos, em observância aos índices de composição e diversificação da Carteira estabelecidos no Regulamento e na regulamentação aplicável.

O Fundo tem como objetivo proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, por meio da aplicação dos recursos do Fundo preponderantemente na aquisição de Direitos Creditórios.

Caracterizam-se como passíveis de cessão ao Fundo **(a)** Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade descritos na Seção 8.4 abaixo e que observem a Taxa Mínima de Cessão prevista no Regulamento; e **(b)** todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências e prerrogativas relacionados aos referidos Direitos Creditórios.

Para fins regulatórios, a Classe observará o percentual mínimo de direitos creditórios exigido pelo Anexo Normativo II da RCVM 175. Para fins tributários, o Fundo buscará observar a alocação mínima exigida pela Lei 14.754/23 e pela Resolução CMN 5.111/23, sem garantia de manutenção permanente desse tratamento.

Critérios de Elegibilidade

Os Direitos Creditórios deverão atender cumulativamente aos Critérios de Elegibilidade previstos no Regulamento, incluindo, no mínimo: moeda nacional, inexistência de vencimento na data de aquisição, validação de lastro, atendimento aos limites de concentração, documentação comprobatória, ausência de impedimentos de cessão e aprovação pela Gestora.

Limite de concentração por Devedor ou grupo econômico:

A aquisição somente poderá ser realizada se, após a operação, a exposição consolidada do Fundo em Direitos Creditórios e outros ativos de responsabilidade ou coobrigação de um mesmo Devedor ou grupo econômico não exceder 20% do Patrimônio Líquido da Classe, observadas as exceções expressamente previstas na regulamentação aplicável.

8.5. Os eventos que podem alterar o cronograma ou a prioridade de pagamento e amortização das Cotas, como por exemplo, eventos de avaliação e liquidação.

Amortização Extraordinária

Vide item 2.6 deste Prospecto.

Evento de Aceleração de Vencimento, Eventos de Alavancagem e Eventos de Desalavancagem

Não aplicável.

Eventos de Liquidação

O Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral, convocada especialmente para esse fim. No mais, o Fundo poderá ser liquidado na ocorrência dos Eventos de Liquidação, conforme descritos na Seção 2.6 deste Prospecto.

Eventos de Avaliação

São considerados Eventos de Avaliação quaisquer das seguintes hipóteses:

a) descumprimento, pelos Prestadores de Serviço Essenciais e/ou pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações estabelecidos no Regulamento e nos demais documentos existentes referentes ao funcionamento do Fundo, desde que não sanado no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contado do recebimento da notificação;

b) desenquadramento da Alocação Mínima para Fins Tributários por 30 (trinta) dias ou mais de 1 (uma) vez dentro do mesmo ano;

c) desenquadramento do Índice de Subordinação, sem que ocorra o seu reenquadramento nos termos da cláusula 5.3. acima.

d) desenquadramento da Reserva de Encargos, em 1 (uma) Data de Verificação, sem que haja recomposição dentro de 5 (cinco) Dias Úteis;

e) atraso, por mais de 10 (dez) dias, no pagamento da amortização ou do resgate das Cotas da Subclasse Sênior e/ou das Cotas da Subclasse Mezanino;

f) a impossibilidade de aquisição de Direitos Creditórios que atendam à política de investimento da Classe, incluindo os Critérios de Elegibilidade, por um período superior a 30 (trinta) Dias Úteis durante o Período de Investimento;

Patrimônio Líquido negativo

Caso a Administradora verifique que o Patrimônio Líquido está negativo, deve imediatamente **(i)** suspender a realização da amortização de Cotas; **(ii)** não realizar novas subscrições de Cotas; **(iii)** comunicar a existência do Patrimônio Líquido negativo à Gestora; e **(iv)** divulgar fato relevante, nos termos do artigo 64 da RCVM 175. Em até 20 (vinte) dias contados da data em que o Patrimônio Líquido se tornar negativo: **(i)** elaborar um plano de resolução do Patrimônio Líquido negativo, em conjunto com a Gestora, do qual constem, no mínimo, as informações descritas no artigo 122, inciso II, item "a)", da Parte Geral da RCVM 175; e **(ii)** convocar Assembleia Especial para deliberar acerca do plano de resolução do Patrimônio Líquido negativo, em até 2 (dois) Dias Úteis contados

8.6. Descrição dos outros prestadores de serviço contratados em nome do Fundo.

Além dos prestadores de serviços indicados na Seção "2.*2. Apresentação dos Prestadores de Serviços Essenciais e Custodiante*" na página 2 deste Prospecto, o Fundo contratará auditor terceirizado contratado pela Administradora para revisão das demonstrações financeiras anuais e das contas do Fundo devidamente registrado junto à CVM ("Auditor Independente"), respeitado o disposto no Regulamento.

9. INFORMAÇÕES SOBRE OS DIREITOS CREDITÓRIOS

9.1. Informações descritivas das características relevantes dos direitos creditórios, tais como (a) número de direitos creditórios cedidos e valor total; (b) taxa de juros ou de retornos incidentes sobre os direitos creditórios cedidos; (c) prazos de vencimento dos créditos; (d) períodos de amortização; (e) finalidade dos créditos; e (f) descrição das garantias eventualmente previstas para o conjunto de ativos.

A tabela abaixo reflete a composição geral da carteira, tendo como data-base 03 de agosto de 2026.

Tipo de Direito Creditório	Quantidade por Parcela	Valor Presente	Taxa / Remuneração	Prazo Médio (dias)	Amortização	Garantias	Finalidade / Setor
Duplicata	534	R$ 5.467.942,11	30,20% a.a	32,64	Bullet	Coobrigação do Cedente	Antecipações de pagamentos de diversos cedentes.
Nota Comercial	996	R$ 33.855.302,50	26,62% a.a	776,06	Bullet	Aval; Alienação fiduciária de participação societária; Alienação fiduciária de recebíveis; e Notas comerciais sem garantia (clean[6])	Capital de Giro/ Financiamento para construção/ Leveraged Buyout / Financiamento de Capex / Operações de Fomento Comercial.
Certificado de Recebíveis (CR)	1	R$ 16.097.085,47	CDI + 6% a.a	607,65	Bullet	Não tem.[7]	Securitização para fins de capital de giro.

Com relação aos Direitos Creditórios mencionados no item 11.2, considerados de forma segregada e tendo como data-base 03 de agosto de 2026, apresenta-se, a seguir, a respectiva composição:

Tipo de Direito Creditório	Quantidade por Parcela	Valor Presente	Taxa / Remuneração	Prazo Médio (dias)	Amortização	Garantias	Finalidade / Setor
Nota Comercial (SPE Fiorito Ltda)	571	R$ 19.303.577	26,83%	867,85	Bullet	Clean	Leveraged Buyout.
Nota Comercial (Consórcio Limpa Gyn)	44	R$ 3.168.462	25,19%	579,13	Bullet	Aval; e Alienação fiduciária de recebíveis;	Financiamento de Capex.
Nota Comercial (Clarity Capital Securitizadora S/A)	1	R$ 16.097.085,47	CDI + 6% a.a	607,65	Bullet	Clean	Operações de Fomento Comercial.

[6] Com relação às Notas Comerciais, foram identificadas três modalidades: (i) Notas Comerciais sem garantia (clean); (ii) Notas Comerciais com garantia fidejussória, exclusivamente na modalidade aval; e (iii) Notas Comerciais com garantia fidejussória, na modalidade aval, cumulada com garantias reais, que podem consistir em alienação fiduciária de ações e, em determinados casos, alienação fiduciária de recebíveis.

7 O Certificado de Recebíveis não conta com garantia própria. Contudo, os direitos creditórios que constituem seu lastro, representados pela Nota Comercial emitida pelo CONSÓRCIO LIMPA GYN, contam com as respectivas garantias previstas nos documentos da operação.

9.2. Descrição da forma de cessão dos direitos creditórios ao Fundo, destacando-se as passagens relevantes de eventuais contratos firmados com este propósito, e indicação acerca do caráter definitivo, ou não, da cessão.

A cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo será definitiva, irrevogável e irretratável.

Os Direitos Creditórios serão adquiridos pelo Fundo incluindo todos os direitos, benefícios, interesses, ações e direitos de agir, atuais e futuros e as respectivas garantias referente aos Direitos Creditórios e todos os acessórios e acréscimos incidentes, tais como juros, penalidades, correção monetária e quaisquer outros valores que sejam devidos pela própria natureza dos Direitos Creditórios.

Os demais procedimentos aplicáveis à cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo serão descritos no respectivo Contrato de Cessão.

9.3. Indicação dos níveis de concentração dos direitos creditórios, por devedor, em relação ao valor total dos créditos que servem de lastro para as Cotas.

Os Devedores abaixo representam as maiores concentrações em relação ao Patrimônio Líquido do Fundo, considerando as informações disponíveis na data-base de 03 de agosto de 2026:

Devedor / Grupo Econômico	Participação no Patrimônio Líquido da Classe
SPE FIORITO LTDA, CNPJ sob nº: 63.309.401/0001-48	34,60%
CONSÓRCIO LIMPA GYN, CNPJ nº 54.305.037/0001-57, garantido por QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S.A, CNPJ nº 26.921.551/0001- 81 (lastro de Certificado de Recebíveis emitido pela NETZ SECURITIZADORA S.A., CNPJ sob o nº 61.833.005/0001-90)	34,53%
CLARITY CAPITAL SECURITIZADORA S/A, CNPJ Nº 43.904.553/0001-81	10,99%

A tabela acima considera a consolidação dos Devedores ou coobrigados integrantes de um mesmo grupo econômico.

Para os direitos creditórios lastreados em certificados de recebíveis, a indicação do Devedor considera os devedores e/ou coobrigados do lastro do certificado, e não a instituição emissora do certificado de recebíveis, tal como indicado na alínea XI, do artigo 2º do Anexo II da RCVM 175. A exposição por Devedor ou coobrigado observará o limite regulatório de 20% do Patrimônio Líquido da Classe, ressalvadas apenas as exceções legalmente previstas.

Não obstante os percentuais de concentração apresentados na Data-Base, os Devedores acima relacionados enquadram-se nas hipóteses admitidas pela regulamentação aplicável, em razão da existência de demonstrações financeiras auditadas do devedor ou do coobrigado do direito creditório correspondente, nos termos previstos no §3º do art. 45 do Anexo II da Resolução CVM nº 175. As respectivas demonstrações financeiras auditadas encontram-se reproduzidas em anexo deste Prospecto (Anexo IV) e estão igualmente disponíveis para consulta na página do Administrador, em Apex Brazil Funds – NTZ Financiamentos Longo Prazo FIDC, bem como no sistema Fundos.NET

9.4. Descrição dos critérios adotados pelo originador ou cedente para concessão de crédito.

Tendo em vista que o Fundo pode aplicar em Direitos Creditórios de naturezas diversas não é possível apresentar uma política única a ser considerada para a concessão de crédito. Os critérios adotados pelos

originadores ou cedentes para a concessão de crédito podem compreender, conforme aplicável: (i) coleta e validação cadastral do devedor e de seus representantes; (ii) avaliação de capacidade econômico-financeira e histórico de pagamentos; (iii) definição de limites e prazos compatíveis com o risco identificado; (iv) validação da origem, formalização e exigibilidade dos Direitos Creditórios; (v) verificação de garantias, quando existentes; (vi) monitoramento da adimplência, das concentrações e de sinais de deterioração de crédito; e (vii) submissão a alçadas internas de aprovação. A Gestora, com apoio dos prestadores contratados, reavalia os elementos relevantes antes de cada aquisição pelo Fundo. Os processos de originação dos Direitos Creditórios e a política de concessão de crédito efetivamente adotada por cada Cedente estão descritos no respectivo Anexo da Classe Única, nos termos da Cláusula 7.1 do Regulamento.

9.5. Procedimentos de cobrança e pagamento, abrangendo o agente responsável pela cobrança, a periodicidade e condições de pagamento.

A cobrança ordinária é realizada mediante recebimento dos pagamentos dos Devedores nas contas indicadas nos documentos da operação, nas respectivas datas de vencimento. Em caso de atraso, a Gestora poderá adotar, diretamente ou por meio de agente de cobrança contratado, medidas graduais de cobrança, incluindo contato, notificação, protesto, renegociação e medidas judiciais, observadas as regras do Regulamento, os documentos de cada Direito Creditório e a preservação do interesse do Fundo. A celebração de acordos ou renegociações relevantes deverá observar as alçadas e os procedimentos de governança aplicáveis.

O Agente de Cobrança, sociedade contratada pela Gestora, em nome do Fundo, nos termos do Regulamento, será responsável pela cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios Cedidos vencidos e não pagos pelos Devedores na respectiva data de vencimento. Será observada pelo Agente de Cobrança a Política de Cobrança prevista no Anexo da Política de Cobrança do Regulamento.

9.6. Informações estatísticas sobre inadimplementos, perdas ou pré-pagamento de créditos de mesma natureza dos direitos creditórios que comporão o patrimônio do Fundo, compreendendo um período de 3 (três) anos imediatamente anteriores à data da Oferta, acompanhadas de exposição da metodologia utilizada para efeito desse cálculo.

O Fundo não dispõe, até presente data, de histórico próprio de 3 (três) exercícios completos de operação com direitos creditórios de mesma natureza aos que comporão seu patrimônio em razão de sua constituição ter ocorrido em dezembro de 2025. Diante disso, e em linha com a prática de mercado para fundos em fase de estruturação ou de ofertas iniciais, utiliza-se como referência estatística um conjunto de dados agregados de mercado e de operações comparáveis estruturadas por veículos semelhantes ao Fundo.

Neste sentido, podemos afirmar que a indústria de FIDC utiliza, de forma consolidada, as seguintes técnicas para mensurar comportamento de carteira, inadimplência, perda e pré-pagamento:

- **Curva de perda estática (análise por safra)**: os créditos são segregados por safra de cessão (mês/trimestre de originação) e acompanhados ao longo do tempo decorrido, isolando o efeito de originação nova sobre os indicadores agregados de atraso.

- **Matriz de migração (roll-rate)**: mede a probabilidade de uma parcela migrar entre faixas de atraso (a vencer → 30 → 60 → 90 → 120 → perda/write-off), usada para projetar perda esperada da carteira futura a partir do comportamento histórico observado.

- **Perda esperada (Expected Loss)**: PD (probabilidade de inadimplência, extraída da matriz de transição) × LGD (perda dada a inadimplência, líquida de garantias/recuperação) × EAD (exposição no momento do default) — metodologia adaptada dos padrões prudenciais (Basileia) e replicada por administradores, gestores e agências de rating (Fitch, S&P, Moody's) na atribuição de rating a cotas sênior de FIDC.

- **Taxa de pré-pagamento condicional (CPR)**: apurada a partir da SMM (Single Monthly Mortality) mensal observada e anualizada, aplicável a créditos com opção de liquidação antecipada (Notas Comerciais com resgate facultativo, CCBs).

- **Inadimplência líquida vs. bruta**: segregação entre inadimplência antes e depois de recuperação/cobrança, para não subestimar a perda real absorvida pela carteira.

- **Uso de benchmark externo**: quando a base própria de dados é insuficiente (fundo novo, cedente sem histórico segregado suficiente), utilizam-se índices agregados de mercado como parâmetro de razoabilidade — prática usual e compatível com a exigência regulatória de exposição da metodologia.

Os FIDCs/operações de referência foram selecionados a partir dos seguintes critérios cumulativos:

- Mesma natureza de direito creditório: notas comerciais e recebíveis comerciais/mercantis de emissores/sacados pessoa jurídica;
- Registro ativo na CVM, com informes mensais entregues regularmente e demonstrações financeiras auditadas;
- Prazo mínimo de existência de 36 meses, com pelo menos 3 exercícios anuais completos de dados;
- Perfil de sacado/cedente comparável (empresas de médio/grande porte, sem concentração relevante em pessoa física);
- Estrutura de subordinação comparável (sênior/mezanino/subordinada) e, quando aplicável, rating de cotas sênior em faixa semelhante; e
- Dados públicos e verificáveis via Portal de Dados Abertos da CVM, informes mensais e bases de mercado (ANBIMA).

Como já levantado, na ausência de série própria de 3 anos, apresentam-se abaixo os indicadores de mercado usados como proxy:

Natureza dos direitos creditórios	% Inadimplência (vencidos/PL)	% PDD (PDD/PL)
Recebíveis Comerciais	**9,58%**	**1,59%**
Notas Comerciais, Dívida Corporativa	**5,79%**	**2,74%**
Recebíveis diversos (Contratos, Nota comercial, confissão de dívida)	**7,12%**	**2,53%**
Média	**7,50%**	**2,29%**

O histórico da carteira do Fundo de dezembro de 2025 até 03 de agosto de 2026, temos:

Natureza dos direitos creditórios	% Inadimplência (vencidos/PL)	% PDD (PDD/PL)
Duplicatas, Notas Comerciais, Recebíveis Diversos	**3,81%**	**0,50 %**

9.7. Se as informações requeridas no item 9.6 supra não forem de conhecimento da Administradora ou do Coordenador Líder, nem possam ser por eles obtidas, tal fato deve ser divulgado, juntamente com declaração de que foram feitos esforços razoáveis para obtê-las. Ainda assim, devem ser divulgadas as informações que a Administradora e o Coordenador Líder tenham a respeito, ainda que parciais.

Não aplicável. Foram prestadas as informações disponíveis, considerando o período de atividades do Fundo.

9.8. Informação sobre situações de pré-pagamento dos direitos creditórios, com indicação de possíveis efeitos desse evento sobre a rentabilidade das Cotas.

Os Devedores poderão optar por pagar antecipadamente os Direitos Creditórios. Tal situação pode acarretar o desenquadramento da carteira da Classe. Caso as Cedentes não consigam originar novos Direitos Creditórios em montante suficiente e a Gestora não consiga reinvestir os recursos recebidos em Ativos Financeiros com a mesma remuneração perseguida pela Classe, a rentabilidade inicialmente esperada para as Cotas pode ser afetada de forma negativa, não sendo devida pelo Fundo, pela Classe, pela Administradora ou pela Gestora qualquer multa ou penalidade, a qualquer título. A Classe e os Cotistas poderão sofrer perdas em decorrência desse fato.

9.9. Identificação de quaisquer eventos, previstos nos contratos firmados para estruturar a operação, que possam acarretar a liquidação ou amortização antecipada dos créditos cedidos ao Fundo, bem como quaisquer outros fatos que possam afetar a regularidade dos fluxos de pagamento previstos.

Não aplicável.

9.10. Descrição das principais disposições contratuais, ou, conforme o caso, do Regulamento, que disciplinem as funções e responsabilidades do Custodiante e demais prestadores de serviço, com destaque para:

(a) procedimentos para recebimento e cobrança dos créditos, bem como medidas de segregação dos valores recebidos quando da liquidação dos direitos creditórios;

Os recursos provenientes do pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos efetuados pelos Devedores poderão ocorrer para a Conta Vinculada ou a conta corrente de titularidade do Fundo, mantida junto a uma instituição financeira, que será utilizada para o recebimento dos valores provenientes da cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos ("Conta de Cobrança") e posteriormente direcionados para conta corrente de titularidade do Fundo, mantida junto a uma instituição financeira, para a qual serão direcionados os recursos obtidos a partir da liquidação dos Direitos Creditórios Cedidos ("Conta da Classe") ou diretamente a Conta da Classe, nos termos do Regulamento, do Contrato de Cessão, ou Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Escrow (conforme definido no Regulamento), conforme aplicável.

O Custodiante realizará a conciliação dos valores depositados na Conta Escrow para posterior transferência, conforme o caso, à Conta da Classe, observados estritamente os procedimentos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária da Conta Escrow, mantendo controle informacional sobre o fluxo dos recursos devidos ao Fundo.

Em caso de inadimplemento, os Direitos Creditórios Inadimplidos serão objeto de cobrança pela Gestora, na qualidade de agente de cobrança ou subcontratado. Para tanto, a Gestora e eventual subcontratado observarão as condições previstas no Regulamento, e na política de cobrança prevista no Regulamento.

(b) procedimentos do Custodiante e de outros prestadores de serviço com relação a inadimplências, perdas, falências, recuperação, incluindo menção quanto a eventual execução de garantias;

Os serviços de cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos serão prestados pela Gestora, na qualidade de agente de cobrança ou subcontratado. Para tanto, serão observadas as condições na Política de Cobrança prevista no Regulamento.

A liquidação e pagamento dos Direitos Creditórios Inadimplidos deverão ser realizados diretamente na Conta de Cobrança.

(c) procedimentos da Gestora e de outros prestadores de serviço com relação à validação das condições de cessão dos direitos creditórios e à verificação de seu lastro; e

O enquadramento dos Direitos Creditórios que o Fundo pretender adquirir aos Critérios de Elegibilidade será verificado e validado pela Gestora em cada Data de Oferta. Observados os termos e as condições do Regulamento, a verificação pela Gestora do atendimento aos Critérios de Elegibilidade será considerada como definitiva.

Verificação do lastro

Tendo em vista a significativa quantidade de Direitos Creditórios que serão cedidos ao Fundo e a expressiva diversificação de Devedores, nos termos da RCVM 175, a Gestora ou terceiro por ela contratado, nos termos da regulamentação vigente, efetuará a verificação do lastro dos Direitos Creditórios Cedidos, por amostragem, trimestralmente ou em periodicidade compatível com o prazo médio ponderado dos Direitos Creditórios, o que for maior, a existência, integridade e titularidade do lastro dos Direitos Creditórios que ingressaram na Carteira no período a título de substituição, assim como o lastro dos Direitos Creditórios Inadimplidos, trimestralmente, conforme Adendo III ao Regulamento.

(d) procedimentos do Custodiante e de outros prestadores de serviço com relação à guarda da documentação relativa aos direitos creditórios

Os Documentos Comprobatórios serão disponibilizados eletronicamente à Gestora e ao Custodiante na Data de Oferta do respectivo Direito Creditório.

A custódia dos Documentos Comprobatórios pelo Custodiante será realizada conforme a legislação em vigor e no Regulamento.

O Custodiante dispõe de regras e procedimentos, por escrito e passíveis de verificação, que lhe permitirão o efetivo controle da guarda, conservação e movimentação dos Documentos Comprobatórios sob sua guarda, bem como para diligenciar o cumprimento de suas obrigações nos termos do Regulamento. Tais regras e procedimentos permanecerão disponíveis e atualizados para consulta no website do Custodiante: https://www.apexgroup.com/apex-brazil/documentos-regulatorios/.

9.11. Informação sobre taxas de desconto praticadas pela Gestora na aquisição de direitos creditórios

O preço de aquisição dos Direitos Creditórios será determinado pela Gestora, na Data de Aquisição e Pagamento, e comunicado pela Gestora à Administradora e ao Custodiante ("Preço de Aquisição").

10. INFORMAÇÕES SOBRE ORIGINADORES

10.1. Identificação dos originadores e cedentes que representem ou possam vir a representar mais de 10% (dez por cento) dos direitos creditórios cedidos ao Fundo, devendo ser informado seu tipo societário, e características gerais de seu negócio, e, se for o caso, descrita sua experiência prévia em outras operações de securitização tendo como objeto o mesmo ativo objeto da securitização.

Os Direitos Creditórios mais representativos da carteira do Fundo são: (i) Notas Comerciais adquiridas diretamente pelo Fundo em emissão primária; e (ii) Certificados de Recebíveis lastreados em Notas Comerciais, adquiridos pela securitizadora também em emissão primária. Como esses Direitos Creditórios são adquiridos em emissões primárias, não há cedentes ou originadores a serem identificados nessas operações. Não obstante, a carteira também contempla duplicatas adquiridas por cessão, as quais contam com a coobrigação do cedente, conforme indicado nos itens 9.1 e 9.2 deste Prospecto.

Nesse sentindo, afirmamos que, na data-base de 03 de agosto de 2026, não há originador ou cedente que represente ou possa vir a representar mais de 10% (dez por cento) dos direitos creditórios cedidos e/ou adquiridos pelo Fundo.

10.2. Em se tratando de originadores responsáveis por mais que 20% (vinte por cento) dos direitos creditórios cedidos ao Fundo, quando se tratar dos direitos creditórios originados de *warrants* e de contratos mercantis de compra e venda de produtos, mercadorias ou serviços para entrega ou prestação futura, bem como em títulos ou certificados representativos desses contratos, além das informações previstas no item 10.1, devem ser apresentadas suas demonstrações financeiras de elaboradas em conformidade com a Lei nº 6.404, de 1976, e a regulamentação editada pela CVM, auditadas por auditor independente registrado na CVM, referentes ao último exercício social. Essas informações não serão exigíveis quando os direitos creditórios forem originados por instituições financeiras de demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Na data de publicação deste Prospecto não há na carteira do Fundo originadores responsáveis por mais que 20% dos créditos cedidos ao Fundo. Contudo, o Anexo IV a este Prospecto apresenta as demonstrações financeiras auditadas de devedores ou coobrigados com concentração acima de 20%, para evidência da regularidade do enquadramento da carteira.

11. INFORMAÇÕES SOBRE DEVEDORES OU COOBRIGADOS

11.1. Principais características homogêneas dos devedores dos direitos creditórios.

Os Devedores são pessoas jurídicas de direito privado e/ou sociedades empresárias, devidamente constituídas no Brasil e/ou pessoas físicas maiores de 18 (dezoito) anos.

11.2. Nome do devedor ou coobrigado responsável pelo pagamento ou pela liquidação de mais de 10% (dez por cento) dos ativos que compõem o patrimônio do Fundo ou do patrimônio segregado, composto pelos direitos creditórios que lastreiam a operação; tipo societário e características gerais de seu negócio; natureza da concentração dos direitos creditórios cedidos; disposições contratuais relevantes a eles relativas.

Na data-base 03 de agosto de 2026, os Devedores ou grupos econômicos responsáveis por mais de 10% dos ativos que compõem o patrimônio do Fundo são os seguintes:

SPE FIORITO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº **63.309.401/0001-48**, sociedade limitada, tem por objeto social a participação, direta ou indiretamente, inclusive por meio de fundos de investimento em participações, no capital social de sociedades empresárias organizadas sob a forma de Sociedade Anônima do Futebol – SAF, nos termos da Lei nº 14.193/2021, bem como a realização de investimentos, aportes de capital e/ou concessão de financiamentos destinados à implementação, ao desenvolvimento e à exploração de atividades relacionadas ao futebol profissional e atividades correlatas, incluindo a gestão de direitos econômicos, contratuais, de imagem, de marketing e de propriedade intelectual vinculados às referidas sociedades. Os direitos creditórios relacionados a esse devedor representam **34,60%** do patrimônio líquido do Fundo na data-base de 03 de agosto de 2026, sendo a concentração decorrente de **Notas Comerciais, sem garantias,** sendo possível a majoração do limite de concentração de 20% em razão do atendimento da hipótese prevista na alínea c, inciso I do §3º do artigo 45 do Anexo Normativo II da Resolução CVM 175, conforme demonstrações financeiras da emissora, apresentadas na forma do Anexo IV a este Prospecto. Adverte-se, ainda, que a **SPE FIORITO LTDA**. foi constituída em 10/10/2025 e, no exercício social de 2025, não desenvolveu atividade operacional, apresentando patrimônio líquido de R$ 5.703,00 (cinco mil, setecentos e três reais), frente à exposição do Fundo a essa devedora de aproximadamente R$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de reais). Adverte-se ainda que as demonstrações financeiras apresentadas no Anexo IV a este Prospecto são referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, portanto anteriores à emissão das Notas Comerciais adquiridas pelo Fundo. Para mais informações, o investidor deve consultar o fator de risco "*Risco de exposição relevante a sociedade de propósito específico recém-constituída sem histórico operacional (SPE FIORITO LTDA.)*" na seção "Fatores de Risco" deste Prospecto. **VIDE FATOR DE RISCO NA SEÇÃO 4.**

CONSÓRCIO LIMPA GYN, consórcio de sociedades, com sede na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na Avenida Perimetral Norte, nº 13733, Quadra área, Lote C, Fazenda Colina, CEP 74.682- 000, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 54.305.037/0001-57. O Consórcio tem por objeto as seguintes atividades: prestação dos serviços de Coleta de Resíduos Sólidos; Coleta Seletiva, Remoção de Entulhos, Varrição Mecanizada; Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores – frota própria; Serviço de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores – frota própria; Unidade de combustível para abastecimento de frota própria; Estacionamento de veículos próprios; Carga e descarga de produtos ou mercadorias (transbordo); Serviços combinados de escritório e apoio administrativo; Outras atividades de serviços prestados principalmente as empresas não especificadas anteriormente; e Atividades de limpeza não especificadas anteriormente. Os direitos creditórios relacionados a este devedor representam **34,53**% do patrimônio líquido do Fundo na data-base de 03 de agosto de 2026, e consistem em Notas Comerciais escriturais, com garantia de cessão fiduciária de recebíveis, e aval prestado por **QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S.A.,** sociedade anônima, com sede na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na Avenida Olinda, nº 960, quadra H4, Lote

01/03, 23º andar, salas 2303/2307, Park Lozandes, CEP 74.884-120, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.921.551/0001- 81. As Notas Comerciais de emissão do Consórcio Limpa Gyn representam 34,53% do patrimônio líquido do Fundo na data-base de 03 de agosto de 2026, sendo possível a majoração do limite de concentração de 20% em razão do atendimento da hipótese prevista na alínea c, inciso I do §3º do artigo 45 do Anexo Normativo II da Resolução CVM 175, conforme demonstrações financeiras da Quebec Construções e Tecnologia Ambiental S.A., na qualidade de coobrigada, apresentadas na forma do Anexo IV a este Prospecto. Esclarece-se que o **CONSÓRCIO LIMPA GYN**, na qualidade de consórcio de sociedades, não elabora demonstrações financeiras nos termos da Lei nº 6.404/76. Dessa forma, o enquadramento na exceção prevista no artigo 45, § 3º, inciso I, alínea "c", do Anexo Normativo II da Resolução CVM nº 175 fundamenta-se exclusivamente nas demonstrações financeiras, as quais foram auditadas por auditor independente registrado na CVM, da **QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S.A.**, na qualidade de coobrigada. O aval prestado pela **QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S.A.**, nos termos do Termo de Emissão da respectiva Nota Comercial, é prestado de forma irrevogável e irretratável, sendo os avalistas devedores e principais pagadores, solidariamente entre si e com a Emitente, das Obrigações Garantidas assumidas pela Emitente no âmbito do referido Termo de Emissão, com expressa renúncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza. O aval abrange 100% (cem por cento) das Obrigações Garantidas, compreendendo, sem limitação, o pagamento do Valor Nominal Unitário, da Remuneração, dos Encargos Moratórios aplicáveis, das custas e despesas extrajudiciais e judiciais, dos honorários advocatícios incorridos na proteção dos interesses do titular das Notas Comerciais, bem como de quaisquer outras despesas de responsabilidade da Emitente no âmbito da respectiva emissão. Além da **QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S.A.**, figuram como avalistas no Termo de Emissão **CLEAN MASTER AMBIENTAL UNIPESSOAL LTDA.** (CNPJ/MF nº 18.804.209/0001-73), **MARCELO PASSOS MARTINS** (CPF nº 765.355.091-68) e **RAFAEL FONSECA MACHADO** (CPF nº 014.545.591-28), todos solidariamente responsáveis entre si e com a Emitente. Além do aval prestado pelos coobrigados, as obrigações garantidas contam com **garantia real, consistente na cessão fiduciária de direitos creditórios**, abrangendo: (a) determinados recebíveis decorrentes do Contrato nº 020/2024, celebrado entre a Emitente e o Município de Goiânia em 19 de março de 2024, conforme aditado, referente ao processo SEI nº 22.18.000001530-4, por força do Edital da Concorrência Pública nº 002/2023 ("Edital"), de titularidade da Emitente (conforme aditado, suplementado, complementado ou alterado de acordo com a legislação aplicável, "Contrato Público"); e (b) os recursos decorrentes do Contrato Público que venham a ser depositados e mantidos, a qualquer tempo, inclusive os respectivos investimentos e rendimentos, na Conta Escrow (conforme definida abaixo), a ser aberta pela Emitente. A referida cessão fiduciária será constituída e aperfeiçoada nos termos e condições previstos nos respectivos instrumentos de garantia, permanecendo os direitos creditórios e os recursos cedidos fiduciariamente vinculados ao cumprimento das Obrigações Garantidas, observadas as condições estabelecidas nos documentos da operação.

Adicionalmente, para fins de compatibilização com o disposto nos itens 9.1 e 9.3 deste Prospecto, esclarece-se que: o Fundo tem exposição direta e indiretamente detém 34.53% de exposição, na data-base de 03 de agosto de 2026, em relação ao ativo relacionado ao **CONSÓRCIO LIMPA GYN,** conforme as características descritas acima**.** A exposição de **34,53%** mencionada acima representa a **exposição total do Fundo ao CONSÓRCIO LIMPA GYN**, quanto à Nota Comercial adquirida diretamente pelo Fundo e o Certificado de Recebível, considerada em relação ao patrimônio líquido da Classe. Por sua vez, da exposição total de 34.53%, o percentual de **28,85%** corresponde apenas à **participação do valor de aquisição do referido Certificado de Recebíveis, em relação ao patrimônio líquido do Fundo**, desconsiderando outros ativos de emissão do **CONSÓRCIO LIMPA GYN** existentes na carteira do Fundo,, ambas as informações consideradas na mesma data-base de 03 de agosto de 2026.

CLARITY CAPITAL SECURITIZADORA S/A, sociedade por ações inscrita no CNPJ sob o nº 43.904.553/0001-81. A sociedade tem por objeto a prestação de serviços de consultoria em gestão empresarial, promoção de vendas, intermediação e agenciamento de negócios e serviços, apoio administrativo especializado e atuação como correspondente de instituições financeiras, desenvolvendo atividades de suporte operacional, comercial e estratégico para empresas e operações financeiras. Os

direitos creditórios relacionados a esse devedor representam **10,99%** do patrimônio líquido do Fundo na data-base de 03 de agosto de 2026, sendo a concentração decorrente de Notas Comerciais, sem garantias.

No mais, para fins de compatibilização com o item 9.1 deste Prospecto, esclarece-se que a indicação de "Aval" constante da linha de Notas Comerciais do item 9.1 refere-se especificamente às Notas Comerciais de emissão do **CONSÓRCIO LIMPA GYN** (avalizadas pela **QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S.A.**), ao passo que as Notas Comerciais de emissão da **CLARITY CAPITAL SECURITIZADORA S/A** e da **SPE FIORITO LTDA.** são desprovidas de garantias, conforme indicado neste item 11.2, **VIDE FATOR DE RISCO NA SEÇÃO 4.**

11.3. Em se tratando de devedores ou coobrigados responsáveis por mais de 20% (vinte por cento) dos direitos creditórios, demonstrações financeiras, elaboradas em conformidade com a Lei nº 6.404, de 1976, e a regulamentação editada pela CVM, auditadas por auditor independente registrado na CVM, referentes ao último exercício social

Conforme já mencionado no item 11.2 acima, as demonstrações financeiras auditadas da SPE FIORITO LTDA., bem como da QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S.A, seguem na forma do Anexo IV a este Prospecto.

Adicionalmente, embora não seja exigência regulatória para fins de atendimento ao presente requisito, optou-se por incluir, também no Anexo IV deste Prospecto, as demonstrações financeiras da NETZ SECURITIZADORA S.A., na qualidade de emissora do Termo de Securitização da 1ª (Primeira) Emissão de Certificados de Recebíveis, em Série e Classe Única, da Netz Securitizadora S.A., com Lastro em Direitos Creditórios Financeiros Diversificados, destinado à colocação privada da Nota Comercial emitida pelo CONSÓRCIO LIMPA GYN, cuja operação conta com A QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S.A. na qualidade de coobrigada.

Por fim, os referidos documentos encontram-se disponíveis na página do Administrador, em Apex Brazil Funds – NTZ Financiamentos Longo Prazo FIDC, bem como no sistema Fundos.NET

11.4. Informações descritas nos itens 1.1, 1.2, 1.11, 1.14, 6.1, 7.1, 8.2, 11.2, 12.1 e 12.3 do formulário de referência, em relação aos devedores responsáveis por mais de 20% (vinte por cento) dos direitos creditórios e que sejam destinatários dos recursos oriundos da Emissão, ou aos coobrigados responsáveis por mais de 20% (vinte por cento) dos direitos creditórios

Os recursos líquidos da Emissão serão destinados à aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, observados os critérios previstos na Política de Investimentos do Fundo. Considerando que parte desses recursos poderá ser destinada à aquisição de Direitos Creditórios de responsabilidade de SPE FIORITO LTDA, inclusive por meio de operações em que tal devedora seja destinatária dos recursos, o Prospecto apresenta, na forma do Anexo III a este Prospecto, as informações correspondentes aos itens 1.1, 1.2, 1.11, 1.14, 6.1, 7.1, 8.2, 11.2, 12.1 e 12.3 do Formulário de Referência.

12. RELACIONAMENTOS E CONFLITO DE INTERESSES

12.1. Descrição dos relacionamentos relevantes existentes entre o Coordenador Líder e sociedades do seu grupo econômico e cada um dos prestadores de serviços essenciais ao fundo, contemplando:(a) vínculos societários existentes; e (b) descrição individual de transações que tenham valor de referência equivalente a 5% (cinco por cento) ou mais do montante estimado a ser obtido pelo ofertante em decorrência da Oferta.

12.1.1. Vínculos societários existentes.

Relacionamento do Coordenador Líder com a Administradora

O Fundo é administrado pela Administradora, e suas Cotas serão distribuídas, no âmbito da Oferta, pela Administradora, na qualidade de Coordenador Líder, o que pode proporcionar maior alinhamento estratégico e eficiência operacional. No entanto, essa vinculação também pode gerar potenciais conflitos de interesses, uma vez que as decisões relacionadas ao Fundo e à Oferta podem ser influenciadas por interesses do grupo econômico da Administradora, em detrimento da independência e imparcialidade esperadas na gestão e distribuição das Cotas.

Para mitigar esses riscos, a Administradora e as demais empresas do mesmo grupo econômico adotam mecanismos regulatórios e de governança, buscando assegurar a transparência e a equidade na administração do Fundo. Essas medidas incluem a implementação de políticas internas para segregação de funções, controles de compliance e a observância de diretrizes estabelecidas em seu Código de Ética (disponível em https://www.apexgroup.com/apex-brazil/documentos-regulatorios/

Para mais informações, veja o fator de risco "*Risco de Potencial Conflito de Interesses entre o Coordenador Líder e a Administradora*" na página 23 deste Prospecto.

Relacionamento do Coordenador Líder com a Gestora

Na data deste Prospecto, a Gestora e o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer relação societária entre si.

Não obstante, o Coordenador Líder poderá manter relacionamento comercial com a Gestora, oferecendo seus produtos e/ou serviços no assessoramento para a realização de investimentos e/ou em quaisquer outras operações de banco de investimento, incluindo a coordenação de outras ofertas de cotas do Fundo e de outros fundos geridos pela Gestora, podendo vir a contratar com o Coordenador Líder ou qualquer outra sociedade de seu conglomerado econômico tais produtos e/ou serviços de banco de investimento necessários à condução das atividades do Fundo e da Gestora, observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis no que concerne a realização de negócios entre as partes.

Exceto pelo disposto acima e por eventual relacionamento comercial no curso ordinário dos negócios, a Gestora não possui qualquer outro relacionamento relevante com o Coordenador Líder ou seu conglomerado econômico. Não existe relacionamento societário ou relação de exclusividade na prestação dos serviços entre o Coordenador Líder e da Gestora. Por fim, as partes declaram, na data deste Prospecto, que, no seu entendimento, não há qualquer relacionamento ou situação entre si que possa configurar conflito de interesses no âmbito da Oferta.

Relacionamento do Coordenador Líder com o Cedente

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o Coordenador Líder e/ou sociedades do seu grupo econômico não mantêm qualquer outro relacionamento comercial com o Cedente.

Não obstante, o Coordenador Líder poderá no futuro manter relacionamento comercial com o Cedente, oferecendo seus produtos e/ou serviços no assessoramento para realização de investimentos, fusões e aquisições, financiamento e/ou em quaisquer outras operações de banco de investimento, podendo o Cedente vir a contratar com o Coordenador Líder ou qualquer outra sociedade de seu conglomerado econômico tais produtos e/ou serviços de banco de investimento necessárias à condução das atividades do Cedente, observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis no que concerne a contratação do Cedente.

Exceto pelo disposto acima e por eventual relacionamento comercial no curso ordinário dos negócios, o Cedente não possui qualquer outro relacionamento relevante com o Coordenador Líder ou seu conglomerado econômico. Não existe relacionamento societário ou relação de exclusividade na prestação dos serviços entre o Coordenador Líder e o Cedente. Por fim, as partes declaram, na data deste Prospecto, que, no seu entendimento, não há qualquer relacionamento ou situação entre si que possa configurar conflito de interesses no âmbito da Oferta.

Potenciais conflitos de interesse entre as partes

Os atos que caracterizem situações de conflito de interesses entre o Fundo e a Administradora e entre o Fundo e a Gestora dependem de aprovação prévia, específica e informada em Assembleia, nos termos da RCVM 175.

12.1.2. Financiamentos existentes ou liquidados nos 12 (doze) meses anteriores que tenham influenciado na contratação do Coordenador para atuar na Oferta Pública, caso aplicável

Não há transações vigentes ou realizadas nos 12 meses anteriores entre o Coordenador Líder e os Prestadores de Serviços Essenciais, Cedentes, Originadores ou seus respectivos grupos econômicos com valor individual ou agregado igual ou superior a 5% do Valor Inicial da Oferta.

12.1.3. Indicação sucinta das transações comerciais vigentes nos 12 (doze) meses anteriores e o montante agregado envolvido nessas transações.

A Administradora e a Gestora atuam conjuntamente na qualidade de prestadores de serviço essenciais de fundos de investimento, notadamente fundos de investimento em direitos creditórios, sendo o Fundo, na presente data, a única operação em que atuaram em conjunto.

12.1.4. Descrever a quem compete apreciar, discutir e/ou deliberar matérias sobre as quais haja situação de potencial conflito de interesses, em especial informações sobre, quando efetivamente houver conflito de interesses no processo de originação, os apontamentos relacionados distribuição, custódia, cobrança, gestão de recursos e administração fiduciária do Fundo.

As situações de conflito de interesses entre o Fundo, os Prestadores de Serviços Essenciais e os demais prestadores de serviços do Fundo serão objeto de deliberação prévia e específica em Assembleia Geral, nos termos da RCVM 175 e do Regulamento.

13. CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

13.1. Condições do contrato de distribuição no que concerne à distribuição das Cotas junto ao público investidor em geral e eventual garantia de subscrição prestada pelo Coordenador Líder e demais consorciados, especificando a quantidade que cabe a cada um, se for o caso, além de outras cláusulas consideradas de relevância para o investidor, indicando o local onde a cópia do contrato está disponível para consulta ou reprodução

Por meio do "CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO, SOB O REGIME DE MELHORES ESFORÇOS DE COLOCAÇÃO, DE COTAS SENIORES DA 1ª (PRIMEIRA) SÉRIE E COTAS SUBORDINADAS MEZANINO DA 1ª (PRIMEIRA) SÉRIE DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DO NTZ FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS RESP LIMITADA", entre o Fundo, a Gestora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição"), o Fundo, representado por sua Gestora, contratou o Coordenador Líder para atuar como instituição intermediária da Oferta, responsável pelos serviços de distribuição das Cotas.

O Contrato de Distribuição estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Coordenador Líder, no endereço indicado na Seção "*15. Identificação das Pessoas Envolvidas*", na página 64 deste Prospecto.

Condições Precedentes

O cumprimento, por parte do Coordenador Líder, conforme aplicável, de todos os deveres e obrigações assumidos no Contrato de Distribuição foi condicionado ao atendimento cumulativo das seguintes condições precedentes, condições suspensivas nos termos do artigo 125 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 conforme alterada, até a 1ª Data de Integralização, ou, se houver, a data expressamente indicada em cada evento abaixo, sem as quais este Contrato não gerará quaisquer obrigações para o Coordenador Líder ("Condições Precedentes").

(i) obtenção, pelo Fundo e em conjunto com o Coordenador Líder, do registro da Oferta junto à CVM para distribuição pública primária das Cotas;

(ii) encaminhamento de declaração de veracidade assinada pelo Fundo, representado pela Administradora atestando que, na data de publicação do Anúncio de Início, todas as informações prestadas aos Investidores Qualificados bem como as declarações constantes nos Documentos da Oferta sejam verdadeiras, precisas, consistentes, atuais e suficientes para tomada de decisão dos potenciais investidores. Qualquer alteração ou incorreção verificada pelo Coordenador Líder nas informações fornecidas e declarações feitas deverá ser analisada pelo Coordenador Líder, visando a decidir, a seu exclusivo critério, sobre a continuidade da Oferta; pagamento da taxa de fiscalização da Oferta perante a CVM. Caso o pagamento da taxa de fiscalização da Oferta seja realizado pela Administradora, o Fundo deverá reembolsar a Administradora do referido pagamento em até 5 (cinco) Dias Úteis da data da primeira integralização de Cotas do Fundo;

(iii) declaração que o registro do Fundo perante a CVM está atualizado;

(iv) ausência de descumprimento das obrigações das Partes constantes das normas da CVM e da ANBIMA aplicáveis à Emissão e à Oferta, incluindo, sem limitação, a RCVM 160 assim como outros normativos aplicáveis;

(v) a celebração, pelo Fundo, da deliberação competente que aprove os termos da Oferta e da Emissão;

(vi) o Fundo, a Emissão e a Oferta deverão estar em conformidade com as regras da RCVM 175 e da RCVM 160 inclusive no que diz respeito à cessão de Direitos Creditórios ao Fundo;

(vii) negociação, preparação e formalização de toda a documentação necessária à celebração, validade, eficácia, exigibilidade, liquidação e publicidade de todos os negócios jurídicos descritos no Contrato de Distribuição, em forma e substância satisfatórias ao Coordenador Líder, incluindo, mas sem limitação, os documentos necessários à realização da Emissão e da Oferta, os quais conterão todas as condições previstas no Contrato de Distribuição, sem prejuízo de outras que vierem a ser estabelecidas e aprovadas entre as Partes;

(viii) registro de toda a documentação necessária à Emissão junto a todos os órgãos registrais necessários para a correta formalização, validade e eficácia de tal documentação;

(ix) manutenção do registro de funcionamento do Fundo junto à CVM;

(x) não ocorrência de um evento de resilição involuntária, não ocorrência de descumprimento das obrigações da Administradora previstas no Contrato de Distribuição e não ocorrência de qualquer evento que poderia ser qualificado como Evento de Avaliação e/ou Evento de Liquidação Antecipada;

(xi) manutenção de toda a estrutura de contratos, aprovações societárias e demais acordos existentes e relevantes que conferem às Partes e ao Fundo condição fundamental de funcionamento;

(xii) sujeita às limitações legais e regulamentares aplicáveis, notadamente aquelas previstas na RCVM 160 existência de total liberdade, por parte do Coordenador Líder, para divulgação da Emissão e da Oferta, bem como das informações relativas às Partes relevantes para a Oferta, por qualquer meio e conforme previamente acordado com a Gestora;

(xiii) não ocorrência de alteração adversa nas condições econômicas, financeiras, reputacionais ou operacionais da Administradora, assim como de suas controladoras e controladas, que tornem comprovadamente inviável ou desaconselhável o cumprimento das obrigações aqui previstas com relação à Oferta;

(xiv) recolhimento, pela Administradora de quaisquer taxas ou tributos incidentes sobre o registro dos documentos da Emissão e da Oferta;

(xv) o Coordenador Líder aprove a estrutura final da Oferta e observado que o Fundo e a Oferta tenham sido estruturados de forma a não simular a existência de negócios e/ou operações para auferir benefícios fiscais e tributários;

(xvi) observância pelas Partes envolvidas na Emissão e na Oferta, durante todo o período de condução da Oferta, das normas relativas ao período de silêncio previstas na RCVM 160 e demais disposições regulamentares aplicáveis;

(xvii) inexistência de violação ou indício de violação de dispositivo de qualquer lei ou regulamento, nacional ou estrangeiro, contra a prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2 011, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, o US Foreign Corrupt Practices Act e o UK Bribery Act pelo Coordenador Líder, pelos Ofertantes ou pelo Fundo, por qualquer integrante de seus respectivos grupos econômicos e/ou por qualquer de seus respectivos administradores ou funcionários; e

(xviii) inexistência de violação ou indício de violação pelo Coordenador Líder, pelos Ofertantes ou pelo Fundo e por qualquer de seus controladores, assim como pelo Fundo, da legislação ambiental e trabalhista em vigor aplicável à condução de seus negócios adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social. O Coordenador Líder, os Ofertantes e o Fundo obrigam-se, ainda, a proceder a todas as

diligências exigidas para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor.

Todas as condições acima indicadas foram devidamente cumpridas ou renunciadas pelo Coordenador Líder, a seu exclusivo critério, antes da publicação do Anúncio de Início da Oferta.

Para maiores informações, vide Seção "*6.3. Esclarecimento sobre os procedimentos previstos nos arts. 70 e 71 da RCVM160 a respeito da eventual modificação da Oferta, notadamente quanto aos efeitos do silêncio do investidor*" na página 42 deste Prospecto.

Comissionamento

Não será devida comissão ou remuneração adicional ao Coordenador Líder pela estruturação, coordenação e distribuição da Oferta, uma vez que tais serviços já estão inclusos na taxa de administração. No entanto, os tributos incidentes sobre os serviços prestados (como PIS, COFINS, CSLL, IRRF, entre outros) serão acrescidos e repassados conforme as alíquotas vigentes nas datas dos respectivos pagamentos.

13.2. Demonstrativo do custo da distribuição, discriminando (a) a porcentagem em relação ao preço unitário de subscrição; (b) a comissão de coordenação; (c) a comissão de distribuição; (d) a comissão de garantia de subscrição; (e) outras comissões (especificar); (f) o custo unitário de distribuição; (g) as despesas decorrentes do registro de distribuição; e (h) outros custos relacionados.

A tabela abaixo demonstra os custos estimados, total e unitário, da Oferta, calculados com base no Valor Inicial da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Cotas inicialmente ofertadas, podendo haver alterações em razão da distribuição parcial.

CUSTOS INDICATIVOS DA OFERTA[8].	BASE R$[9]	% EM RELAÇÃO À EMISSÃO	VALOR POR COTA (R$)	% EM RELAÇÃO AO PREÇO UNITÁRIO DA COTA
Comissão de Distribuição	45.000,00	0,640%	0,0640	0,640%
Tributos sobre a Comissão de Distribuição	5.467,50	0,0078%	0,0078	0,0078%
CVM – Taxa de Registro	21.000,00	0,03%	0,003	0,03%
B3 – Taxa de Registro, Distribuição e Liquidação	14.000,00	0,02%	0,002	0,02%
ANBIMA – Taxa Convênio ANBIMA	7.000,00	0,01%	0,001	0,01%
TOTAL	**92.467,50**	**0,7078%**	**0,00708**	**0,7078%**

O VALOR POR COTA E A PORCENTAGEM DOS CUSTOS EM RELAÇÃO AO VALOR INICIAL DA OFERTA DISPOSTOS ACIMA CONSIDERAM QUE A OFERTA ALCANCE O VALOR INICIAL DA OFERTA.

[8] Os custos listados acima deverão ser integralmente suportados pelo Fundo.

[9] Valores estimados com base na colocação do Montante Inicial da Oferta.

14. DOCUMENTOS OU INFORMAÇÕES INCORPORADOS AO PROSPECTO POR REFERÊNCIA OU COMO ANEXOS

14.1. Último formulário de referência entregue por devedores ou coobrigados referidos no item 11.3 acima, caso sejam companhias abertas.

Não aplicável.

14.2. Regulamento do Fundo.

A versão vigente do Regulamento está anexada a este Prospecto como Anexo I.

O Regulamento pode vir a ser alterado após a conclusão da Oferta, de forma que, após a conclusão da Oferta, sugerimos que este documento seja sempre consultado através do acesso à página na rede mundial de computadores da Administradora, da Gestora ou da CVM, conforme previsto na Seção "5. Cronograma da Oferta", na página 38 deste Prospecto.

14.3. Últimas informações trimestrais, demonstrações financeiras relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais encerrados, com os respectivos pareceres dos auditores independentes e eventos subsequentes, do emissor, exceto quando o Fundo não as possua por não ter iniciado suas atividades previamente ao referido período.

Os informes trimestrais do Fundo podem ser consultados no seguinte endereço: https://www.gov.br/cvm/pt-br (neste website, na página principal, clicar em "Regulados", clicar em "Regulados CVM (sobre e dados enviados à CVM)", "Fundos de Investimento" clicar em "Consulta a informações de fundos", em seguida em "fundos de investimento registrados", buscar por e acessar "NTZ Financiamentos Fundo de Investimento em Direitos Creditório – Responsabilidade Limitada" e, então, localizar as "Demonstrações Financeiras" e "Informe Trimestral".

Caso, ao longo do Período de Distribuição, haja a divulgação pelo Fundo de alguma informação periódica exigida pela regulamentação aplicável, o Coordenador Líder realizará a inserção neste Prospecto das informações previstas pela RCVM 160.

Na data de publicação deste Prospecto, o Fundo ainda não tinha Demonstrações Financeiras divulgadas, em razão da data de início de suas atividades há menos de um ano.

14.4. Demonstrações financeiras, elaboradas em conformidade com a Lei nº 6.404, de 1976, e a regulamentação editada pela CVM, auditadas por auditor independente registrado na CVM, referentes ao último exercício social, dos devedores ou coobrigados referidos no item 11.3 acima.

As demonstrações financeiras auditadas dos devedores e/ou coobrigados referidos no item 11.3 acima seguem na forma de Anexo IV ao presente Prospecto.

Adicionalmente, os referidos documentos encontram-se disponíveis na página do Administrador, em Apex Brazil Funds – NTZ Financiamentos Longo Prazo FIDC, bem como no sistema Fundos.NET

14.5. Ata da assembleia geral extraordinária ou ato da Administradora que deliberou a Emissão.

A realização da Oferta e da Emissão foi aprovada por meio da ata de Assembleia Geral de Cotistas realizada em 19 de maio de 2026., disponibilizada no Anexo II deste Prospecto.

14.6. Estatuto social atualizado dos devedores ou coobrigados referidos no item 11.3 acima.

O Estatuto Social dos devedores ou coobrigados referidos no item 11.3 deste Prospecto segue na forma do Anexo V a este Prospecto.

15. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS ENVOLVIDAS

15.1. Denominação social, endereço comercial, endereço eletrônico e telefones de contato do representante do Fundo.

Fundo	**NTZ FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIO – RESPONSABILIDADE LIMITADA.** CNPJ/MF: 63.823.304/0001-79

15.2. Nome, endereço comercial, endereço eletrônico e telefones de contato dos Prestadores de Serviços Essenciais que podem prestar esclarecimentos sobre a Oferta.

Gestora	**NETZ ASSET GESTÃO DE RECURSOS LTDA.** Avenida das Nações Unidas, 12.495, 14º andar, Cidade Monções CEP 04533-085, São Paulo, SP At.: Lucas Soler Tel.: (11) 99377-5663 E-mail: lucas.soler@netzsolution.com.br https://www.netzasset.com.br/
Administradora	**BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** Rua Alves Guimarães, n° 1.212, Pinheiros, CEP 05410-002 Tel.: (11) 3133-0350 E-mail: juridico.admfiduciaria@apexgroup.com https://www.apexgroup.com/apex-brazil/
Coordenador Líder	**BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** Rua Alves Guimarães, n° 1.212, Pinheiros, CEP 05410-002 Tel.: (11) 3133-0350 E-mail: juridico.admfiduciaria@apexgroup.com https://www.apexgroup.com/apex-brazil/

15.3. Nome, endereço comercial, endereço eletrônico e telefones dos assessores (financeiros, jurídicos etc.) envolvidos na Oferta e responsáveis por fatos ou documentos citados no Prospecto.

Não há assessores contratados para esta oferta.

15.4. Denominação social, endereço comercial, endereço eletrônico e telefones dos auditores responsáveis por auditar as demonstrações financeiras dos 3 (três) últimos exercícios sociais.

Não aplicável, tendo em vista que o Fundo ainda não possui Demonstrações Financeiras auditadas, em razão do início de suas atividades há menos de um ano.

15.5. Denominação social, endereço comercial, endereço eletrônico dos prestadores de serviços contratados em nome do Fundo.

Custodiante e Escriturador	**BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** Rua Alves Guimarães, n° 1.212, Pinheiros, CEP 05410-002 Tel.: (11) 3133-0350 E-mail: juridico.admfiduciaria@apexgroup.com https://www.apexgroup.com/apex-brazil/

15.6. Declaração de que quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e a distribuição em questão podem ser obtidas junto ao Coordenador Líder e às instituições consorciadas e na CVM.

O COORDENADOR LÍDER DECLARA QUE QUAISQUER OUTRAS INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O FUNDO E A OFERTA EM QUESTÃO PODERÃO SER OBTIDOS JUNTO AO COORDENADOR LÍDER E NA CVM.

ADICIONALMENTE, OS INVESTIDORES PODERÃO OBTER O REGULAMENTO, O HISTÓRICO DE PERFORMANCE DO FUNDO E EVENTUAIS INFORMAÇÕES ADICIONAIS RELACIONADAS AO FUNDO, BEM COMO ENCAMINHAR RECLAMAÇÕES E SUGESTÕES SOBRE O FUNDO, NOS DADOS PARA CONTATO INDICADOS NO ITEM 15.1 ACIMA.

15.7. Declaração de que o registro de Fundo encontra-se atualizado.

O registro de funcionamento do Fundo foi concedido em 26 de novembro de 2025, sob o Código CVM nº 0225129 e se encontra atualizado.

15.8. Declaração, nos termos do art. 24 da RCVM 160, atestando a veracidade das informações contidas no Prospecto.

A Administradora e a Gestora garantem, nos termos do artigo 24 da RCVM 160, que os documentos da Oferta e demais informações fornecidas por cada uma delas ao mercado durante a Oferta são suficientes, verdadeiras, precisas, consistentes e atualizadas.

O Coordenador Líder garante, nos termos do artigo 24 da RCVM 160, que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas pelo Fundo, pela Gestora e pela Administradora, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro do Fundo na CVM, são suficientes, verdadeiras, precisas, consistentes e atualizadas, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

16. OUTROS DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES

Regras de Tributação aplicáveis ao Fundo e aos Investidores

Com base na legislação em vigor no Brasil na data deste Prospecto, este item traz as regras gerais de tributação aplicáveis ao Fundo e aos seus investidores e não tem o propósito de ser uma análise completa e exaustiva de todos os aspectos tributários envolvidos nos investimentos nas Cotas. Existem exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados a alguns investidores, que podem estar sujeitos à tributação específica, dependendo de sua qualificação ou localização.

O Fundo não tem como garantir aos investidores que **(i)** a legislação atual permanecerá em vigor pelo prazo de duração do Fundo, **(ii)** não tem como garantir que não haverá alteração da legislação e regulamentação em vigor, e **(iii)** esse será o tratamento tributário aplicável aos investidores à época do resgate das Cotas.

OS INVESTIDORES NÃO DEVEM CONSIDERAR UNICAMENTE AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO PARA FINS DE AVALIAR O INVESTIMENTO NO FUNDO, DEVENDO CONSULTAR SEUS PRÓPRIOS ASSESSORES QUANTO À TRIBUTAÇÃO ESPECÍFICA QUE SOFRERÃO ENQUANTO COTISTAS DO FUNDO.

Tributação aplicável ao Fundo

Os resultados auferidos pelo Fundo não se sujeitam à incidência de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Programa de Integração Social e ao Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (PIS-CONFINS).

Além disso, atualmente existe regra geral estabelecendo alíquota zero para as operações das carteiras dos fundos de investimento, para fim de incidência do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguro ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários na modalidade Título e Valores Mobiliários (IOF). Porém, esta alíquota pode ser aumentada diretamente pelo Poder Executivo futuramente por meio da edição de decretos executivos.

Tributação aplicável aos Investidores

- *Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF")*

Investidores Residentes

Considerando que o Fundo será classificado como uma "*entidade de investimento*" e cumprirá os critérios de composição da carteira conforme Alocação Mínima, de acordo com a Lei 14.754/23, e a Resolução CMN 5.111/23, os rendimentos auferidos pelos investidores estarão sujeitos à tributação pelo IRRF, com base na alíquota de 15% (quinze por cento), na data da distribuição de rendimentos ou da amortização de Cotas. Há regras e alíquotas específicas para certas situações e certos tipos de investidores.

Investidores não-residentes

Os rendimentos decorrentes de investimento no Fundo realizado por investidores residentes ou domiciliados no exterior que invistam de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo CMN nos termos da Resolução Conjunta nº 13, de 3 de dezembro de 2024 (em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, em substituição à revogada Resolução nº 4.373, de 29 de setembro de 2014), e não estejam localizados em país que não tribute a renda ou que realize a tributação em alíquota máxima inferior a 17% (dezessete por cento), estarão sujeitos à tributação pelo IRRF, com base na alíquota de 15% (quinze por cento), na data da distribuição de rendimentos ou da amortização de Cotas. Há regras e alíquotas específicas para certas situações e certos tipos de investidores, motivo pelo qual os investidores devem

consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável aos investimentos realizados no Fundo.

Desenquadramento do Fundo para fins fiscais

O Fundo buscará manter a composição de sua carteira conforme Alocação Mínima, conforme definido pelo artigo 19 da Lei 14.754/23 e pela Resolução CMN 5.111/23. Todavia, caso referido requisito deixe de ser cumprido e ocorra o efetivo desenquadramento da carteira, os investidores pessoa física ou jurídica residentes no Brasil passarão a se sujeitar à regra geral de tributação de fundos, conforme previsto no artigo 17 da Lei 14.754/23, segundo a qual **(i)** haverá incidência periódica de IRRF todo mês de maio e novembro de cada ano-calendário sobre os rendimentos auferidos pelo investidor em relação ao investimento nas Cotas, à alíquota de 15% (quinze por cento) ou 20% (vinte por cento), a depender da carteira do Fundo ser classificada, respectivamente, como de curto ou longo prazo; e **(ii)** haverá incidência de IRRF complementar, conforme alíquotas regressivas que variam de 22,5% (vinte e dois e meio por cento) a 15% (quinze por cento) a depender do prazo de aplicação, por ocasião do resgate ou liquidação das Cotas. Certos tipos de investidor podem se beneficiar de tratamento diferenciado.

IOF-TVM

É cobrado à alíquota de 0,38% sobre o valor de aquisição primária de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios – FIDC, inclusive nas aquisições realizadas por instituições financeiras e outros fundos de investimento. Não há cobrança do IOF no caso de aquisições realizadas no mercado secundário. Além disso, é cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate/liquidação das Cotas, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo e conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007. A alíquota é igual a 0% (zero por cento) do rendimento nas operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias. A alíquota do IOF-TVM pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% (um e meio por cento) ao dia.

ANEXO I - REGULAMENTO

(anexo na página que segue)

REGULAMENTO
DO

NTZ FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS RESPONSABILIDADE LIMITADA
CNPJ nº 63.823.304/0001-79

São Paulo, 11 de maio de 2026.

Sumário

GLOSSÁRIO DOS PRINCIPAIS TERMOS E EXPRESSÕES UTILIZADOS NO REGULAMENTO DO NTZ FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS RESPONSABILIDADE LIMITADA ---- 4

CONDIÇÕES GERAIS APLICÁVEIS AO FUNDO ---- 15

1. PRESTADORES DE SERVIÇOS ESSENCIAIS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES ---- 15

2. DA CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS ---- 22

3. REMUNERAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS ESSENCIAIS (TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E TAXA DE GESTÃO) ---- 28

4. FORMA DE CONSTITUIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO ---- 29

5. PRAZO DE DURAÇÃO E PÚBLICO-ALVO ---- 30

6. POLÍTICA DE INVESTIMENTO, ENQUADRAMENTO E CONCENTRAÇÃO ---- 30

7. ORIGINAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E VERIFICAÇÃO DO LASTRO ---- 30

8. CONDIÇÕES DE CESSÃO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE ---- 31

9. DAS VEDAÇÕES ---- 31

10. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, DAS COTAS E DOS ATIVOS ---- 31

11. DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO ---- 32

12. ORDEM DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS ---- 35

13. RESERVA DE PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÃO E RESERVA DE CAIXA ---- 36

14. ALTERAÇÃO DE REGULAMENTO, ASSEMBLEIA DE COTISTAS, CONVOCAÇÃO, INSTALAÇÃO E DELIBERAÇÕES ---- 37

15. LIQUIDAÇÃO DA CLASSE, EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA E PROCEDIMENTOS A SEREM OBSERVADOS NA LIQUIDAÇÃO DA CLASSE E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO ---- 41

16. DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DO EXERCÍCIO SOCIAL DO FUNDO ---- 41

17. DAS INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E PERIÓDICAS ---- 42

18. DOS FATOS RELEVANTES ---- 42

19. DAS COMUNICAÇÕES ---- 43

20. PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS ---- 44

21. DOS FATORES DE RISCO DO FUNDO ---- 45

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FORO ---- 52

ANEXO I ---- 53

ANEXO DA CLASSE ---- 53

DESCRITIVO DA CLASSE ÚNICA DO NTZ FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS RESPONSABILIDADE LIMITADA ---- 53

1. REGIME DA CLASSE ---- 53

2. PÚBLICO-ALVO ---- 53

3. PRAZO DE DURAÇÃO DA CLASSE ---- 53

4. DAS SUBCLASSES, EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS, AMORTIZAÇÃO, RESGATE E TRANSFERÊNCIA DAS COTAS ---- 53

5. ÍNDICE DE SUBORDINAÇÃO E PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS NA HIPÓTESE DE INOBSERVÂNCIA DESSE ÍNDICE ---- 56

6. REMUNERAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS ---- 57

7. POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO, ENQUADRAMENTO E CONCENTRAÇÃO ---- 58

8. CONDIÇÕES DE CESSÃO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE ---- 62

9. ORDEM DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS ---- 63

10. RESERVA DE PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÃO OU RESGATE E RESERVA DE CAIXA ---- 64

11. ASSEMBLEIA DE COTISTAS ---- 65

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO ---- 66

13. LIQUIDAÇÃO, EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO ---- 67

14. DOS FATORES DE RISCO DA CLASSE ---- 70

SUPLEMENTO A – POLÍTICA DE COBRANÇA ---- 79

SUPLEMENTO B - VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS POR AMOSTRAGEM ---- 82

SUPLEMENTO C - MODELO DE APÊNDICE DE COTAS DA SUBCLASSE SÊNIOR ---- 84

SUPLEMENTO D – MODELO DE APÊNDICE DE COTAS DA SUBCLASSE MEZANINO ---- 87

SUPLEMENTO E – MODELO DE APÊNDICE DE COTAS DA SUBCLASSE JÚNIOR ---- 90

GLOSSÁRIO DOS PRINCIPAIS TERMOS E EXPRESSÕES UTILIZADOS NO REGULAMENTO DO NTZ FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS RESPONSABILIDADE LIMITADA

Definições. Os termos e expressões utilizados neste Regulamento, quando iniciados por letra maiúscula, têm o significado a eles atribuídos no glossário abaixo. Além disso, (i) sempre que exigido pelo contexto, as definições contidas neste Regulamento aplicar-se-ão tanto no singular quanto no plural e o gênero masculino incluirá o feminino e vice-versa; (ii) referências a qualquer documento ou outros instrumentos incluem todas as suas alterações, substituições, consolidações e respectivas complementações, salvo se expressamente disposto de forma diferente; (iii) referências a disposições legais serão interpretadas como referências às respectivas disposições conforme alteradas, estendidas, consolidadas ou reformuladas; (iv) salvo se de outra forma expressamente estabelecido neste Regulamento, referências a cláusulas, anexos ou apêndices aplicam-se a cláusulas, anexos e apêndices deste Regulamento; e (v) todas as referências a quaisquer partes incluem seus sucessores, representantes e cessionários autorizados.

"Administradora"	significa a **BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.,** sociedade com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Alves Guimarães, n° 1.212, Pinheiros, CEP 05410-002, inscrita no CNPJ sob o nº 13.486.793/0001-42, devidamente credenciada pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, nos termos do Ato Declaratório nº 11.784, de 30 de junho de 2011 ("Administradora"), ou sua sucessora a qualquer título.
"Agência de Classificação de Risco"	Agência de classificação de risco que pode ser contratada pela Gestora, em nome do Fundo, para realizar a avaliação de risco das Cotas, nos termos dispostos neste Regulamento, quando aplicável.
"Agente de Cobrança"	Sociedade que poderá contratada pela Gestora, em nome do Fundo, para cobrança extraordinária dos Direitos Creditórios cedidos que venham a ser inadimplidos, nos termos dispostos neste Regulamento.

"ANBIMA"	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
"Anexo da Classe Única"	É o anexo da respectiva Classe deste Regulamento, dos quais constam as regras específicas aplicáveis à Classe Única e respectivas Subclasses.
"Anexo da Política de Cobrança"	O anexo da Classe, do qual consta a Política de Cobrança aplicável à respectiva Classe.
"Anexo da Verificação do Lastro"	O anexo da Classe deste Regulamento, do qual consta a metodologia a ser adotada pela Gestora para verificação do lastro dos Direitos Creditórios por amostragem da respectiva Classe, nos termos dispostos neste Regulamento.
"Anexos"	Todos os anexos, conjuntamente.
"Anexo Normativo II"	Significa o Anexo Normativo II à Resolução CVM 175 (conforme abaixo definido).
"Apêndices" (descritivos de subclasses)	Partes do anexo da classe que disciplinam as características específicas de cada Subclasse de Cotas Seniores e Subclasse de Cotas Subordinadas, elaborado em observância ao modelo constante da respectiva subclasse anexo a este Regulamento.
"Assembleia de Cotistas"	Assembleia Geral de Cotistas ou Assembleia Especial de Cotistas, sem distinção.
"Assembleia Especial de Cotistas"	Assembleia de Cotistas para a qual são convocados somente os Cotistas da Classe ou de determinada Subclasse.
"Assembleia Geral de Cotistas"	Assembleia para a qual são convocados todos os Cotistas do Fundo.
"Ativos"	Direitos Creditórios, Ativos Financeiros, garantias, juros e disponibilidade de titularidade da Classe e/ou do Fundo, considerados em conjunto.

"Ativos Financeiros"	Ativos indicados no respectivo Anexo da Classe, os quais poderão compor o Patrimônio Líquido da Classe e/ou do Fundo.
"Auditor Independente"	Instituição que deverá ser contratada pela Administradora, em nome do Fundo, para prestar serviços de auditoria independente dos documentos contábeis do Fundo.
"B3"	A B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
"BACEN"	O Banco Central do Brasil.
"Banco Cobrador"	instituição financeira contratada pelo Fundo para a prestação de serviços de emissão de boletos bancários, tendo o Fundo por beneficiário, para pagamento e liquidação dos Diretos Creditórios.
Carteira:	a carteira de investimentos do Fundo, formada por Direitos Creditórios e Ativos Financeiros.
CDI	as taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela B3, no informativo diário disponível em sua página na internet (www.b3.com.br).
"Cedentes"	Pessoas físicas ou jurídicas que cedem Direitos Creditórios à Classe e/ou ao Fundo.
"Classe" ou "Classe de Cotas"	Classe única de Cotas, constituída sob a forma de condomínio fechado, conforme regras específicas dispostas no Anexo da Classe Única.
"CNPJ"	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.

"Condições de Cessão"	Condições de cessão prevista no Capítulo 7 do Regulamento e detalhada no Anexo da Classe Única, a serem verificadas pela Administradora previamente a cada cessão de Direitos Creditórios ao Fundo e/ou à Classe.
"Código ANBIMA"	Código de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros, da ANBIMA.
"Conta da Classe"	Conta corrente de titularidade da Classe mantida junto à Administradora, utilizada para movimentação dos recursos da Classe, inclusive para pagamento dos encargos da Classe.
"Conta de Cobrança"	Conta de cobrança ordinária aberta pela Administradora em nome da Classe e/ou do Fundo em uma das Instituições Bancárias Autorizadas.
"Consultoria Especializada"	A **NETZ SOLUTIONS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376, 14º andar, sala 141, Cidade Monções, CEP 04.571-936, inscrita no CNPJ sob o nº 60.408.897/0001-19, contratada pela Gestora, em nome do Fundo, para prestar serviços de consultoria especializada, nos termos dispostos neste Regulamento.
"Contrato de Consultoria"	Contrato celebrado entre a Gestora, em nome da Classe e/ou do Fundo, e a Consultoria Especializada, com a interveniência da Administradora.
"Contrato de Cobrança"	Contrato celebrado entre a Gestora, em nome da Classe e/ou do Fundo, e o Agente de Cobrança, com a Interveniência da Administradora.
"Contratos de Cessão"	Contratos celebrados entre o Fundo e/ou a Classe e cada Cedente, incluindo quando aplicável, Contrato de Endosso, com interveniência da Gestora e da Administradora, por meio dos quais são estabelecidos os

	termos e as condições gerais da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo e/ou à Classe, quando aplicável.
Contrato de Serviços de Auditoria Independente:	significa o contrato de prestação dos serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras do Fundo, celebrado entre a Empresa de Auditoria e o Fundo, representado pela Administradora.
"Cotas"	Cotas de emissão da Classe, sem distinção.
"Cotas Seniores"	Cota de emissão de Subclasse que não se subordina a qualquer outra Subclasse para fins de.
"Cotas Subordinadas"	Em conjunto ou isoladamente, as Cotas Subordinadas Mezanino e as Cotas Subordinadas Junior.
"Cotas Subordinadas Junior"	Cotas de emissão de Subclasse que se subordina a todas as demais Subclasses para fins de amortização e resgate.
"Cotas Subordinadas Mezanino"	Cotas de emissão de Subclasse que se subordina a Subclasse Sênior para fins de amortização e resgate.
"Cotista"	O titular de Cotas, sem distinção.
"Critérios de Elegibilidade"	significam os atributos aplicáveis aos Direitos de Creditórios os quais serão verificados pela Gestora no momento de cada cessão pela Classe.
"Custodiante"	**BRL INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.,** acima qualificada, devidamente autorizada pela CVM a prestar os serviços de custódia de valores mobiliários para terceiros, nos termos do Ato Declaratório nº 13.244, de 21 de agosto de 2013**;** ("Custodiante").
"CVM"	A Comissão de Valores Mobiliários.
"Data da 1ª Integralizaçãode Cotas"	Significa a data em que ocorrer a primeira integralização de Cotas, em que os recursos são efetivamente colocados à disposição do Fundo pelos Cotistas.

Data de Amortização	cada data em que houver pagamento de amortização Cotas, conforme o disposto neste Regulamento e nos cronogramas de amortização previstos em cada um dos Apêndices, conforme aplicável.
"Data de Aquisição e Pagamento"	Data em que ocorrer a assinatura de cada Contrato de Cessão ou Termo de Cessão, conforme aplicável, e o pagamento do preço de aquisição do respectivo Direito Creditório pela Administradora, em nome do Fundo, conforme procedimentos de originação e verificação de lastro dispostos no Anexo III.
"Devedores"	Devedores (sacados) dos Direitos Creditórios.
"Dia Útil"	Significa qualquer dia, de segunda a sexta-feira, exceto feriados nacionais ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário nacional ou não funcionar o mercado financeiro.
"Direitos Creditórios"	Significa todo e qualquer direito de crédito passível de ser adquirido pela Classe, por meio da celebração de Contratos de Cessão, ou diretamente das Devedoras, por meio da aquisição de Títulos, de acordo com as condições previstas neste Regulamento.
"Direitos Creditórios Não Padronizados"	Direitos Creditórios definidos no art. 2º, XIII c/c §1º, I, do Anexo Normativo II da Res. CVM 175.
"Disponibilidades"	Significam todos os ativos de titularidade do Fundo com liquidez diária, incluindo, mas não se limitando, aos recursos em dinheiro disponíveis na Conta do Fundo.
"Documentos Comprobatórios"	Documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios, compreendendo todos os documentos necessários para protesto, cobrança ou execução judicial dos Direitos Creditórios cedidos, dentre eles, mas não limitadamente, cédulas de crédito, contratos, os respectivos títulos de créditos, planilhas e registros eletrônicos, conforme aplicáveis.

"Endossante"	Instituições financeiras ou emissores que endossam Direitos Creditórios originados de títulos de crédito à Classe e/ou ao Fundo.
"Entidade Registradora"	Entidades criadas pela Resolução nº 264 do BACEN, de 25 de novembro de 2022, junto às quais os Direitos Creditórios poderão ser registrados, conforme disposto no Regulamento, e que não podem ser parte relacionada a **Gestora** ou da Consultoria Especializada.
"Eventos de Avaliação"	Eventos previstos na Cláusula 14 do Regulamento e detalhados no Anexo da Classe Única, cuja ocorrência enseja a imediata convocação da Assembleia Geral de Cotistas para deliberar se os respectivos eventos deverão ser considerados – ou não - Eventos de Liquidação Antecipada.
"Eventos de Liquidação Antecipada"	Eventos definidos na Cláusula 14 do Regulamento e detalhados no Anexo da Classe Única, cuja ocorrência enseja a observância dos procedimentos de liquidação da Classe e do Fundo, conforme dispostos no Regulamento.
"Fundo"	O NTZ FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS, incluindo todas as suas Classes para todos os fins.
"FIDC"	Fundo de investimento em direitos creditórios constituídos na forma prevista na Res. CVM 175.
"Fundos Investidos"	Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios que poderão compor a carteira da Classe.
"Gestora"	é a **NETZ ASSET GESTÃO DE RECURSOS LTDA**., sociedade limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1.376, Edifício Torre Nações Unidas, 14º andar, sala 141, Cidade Monções, CEP 04571-936, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.638.617/0001-63, devidamente autorizada pela CVM a prestar os serviços de administração de

	carteira de valores mobiliários, na categoria de gestor de recursos, por meio do Ato Declaratório CVM nº 20.966, de 23 de junho de 2023, que presta serviço de gestão da carteira de Ativos do Fundo.
"IGP-M"	Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que venha a substituí-lo.
"Índice de Referência"	Meta de valorização de cada Subclasse, conforme definida no respectivo Apêndice, se aplicável.
"Índice de Subordinação"	significa, quando referidos em conjunto e indistintamente, o Índice de Subordinação Júnior e o Índice de Subordinação Mezanino.
"Índice de Subordinação Mezanino"	significa a relação entre **(a)** o valor agregado de todas as Cotas da Subclasse Mezanino, de todas as séries em circulação; e **(b)** o Patrimônio Líquido, que deve ser, no mínimo, 10% (dez por cento).
"Índice de Subordinação Júnior"	significa a relação entre **(a)** o valor agregado de todas as Cotas da Subclasse Júnior em circulação; e **(b)** o Patrimônio Líquido, que deve ser, no mínimo, 20% (vinte por cento).
"Instrumento de Aquisição"	Instrumento que formaliza a transferência do respectivo Direito Creditório para a Classe, podendo ser Termo de Cessão ou Termo de Endosso, celebrado entre a Classe e os respectivos Cedentes ou Endossantes, conforme o caso.
"Instrução CVM nº 489/11"	Instrução da CVM nº 489, de 14 de janeiro de 2011, conforme alterada.
"Investidores Qualificados"	são os investidores qualificados, nos termos do artigo 12 da Resolução CVM 30.
"IPCA"	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

"Patrimônio Líquido"	Valor dos recursos em caixa acrescido do valor dos Ativos, deduzidas as exigibilidades, relativo à Classe.
"Patrimônio Líquido Negativo"	Patrimônio Líquido negativo, que ocorrerá sempre que os valores das obrigações da Classe (passivos) superarem a soma de todos os seus ativos.
"Política de Cobrança"	Política de cobrança dos Direitos Creditórios adotada pelo Agente de Cobrança para a cobrança extraordinária dos Direitos Creditórios cedidos, conforme descrita no Anexo da Política de Cobrança da respectiva Classe.
"Política de Investimento"	Política de investimento prevista no Capítulo 6 do Regulamento e detalhada no Anexo da Classe Única a ser observada pela Gestora na gestão profissional dos Ativos.
"Prestadores de Serviços Essenciais"	A Administradora e a Gestora, quando referidas em conjunto.
"Prospecto"	Significa o prospecto definitivo de distribuição pública de Cotas de emissão do Fundo, quando aplicável.
"Res. CVM 175"	Resolução CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022, conforme alterada, que dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento, bem como sobre a prestação de serviços para os fundos, incluindo todos os seus anexos, apêndices e similares para todos os fins.
"Regulamento"	Significa o Regulamento do Fundo, incluindo, para todos os fins e efeitos, todos os seus Anexos e respectivos Apêndices.
"Regras e Procedimentos ANBIMA"	Regras e Procedimentos de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros, da ANBIMA.
"Reserva de Caixa"	Reserva para pagamento dos montantes referentes às despesas e aos encargos de responsabilidade da Classe, nos termos da Cláusula 10 do Anexo da Classe Única.

"Risco de Capital"	Exposição da Classe ao risco de seu Patrimônio Líquido ficar negativo em decorrência de aplicações de sua carteira de Ativos.
"SCR"	Sistema de Informações de Créditos do BACEN.
"Subclasses"	Subclasses de Cotas Seniores e/ou de Cotas Subordinadas, se houver, na qualidade de subclasses de Cotas que integram a Classe.
"Taxa de Administração"	Remuneração devida pela Classe à Administradora prevista no Capítulo 3 deste Regulamento e detalhada no Anexo da Classe Única.
"Taxa de Gestão"	Remuneração devida pela Classe à Gestora prevista no Capítulo 3 deste Regulamento e detalhada no Anexo da Classe Única.
"Taxa DI"	A taxa média referencial dos depósitos interfinanceiros (CDI Extragrupo) apurada pela B3 – Segmento Balcão B3 e divulgada no informativo diário disponível em sua página na internet ou em qualquer outra página na internet ou publicação que venha a substituí-lo, expressa na forma percentual e calculada diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.
"Taxa Máxima de Distribuição"	Remuneração máxima devida pelo Fundo aos distribuidores de Cotas contratados, nos termos do Anexo da Classe Única.
"Termos de Cessão"	Termos celebrados entre o Fundo e/ou a Classe e a respectiva Cedente, incluindo Termo de Endosso quando aplicável, com interveniência da Gestora e da Administradora, conforme modelo anexo aos Contratos de Cessão, por meio dos quais a respectiva Cedente cede Direitos Creditórios ao Fundo e/ou a Classe.
"Valor Unitário de Emissão"	É o valor unitário de emissão das Cotas, equivalente ao valor previsto no respectivo Apêndice, na respectiva Data

de Subscrição Inicial, ou, a partir do Dia Útil seguinte à respectiva Data de Subscrição Inicial, o valor calculado nos termos da Cláusula 4 do Anexo da Classe Única.

REGULAMENTO DO
NTZ FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS RESPONSABILIDADE LIMITADA

CONDIÇÕES GERAIS APLICÁVEIS AO FUNDO

O **NTZ FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS RESPONSABILIDADE LIMITADA** ("Fundo"), é uma comunhão de recursos, constituído sob a forma de condomínio de natureza especial, disciplinado pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), pelo Anexo Normativo II da Resolução nº 175, da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM" e Resolução CVM 175", respectivamente), conforme alterada, e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, é regido pelo presente regulamento, seus Anexos Descritivos, pelos seus Apêndices ("Regulamento"), conforme o disposto abaixo.

Os termos definidos e expressões adotadas com iniciais em letras maiúsculas no presente Regulamento, em seus Anexos e respectivos Apêndices, se houver, terão o significado a eles atribuído no Glossário a este Regulamento, aplicável tanto no singular quanto no plural.

O Fundo é constituído por deliberação conjunta dos Prestadores de Serviços Essenciais, os quais foram os responsáveis pela aprovação, no mesmo ato, do Regulamento.

1. PRESTADORES DE SERVIÇOS ESSENCIAIS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

1.1. ADMINISTRADORA

1.1.1. A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suasobrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) deste Regulamento, (iii) das deliberaçõesda Assembleia Geral, e (iv) dos deveres fiduciários de diligência e lealdade, de informação e depreservação dos direitos do Cotista.

1.1.2. Incluem-se entre as obrigações da Administradora, além das demais previstas neste Regulamento, na Res. CVM 175, no Código ANBIMA, nas Regras e Procedimentos ANBIMA e nas demais normas aplicáveis:

(a) manter atualizados e em perfeita ordem:

(i) a documentação relativa às operações do Fundo;

(ii) o registro do Cotista;

(iii) o livro de atas de assembleias gerais;

(iv) o livro de presença de Cotistas;

(v) os demonstrativos trimestrais do Fundo;

(vi) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo; e

(vii) os relatórios do Auditor Independente.

(b) receber quaisquer valores do Fundo por meio do Custodiante;

(c) entregar ao Cotista, gratuitamente, exemplar deste Regulamento e seus anexos e dos relatórios preparados pelo Auditor Independente, bem como cientificá-lo da Taxa de Administração;

(d) divulgar, anualmente além de manter disponíveis em sua sede, agências e em instituições que coloquem Cotas do Fundo, o valor do Patrimônio Líquido, o valor das Cotas, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, bem como quaisquer informações exigidas pela regulamentação aplicável ou pelos órgãos reguladores competentes;

(e) custear as despesas de propaganda do Fundo;

(f) fornecer anualmente ao Cotista documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de cotas de sua propriedade e respectivo valor;

(g) Fornecer informações relativas aos direitos creditórios adquiridos no Sistema de informações de Créditos do banco Central do Brasil (SCR), nos termos da norma específica;

(h) Pagar a multa cominatória às suas expensas nos termos da legislação vigente, por cada dia de atraso no cumprimento dos prazos previstos na regulamentação aplicável;

(i) manter atualizada junto à CVM a lista de todos os prestadores de serviços contratados pelo fundo, inclusive os prestadores de serviços essenciais, bem como as demais informações cadastrais do fundo e suas classes de cotas;

(j) manter serviço de atendimento ao cotista, responsável pelo esclarecimento de dúvidas e pelo recebimento de reclamações, conforme definido no regulamento;

(k) monitorar as hipóteses de liquidação antecipada, se houver;

(l) observar as disposições constantes do regulamento;

(m) cumprir as deliberações da assembleia de cotistas;

(n) manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e

qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo;

(o) contratar prestadores de serviço responsáveis pela guarda da documentação que constitui o lastro dos Direitos Creditórios, a qual pode se dar por meio físico ou eletrônico;

(p) contratar prestador de serviço responsável pela liquidação física ou eletrônica e financeira dos Direitos Creditórios; e

(q) contratar a Entidade Registradora para realização do registro dos Direitos Creditórios passíveis de registro.

1.1.3. Sem prejuízo do disposto no Parágrafo anterior, e da legislação e regulamentação aplicável, são obrigações da Administradora:

a) informar imediatamente ao Cotista:

b) a substituição da Administradora, do Auditor Independente ou do Custodiante;

c) a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou de Liquidação; e

no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial do Custodiante, ou qualquer outra instituição financeira onde estejam depositados, em conta do fundo ou escrow account, quaisquer recursos ou Direitos Creditórios da Carteira do Fundo, requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes de tais Direitos Creditórios para outra conta de depósitos, de titularidade do Fundo.

1.1.4. É vedado à Administradora:

a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nasoperações praticadas pelo Fundo;

b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia dasoperações praticadas pelo Fundo;

c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquertítulo, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas;

d) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento;

e) aplicar recursos diretamente no exterior;

f) adquirir Cotas do Fundo;

g) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas

previstas neste Regulamento;

h) vender Cotas do Fundo a prestação;

i) vender cotas do Fundo a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos creditórios, exceto quando se tratar de cotas cuja classe se subordine às demais para efeito de resgate;

j) prometer rendimento predeterminado ao Cotista;

k) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;

l) obter ou conceder empréstimos; e

m) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da Carteira do Fundo.

1.1.5. As vedações dispostas na Cláusula 1.1.5 acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

1.1.6. Excetuam-se do disposto no Parágrafo anterior os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do BACEN e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, integrantes da Carteira do Fundo.

1.1.7. O Diretor Designado deverá, nos termos da legislação aplicável, elaborar demonstrativo trimestral do Fundo, a ser enviado à CVM e mantido à disposição dos Cotistas, o qual será submetido à auditoria independente anual.

1.1.8. O Fundo contratará auditor independente, devidamente registrado na Comissão de Valores Mobiliários - CVM ("Auditor Independente").

1.2. GESTORA

1.2.1. A Gestora, observadas as limitações estabelecidas neste Regulamento e nas disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à gestão profissional dos Ativos, sem prejuízo dos direitos e obrigações da Administradora e de terceiros contratados para prestação de serviços ao Fundo.

1.2.2. Incluem-se entre as obrigações da Gestora, além das demais previstas neste Regulamento, na Res. CVM 175, no Código ANBIMA, nas Regras e Procedimentos ANBIMA e nas demais normas aplicáveis:

(a) Observadas as limitações legais e as previstas na regulamentação aplicável, para praticar os atos necessários à gestão da carteira de ativos, na sua respectiva esfera de atuação;

(b) Contratar, em nome do fundo, com terceiros devidamente habilitados e autorizados, os seguintes serviços:

i. intermediação de operações para a carteira de ativos;

ii. distribuição de cotas;

iii. consultoria de investimentos;

iv. classificação de risco por agência de classificação de risco de crédito;

v. formador de mercado de classe fechada; e

vi. cogestão da carteira de ativos.

(c) Negociar os ativos da carteira, bem como firmar, quando for o caso, todo e qualquer contrato ou documento relativo à negociação de ativos, qualquer que seja a sua natureza, representando a classe de cotas para essa finalidade;

(d) Observar os limites de composição e concentração de carteira e de concentração em fatores de risco, conforme estabelecidos nesta Resolução e no regulamento;

(e) Realizar em conjunto com a Administradora o controle de liquidez do Fundo;

(f) Informar a Administradora, de imediato, caso ocorra qualquer alteração em prestador de serviço por ele contratado;

(g) Providenciar a elaboração do material de divulgação da classe para utilização pelos distribuidores, às suas expensas;

(h) Diligenciar para manter atualizada e em perfeita ordem, às suas expensas, a documentação relativa às operações da classe de cotas;

(i) Manter a carteira de ativos enquadrada aos limites de composição e concentração e, se for o caso, de exposição ao risco de capital;

(j) Observar as disposições constantes do regulamento;

(k) Realizar a verificação de lastro dos direitos creditórios recebidos pelo fundo; e

(l) Cumprir as deliberações da assembleia de cotistas.

(m) Monitorar as hipóteses de liquidação antecipada, se houver;

(n) Observar as disposições constantes do regulamento;

(o) Cumprir as deliberações da assembleia de cotistas;

(p) Manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo.

(q) Estruturar o Fundo, estabelecendo a política de investimento prevista neste regulamento, estimando a inadimplência da carteira de direitos creditórios estabelecendo um índice de subordinação, estimando o prazo médio ponderado da carteira de direitos creditórios e estabelecendo hipóteses de liquidação antecipada prevista neste regulamento;

(r) Executar a política de investimento, devendo analisar e selecionar os direitos creditórios para a carteira de ativos, o que incluí, no mínimo:

i. verificar o enquadramento dos direitos creditórios à política de investimento, compreendendo, no mínimo, a validação dos direitos creditórios quanto aos critérios de elegibilidade e a observância aos requisitos de composição e diversificação, de forma individualizada ou por amostragem, utilizando modelo estatístico consistente e passível de verificação; e

ii. avaliar a aderência do risco de performance dos direitos creditórios, se houver, à política de investimento.

(s) Registrar os direitos creditórios na entidade registradora do Fundo, ou, entregá-los ao Custodiante ou Administradora, conforme o caso;

(t) Na hipótese de ocorrer substituição de direitos creditórios, por qualquer motivo, diligenciar para que a relação entre risco e retorno da carteira de direitos creditórios não seja alterada, nos termos da política de investimento deste Regulamento;

(u) Efetuar a correta formalização dos documentos relativos à cessão dos direitos creditórios;

(v) Realizar a verificação da existência, integridade e titularidade do lastro dos direitos e títulos representativos de crédito;

(w) Monitorar o Índice de subordinação;

(x) Analisar as garantias das operações que comporão a carteira de Direitos Creditórios do Fundo;

(y) Analisar os instrumentos contratuais referente aos Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo;

(z) Enviar relatório à Administradora e ao Custodiante, com as informações referentes à

cessão;

(aa) Realizar a verificação do lastro dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, a qual será realizada por amostragem ou integralmente pela Gestora, nos termos do Artigo 36 do Anexo II da Resolução 175 da CVM, quando do recebimento da documentação original que comprove o lastro, o que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis após a cessão de cada Direito Creditório.

1.2.3. Caso o valor médio dos Direitos Creditórios seja considerado reduzido a ponto de não justificar, de forma técnica e operacional, a realização da verificação do lastro, ainda que por amostragem, poderá ser prevista a dispensa dessa verificação, desde que expressamente estabelecida neste Regulamento.

1.2.4. As verificações serão realizadas por meio dos seguintes procedimentos:

(a) obtenção de arquivo eletrônico com os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, na respectiva data da cessão; e

(b) conferência física dos documentos dos Direitos Creditórios com os registros eletrônicos pela Gestora.

1.2.5. A Gestora será a instituição responsável por verificar e validar o enquadramento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento, observando os requisitos de composição, diversificação e risco da carteira.

1.2.6. A verificação do lastro dos Direitos Creditórios poderá ser realizada por terceiro contratado pela Gestora, sob sua supervisão e responsabilidade, quando da cessão de cada Direito de Crédito, devendo ser verificado tal conduta pela Gestora. Nesse caso, a empresa especializada contratada para esse fim não poderá ser o originador, cedente, consultoria especializada ou gestor do Fundo, bem como qualquer parte relacionada, tal como definida pelas regras contábeis que tratam do assunto.

1.2.7. A Gestora receberá, por meio da Consultoria Especializada, a via original da documentação que evidencia o lastro dos direitos creditórios adquiridos pelo Fundo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de sua aquisição.

1.2.8. Cada Cedente será responsável pela originação, existência e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, bem como pela liquidez e certeza dos Direitos Creditórios a eles referentes, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão. Haverá direito de regresso do Fundo contra o Cedente caso não haja a recepção dos documentos de comprovação do lastro, no prazo estabelecido no item (ii) do Parágrafo Sexto acima.

1.2.9. A Gestora desempenhará diretamente as atividades de gestão de ativos integrantes da carteira do Fundo, sendo responsável pela seleção de ativos para sua aquisição,negociação de ativos de propriedade do Fundo, bem como o exercício do direito de voto delesdecorrentes, realizando todas as demais ações necessárias para tal exercício, observado o disposto na política de voto da Gestora, devendo ainda observar o Regulamento e política de investimento deste.

1.2.10. As ordens de compra e venda de Ativos devem sempre ser expedidas pela Gestora com a identificação precisa do Fundo e, se for o caso, da Classe em nome da qual devem ser executadas.

1.2.11. Nas hipóteses de descredenciamento, renúncia ou impedimento da Gestora, fica a Administradora obrigada a convocar imediatamente assembleia geral de cotistas para eleger um substituto, a se realizar no prazo de até 15 (quinze) dias, sendo facultada a convocação da assembleia a cotistas que detenham cotas representativas de ao menos 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo.

1.2.12. No caso de renúncia, a Gestora deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição, que deve ocorrer no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

1.2.13. É vedado à Gestora receber qualquer remuneração, benefício ou vantagem, direta ou indiretamente, que potencialmente prejudique a sua independência na tomada de decisões relativas à gestão da carteira do Fundo.

2. DA CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

2.1. Os Prestadores de Serviços Essenciais e demais prestadores contratados pelo Fundo respondem, perante a CVM, os Cotistas e quaisquer terceiros, nas suas respectivas esferas de atuação, sem solidariedade entre si ou com o Fundo, por seus próprios atos e omissões contrários à lei, ao Regulamento ou à regulamentação vigente, sem prejuízo do exercício do dever de fiscalizar, nas hipóteses expressamente previstas na Res. CVM 175, bem como naquelas eventualmente previstas neste Regulamento.

2.2. A aferição de responsabilidades dos prestadores de serviços observará os parâmetros definidos na Res. CVM 175, em regulamentações específicas aplicáveis, assim como aquelas previstas neste Regulamento e nos respectivos contratos de prestação de serviços, considerando o grau de diligência exigido de cada prestador em sua esfera de atuação.

2.3. Sem prejuízo das obrigações dispostas na regulamentação e na autorregulação aplicáveis, compete ao responsável pela distribuição de Cotas verificar com a máxima diligência, na distribuição das Cotas: (i) a adequação do produto ao perfil do investidor; e (ii) o atendimento às determinações de prevenção e combate ao crime de lavagem de dinheiro; bem como prestar adequado

esclarecimento quanto à Classe, detalhando, entre outros, riscos, taxas e a responsabilidade por eventual Patrimônio Líquido Negativo.

2.4. A relação contendo a identificação dos demais prestadores de serviços do Fundo encontra-se descrita no Anexo da Classe Única, no *website* dos Prestadores de Serviços Essenciais e no *website* da CVM.

2.5. DA CONSULTORIA ESPECIALIZADA

2.6. A Consultoria Especializada, quando contratada, deverá observar integralmente os termos e as condições deste Regulamento, bem como do Contrato de Prestação de Serviços de Análise e Seleção de Direitos de Crédito, devendo agir sempre com toda a diligência, transparência e exclusivamente no interesse do Fundo.

2.7. A Consultoria Especializada, contratado conforme, dará suporte e subsidiará a Administradora e a Gestora nas seguintes atividades, conforme aplicável:

a) selecionar e cadastrar as empresas aptas a cederem Direitos Creditórios para o Fundo;

b) analisar e selecionar, com base na validação da Condição de Cessão previstas neste Regulamento, os Direitos Creditórios que poderão ser cedidos ao Fundo;

c) acompanhar o procedimento de oferta e de cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo;

d) Informar regularmente à Gestora sobre potenciais Operações, incluindo informações sobre as condições de mercado e concorrência;

e) originar Operações em termos aceitáveis ao Fundo, conforme as Condições de Cessão, indicando a viabilidade da modelagem da referida Operação bem como detalhes sobre a sua respectiva análise financeira, conforme necessário à concretização das Operações originadas;

f) indicar os fatores de risco e seus eventuais mitigadores identificados em qualquer Operação originada, os quais poderão, a critério da Gestora e do Custodiante, ser utilizados como condições adicionais para a aquisição de Direitos de Crédito;

g) coordenar os trabalhos de auditoria legal, financeira e comercial de potenciais Operações, envolvendo a Gestora quando necessário;

h) Verificação e análise e seleção de possíveis Cedentes; (ii) análise e seleção de possíveis Direitos Creditórios para aquisição pelo Fundo; (iii) verificação dos valores de cessão

com as respectivas Cedentes; (iv) disponibilização de todas as informações que forem solicitadas pela Gestora; e

i) realizar estudo sobre a precificação dos Direitos Creditórios para fins de definição do Preço de Aquisição.

2.8. DO AGENTE DE COBRANÇA

2.9. O Agente de Cobrança, quando contratado, será responsável por conduzir o processo de recuperação dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, estando entre suas obrigações, mas não limitadas a:

a) administrar a cobrança dos Direitos de Crédito;

b) preparar notificações para os Prestadores de Serviços de Cobrança confirmando sua manutenção ou não na prestação de tais serviços em função da aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, quando for o caso;

c) propor a celebração de acordos com SERASA, SPC e quaisquer outros órgãos ou entidades de cadastro de devedores ou de natureza similar, com o propósito de permitir a inclusão de Devedores em seus cadastros, bem como a realização de notificações, se for o caso;

d) propor a contratação de estudos sobre comportamento de consumidores em geral e sobre os Devedores dos Direitos de Crédito, atuando em conjunto com profissionais especializados para analisar e desenvolver planos de recuperação dos Direitos de Crédito;

e) notificar os Devedores acerca da aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo, quando for o caso;

f) supervisionar os Prestadores de Serviços de Cobrança, inclusive com poderes para rescindir ou renegociar quaisquer contratos com referidos Prestadores de Serviços de Cobrança;

g) determinar a continuação, renegociação ou rescisão de quaisquer contratos com Prestadores de Serviços de Cobrança;

h) solicitar à Gestora a alienação de qualquer conjunto de Direitos Creditórios por preço superior a mínimo determinado anualmente pela Gestora;

i) propor aos Devedores planos de pagamento, descontos, prorrogações de prazo, negociar ajustes e quaisquer outras condições dos Direitos Creditórios de acordo com o Acordo Geral de Cobrança;

j) controlar e supervisionar qualquer procedimento de cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios;

k) preparar e submeter à Gestora o orçamento anual do Fundo;

l) aprovar quaisquer acordos com Devedores de Direitos Creditórios e respectivos garantidores e instruí-los quanto ao pagamento ajustado em tais acordos;

m) aprovar despesas relativas à manutenção e recuperação dos Direitos de Crédito;

n) instruir o Custodiante a abrir contas de titularidade do Fundo para recebimento dos recursos decorrentes do pagamento dos Direitos de Crédito, nos termos estabelecidos no Acordo Geral de Cobrança;

o) desenvolver e implantar, por si ou com terceiros, canais de negociação e pagamento, por qualquer meio;

p) manter o registro adequado de todos os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo;

q) administrar os bens recebidos em nome do Fundo ou de terceiros por conta e ordem do Fundo, podendo aceitar bens de qualquer natureza em decorrência da execução dos Direitos Creditórios e respectivas garantias, devendo praticar todo e qualquer ato necessário para transferi-los ao Fundo; e

r) elaborar o orçamento do Fundo para fins de determinação da Reserva de Caixa, que será aprovada pela Gestora, destinada ao pagamento tempestivo de despesas e Encargos do Fundo.

2.10. O Agente de Cobrança realizará a cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos e observará, no mínimo, os seguintes procedimentos:

(a) informar ao Devedor que o Direito de Crédito está vencido e não pago;

(b) na hipótese de o procedimento delineado no inciso I acima não ser suficiente para provocar a quitação do Direito de Crédito Inadimplido, encaminhamento ao terceiro por ela contratado para que sejam tomadas as providências cabíveis, inclusive judiciais, se for o caso, procedimentos estes não somente empregados com relação a Direitos Creditórios Inadimplidos, mas também quanto a perdas, execução de garantias eventualmente prestadas em benefício do Fundo, falências e recuperações judicial e extrajudicial dos

devedores.

2.11. O Agente de Cobrança realizará a cobrança extrajudicial ou judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos. Todas as despesas necessárias para a efetivação da cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos serão de responsabilidade do Fundo.

2.12. Os valores recebidos em nome do Fundo deverão ser depositados, sem qualquer dedução ou desconto, diretamente em (i) conta de titularidade do Fundo; ou (ii) conta especial instituída pelas partes junto às instituições financeiras, de titularidade de cada cedente e com movimentação exclusiva pelo Banco Administrador da conta, conforme procedimentos estabelecidos em instrumento contratual específico, firmado entre o Banco Administrador e o Fundo, conta esta destinada a acolher depósitos a serem feitos pelo devedor e ali mantidos em custódia, para liberação após o cumprimento de requisitos especificados e verificados pelo Custodiante e autorizados pela Gestora.

2.13. Desde que esgotados todos os meios e procedimentos necessários ao recebimento e a cobrança da totalidade do valor exigível dos Direitos Creditórios Inadimplidos, a Gestora poderá celebrar ou realizar acordo, transação, ato de alienação ou de transferência, no todo ou em parte, relacionados aos referidos ativos.

2.14. DO CUSTODIANTE

2.15. O Custodiante, responsável legal pela guarda dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, sem prejuízo de sua responsabilidade e com a anuência do Fundo através de sua Administradora, poderá contratar, mediante instrumento contratual específico, empresa especializada para guarda física dos Documentos Comprobatórios na condição de fiel depositária.

2.16. A documentação em via original deverá ser entregue ao Custodiante pela empresa especializada, em forma física e/ou digital.

2.17. Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos neste Regulamento e na legislação aplicável, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades:

(a) Verificar, na Data de Aquisição e Pagamento dos Direitos de Crédito, o cumprimento dos Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento;

(b) Realizar a liquidação física e financeira dos Direitos de Crédito, evidenciados pelo Contrato de Cessão e Documentos Comprobatórios da operação;

(c) Exceto no caso de guarda dos Documentos Comprobatórios pelos Cedentes, fazer a custódia, administração e/ou e a guarda de documentação relativos aos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;

(d) Diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos Direitos de Crédito, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para a Empresa de Auditoria contratada pelo Fundo e órgãos reguladores; e

(e) Cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos diretamente em:

i. Na conta de depósito titularidade do Fundo;

ii. Conta especial instituída pelas partes junto à Instituições Autorizadas, sob contrato, destinada a acolher depósitos a serem feitos pelo devedor e ali mantidos em custódia, para liberação após o cumprimento de requisitos especificados e verificados pelo Custodiante (*escrow account*).

2.18. A coleta dos pagamentos dos Direitos Creditórios será coordenada pelo Custodiante, de acordo com os seguintes procedimentos mínimos:

(a) Exercer suas atividades com boa-fé, diligência e lealdade em relação aos interesses dos investidores, sendo vedado privilegiar seus próprios interesses ou de pessoas a ele vinculadas

(b) tomar todas as medidas necessárias para a identificação da titularidade dos valores mobiliários, para a garantia de sua integridade e para a certeza sobre a origem das instruções recebidas;

(c) zelar pela boa guarda e pela regular movimentação dos valores mobiliários mantidos em custódia, conforme as instruções recebidas, e pelo adequado processamento dos eventos a eles relativos, mediante a implementação de sistemas de execução e de controle eletrônico e documental;

(d) promover os atos necessários ao registro de gravames ou de direitos sobre valores mobiliários custodiados, tomando todas as medidas necessárias para a sua adequada formalização;

(e) assegurar, de forma permanente, a qualidade de seus processos e sistemas informatizados, mensurando e mantendo registro dos acessos, erros, incidentes e interrupções em suas operações;

(f) garantir a segurança física de seus equipamentos e instalações, com o estabelecimento de normas de segurança de dados e informações que os protejam de acesso de pessoal não autorizado;

(g) dispor de recursos humanos suficientes e tecnicamente capazes de realizar os

processos e operar os sistemas envolvidos na prestação dos serviços de custódia de valores mobiliários;

(h) manter atualizados os manuais operacionais, a descrição geral dos sistemas a serem adotados na prestação dos serviços, o fluxograma de rotinas, a documentação de programas, os controles de qualidade e os regulamentos de segurança física e lógica; e

(i) implementar e manter atualizado plano de contingência que assegure a continuidade de negócios e a prestação dos serviços;

(j) acatar somente as ordens emitidas pelo administrador, gestor e, se houver, cogestor, ou por seus representantes legais ou mandatários, devidamente autorizados;

(k) executar somente as ordens que estejam diretamente vinculadas às operações da classe.

(l) o Custodiante apurará e conciliará todos os pagamentos oriundos dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, que serão feitos diretamente em conta corrente de titularidade do Fundo.

(m) o Custodiante receberá os valores oriundos de contas *escrows* de titularidade do(s) cedente(s), que serão de movimentação exclusiva pelo Banco Administrador da(s) conta(s), conforme procedimentos estabelecidos em instrumento contratual específico, firmado entre o Banco Administrador e o Fundo.

3. REMUNERAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS ESSENCIAIS (TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E TAXA DE GESTÃO)

3.1. O Fundo pagará à Administradora e à Gestora, pela prestação dos serviços descritos neste Regulamento, respectivamente, a Taxa de Administração e a Taxa de Gestão, as quais serão calculadas na forma descrita no Anexo da Classe Única.

3.2. A Taxa de Administração e a Taxa de Gestão não incluem as despesas previstas na Cláusula 10.1 do presente Regulamento, a serem debitadas do Fundo.

3.3. Os valores devidos aos demais prestadores de serviço do Fundo e/ou da Classe, a título de remuneração, correrão: (i) por conta do Fundo, caso estejam previstos no rol de encargos constante da Cláusula 10.1 do presente Regulamento; ou (ii) por conta do Prestador de Serviço Essencial que for responsável pela contratação, caso não estejam previstos no rol de encargos constante da Cláusula 10.1 do presente Regulamento.

3.4. A Taxa de Administração e a Taxa de Gestão incluem os valores correspondentes às taxas, à remuneração dos prestadores de serviços e aos demais encargos incidentes sobre os Fundos Investidos, salvo aqueles que (i) tenham suas cotas admitidas à negociação em mercado organizado e (ii) sejam geridos por partes não relacionadas à Gestora, os quais também podem cobrar taxa de ingresso, saída e/ou performance, conforme seus respectivos regulamentos.

3.5. A Administradora e a Gestora poderão estabelecer que parcelas da Taxa de Administração e/ou da Taxa de Gestão sejam pagas diretamente pelo Fundo aos respectivos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração e/ou da Taxa de Gestão, conforme o caso.

3.6. Na hipótese de existir acordo de remuneração com base na Taxa de Administração ou na Taxa de Gestão, que deve ser paga diretamente pela Classe às classes investidoras, nos termos da alínea "p" da Cláusula 11.1 do presente Regulamento, o valor das correspondentes parcelas da Taxas de Administração ou da Taxa de Gestão deve ser subtraído e limitado aos valores destinados pela Classe ao provisionamento ou pagamento das despesas com as referidas taxas.

3.7. É vedado que qualquer estrutura de remuneração direta ou indiretamente resulte em desconto, abatimento ou redução de Taxa de Administração, da Taxa de Gestão ou de qualquer outra taxa devida pela classe investidora à Classe.

4. FORMA DE CONSTITUIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

4.1. O Fundo se enquadra na categoria de "fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC)", conforme o Anexo Normativo II da Resolução CVM nº 175/2022. Nos termos das Regras e Procedimentos ANBIMA para Classificação do FIDC, de 30 de março de 2025, da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA, o Fundo classifica-se como "Multicarteira Outros".

4.2. O Fundo é constituído com classe única de Cotas, sendo vedada a afetação ou a vinculação, a qualquer título, de parcela do patrimônio do Fundo ou qualquer subclasse de Cotas. Para fins da Resolução CVM nº 175/22, todas as referências ao Fundo neste Regulamento serão entendidas como referências à classe única de Cotas.

4.3. O patrimônio do Fundo é representado por uma Classe Única de Cotas, e poderá ser dividida em Subclasse de Cotas Sênior, Subclasse de Cotas Subordinadas Mezanino e Subclasse de Cotas Subordinadas Júnior. As características, os direitos e as condições de emissão, distribuição, subscrição, integralização, remuneração, amortização e resgate das Cotas estão dispostas no **Anexo I** deste Regulamento. ("Anexo descritivo de Classe").

4.4. As despesas de constituição do Fundo, incluindo aquelas relacionadas à estruturação, registro, contratação de prestadores de serviços e demais custos iniciais, serão suportadas integralmente pela Classe Única de Cotas, conforme sua participação no patrimônio do Fundo. Não há distinção ou subordinação entre cotas para fins de alocação dessas despesas.

4.5. As Cotas Seniores e Subordinadas Mezanino, se houver, poderão ser emitidas em séries, com Índices de Referência diferentes e prazos diferenciados para amortização, permanecendo inalterados os demais direitos e obrigações.

4.6. As Cotas serão escriturais e mantidas em contas de depósito em nome dos Cotistas. A qualidade de Cotista caracteriza-se pela abertura da conta de depósito em seu nome.

5. PRAZO DE DURAÇÃO E PÚBLICO-ALVO

5.1. O Fundo terá Prazo de Duração indeterminado, podendo ser liquidado por deliberação da Assembleia de Cotistas em conformidade com o disposto neste Regulamento.

5.2. O prazo de duração da Classe deve ser compatível com o prazo de duração do Fundo.

5.3. O Fundo será destinado exclusivamente aos Investidores Qualificados, nos termos da Resolução CVM 30, observadas as diretrizes estabelecidas pela CVM e/ou pelo CMN, conforme o caso, na regulamentação que disciplina as Diretrizes de Aplicação dos Investidores Autorizados.

6. POLÍTICA DE INVESTIMENTO, ENQUADRAMENTO E CONCENTRAÇÃO

6.1. A Classe terá como objetivo proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, por meio da aplicação dos recursos da Classe do Fundo preponderantemente na aquisição de Direitos Creditórios e pela composição e diversificação da Carteira do Fundo descrita neste Regulamento.

6.2. Não há qualquer obrigação, garantia, promessa ou sugestão do Fundo, da Administradora, da Custodiante, da Gestora, da Consultoria Especializada, da Distribuidora ou do Agente de Cobrança acerca da rentabilidade das aplicações de recursos na Classe de Cotas e/ou no Fundo.

7. ORIGINAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E VERIFICAÇÃO DO LASTRO

7.1. Os processos de originação dos Direitos Creditórios e a política de concessão de crédito adotada pelo Cedente estão descritos no Anexo da Classe Única.

8. CONDIÇÕES DE CESSÃO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

8.1. Os Direitos Creditórios que poderão ser adquiridos pela Classe do Fundo, na respectiva Data de Aquisição e Pagamento, deverão atender, cumulativamente, às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade que se encontram descritos no respectivo Anexo da Classe Única.

9. DAS VEDAÇÕES

9.1. Em complemento às vedações descritas na Res. CVM 175, a Administradora e a Gestora devem observar as vedações descritas nas Cláusulas a seguir.

9.2. É vedado a qualquer prestador de serviços, essencial ou não, receber ou orientar o recebimento de depósito em conta corrente que não seja a Conta da Classe ou a Conta de Cobrança, nos termos dispostos neste Regulamento.

9.3. É vedada a aquisição de Direitos de Crédito, direta ou indiretamente originados ou cedidos pela Administradora, pela Gestora, pela Consultoria Especializada ou partes a eles relacionadas, exceto se a Entidade Registradora e o Custodiante não forem partes relacionadas ao originador ou ao Cedente ou nos casos do §6º, do Art. 30 e do §2º, do Art. 42, Capítulo VIII, do Anexo Normativo II, da Resolução CVM 175/22 em vigência.

9.4. É vedado à Administradora e à Gestora, em suas respectivas esferas de atuação, aceitar que as garantias prestadas em favor da Classe sejam formalizadas em nome de terceiros, ressalvada a possibilidade de formalização de garantias em favor da Administradora, da Gestora ou de agentes de garantias que representem o Fundo e/ou a Classe como titular da garantia, os quais devem diligenciar para segrega-las adequadamente dos seus próprios patrimônios, respondendo, inclusive, caso não o façam pelos danos que causarem ao Fundo e/ou à Classe.

9.5. É vedada a aplicação de recursos na aquisição de Direitos Creditórios e Ativos Financeiros de liquidez no exterior.

10. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, DAS COTAS E DOS ATIVOS

10.1. Os Direitos Creditórios devem ser registrados pelo valor efetivamente pago, sempre observadas as regras aplicáveis emanadas pelo BACEN, pela CVM e pela legislação e regulamentação aplicável.

10.2. A Administradora efetuará o pagamento dos resgates de Cotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN.

10.3. Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pela Administradora e aceitos pelo BACEN e pela CVM, e aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios. Os ajustes dos valores dos Ativos Financeiros, decorrentes da aplicação dos critérios estabelecidos neste Regulamento, serão registrados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

10.4. Os Direitos Creditórios vencidos e não pagos deverão ser provisionados de acordo com as regras e os procedimentos definidos pela Administradora e aceitos pela legislação pertinente aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios, sendo admitida a reversão da respectiva provisão, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou a sua constituição, limitada ao seu respectivo valor, conforme o disposto no artigo abaixo.

10.5. Os Direitos Creditórios e Ativos Financeiros que compõem a Carteira do Fundo terão seus valores calculados todo Dia Útil conforme a metodologia de avaliação descrita no manual da Administradora ou, ainda, nos manuais do Custodiante, disponíveis nos seus respectivos websites, no endereço: https://www.apexgroup.com/apex-brazil/

10.6. As provisões para perdas e as perdas havidas com Direitos Creditórios ou com os Ativos Financeiros integrantes da Carteira ("PDD") serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas nos termos da Instrução CVM 489, política interna da Administradora e de acordo com as normativas do Banco Central do Brasil. Desta forma, o valor do saldo dos Direitos Creditórios e/ou Ativos Financeiros será reduzido pelo valor da provisão efetuada ou perda reconhecida. O valor dos Direitos Creditórios será apurado mensalmente, mediante cálculo dos créditos registrados na carteira do Fundo, em cada Data de Avaliação, pelo Custodiante, de acordo com os princípios gerais de contabilidade aplicados no Brasil.

10.7. Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando- se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

10.8. O efeito de perda ou provisão para devedores duvidosos de Direitos Creditórios de um mesmo Devedor deverá ser mensurado levando-se em consideração o disposto no Artigo 13 da Instrução CVM 489, sendo facultada a análise individualizada dos Direitos Creditórios, observada a metodologia de avaliação descrita no manual da Administradora ou, ainda, no manual do Custodiante.

11. DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

11.1. Constituem despesas e encargos do Fundo, além da Taxa de Administração e da Taxa de Gestão:

(a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do fundo;

(b) despesas com o registro de documentos, impressão, expedição e publicação de relatórios e informações periódicas previstas nesta Resolução;

(c) despesas com correspondências de interesse do fundo, inclusive comunicações aos cotistas;

(d) honorários e despesas do auditor independente;

(e) emolumentos e comissões pagas por operações da carteira de ativos;

(f) despesas com a manutenção de ativos cuja propriedade decorra de execução de garantia ou de acordo com devedor;

(g) honorários de advogado, custas e despesas processuais correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada, se for o caso;

(h) gastos derivados da celebração de contratos de seguro sobre os ativos da carteira, assim como a parcela de prejuízos da carteira não coberta por apólices de seguro, salvo se decorrente diretamente de culpa ou dolo dos prestadores dos serviços no exercício de suas respectivas funções;

(i) despesas relacionadas ao exercício de direito de voto decorrente de ativos da carteira;

(j) despesas com a realização de assembleia de cotistas;

(k) despesas relacionadas à contratação da Consultoria Especializada e do Agente de Cobrança;

(l) despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão, transformação ou liquidação da classe;

(m) despesas com liquidação, registro e custódia de operações com ativos da carteira;

(n) despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às operações da carteira de ativos;

(o) no caso de classe fechada, se for o caso, as despesas inerentes à:

i. distribuição primária de cotas; e

ii. admissão das cotas à negociação em mercado organizado;

(p) montantes devidos a fundos investidores na hipótese de acordo de remuneração com base na Taxa de Administração, na Taxa de Gestão ou em taxa de performance, observado o disposto no art. 99 da Res. CVM 175;

(q) royalties devidos pelo licenciamento de índices de referência, desde que cobrados de acordo com contrato estabelecido entre o administrador e a instituição que detém os direitos sobre o respectivo índice;

(r) taxa máxima de distribuição;

(s) despesas relacionadas ao serviço de formação de mercado;

(t) despesas decorrentes de empréstimos contraídos em nome da classe de cotas, desde que de acordo com as hipóteses previstas na Resolução 175 da CVM

(u) contratação da agência de classificação de risco de crédito; e

(v) taxa de performance;

(w) taxa máxima de custódia; e

(x) despesas com o registro de direitos creditórios, incluindo as relativas à contratação da Entidade Registradora.

11.2. Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correm por conta do Prestador de Serviço Essencial que a tiver contratado.

11.3. Considerando que todos os encargos previstos na cláusula 11.1 acima serão suportados pelo Fundo, quaisquer valores adiantados pela Administradora ou por outro prestador de serviços do Fundo para cobrir tais encargos tornar-se-ão automaticamente créditos destes contra o Fundo, os quais deverão ser prontamente reembolsados pelo Fundo, mediante apresentação da respectiva nota fiscal à Administradora, sempre e assim que houverdisponibilidade de caixa.

11.4. Caso o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, o Cotista, em Assembleia Geral, poderá aprovar o aporte de recursos ao Fundo, por meio da integralização de novas Cotas, a ser realizada pelo Cotista, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos.

11.5. Todos os custos e despesas referidos neste Capítulo, inclusive para salvaguarda de direitos e prerrogativas do Fundo e/ou com a cobrança judicial e/ou extrajudicial de Direitos Creditórios Inadimplidos, serão de inteira responsabilidade do Fundo, não estando a Administradora, os Cedentes, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou

indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos referidos neste Capítulo.

11.6. A realização de despesas ou a assunção de obrigações, por conta e ordem do Fundo,nos termos deste Capítulo, deverá ser previamente aprovada pelo Cotista na Assembleia Geral prevista neste Regulamento. Caso a realização das referidas despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada na forma deste Capítulo, o Cotista deverá definir na referida Assembleia Geral o cronograma de integralização das novas Cotas, as quais deverão ser integralizadas pelo titular das Cotas, em moeda corrente nacional, na medida em que os recursos se façam necessários à realização dos procedimentos deliberados na referida Assembleia Geral, sendo vedada qualquer forma de compensação.

11.7. Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Administradora ou pelo Custodiante antes do recebimento integral do adiantamento a que se refere este Capítulo e da assunção pelo Cotista do compromisso de prover, na proporção de seus respectivos créditos, os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.

11.8. A Administradora, a Gestora, o Custodiante, os Cedentes, seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelo titular das Cotas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento) de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso o referido Cotista não aporte os recursos suficientes para tanto.

11.9. Todos os valores aportados pelo Cotista ao Fundo, nos termos deste Capítulo, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba as verbas devidas pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

12. ORDEM DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

12.1. Diariamente, a partir da Data da 1ª Subscrição de Cotas, conforme definido neste Regulamento, até a liquidação do Fundo, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

(a) pagamento dos Encargos do Fundo;

(b) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargosdo Fundo, a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento;

(c) pagamento dos valores referentes ao resgate das Cotas;

(d) aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito, em observância à política de investimento descrita neste Regulamento.

12.2. Observada a ordem de alocação dos recursos prevista neste Regulamento, a Administradora deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo correspondentes aos titulares das Cotas, em cada pedido de resgate.

12.3. Os recursos depositados na Conta do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Cotas, quando do seu resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pela Administradora.

12.4. Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional.

12.5. Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Cotistas não seja um Dia Útil, a Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

12.6. Em casos excepcionais de iliquidez dos ativos componentes da Carteira do Fundo, inclusive em decorrência de pedidos de resgates incompatíveis com a liquidez existente, a Administradora ou a Gestora poderá declarar o fechamento do Fundo para a realização de resgates, devendo, nesta hipótese, adotar imediatamente os procedimentos descritos na legislação em vigor, levando em conta os princípios fiduciários a ela atribuídos em lei.

12.7. Não serão devidos quaisquer valores a título de multa ou qualquer outra penalidade caso o Fundo não conte com os recursos suficientes para efetuar o pagamento integral das Cotas cujo resgate foi solicitado no caso de iliquidez mencionado no parágrafo quinto acima.

12.8. Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional.

13. RESERVA DE PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÃO E RESERVA DE CAIXA

13.1. Observada a ordem de alocação de recursos prevista na Cláusula 11 deste Regulamento, a Administradora deverá constituir a Reserva de Pagamento de Resgate, e a Reserva de Caixa. As regras quanto a ordem de alocação da Reservas de Pagamento de Amortização e da Reserva de Caixa seguem descritas no Anexo da Classe Única.

14. ALTERAÇÃO DE REGULAMENTO, ASSEMBLEIA DE COTISTAS, CONVOCAÇÃO, INSTALAÇÃO E DELIBERAÇÕES

14.1. Assembleia Geral de Cotistas

14.1.1. Sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Regulamento e no Anexo, compete privativamente à Assembleia Geral de Cotistas deliberar sobre, observados os respectivos quóruns de deliberação:

i. as demonstrações contábeis, nos termos do artigo 71 da Resolução CVM 175;

ii. a substituição da Administradora e/ou da Gestora;

iii. a fusão, a incorporação, a cisão, total ou parcial, a transformação ou a liquidação do Fundo;

iv. a alteração do Regulamento, ressalvado o disposto no item 14.3 abaixo;

v. o plano de resolução de Patrimônio Líquido negativo, nos termos do artigo 122 da Resolução CVM 175; e

vi. o pedido de declaração judicial de insolvência da Classe de Cotas.

14.2. A Administradora deve encaminhar exemplar do novo Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela CVM na rede mundial de computadores, na data do início da vigência das alterações deliberadas em Assembleia Geral de Cotistas. Caso a alteração tenha sido deliberada em Assembleia Especial de Cotistas, pode ser encaminhado somente o Anexo da Classe Única.

14.3. O Regulamento e o Anexo, conforme aplicável, poderão ser alterados independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração: (i) decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a normas legais ou regulamentares, exigências expressas da CVM, de entidade administradora de mercados organizados onde as cotas do fundo sejam admitidas à negociação, ou de entidade autorreguladora, nos termos da legislação aplicável e de convênio com a CVM, conforme o caso; (ii) for necessária em virtude da atualização dos dados cadastrais da Administradora ou dos prestadores de serviços do fundo, tais como alteração na razão social, endereço, página na rede mundial de computadores e telefone; e (iii) envolver redução da taxa devida a prestador de serviços.

14.4. Convocação e Instalação

14.4.1. A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com, no mínimo, 10 (dez) dias corridos de antecedência, da data de sua realização, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, nas demais convocações, e far-se-á por meio de correio eletrônico (e-mail) endereçado a cada um dos Cotistas com o respectivo aviso de recebimento, ou, alternativamente, por meio de envio de carta com aviso de recebimento exclusivamente para aqueles Cotistas que assim solicitarem previamente e por escrito à Administradora.

14.4.2. Da convocação devem constar, obrigatoriamente, dia, hora e local em que será realizada a Assembleia Geral de Cotistas, sem prejuízo da possibilidade de a assembleia ser parcial ou exclusivamente eletrônica.

14.4.3. A convocação da Assembleia Geral de Cotistas deve enumerar, expressamente, na ordem do dia, todas as matérias a serem deliberadas, não se admitindo que sob a rubrica de assuntos gerais haja matérias que dependam de deliberação da Assembleia Geral.

14.4.4. O aviso de convocação deve indicar a página na rede mundial de computadores em que o Cotista pode acessar os documentos pertinentes à proposta a ser submetida à apreciação da Assembleia Geral.

14.4.5. A Administradora, a Gestora, o Cotista ou grupo de Cotistas que detenha, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total de Cotas emitidas, podem convocar, a qualquer tempo, Assembleia de Geral Cotistas para deliberar sobre ordem do dia de interesse do Fundo, da Classe ou da comunhão de Cotistas.

14.4.6. O pedido de convocação pela Gestora ou pelos Cotistas deve ser dirigido à Administradora, que deve, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir do recebimento, convocar a Assembleia Geral de Cotistas.

14.4.7. A convocação e a realização da Assembleia Geral de Cotistas devem ser custeadas pelos requerentes, salvo se a assembleia assim convocada deliberar em contrário.

14.4.8. Sem prejuízo do disposto no item 14.4.7 acima, a Administradora e/ou os Cotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Cotas poderão convocar representantes do Auditor Independente, da Gestora ou quaisquer terceiros, para participar das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

14.4.9. A Assembleia Geral será considerada validamente instalada com a presença de qualquer número de Cotistas. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

14.4.10. Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral deve realizar-se no local onde a Administradora tiver sede. Quando for realizada em outro local, o anúncio, carta ou correio eletrônico

(e-mail) endereçado aos Cotistas deve indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

14.4.11. A Assembleia Geral de Cotistas pode ser realizada:

i. de modo exclusivamente eletrônico, caso os cotistas somente possam participar e votar por meio de comunicação escrita ou sistema eletrônico; ou

ii. de modo parcialmente eletrônico, caso os cotistas possam participar e votar tanto presencialmente quanto a distância, por meio de comunicação escrita ou sistema eletrônico.

14.4.12. A Assembleia Geral realizada exclusivamente de modo eletrônico é considerada como ocorrida na sede da Administradora.

14.4.13. A Gestora terá direito a comparecer a toda e qualquer Assembleia Geral, independentemente de convocação e sem necessidade de autorização prévia de qualquer Cotista.

14.5. Exercício do Voto

14.5.1. Para os efeitos de cômputo de quórum e manifestações de voto na Assembleia Geral de Cotistas a cada Cotista cabe uma quantidade de votos representativa de sua participação no Fundo, Classe ou Subclasse, conforme o caso, a ser calculada conforme disposto no item 14.5.2 abaixo, sendo admitida a representação do Cotista por mandatário legalmente constituído.

14.5.2. Para fins de cômputo de quórum e manifestações de voto, a Administradora considerará um voto por cada Cota detida.

14.5.3. Serão considerados também presentes à Assembleia Geral os Cotistas que enviarem voto por escrito, por meio de e-mail, sobre os itens constantes da ordem do dia, acompanhado das devidas justificativas (quando aplicável), no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas antes da data de realização da Assembleia Geral.

14.5.4. Os Cotistas podem votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que recebida pela Administradora antes do início da Assembleia Geral, observado o disposto neste Regulamento.

14.6. Deliberações

14.6.1. As deliberações da Assembleia Geral de Cotistas são tomadas, sem exceção, por maioria dos Cotistas presentes no ato.

14.6.2. As deliberações tomadas pelos Cotistas, observados os quóruns estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão todos os Cotistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou nela proferido seu voto.

14.6.3. Para os efeitos de cômputo de quórum e manifestações de voto, na Assembleia Geral de Cotistas, a cada Cotista cabe uma quantidade de votos representativa de sua participação no Fundo, na Classe ou Subclasse, conforme o caso, observado o disposto no item 14.5.2 acima.

14.6.4. As deliberações da Assembleia Geral poderão ser adotadas mediante processo de consulta formal, sem necessidade de reunião dos Cotistas, caso em que os Cotistas terão o prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de envio da consulta, para respondê-la. A ausência de resposta por parte de qualquer Cotista será considerada como abstenção.

14.6.5. As deliberações da Assembleia Geral tomadas mediante processo de consulta deverão ser formalizadas por escrito dirigido pela Administradora a cada Cotista, devendo constar da consulta todos os elementos informativos necessários ao exercício do direito de voto, observados os quóruns de deliberação estipulados no Regulamento.

14.6.6. As respostas obtidas junto aos Cotistas no processo de consulta aos Cotistas terão, para todos os fins deste Regulamento, a força de deliberação da Assembleia Geral.

14.6.7. Na hipótese de consulta formal, conforme o item 14.6.5 acima, deve ser concedido aos Cotistas o prazo mínimo de 10 (dez) dias para manifestação, contado da consulta por meio eletrônico, ou de 15 (quinze) dias, contado da consulta por meio físico.

14.6.8. Somente podem votar na Assembleia Geral ou Especial os Cotistas inscritos no registro de cotistas na data da convocação da Assembleia Geral, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos.

14.6.9. As deliberações da Assembleia Especial de Cotistas devem se ater às matérias de interesse exclusivo da Classe ou das respectivas Subclasses, conforme descritas no Anexo da Classe, se houver.

14.6.10. O procurador deve possuir mandato com poderes específicos para a representação do Cotista em Assembleia Geral, devendo entregar um exemplar do instrumento do mandato à mesa, para sua utilização e arquivamento pela Administradora.

14.6.11. Quaisquer decisões tomadas em Assembleia Geral serão divulgadas aos Cotistas do Fundo ou da respectiva Classe no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral. A informação será enviada aos investidores por meio de correio eletrônico (e-mail) endereçado a cada um dos Cotistas com o respectivo aviso de recebimento, ou, alternativamente, por meio de envio de carta com aviso de recebimento exclusivamente para aqueles Cotistas que assim solicitarem previamente e por escrito.

14.7. <u>Representante dos Cotistas</u>

14.7.1. A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas.

14.7.2. Somente pode exercer as funções de representante dos Cotistas a pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

i. ser Cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas;
ii. não exercer cargo ou função na Administradora, na Custodiante e/ou suas Partes Relacionadas; e
iii. não exercer cargo nos Devedores dos Direitos Creditórios integrantes da Carteira do Fundo.

14.8. Vedações

14.8.1. Em razão do público-alvo, as vedações ao direito de voto em Assembleia de Cotistas, previstas no artigo 78 da Resolução CVM 175, não são aplicáveis ao Fundo.

15. LIQUIDAÇÃO DA CLASSE, EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA E PROCEDIMENTOS A SEREM OBSERVADOS NA LIQUIDAÇÃO DA CLASSE E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO

15.1. A Classe poderá ser liquidada por deliberação da Assembleia de Cotistas, convocada especialmente para esse fim ou, caso não existam Cotas em circulação, por deliberação da Administradora. Os demais procedimentos quanto à liquidação da Classe, Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada seguem descritos pormenorizados no Anexo da Classe Única.

16. DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DO EXERCÍCIO SOCIAL DO FUNDO

16.1. O Fundo e a Classe devem ter escrituração contábil própria, mas que deverão ser segregadas das demonstrações contábeis da Administradora e da Gestora.

16.2. O exercício social do Fundo e da Classe deve ser encerrado a cada 12 (doze) meses, quando devem ser levantadas as demonstrações contábeis do Fundo e de sua Classe, relativas ao mesmo período findo.

16.3. A elaboração e a divulgação das demonstrações contábeis do Fundo e da Classe serão elaboradas na forma da Instrução CVM nº 489/11 e das demais regras específicas que vierem a ser editadas pela CVM.

16.4. As demonstrações contábeis do Fundo e de sua Classe serão conduzidas anualmente por Auditor Independente registrado na CVM, observadas as normas que disciplinam o exercício dessa atividade.

16.5. A auditoria das demonstrações contábeis não é obrigatória para Fundos e a Classe em atividade há menos de 90 (noventa) dias.

16.6. O exercício social do Fundo e da Classe tem duração de 1 (um) ano e encerra-se no último Dia Útil de outubro de cada ano.

17. DAS INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E PERIÓDICAS

17.1. A Administradora e a Gestora deverão prestar, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, todas as informações periódicas e eventuais constantes da Res. CVM 175, sem prejuízo do disposto nas demais disposições legais e regulatórias aplicáveis e neste Regulamento.

17.2. O diretor ou administrador designado da Administradora deve elaborar os demonstrativos trimestrais, nos termos exigidos pelo inciso "V" do artigo 27 do Anexo Normativo II da Res. CVM 175.

17.3. A Gestora deve elaborar e encaminhar à Administradora, em até 40 (quarenta) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referir, relatório contendo as informações dispostas no § 3º do artigo 27 do Anexo Normativo II da Res. CVM 175.

18. DOS FATOS RELEVANTES

18.1. A Administradora é obrigada a divulgar qualquer fato relevante ocorrido ou relacionado ao funcionamento do Fundo ou da Classe ou aos Direitos Creditórios e demais Ativos integrantes da carteira, assim que dele tiver conhecimento, observado que é responsabilidade dos demais prestadores de serviços, em especial a Gestora, informar imediatamente à Administradora sobre os fatos relevantes de que venham a ter conhecimento, respondendo pelos prejuízos que causar na hipótese de omissão.

18.2. Considera-se relevante qualquer fato que possa influir de modo ponderável no valor das Cotas ou na decisão dos investidores de adquirir, resgatar, alienar ou manter Cotas.

18.3. Qualquer fato relevante ocorrido ou relacionado ao funcionamento do Fundo, da Classe ou dos Direitos Creditórios e demais Ativos da carteira deve ser:

a) comunicado a todos os Cotistas;

b) informado às entidades administradoras de mercados organizados em que as Cotas estejam admitidas à negociação, se for o caso;

c) divulgado por meio da página da CVM na rede mundial de computadores; e

d) mantido nas páginas da Administradora e da Gestora e, ao menos enquanto uma distribuição de Cotas estiver em curso, se for em caso, do distribuidor de Cotas na rede mundial de computadores.

18.4. Considera-se exemplos de fatos potencialmente relevantes:

a) alteração no tratamento tributário conferido ao Fundo, à Classe ou aos Cotistas;

b) contratação de formador de mercado e o término da prestação desse serviço;

c) contratação de Agência de Classificação de Risco, caso não estabelecida no Regulamento;

d) mudança na classificação de risco atribuída à Classe ou a qualquer Subclasse;

e) alteração da Administradora ou da Gestora do Fundo;

f) fusão, incorporação, cisão ou transformação da Classe;

g) alteração do mercado organizado em que seja admitida a negociação de Cotas; e

h) cancelamento da admissão das Cotas à negociação em mercado organizado.

19. DAS COMUNICAÇÕES

19.1. As informações ou os documentos para os quais esse Regulamento exija "encaminhamento", "comunicação", "acesso", "envio", "divulgação" ou "disponibilização" pela Administradora serão disponibilizados aos Cotistas e demais destinatários especificados neste Regulamento por meio eletrônico, nos termos da Res. CVM 175.

19.2. A obrigação prevista na Cláusula 19.1 acima será considerada cumprida pela Administradora na data em que a informação ou documento se tornar acessível para os Cotistas.

19.3. O envio de correspondências por meio físico aos Cotistas que fizerem tal solicitação à Administradora estarão sujeitos a cobrança para pagamento de custos relacionados ao envio.

19.4. Nas hipóteses em que este Regulamento exija “atestado”, “ciência”, “manifestação” ou “concordância” dos Cotistas, admite-se que a manifestação em questão seja realizada por meio eletrônico, observada as disposições do art. 12 da Res. CVM 175.

19.5. Caso não seja comunicada à Administradora a atualização do endereço físico ou eletrônico do Cotista, a Administradora fica exonerada do dever de envio das informações e comunicações previstas neste Regulamento e na Res. CVM 175 a partir da primeira correspondência que houver sido devolvida por incorreção do seu endereço declarado.

19.6. A Administradora preservará a correspondência devolvida ou seu registro eletrônico enquanto o Cotista não efetuar o resgate ou amortização total das Cotas de sua titularidade, sem prejuízo do disposto no art. 130 da Res. CVM 175.

20. PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS

20.1. A Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, por meio de (i) envio de correio eletrônico, e (ii) disponibilização no website da Administradora, devendo permanecer à disposição dos condôminos para consulta, na sede e agências da Administradora e nas instituições autorizadas a distribuir Cotas, de modo a garantir ao Cotista acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no Fundo, se for o caso.

20.2. A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição do Cotista, em sua sede e dependências, informações sobre: (i) o número deCotas de propriedade do Cotista e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e (iii) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado.

20.3. A Administradora deve enviar à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, em até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social ao qual se refiram, as demonstrações financeiras anuais do Fundo.

20.4. As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

20.5. À Administradora cabe divulgar, trimestralmente: (i) o valor do Patrimônio Líquido doFundo; (ii) o valor da Cota; (iii) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil; e (iv) o demonstrativo elaborado pelo Diretor Designado, sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Regulamento e na legislação vigente.

20.6. A divulgação das informações previstas neste Regulamento deve ser feita pormeio de correio eletrônico; e (ii) disponibilização no website da Administradora.

20.7. A Administradora deve divulgar, em sua página eletrônica na rede mundial decomputadores, quaisquer informações relativas ao Fundo divulgadas para Cotistas ou terceiros.

21. DOS FATORES DE RISCO DO FUNDO

21.1. O Fundo, por sua própria natureza, está sujeito a diversos riscos, incluindo, mas não se limitando a flutuações de mercado, riscos de crédito das respectivas contrapartes, riscos sistêmicos, condições adversas de liquidez e negociação aplicáveis às Cotas Investidas e aos direitos creditórios em que os Fundos Investidos investem e aos Ativos Financeiros e demais modalidades operacionais integrantes das carteiras dos Fundos Investidos, incluindo respectivos prazos, cronogramas e procedimentos de resgate e amortização. Antes de adquirir as Cotas, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis nos fatores de risco descritos a seguir. A materialização de qualquer dos riscos e incertezas apontados a seguir poderá gerar perdas ao Fundo e aos Cotistas, sendo que, nessa hipótese, a Administradora e a Gestora não poderão ser responsabilizadas, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, (ii) pela inexistência de mercado secundário para as Cotas Investidas e/ou os Ativos Financeiros, ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Cotistas quando do resgate de suas Cotas, nos termos deste Regulamento.

21.2. Antes de adquirir as Cotas, todo investidor deve ler cuidadosamente os fatores de risco abaixo descritos, o Regulamento e o Anexo da Classe Única, sanar todas as dúvidas com a Gestora e com Administradora e analisar todos os fatores de risco, responsabilizando-se integralmente pelo seu investimento.

21.3. **<u>Riscos Operacionais e de Mercado:</u>**

a) **Risco de crédito dos títulos da carteira do Fundo.** Os títulos públicos e/ou privados de dívida que puderem compor a carteira dos Fundos Investidos estão sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os respectivos compromissos de pagamento de juros e principal de suas dívidas. Eventos que afetem as condições financeiras dos emissores de tais títulos, bem como alterações nas condições econômicas, legais e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos em termos de preços e liquidez dos ativos dos referidos emissores. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão trazer impactos nos preços dos títulos e valores mobiliários, comprometendo também sua liquidez.

b) Risco de descasamento entre as taxas de atualização das Cotas e a taxa de rentabilidade dos ativos do Fundo. O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Cotas Investidas e, também, nos Ativos Financeiros que deverão compor sua carteira de ativos. Considerando-se que o valor das Cotas será atualizado em conformidade com o permitido pela rentabilidade de sua carteira, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização: (i) das Cotas Investidas adquiridas pelo Fundo e dos outros Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo e (ii) das Cotas.

c) Flutuação dos Ativos Financeiros. O valor dos ativos que integram a carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos ativos, o patrimônio do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

d) Limitação do gerenciamento de riscos. A realização de investimentos no Fundo expõe o investidor aos riscos a que o Fundo está sujeito, os quais poderão acarretar perdas para os Cotistas. Embora a Administradora e a Gestora mantenham sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas. Em condições adversas de mercado, esse sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida.

e) Risco decorrente da precificação dos ativos. Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme disposto nos regulamentos dos Fundos Investidos e na regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado, poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Cotas.

f) Inexistência de garantia de rentabilidade. A Administradora e a Gestora não garantem qualquer rentabilidade aos investidores. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer Fundo Investido ou ao próprio Fundo não representam garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, as aplicações no Fundo não contam com garantia da Administradora ou da Gestora, ou, ainda, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

21.4. <u>Riscos de Liquidez:</u>

a) Liquidez reduzida. As principais fontes de recursos do Fundo para efetuar o resgate de suas Cotas decorrem da liquidação: (i) de investimentos de curto prazo não aplicados na aquisição de Cotas Investidas, e (ii) de Cotas Investidas. Após o recebimento destes recursos, o Fundo poderá não dispor de quaisquer outras verbas para efetuar o resgate de Cotas pertencentes aos seus Cotistas.

b) **Falta de Liquidez dos Ativos Financeiros.** A parcela do patrimônio da Classe não aplicada em Direitos Creditórios poderá ser aplicada em Ativos Financeiros. Os Ativos Financeiros podem vir a se mostrar ilíquidos (seja por ausência de mercado secundário ativo, seja por eventual atraso no pagamento por parte do respectivo emissor e/ou devedor), o que poderia, eventualmente, afetar os pagamentos de amortizações e resgate das Cotas.

c) **Liquidez relativa aos Ativos Financeiros.** Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo e dos Fundos Investidos são negociados e/ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo e os Fundos Investidos estarão sujeitos a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos em carteira, situação em que o Fundo e os Fundos Investidos poderão não estar aptos a efetuar pagamentos relativos às amortizações e resgates de suas respectivas cotas, conforme aplicável.

d) **Risco de concentração em Fundos Investidos.** Nos termos previstos neste Regulamento e no Anexo da Classe Única, o Fundo deverá aplicar, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do seu Patrimônio Líquido em Cotas Investidas. Não há limite de concentração para subscrição ou aquisição de cotas de um único Fundo Investido pelo Fundo. Alterações na condição econômico-financeira e na expectativa de desempenho/resultado dos Fundos Investidos podem, isolada ou cumulativamente, afetar de forma negativa o preço e/ou rendimento dos investimentos do Fundo e, consequentemente, dos Cotistas, de forma mais severa que se o Fundo adotasse uma estratégia de investimento de maior diversificação de seus investimentos em diversos Fundos Investidos. O risco associado às aplicações do Fundo é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações do Fundo em um único emissor, maior será a vulnerabilidade do Fundo em relação ao risco de crédito desse emissor.

Além disso, não há qualquer limitação ou restrição no Regulamento quanto à subclasse de Cotas Investidas que o Fundo poderá aplicar. Assim, se a carteira do Fundo estiver composta por cotas subordinadas júnior ou cotas subordinadas mezanino, o Fundo estará exposto ao risco específico da subordinação entre as classes de cotas dos Fundos Investidos.

e) **Liquidez relativa aos Direitos Creditórios de propriedade dos Fundos Investidos.** O investimento dos Fundos Investidos em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, tendo em vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais direitos de crédito. Caso um Fundo Investido precise vender os Direitos Creditórios detidos em carteira, poderá não haver mercado comprador e/ou o preço de alienação de tais Direitos Creditórios poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda patrimonial para o Fundo Investido e, por consequência, para o Fundo.

f) **Resgate condicionado das Cotas.** As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento do resgate das Cotas são (i) o pagamento das amortizações e resgates das Cotas Investidas;

e (ii) a liquidação dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar o resgate, total ou parcial, das Cotas, o que poderá acarretar prejuízo aos Cotistas. Caso tal evento ocorra, não será devido aos Cotistas pelo Fundo ou por qualquer pessoa, incluindo a Administradora e a Gestora, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

g) Amortização e resgate condicionado das Cotas Investidas. As únicas fontes de recursos dos Fundos Investidos para efetuar o pagamento da amortização e/ou resgate de suas cotas são liquidação: (i) dos Direitos Creditórios pelos respectivos devedores; e (ii) dos ativos financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, os Fundos Investidos não disporão de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das respectivas cotas, o que poderá acarretar prejuízo aos cotistas dos Fundos Investidos, incluindo o Fundo.

Ademais, os Fundos Investidos estão expostos a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e ativos financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de suas administradoras e gestoras alienarem os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os direitos de crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das Cotas Investidas à liquidação dos Direitos Creditórios e/ou dos ativos financeiros, conforme descrito no parágrafo acima, a Administradora e a Gestora estão impossibilitadas de assegurar que as amortizações e/ou resgates das Cotas Investidas e, por consequência, das Cotas, ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devida, nesta hipótese, pelo Fundo ou por qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora e a Gestora, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

h) Patrimônio Líquido Negativo. Os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas de mercado, risco de crédito, risco de concentração, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação, sendo que não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o Cotista. Além disso, as estratégias de investimento adotadas pela Gestora poderão fazer com que o Fundo apresente Patrimônio Líquido Negativo, caso em que os Cotistas não estão coobrigados, portanto, à realização de aportes adicionais.

i) Subordinação de determinadas Cotas Investidas a outras subclasses ou séries de cotas dos Fundos Investidos. O Fundo poderá adquirir cotas subordinadas dos Fundos Investidos, as quais se subordinam às cotas seniores dos Fundos Investidos para efeitos de amortização e resgate. As amortizações e resgates de cotas subordinadas têm sua realização condicionada ainda à manutenção da razão de garantia e à existência de disponibilidades dos Fundos Investidos. Adicionalmente as cotas

subordinadas podem ser subdividas em cotas subordinadas mezanino e cotas subordinadas júnior, sendo que além da subordinação às cotas seniores, as cotas subordinadas júnior se subordinam às cotas subordinadas mezanino para efeitos de amortização e resgate. A Administradora e a Gestora e suas respectivas partes relacionadas encontram-se impossibilitadas de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das cotas subordinadas dos Fundos Investidos que venham a ser adquiridas pelo Fundo ocorrerão nas datas originalmente previstas, sendo que, caso tais amortizações e/ou resgates não ocorram, não será devida pelo Fundo ou por qualquer pessoa, incluindo a Administradora e a Gestora e a administradora e a gestora dos Fundos Investidos, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza. A não amortização ou resgate de cotas subordinadas dos Fundos Investidos detidas pelo Fundo poderá impactar negativamente no fluxo de pagamento de resgate do Fundo e/ou no valor patrimonial das Cotas.

21.5. <u>Riscos relativos aos Fundos Investidos:</u>

(a) Risco de crédito relativo aos direitos de crédito. Decorre da capacidade dos devedores dos Direitos Creditórios adquiridos pelos Fundos Investidos de honrarem seus compromissos pontual e integralmente, conforme contratados. Em caso de instauração de pedido de falência, recuperação judicial, de plano de recuperação extrajudicial ou qualquer outro procedimento de insolvência dos devedores ou dos cedentes (coobrigados dos devedores), os Fundos Investidos poderão não receber os Direitos Creditórios que compõem suas carteiras, o que poderá afetar adversamente seus resultados e, por consequência, os resultados do Fundo.

(b) Risco de crédito relativo aos Ativos Financeiros. Decorre da capacidade dos devedores e/ou emissores dos ativos financeiros e/ou das contrapartes dos Fundos Investidos em operações com tais ativos. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos referidos ativos e/ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses emissores, provocando perdas para os Fundos Investidos e para os seus cotistas, incluindo o Fundo. Ademais, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira dos Fundos Investidos acarretará perdas para os Fundos Investidos, podendo esses, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos, podendo, por consequência, impactar negativamente os resultados do Fundo.

(c) Direitos creditórios com taxas prefixadas. A maior parte dos direitos creditórios integrantes da carteira dos Fundos Investidos é contratada a taxas prefixadas. Na maioria dos casos, a distribuição dos resultados das carteiras dos Fundos Investidos para suas cotas tem como parâmetro a Taxa DI. Caso a Taxa DI se eleve substancialmente, os recursos dos Fundos Investidos poderão ser insuficientes para pagar a meta de rentabilidade das Cotas Investidas, no todo ou em parte, aos cotistas dos Fundos Investidos (dentre os quais, o Fundo), não sendo possível aos Fundos Investidos e a suas

administradoras, nos termos da legislação em vigor, prometer ou assegurar rentabilidade a seus cotistas.

(d) Risco de descontinuidade dos Fundos Investidos. As políticas de investimento dos Fundos Investidos estabelecem que os Fundos Investidos devem voltar-se, primordialmente, à aplicação em direitos creditórios originados por determinados originadores. Consequentemente, a continuidade dos Fundos Investidos pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte dos cotistas quanto ao tempo de duração de seus investimentos nos Fundos Investidos, em função da falta de continuidade das operações regulares dos mencionados originadores e da falta de capacidade destes de originar direitos creditórios elegíveis para os Fundos Investidos. Tendo em vista que a Política de Investimentos determina que o Fundo deve voltar-se, principalmente, à aplicação em Cotas Investidas, o Fundo poderá sofrer impactos negativos em função da descontinuidade dos Fundos Investidos.

(e) Performance e riscos relacionados ao cedente. De acordo com a estrutura dos Fundos Investidos, e durante o prazo de duração do Fundo, ocorrerão diversas cessões de direitos creditórios pelos cedentes dos Fundos Investidos aos Fundos Investidos. Nenhuma garantia pode ser dada de que os cedentes continuarão atuando no ramo de atividade que atualmente possibilita aos cedentes a originação dos direitos creditórios integrantes das carteiras dos Fundos Investidos. Portanto, o patrimônio líquido dos Fundos Investidos e, consequentemente, o Patrimônio Líquido poderá ser afetado caso qualquer dos cedentes venha a interromper as atividades que resultam na originação dos direitos creditórios.

(f) Inadimplência dos devedores dos direitos creditórios integrantes das carteiras dos Fundos Investidos e possível não existência de coobrigação ou garantia dos cedentes pela solvência dos direitos creditórios. Parte dos cedentes de Direitos Creditórios aos Fundos Investidos poderá ser responsável somente pela obrigação e formalização dos direitos creditórios cedidos aos Fundos Investidos, não assumindo quaisquer responsabilidades pelo seu pagamento ou pela solvência dos devedores. Dessa forma, na hipótese de inadimplência, total ou parcial, por parte dos devedores no pagamento dos direitos creditórios, os Fundos Investidos poderão sofrer impactos decorrentes do não pagamento dos valores correspondentes aos referidos direitos creditórios, proporcionando prejuízo para os Fundos Investidos e, consequentemente, para seus condôminos, dentre os quais, o Fundo.

(g) Falhas de procedimentos. Falhas nos procedimentos de cadastro, cobrança e fixação da política de crédito e controles internos adotados pelos Fundos Investidos podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelos Fundos Investidos e sua respectiva cobrança, em caso de inadimplemento.

(h) Risco de sistemas. Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos dos

devedores, dos cedentes e dos prestadores de serviços para os Fundos Investidos ocorrerão livre de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos Creditórios poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

(i) Riscos e custos de cobrança. Os custos incorridos pelos Fundos Investidos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos demais ativos integrantes de suas carteiras e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias de seus condôminos são de sua inteira e exclusiva responsabilidade, devendo ser suportados até o limite total de seu patrimônio líquido, sempre observado o que seja deliberado pelos seus cotistas em assembleia geral. O Fundo, a Administradora, a Gestora e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, as sociedades por estas, direta ou indiretamente, controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os cotistas dos Fundos Investidos deixem de aportar os recursos necessários para tanto.

21.6. <u>Outros Riscos</u>

21.6.1. Risco Legal. A Res. CVM 175 é um novo marco para indústria de fundos de investimento no Brasil, uma vez que promoveu importantes mudanças estruturas dos fundos de investimento com a criação das classes e subclasses de cotas, por exemplo. Toda essa nova dinâmica regulatória dependerá de novo entendimento, não só pelo mercado financeiro, mas sobretudo pelos operadores do direito, advogados e juízes, entre outros. Isso significa que decisões e manifestações equivocadas a respeito do Fundo e da Classe podem vir a serem pronunciadas, causando prejuízo à Classe e às Cotas. Além disso, as leis, regulamentações ou entendimentos jurisprudenciais são, por várias vezes, modificados, e, sendo assim, tais mudanças podem vir a afetar negativamente a Classe e, consequentemente, os Cotistas.

21.6.2. Interrupção dos serviços pelos prestadores contratados para prestar serviços ao Fundo. Eventual interrupção da prestação de serviços pelos prestadores de serviços contratados para prestar serviços ao Fundo, inclusive no caso de sua substituição, por qualquer motivo, poderá afetar o regular funcionamento da Classe e do Fundo. Isso poderá levar a prejuízos à Classe e ao Fundo ou, até mesmo, à sua liquidação antecipada.

21.6.3. Outros Riscos. A Classe e o Fundo também poderão estar sujeitos a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora ou da Gestora, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos direitos creditórios dos Fundos Investidos e aos Ativos Financeiros, alteração na política monetária, inclusive, mas não limitada a, criação de novas restrições legais ou regulatórias que possam afetar adversamente a validade da constituição dos direitos creditórios dos Fundos Investidos e alteração da política fiscal aplicável à Classe e ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos à Classe e aos Cotistas.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FORO

22.1. São partes integrantes e indissociáveis do presente Regulamento seus respectivos Anexo da Classe Única e Apêndices, se houver.

22.2. Os prestadores de Serviços Essenciais e demais prestadores de serviços do Fundo respondem perante a CVM, nas suas respectivas esferas de atuação, por seus próprios atos e omissões contrários à lei, ao Regulamento do Fundo ou à regulamentação vigente, sem prejuízo do exercício do dever de fiscalizar, nas hipóteses expressamente previstas na Res. CVM 175, bem como naquelas eventualmente previstas neste Regulamento.

22.3. A aferição de responsabilidades dos prestadores de serviços tem como parâmetros as obrigações previstas na Res. CVM 175 e em regulamentações específicas, assim como aquelas previstas neste Regulamento e no respectivo contrato de prestação de serviços.

22.4. Ressalvada as hipóteses de dolo ou má-fé, devidamente comprovadas, fica acordado que a transferência de administração do Fundo somente ocorrerá após o pagamento de todos os custos do Fundo, inclusive aqueles advindos de bloqueios judiciais de valores na conta da Administradora quando esta tiver sido indevidamente inserida no polo de ação contra o Fundo e/ou a Classe.

22.5. Cotista, a Gestora poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade do patrimônio dos Cotistas, uma vez que a carteira da Classe e, por consequência, seu patrimônio estão sujeitos a riscos diversos. Antes de adquirir qualquer Cota, o Cotista deverá ler cuidadosamente o Regulamento, os Anexos e respectivos Apêndices, se houver, bem como tirar todas as dúvidas com a Gestora e com Administradora e analisar todos os fatores de risco da Classe dispostos nos Anexos, uma vez que o Cotista é integralmente responsável pelo investimento realizado.

22.6. Fica eleito o foro central da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.

BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

ANEXO I

ANEXO DA CLASSE

DESCRITIVO DA CLASSE ÚNICA DO

NTZ FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS RESPONSABILIDADE LIMITADA

1. REGIME DA CLASSE

1.1. A Classe é constituída sob o regime de condomínio fechado, de modo que as Cotas somente serão resgatadas conforme datas de resgate definidas para cada subclasse, de acordo com os respectivos Apêndices, ou em virtude de liquidação da Classe, em conformidade com o disposto no Regulamento.

1.2. A classe é constituída na forma de responsabilidade limitada ao valor subscrito, não estando os Cotistas coobrigados, portanto, à realização de aportes adicionais caso seja constatado o Patrimônio Líquido negativo da Classe.

1.2.1. Sem prejuízo do disposto na cláusula 1.2 acima, caso se verifique que o Patrimônio Líquido está negativo, os credores da Classe, os Cotistas e/ou a própria CVM poderão requerer judicialmente a decretação de insolvência da Classe, nos termos do Código Civil e da legislação e regulamentação aplicável, sem prejuízo das responsabilidades dos Prestadores de Serviços Essenciais e dos Demais Prestadores de Serviços.

2. PÚBLICO-ALVO

2.1. A Classe é exclusivamente destinada a Investidores Qualificados, conforme definido pela regulamentação da CVM em vigor.

3. PRAZO DE DURAÇÃO DA CLASSE

3.1. A Classe terá prazo de duração indeterminado, podendo ser liquidada por deliberação da Assembleia de Cotistas em conformidade com o disposto no Regulamento e neste Anexo da Classe Única.

4. DAS SUBCLASSES, EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS, AMORTIZAÇÃO, RESGATE E TRANSFERÊNCIA DAS COTAS

4.1. A Classe se divide nas seguintes Subclasses: (i) Cotas Seniores; (ii) Cotas Subordinadas Mezanino; e (iii) Cotas Subordinadas Juniores.

4.2. As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às Cotas Subordinadas para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira da Classe, nos termos do presente Regulamento e conforme particularidades descritas nos Apêndices.

4.3. As Cotas Subordinadas Mezanino são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição de rendimentos da carteira do Fundo, mas que, para os mesmos efeitos, não se subordinam às Cotas Subordinadas Júnior, nos termos do presente Regulamento e conforme particularidades descritas nos Apêndices.

4.4. As Cotas Subordinadas Juniores, emitidas em Subclasse e série únicas, são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores e às Cotas Subordinadas Mezanino para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do presente Regulamento e conforme particularidades descritas nos Apêndices.

4.5. Fica a critério da Assembleia de Cotistas a emissão de novas séries de Cotas Seniores, desde que, em consequência dessa nova emissão, não sejam afetados: (a) o Índice de Subordinação; e (b) a classificação de risco das Cotas Seniores em circulação, se houver, conforme manifestação por escrito da Agência Classificadora de Risco.

4.6. Fica a critério da Assembleia de Cotistas a emissão de novas Subclasses ou séries de Cotas Subordinadas Mezanino, desde que, em consequência dessa nova emissão, não sejam afetados: (a) o Índice de Subordinação; e (b) a classificação de risco das Cotas Seniores em circulação, se houver, conforme manifestação por escrito da Agência Classificadora de Risco.

4.7. Somente os Investidores Qualificados poderão adquirir as Cotas Seniores, as Cotas Subordinadas Mezaninos e/ou as Cotas Subordinadas Juniores.

4.8. O valor unitário das Cotas será calculado todo Dia Útil para efeito de definição de seu valor de integralização ou resgate, observados os critérios definidos na Cláusula 10 do Regulamento.

4.9. Para fins de integralização de Cotas Seniores, de Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas Juniores, deverá ser utilizado o valor da Cota em vigor no fechamento do mesmo Dia Útil da efetiva disponibilidade dos recursos depositados pelo investidor diretamente na Conta do Fundo/Conta da Classe.

4.10. Para fins de amortização e resgate das Cotas Seniores, deverá ser utilizado o valor da última cota disponível no dia do pagamento da amortização e/ou resgate.

4.11. Para fins de amortização e resgate das Cotas Subordinadas, deverá ser utilizado o valor da última cota disponível no dia do pagamento da amortização e/ou resgate.

4.12. As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Mezanino serão amortizadas e resgatadas, em moeda corrente nacional, observados os prazos e os valores definidos nos respectivos Apêndices de

cada série ou Subclasse, respeitada, ainda, a ordem de alocação dos recursos do Fundo estabelecida na Cláusula 9 abaixo.

4.13. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.12 acima, as Cotas Seniores e Subordinadas Mezanino poderão ser amortizadas compulsoriamente para enquadramento do respectivo Índice de Subordinação, caso não reenquadrado na forma do Capítulo 5 deste Anexo I.

4.14. As Cotas Subordinadas Juniores somente poderão ser amortizadas ou resgatadas após a amortização ou o resgate integral das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino, ressalvada a hipótese prevista na Cláusula 4.15 abaixo.

4.15. Se o Patrimônio Líquido assim permitir, as Cotas Subordinadas Juniores poderão ser amortizadas, desde que, considerada proforma a amortização das Cotas Subordinadas Júnior, o Índice de Subordinação, a Reserva de Pagamento e o Índice de Liquidez não fiquem desenquadrados.

4.16. Não será realizada a amortização das Cotas Subordinadas Juniores, em nenhuma hipótese, inclusive aquelas indicadas na Cláusula 4.15 acima, caso: (a) tenha sido identificado qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada, em relação ao qual a Assembleia Geral de Cotistas ainda não tenha se manifestado de forma definitiva; e/ou (b) esteja em curso a liquidação do Fundo e/ou da Classe.

4.17. Os encargos e despesas da Classe serão integralmente arcados pelas Cotas Subordinadas Juniores.

4.18. Fica a critério da Assembleia de Cotistas a emissão de Cotas Subordinadas Juniores, sendo assegurado direito de preferência para os respectivos Cotistas detentores de Cotas Subordinadas Júnior.

4.19. Na hipótese de as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Mezanino do Fundo atingirem os seus respectivos Índices de Referência, toda a rentabilidade a eles excedentes será atribuída somente às Cotas Subordinadas Juniores, razão pela qual tais Cotas poderão apresentar valores diferentes das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino.

4.20. O previsto nesta Cláusula não constitui promessa de rendimentos e corresponde meramente a uma previsão de amortização e a preferência entre as diferentes classes de Cotas, de modo que as Cotas somente serão amortizadas se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem, nos termos dispostos neste Regulamento.

4.21. No momento da subscrição das Cotas, o Cotista atestará, por meio de assinatura de termo de adesão, que: (i) possui pleno conhecimento dos riscos envolvidos no investimento no Fundo e na Classe, inclusive da possibilidade de perda total do capital investido, da necessidade de aporte na ocorrência de Patrimônio Líquido Negativo e, se for o caso, da ausência de classificação de risco das

Cotas subscritas; e (ii) teve acesso ao inteiro teor do Regulamento, dos Anexos e dos respectivos Apêndices , se houver.

4.22. A transferência de titularidade das Cotas fica condicionada à verificação, pela Administradora, do atendimento das formalidades estabelecidas neste Regulamento, na Res. CVM 175 e nas demais disposições legais e regulatórias aplicáveis.

4.23. Na hipótese de transferência por meio de negociação em mercado organizado, cabe ao intermediário verificar o atendimento das formalidades estabelecidas no Regulamento, na Res. CVM 175 e nas demais disposições legais e regulatórias aplicáveis.

4.24. A distribuição de Cotas deve observar a regulamentação específica sobre ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

4.25. Não é admitida nova distribuição de Cotas antes de encerrada a distribuição anterior de Cotas da mesma Subclasse.

4.26. As importâncias recebidas na integralização de Cotas durante o processo de distribuição devem ser depositadas em instituição integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) ou aplicadas em valores mobiliários ou outros Ativos Financeiros compatíveis com as características da Classe.

4.27. Caso a Classe já esteja em funcionamento, os valores relativos à nova distribuição de Cotas devem ser escriturados separadamente das demais aplicações até o encerramento da distribuição, devendo ser aplicados em Ativos Financeiros.

4.28. Assim que subscrito o valor mínimo previsto para a distribuição das Cotas, os recursos poderão ser investidos na forma prevista no Regulamento.

4.29. As Cotas ofertadas publicamente poderão ser depositadas (i) para distribuição no mercado primário, por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) para negociação no mercado secundário por meio do FUNDOS21 – Modulo de Fundos (“FUNDOS21”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações e os eventos de pagamento liquidados financeiramente e as cotas custodiadas eletronicamente por meio da B3, a critério da Gestora em conjunto com a Administradora.

5. ÍNDICE DE SUBORDINAÇÃO E PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS NA HIPÓTESE DE INOBSERVÂNCIA DESSE ÍNDICE

5.1. O Índice de Subordinação será considerado enquadrado sempre que, cumulativamente:

(a) o Índice de Subordinação Mezanino for, no mínimo, 10% (dez por cento); e

(b) o Índice de Subordinação Júnior for, no mínimo, 20% (vinte por cento).

5.2. Na hipótese de desenquadramento do Índice de Subordinação, os titulares das Cotas da Subclasse Mezanino e/ou das Cotas da Subclasse Júnior, conforme o caso, deverão ser prontamente comunicados pelo Gestor.

5.3. Até 10 (dez) Dias Úteis contados da Data de Verificação, e consequentemente do respectivo recebimento da comunicação do Gestor, os Cotistas deverão responder tal comunicação, informando, por escrito, se integralizarão ou não novas Cotas da Subclasse Mezanino e/ou novas Cotas da Subclasse Júnior, conforme o caso. Em caso de integralização de novas Cotas, os Cotistas deverão se comprometer, de forma irrevogável e irretratável, a subscrever Cotas da Subclasse Mezanino e/ou Cotas da Subclasse Júnior, conforme o caso, em valor correspondente a, no mínimo, o montante necessário para o reenquadramento do Índice de Subordinação, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data do recebimento da comunicação do Gestor, integralizando tais novas Cotas em moeda corrente nacional.

5.4. Caso os Cotistas não aportem recursos adicionais em montante suficiente para que o Índice de Subordinação seja reenquadrado, o Administrador deverá adotar os procedimentos descritos no capítulo 13 deste Anexo.

6. REMUNERAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

6.1. A Taxa de Administração da Classe corresponderá ao percentual de 0,20% a.a. (vinte centésimos por cento ao ano) sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, observado o valor mínimo mensal de R$20.000,00 (vinte mil reais).

6.2. O valor da remuneração da cláusula 6.1 acima será calculada e provisionada diariamente, tendo como base o Patrimônio Líquido do Fundo do dia útil imediatamente anterior, com a aplicação da fração de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), por dia útil, sendo paga no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à sua apuração e provisionamento, a partir do mês em que ocorrer a 1ª integralização de Cotas da Classe e será corrigida anualmente pela variação positiva do IPCA a partir da Data da 1ª Integralização de Cotas.

6.3. A Taxa de Gestão da Classe corresponderá ao percentual de 1% a.a. (um por cento ao ano) sobre o Patrimônio Líquido do Fundo.

6.4. A remuneração da cláusula 6.3 acima será calculada e provisionada diariamente, tendo como base o Patrimônio Líquido do Fundo do dia útil imediatamente anterior, com a aplicação da fração de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), por dia útil, sendo paga no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à sua apuração e provisionamento, a partir do mês em que ocorrer a 1ª integralização de Cotas da Classe e será corrigida anualmente pela variação positiva do IPCA a partir da Data da 1ª Integralização de Cotas.

6.5. A A Taxa Máxima de Custódia será de 0,03% a.a. sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, observada a remuneração mínima mensal de R$2.000,00 (dois mil reais), já englobada na Taxa de Administração, conforme previsto na cláusula 6.1.

6.6. A Consultora Especializada fará jus à remuneração mensal no valor correspondente a 2% a.a. (dois por cento) sobre o Patrimônio Líquido da Classe, a partir da Data da 1ª Integralização de Cotas e ou início das atividades, conforme o caso.

6.7. Será devida à Administradora a quantia de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), a título de Taxa de Estruturação, a qual será provisionada diariamente, tendo como base o Patrimônio Líquido do Fundo, a partir do mês em que ocorrer a primeira integralização de Cotas da Classe. O pagamento da referida taxa será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente àquele de sua apuração e provisionamento.

6.8. Não serão cobradas dos Cotistas quaisquer outras taxas, tais como taxa de performance, taxa de ingresso ou taxa de saída.

6.9. A Taxa de Administração não inclui as despesas com publicações de editais e convocação de Assembleias Gerais de Cotistas, tampouco as despesas com a contratação de auditoria especializada ou assessoria legal ao Fundo.

6.10. A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos Prestadores de Serviços do Fundo contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

7. POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO, ENQUADRAMENTO E CONCENTRAÇÃO

7.1. A Classe terá como objetivo proporcionar aos Cotistas a valorização das Cotas de suas respectivas titularidades por meio da aplicação dos recursos da Classe, preponderantemente na aquisição de direitos, tais como mas não mas limitadamente a duplicatas, notas promissórias, cheques, notas comerciais, cédulas de crédito bancário (CCB), cédulas de crédito imobiliário (CRI), cédulas de produtor rural financeira, (b) todo e qualquer instrumento representativo de crédito, desde que aprovado pela Administradora e Gestora no que diz respeito às suas respectivas esferas de análise; e (c) cotas de emissão de FIDCs (“Direitos Creditórios”).

7.2. Adicionalmente, os Direitos Creditórios não poderão:

a) estar vencidos e pendentes de pagamento quando de sua cessão para o Fundo;
b) ser resultantes de ações judiciais em curso, constituam seu objeto de litígio, tenham sido judicialmente penhorados ou dados em garantia;
c) ser constituídos ou ter validade jurídica da cessão para a classe de cotas seja considerada um fator preponderante de risco;
d) o devedor ou coobrigado ser sociedade empresária em recuperação judicial ou extrajudicial;
e) ser cedidos por sociedade empresária em recuperação judicial ou extrajudicial;
f) ser de existência futura e montante desconhecido, desde que emergentes de relações já constituídas; ou
g) ser cotas de FIDC que invistam nos direitos creditórios referidos nas alíneas anteriores.

7.3. Adicionalmente, caracterizam-se como passíveis de cessão ao Fundo (a) Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade e às Condições de Cessão; e (b) todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências e prerrogativas relacionados aos referidos Direitos Creditórios.

7.4. Para fins tributários, em até 180 (cento e oitenta) dias do início de suas atividades, a Classe deve possuir parcela superior a 67% (sessenta e sete por cento) de seu Patrimônio Líquido representada por Direitos Creditórios. Caso a composição mínima do Patrimônio Líquido do Fundo não seja mantida, ocorrerá o desenquadramento tributário da Classe.

7.5. O remanescente do Patrimônio Líquido, que não for aplicado em Direitos Creditórios, poderá ser mantido em moeda corrente nacional ou investido nos seguintes ativos ("Ativos Financeiros"):

(a) títulos públicos federais;

(b) títulos de emissão do BACEN;

(c) operações compromissadas, com liquidez diária, com lastro nos ativos financeiros mencionados nas alíneas "a" e "b" acima;

(d) certificados de depósito bancário, com rentabilidades vinculadas à Taxa DI, emitidos por Instituições Bancárias Autorizadas; e

(e) Cotas de emissão de fundos de investimento de renda fixa ou referenciados à taxa média do DI (Depósito Interfinanceiro de um dia, extra-grupo, calculada e divulgada pela CETIP) no respectivo período, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, inclusive administrados e/ou geridos pela Administradora ou pela Gestora, que sejam abertos e de longo prazo, com liquidez diária.

7.5.1. A aplicação de recursos em Direitos Creditórios e outros ativos de responsabilidade ou coobrigação de um mesmo Devedor está limitada a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido da Classe

7.6. Considerando que a Classe é destinada a Investidores Qualificados, o limite acima pode ser aumentado até 100% (cem por cento), desde que:

I – o devedor ou coobrigado:

a) tenha registro de companhia aberta;
b) seja instituição financeira ou equiparada; ou
c) seja entidade que tenha suas demonstrações contábeis relativas ao exercício social imediatamente anterior à data de aquisição do direito creditório elaboradas em conformidade com o disposto na Lei nº 6.404, de 1976, e a regulamentação editada pela CVM, e auditadas por auditor independente registrado na CVM; ou

II – se tratar de aplicações em:

a) títulos públicos federais;
b) operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais; e
c) cotas de fundos que possuam como política de investimento a alocação exclusiva nos títulos a que se referem as alíneas “a” e “b”.

7.7. As cessões de Direitos Creditórios à Classe serão realizadas em caráter irrevogável e irretratável e incluirão todas as suas garantias e demais acessórios.

7.8. Na aquisição dos Direitos Creditórios, a Gestora deverá verificar se todos os Documentos Comprobatórios compreendem todos os documentos necessários para protesto, cobrança ou execução judicial dos Direitos Creditórios cedidos, nos termos da regulamentação aplicável, sem prejuízo da análise conjunta com a Administradora, em razão de suas obrigações acessórias à aquisição dos Direitos Creditórios.

7.9. Os processos de originação dos Direitos Creditórios cedidos encontram-se descritos no Capítulo 7 do Regulamento.

7.10. A Gestora é responsável pela análise, seleção e aquisição dos Direitos Creditórios.

7.11. Tendo em vista que o Fundo pode aplicar em Direitos Creditórios de naturezas diversas não é possível apresentar a políticas de concessão dos correspondentes créditos.

7.12. É facultado à Gestora realizar operações com derivativos, exclusivamente com o objetivo de proteção patrimonial ou desde que não resulte em exposição a Risco de Capital, troca de indexador a que os ativos estão indexados.

7.13. A Gestora poderá realizar operações compromissadas que tenham como contraparte a Administradora, a Gestora e suas respectivas partes relacionadas.

7.14. Os Ativos Financeiros integrantes da carteira da Classe devem ser custodiados, registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome da Classe e, na impossibilidade operacional do Fundo, em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BACEN ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo BACEN ou pela CVM.

7.15. A Gestora adota política de exercício de direito de voto em assembleias, que disciplina os princípios gerais, o processo decisório e quais são as matérias relevantes obrigatórias para o exercício do direito de voto. Tal política orienta as decisões da Gestora em assembleias de detentores de títulos e valores mobiliários que confiram aos seus titulares o direito de voto.

7.15.1. Ao votar nas assembleias representando o Fundo, a Gestora buscará votar favoravelmente às deliberações que, a seu ver, propiciem a valorização dos ativos financeiros que integrem a carteira do Fundo.

7.15.2. A política de exercício de direito de voto adotada pela Gestora pode ser obtida na página da Gestora na rede mundial de computadores, no seguinte endereço: https://www.netzasset.com.br/governanca

7.16. Não obstante a diligência da Gestora em colocar em prática a política de investimento, composição e diversificação da carteira do Fundo prevista no presente Regulamento, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas de mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, ainda que a Administradora e/ou a Gestora mantenham sistemas de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas. É recomendada ao investidor a leitura atenta dos fatores de risco a que o investimento nas Cotas está exposto, conforme indicados na Cláusula 14 do Regulamento.

7.17. A Administradora, a Gestora, a Custodiante a Distribuidora, a Consultoria Especializada, o Agente de Cobrança, seus respectivos controladores, sociedades por elas direta ou indiretamente controladas, coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são solidários entre si, não respondendo pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos, pela solvência dos Devedores ou pela existência, autenticidade, correta formalização e liquidez dos Direitos Creditórios cedidos, sem

prejuízo das obrigações e responsabilidades da Administradora e da Gestora nos termos deste Regulamento.

7.18. As aplicações realizadas no Fundo, na Classe e/ou nas Subclasses não contam com garantia da Administradora, da Custodiante da Distribuidora, da Gestora, da Consultoria Especializada, do Agente de Cobrança ou de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Crédito – FGC.

7.19. As aplicações no Fundo não contam com garantia: (i) da Administradora; (ii) da Gestora; (iii) de qualquer mecanismo de seguro; ou (iv) do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

8. CONDIÇÕES DE CESSÃO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

8.1. Os Direitos Creditórios somente poderão ser adquiridos pela Classe, na respectiva Data de Aquisição e Pagamento, caso atendam, cumulativamente, às seguintes Condições de Cessão:

I) Não estar vencido no momento da cessão

II) Ter valor representativo em Moeda corrente Nacional

III) O devedor deve estar adimplente com o Fundo

IV) Caracterizar-se como Direito Creditório, conforme definido na RCVM 175/22

V) Possuir documentação suficiente e acessível que comprove sua existência, exigibilidade e titularidade

8.2. Adicionalmente ao disposto na Cláusula 8.1 acima, os Direitos Creditórios somente poderão ser adquiridos pela Classe, na respectiva Data de Aquisição e Pagamento, caso atendam, cumulativamente, aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

i. os Direitos Creditórios deverão ter valor expresso em moeda corrente nacional;

ii. os respectivos Devedores deverão ser **(i)** o Originador ou empresas do seu Grupo Econômico; **(ii)** pessoas jurídicas constituídas de acordo com a legislação brasileira, com sede e administração no Brasil; ou **(iii)** pessoas físicas inscritas no Cadastro de Pessoa Física, maiores de 18 (dezoito) anos;

iii. os Direitos Creditórios deverão ser passíveis de pagamento por meio de boleto bancário, de TED - Transferência Eletrônica Disponível ou de qualquer outro meio de transferência autorizada pelo BACEN diretamente na Conta da Classe ou em uma Conta Vinculada;

iv. os Direitos Creditórios deverão estar corretamente formalizados e representados por Documentos Comprobatórios;

v. os Direitos Creditórios deverão ter sido originados pelo Originador ou por empresas do seu Grupo Econômico;

vi. os Direitos Creditórios não poderão ser devidos por Devedores que, na respectiva Data de Aquisição e Pagamento, sejam: **(i)** colaboradores, sócios, acionistas e/ou administradores dos Cedentes; e/ou **(ii)** cônjuges de sócios, acionistas e/ou administradores dos Cedentes;

vii. os Direitos Creditórios não deverão ser decorrentes da prestação de serviços rescindidos e/ou cancelados, total ou parcialmente;

viii. os Direitos Creditórios deverão estar livres e desembaraçados de todo e qualquer ônus, de qualquer natureza, e não tenham sido contestados, por seus respectivos Devedores, por meio judicial, extrajudicial e/ou administrativo, independentemente da alegação ou mérito, que possa direta ou indiretamente comprometer sua liquidez e certeza, conforme declaração a ser prestada pelo Cedente no momento da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo;

ix. os Direitos Creditórios não poderão ser cedidos por Cedente que, na respectiva Data de Aquisição e Pagamento, **(i)** teve a sua falência decretada; **(ii)** ajuizou pedido de autofalência; **(iii)** pediu recuperação judicial; ou **(iv)** teve plano de recuperação homologado;

x. os Direitos Creditórios não poderão ser devidos por Devedores que, na respectiva Data de Aquisição, estejam inadimplentes perante o Fundo em relação a quaisquer Direitos Creditórios Adquiridos.

8.2.1. A Gestora será responsável por verificar e validar o cumprimento dos Critérios de Elegibilidade anteriormente a qualquer aquisição de Direitos Creditórios pela Classe.

8.2.2. O eventual desenquadramento de qualquer Direito Creditório em relação aos Critérios de Elegibilidade, por qualquer motivo, após a sua cessão à Classe, não obrigará a sua alienação pela Classe, nem dará à Classe qualquer pretensão, recurso ou direito de regresso contra os Cedentes, a Administradora, a Gestora, seus respectivos controladores, sociedades por eles direta ou indiretamente controladas, coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

9. ORDEM DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

9.1. Diariamente, a partir da Data da 1ª Subscrição de Cotas, conforme definido neste Regulamento, até a liquidação do Fundo, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

(a) pagamento dos Encargos do Fundo;

(b) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo, a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento;

(c) pagamento dos valores referentes ao resgate das Cotas;

(d) aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito, em observância à política de investimento descrita neste Regulamento.

10. RESERVA DE PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÃO OU RESGATE E RESERVA DE CAIXA

10.1. Observada a ordem de alocação de recursos prevista na Cláusula 9 acima, a Gestora deverá, na forma abaixo estabelecida, constituir a Reserva de Pagamento de Amortização ou Resgate, de modo a proporcionar liquidez para o pagamento das amortizações e/ou resgates das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino. Para tanto, a Gestora deverá interromper a aquisição de novos Direitos Creditórios elegíveis de forma parcial, de modo que:

(a) a partir de 30 (trinta) dias antes de cada data de pagamento de cada amortização ou resgate (quando aplicável), a Classe sempre mantenha aplicado em Ativos Financeiros com liquidez diária o equivalente a, no mínimo, 30% (trinta por cento) do valor futuro do pagamento da respectiva amortização ou resgate de Cotas Seniores e, conforme o caso, das Cotas Subordinadas Mezanino em questão; e

(b) a partir de 15 (quinze) dias antes de cada data de pagamento de amortização ou resgate (quando aplicável), a Classe do Fundo sempre mantenha aplicado em Ativos Financeiros com liquidez diária o equivalente a 100% (cem por cento) do valor futuro do pagamento da respectiva amortização ou resgate de Cotas Seniores e, conforme o caso, das Cotas Subordinadas Mezanino em questão.

10.2. Sempre observando a ordem de alocação de recursos prevista na Cláusula 9 acima, a Administradora deverá manter, exclusivamente com os recursos da Classe, desde a Data de Subscrição Inicial até a liquidação da Classe e/ou do Fundo, Reserva de Caixa, a qual será destinada exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às despesas e aos encargos de responsabilidade da Classe, incluindo-se a Taxa de Administração e a Taxa de Gestão.

10.3. O valor da Reserva de Caixa deverá ser apurado pela Administradora e monitorado pela Gestora em todo último Dia Útil de cada mês do calendário, devendo ser equivalente ao maior valor entre (a) o total de despesas e encargos de responsabilidade da Classe a serem incorridos no período de 90 (noventa) dias contados da data de apuração; ou (b) 1% (um por cento) do Patrimônio Líquido na data de apuração.

10.4. O montante referente à Reserva de Caixa deverá ser mantido pela Administradora de forma devidamente segregada no patrimônio da Classe, em moeda corrente nacional, ou em Ativos Financeiros de liquidez imediata.

10.5. Na hipótese de a Reserva de Caixa deixar de atender ao limite de enquadramento descrito na Cláusula 10.3 acima, a Administradora, por conta e ordem, deverá destinar todos os recursos da Classe, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva de Caixa, observada a ordem de alocação de recursos prevista acima.

11. ASSEMBLEIA DE COTISTAS

11.1. Observados os dispositivos do Regulamento, estão sujeitas exclusivamente à aprovação pela maioria dos Cotistas da Classe, as deliberações relativas às seguintes matérias:

(i) alteração das características da Classe;

(ii) alteração de característica das Cotas da Classe, em especial aquelas que afetem qualquer vantagem ou criem ou aumentem qualquer obrigação do Cotista;

(iii) alteração ou substituição da Consultoria Especializada ou do Agente de Cobrança.

(iv) Contratação de uma nova Consultoria Especializada ou novo Agente de Cobrança adicionais;

(v) a substituição de quaisquer dos Prestadores de Serviço Essenciais;

(vi) fusão, incorporação, cisão (total ou parcial), transformação ou a liquidação do Fundo e/ou da Classe;

(vii) a alteração do Regulamento, ressalvado o disposto no art. 52 da Parte Geral da Res. CVM 175; e

(viii) a definição e/ou alteração da remuneração da Consultoria Especializada e/ou do Agente de Cobrança.

11.2. As comunicações com a Administradora e as manifestações de vontade dos Cotistas por meio eletrônico observarão os procedimentos descritos deste Regulamento.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO

12.1. Caso seja verificado, em qualquer momento, que o Patrimônio Líquido da Classe está negativo, o Administrador deverá imediatamente: (a) suspender a subscrição de novas Cotas e o pagamento do resgate e da amortização das Cotas; (b) comunicar a verificação do Patrimônio Líquido negativo ao Gestor, que deverá, interromper qualquer aquisição de novos Direitos Creditórios; e (c) divulgar fato relevante.

12.1.1. O Administrador deverá verificar de forma imediata se o Patrimônio Líquido está negativo, na ocorrência de um pedido de declaração judicial de insolvência da Classe, sendo este o único Evento de Verificação do Patrimônio Líquido.

12.1.2. Em até 20 (vinte) dias a partir da verificação do Patrimônio Líquido negativo, o Administrador deverá: (a) elaborar, com o Gestor, um plano de resolução do Patrimônio Líquido negativo, que observe, no mínimo, os requisitos previstos no artigo 122, caput, II, "a", da parte geral da Resolução CVM 175; e (b) convocar, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da conclusão da sua elaboração, a Assembleia que deve deliberar sobre o plano de resolução do Patrimônio Líquido negativo.

12.1.3. Caso, antes da convocação da Assembleia de que trata a cláusula 12.1.2(b) acima, o Administrador verificar que o Patrimônio Líquido da Classe voltou a ser positivo, os Prestadores de Serviços Essenciais devem ser dispensados de continuar com os procedimentos previstos na cláusula 12.1 acima, o Administrador deve divulgar novo fato relevante, no qual deverá constar o valor atualizado do Patrimônio Líquido e, sumariamente, as causas e as circunstâncias que resultaram no Patrimônio Líquido negativo.

12.1.4. Caso, depois da convocação da Assembleia de que trata a cláusula 12.1.2(b) acima e antes da sua realização, o Administrador verificar que o Patrimônio Líquido voltou a ser positivo, a Assembleia deverá ser realizada para que o Gestor demonstre aos Cotistas o valor atualizado do Patrimônio Líquido, as causas e as circunstâncias que resultaram no Patrimônio Líquido negativo, não se aplicando, nessa hipótese, o disposto na cláusula 12.1.5 abaixo.

12.1.5. Na Assembleia prevista na cláusula 12.1.2(b) acima, na hipótese de o plano de resolução do Patrimônio Líquido negativo não ser aprovado, os Cotistas deverão deliberar sobre as seguintes alternativas, nos termos do artigo 122, §4º, da Resolução CVM 175: (a) o aporte de recursos, próprios ou de terceiros, para cobrir o Patrimônio Líquido negativo; (b) a incorporação, a fusão e a cisão da Classe por outro fundo de investimento; (c) a liquidação da Classe, desde que não haja obrigações remanescentes a serem honradas pela Classe; e (d) o pedido de declaração judicial de insolvência da Classe.

12.1.6. O Gestor será obrigado a comparecer à Assembleia referida na cláusula 12.1.2(b) acima, na qualidade de responsável pela gestão da carteira da Classe, sendo certo

que a ausência do Gestor não impedirá que o Administrador realize a Assembleia. Os credores da Classe podem se manifestar na referida Assembleia, desde que prevista na convocação da Assembleia ou autorizada pela mesa ou pelos Cotistas presentes.

12.1.7. Caso a Assembleia de que trata a cláusula 12.1.2(b) acima não se instalar por falta de quórum ou os Cotistas não aprovarem qualquer das alternativas descritas na cláusula 12.1.5 acima, o Administrador deverá entrar com o pedido de declaração judicial de insolvência da referida classe.

12.2. Sempre que identificar situação em que o Patrimônio Líquido negativo que represente risco para o pleno funcionamento do mercado de capitais ou a integridade do sistema financeiro, a CVM poderá solicitar a declaração judicial de insolvência da Classe.

12.3. O Administrador deverá divulgar fato relevante caso tenha ciência de qualquer pedido de declaração judicial de insolvência da Classe, nos termos da cláusula 21.2 abaixo.

12.3.1. Respeitado o que dispuser a decisão no processo de declaração judicial de insolvência da Classe, diante da vedação de renúncia do Administrador, estabelece-se que, em decorrência do pedido de declaração judicial de insolvência da Classe, o pagamento do valor mensal mínimo da Taxa de Administração terá preferência em relação aos demais encargos da Classe, preservando-se, no restante, a Ordem de Alocação.

12.4.

12.5. O Administrador deverá, tão logo tenha ciência da declaração judicial de insolvência da Classe, (a) divulgar fato relevante; e (b) cancelar o registro de funcionamento do Fundo na CVM, nos termos do artigo 125 da parte geral da Resolução CVM 175.

13. LIQUIDAÇÃO, EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

13.1. A Classe poderá ser liquidada por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas, convocada especialmente para esse fim, ou, caso não existam Cotas em circulação, por deliberação da Administradora.

13.2. São considerados Eventos de Avaliação quaisquer das seguintes ocorrências:

(a) descumprimento, pelos Prestadores de Serviço Essenciais e/ou pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações estabelecidos no Regulamento e nos demais documentos existentes referentes ao funcionamento do Fundo, desde que não sanado no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contado do recebimento da notificação;

(b) desenquadramento da Alocação Mínima para Fins Tributários por 30 (trinta) dias ou mais de 1 (uma) vez dentro do mesmo ano;

(c) desenquadramento do Índice de Subordinação, sem que ocorra o seu reenquadramento nos termos da cláusula 5.3. acima.

(d) desenquadramento da Reserva de Encargos, em 1 (uma) Data de Verificação, sem que haja recomposição dentro de 5 (cinco) Dias Úteis;

(e) atraso, por mais de 10 (dez) dias, no pagamento da amortização ou do resgate das Cotas da Subclasse Sênior e/ou das Cotas da Subclasse Mezanino;

(f) a impossibilidade de aquisição de Direitos Creditórios que atendam à política de investimento da Classe, incluindo os Critérios de Elegibilidade, por um período superior a 30 (trinta) Dias Úteis durante o Período de Investimento;

13.2.1. Caso ocorra quaisquer um dos Eventos de Avaliação, o Gestor deverá interromper a aquisição de novos Direitos Creditórios e comunicará o Administrador, que deverá, de forma imediata (a) suspender a subscrição de novas Cotas e o pagamento da amortização e do resgate das Cotas; e (b) convocar a Assembleia Especial para deliberar se o Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação.

13.2.2. A Assembleia de Cotista prevista na cláusula 13.2.1. (c) acima deverá ser cancelada caso tal Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da referida Assembleia de Cotistas.

13.2.3. Caso a referida Assembleia de Cotistas delibere que o Evento de Avaliação não constitui um Evento de Liquidação, ou na hipótese da cláusula 0 acima, as medidas previstas na cláusula 13.2.1. (a) e (b) acima deverão ser interrompidas, sem prejuízo da adoção de eventuais medidas adicionais que aprovadas pela Assembleia de Cotistas.

13.3. As seguintes hipóteses são consideradas Eventos de Liquidação:

(a) caso seja deliberado na Assembleia que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;

(b) por determinação da CVM, em caso de violação de normas legais ou regulamentares;

(c) na hipótese de rescisão ou resilição do contrato de prestação de serviços firmado com o Custodiante, ou renúncia do Custodiante, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com os prazos e procedimentos estabelecidos neste Regulamento;

(d) renúncia dos Prestadores de Serviços Essenciais, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com os prazos e procedimentos estabelecidos neste Regulamento;

(e) sempre que assim decidido pelos Cotistas reunidos em Assembleia especialmente convocada para tal fim;

(f) intervenção ou liquidação extrajudicial do Custodiante, Administrador ou Gestor, sem a sua efetiva substituição de acordo com os prazos e procedimentos estabelecidos neste Regulamento;

(g) se após 90 (noventa) dias contados do início de suas atividades, o Patrimônio Líquido for inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) período de 90 (noventa) dias consecutivos; e

(h) caso, por inexistência de recursos líquidos, a Classe não possa fazer frente aos encargos e despesas da Classe nas respectivas datas de vencimento, observado um prazo de cura de 5 (cinco) Dias Úteis.

Na ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, o Gestor deverá interromper a aquisição de novos Direitos Creditórios e comunicará o Administrador, que deverá, de forma imediata (a) suspender a subscrição de novas Cotas e o ppagamento da amortização e do resgate das Cotas; e (b) convocar uma Assembleia Especial para deliberar sobre a cessação dos procedimentos de liquidação da respectiva Classe ou o plano de liquidação elaborado pelo Administrador e pelo Gestor, em conjunto, nos termos da Resolução CVM 175, incluindo o tratamento a ser conferido aos Cotistas que não puderam ser contatados

13.4. Caso a Assembleia Especial referida na cláusula 13.4.(c) acima não seja instalada, em segunda convocação, por falta de quórum, o Administrador iniciará os procedimentos de liquidação da respectiva Classe, de acordo com o disposto neste Anexo.

13.5. Caso a Assembleia de Cotistas prevista na cláusula 13.4.(c) acima aprove a cessação dos procedimentos de liquidação da Classe, as medidas previstas na cláusula 13.4.(a) e (b) acima deverão ser interrompidas, sem prejuízo da adoção de eventuais medidas adicionais aprovadas pela Assembleia de Cotistas. Adicionalmente, os Cotistas dissidentes seu sejam titulares de Cotas da Subclasse Sênior poderão solicitar o resgate das suas Cotas da Subclasse Sênior pelo seu respectivo valor atualizado, observado o que for definido na referida Assembleia de Cotistas.

13.6. No âmbito da liquidação da Classe, respeitado o disposto na Resolução CVM 175, o Administrador deverá **(a)** fornecer as informações relevantes sobre a liquidação da respectiva Classe a todos os Cotistas, simultaneamente e de forma imediata, atualizando-as sempre que for necessário; e **(b)** assegurar um tratamento isonômico na distribuição dos resultados aos Cotistas, através da verificação da precificação e da liquidez da carteira da Classe.

13.7. De acordo com o plano de liquidação da Classe aprovado na Assembleia disposta na cláusula 13.4, (c) acima, as Cotas deverão ser resgatadas, em moeda corrente nacional, observados os seguintes procedimentos:

(a) o Gestor não deverá adquirir novos Direitos Creditórios e deverá resgatar ou alienar os Direitos Creditórios Adquiridos e os Ativos Financeiros integrantes da carteira da Classe, adotando todas as medidas necessárias para que tal resgate ou alienação dos Direitos Creditórios Adquiridos e dos Ativos Financeiros não prejudique a sua rentabilidade esperada; e

13.8. após o pagamento ou o provisionamento dos encargos do Fundo e da Classe, todas as Disponibilidades e os pagamentos recebidos referentes aos ativos integrantes da carteira da Classe deverão ser destinados para o pagamento do resgate das Cotas em circulação, de forma *pro rata*, respeitada a Ordem de Alocação.

13.9. A Assembleia Especial que confirmar a liquidação da Classe deverá deliberar sobre os procedimentos de liquidação e possibilidade de dação em pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira da Classe.

14. DOS FATORES DE RISCO DA CLASSE

14.1. A Classe poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. A carteira da Classe e, por consequência, seu patrimônio estão sujeitos a riscos diversos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados abaixo, além daqueles descritos na Parte Geral do presente Regulamento. Antes de adquirir as Cotas, todo investidor deve ler cuidadosamente os fatores de risco abaixo descritos, responsabilizando-se integralmente pelo seu investimento.

14.2. Riscos de Mercado

14.2.1. *Descasamento de Taxas de Juros* - Mudanças nas condições de mercado, tanto no Brasil como no exterior, poderão eventualmente gerar descasamento entre as taxas de juros praticadas no

mercado e as taxas de juros estabelecidas nas operações de compra de créditos pela Classe, ocasionando perda de rentabilidade durante o período de maturação dos créditos. Em caso de queda do valor dos ativos que compõem a carteira, o Patrimônio Líquido da Classe pode ser afetado negativamente.

14.3. Risco de Crédito

14.3.1. *Risco de Crédito dos Devedores* – Se, em razão de condições econômicas ou de mercado adversas, os Devedores não puderem honrar com seus compromissos perante a Classe, poderá ser necessária a adoção de medidas judiciais para recuperação dos Direitos Creditórios cedidos. Não há garantia de que referidos procedimentos judiciais serão bem-sucedidos, podendo haver perdas patrimoniais à Classe e aos Cotistas.

14.3.2. *Risco de Concentração nas Cedentes* - A totalidade dos Direitos Creditórios será cedida pelas Cedentes. Desse modo, o risco na aplicação da Classe terá íntima relação com as operações realizadas pelas Cedentes, sendo que, quanto maior for a concentração de referidas operações, maior será a chance de a Classe sofrer perda patrimonial significativa que afete negativamente a rentabilidade das Cotas.

14.3.3. *Risco de Concentração em Ativos Financeiros* – É permitido à Classe manter até 50% (cinquenta por cento) de sua carteira aplicada em Ativos Financeiros. Se os devedores ou coobrigados dos Ativos Financeiros não honrarem com seus compromissos, a Classe e o Fundo poderão sofrer perda patrimonial significativa, o que afetaria negativamente a rentabilidade das Cotas.

14.3.4. *Cobrança Extrajudicial e Judicial* – No caso de os Devedores não cumprirem suas obrigações de pagamento dos Direitos Creditórios cedidos, poderá ser iniciada a cobrança extrajudicial ou judicial dos valores devidos. Nada garante, contudo, que referida cobrança atingirá os resultados almejados, recuperando para a Classe o total dos Direitos Creditórios cedidos que venham a ser inadimplidos pelos respectivos Devedores, o que poderá implicar perdas patrimoniais para a Classe e aos Cotistas. Ainda, os custos incorridos com os procedimentos extrajudiciais ou judiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios cedidos e à salvaguarda dos direitos, das garantias e das prerrogativas dos Cotistas são de inteira e exclusiva responsabilidade da Classe e, consequentemente, dos Cotistas. A Administradora e a Gestora não serão responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por qualquer dano ou prejuízo sofrido pela Classe ou pelo Fundo ou por qualquer dos Cotistas em decorrência da não propositura (ou do não prosseguimento), pela Classe, pelo Fundo ou pelos Cotistas, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à preservação de seus direitos e prerrogativas.

14.4. Risco de Liquidez

14.4.1. *Falta de Liquidez dos Ativos Financeiros*. A parcela do patrimônio da Classe não aplicada em Direitos Creditórios poderá ser aplicada em Ativos Financeiros. Os Ativos Financeiros podem vir a se mostrar ilíquidos (seja por ausência de mercado secundário ativo, seja por eventual atraso no pagamento por parte do respectivo emissor e/ou devedor), o que poderia, eventualmente, afetar os pagamentos de amortizações e resgate das Cotas.

14.4.2. *Liquidação Antecipada*. Por pertencer à classe constituída sob condomínio fechado, as Cotas somente poderão ser resgatadas de acordo com o estabelecido neste Regulamento. Adicionalmente, há eventos que podem ensejar a liquidação antecipada da Classe e do Fundo, conforme indicados no presente Regulamento. Assim, há a possibilidade de os Cotistas terem as Cotas de suas titularidades resgatadas antecipadamente, eventualmente por valores inferiores aos esperados.

14.4.3. *Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação do Fundo* – Caso venha a ser liquidada, a Classe poderá não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas em razão de, por exemplo, o pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ainda não ser exigível dos respectivos Devedores. Nessa hipótese, o pagamento aos Cotistas ficaria condicionado (a) ao vencimento dos Direitos Creditórios cedidos e ao pagamento pelos respectivos Devedores; (b) à venda dos Direitos Creditórios cedidos a terceiros, com risco de deságio que poderia comprometer a rentabilidade da Classe e do Fundo; ou (c) à amortização ou o resgate das Cotas em Direitos Creditórios cedidos e em Ativos Financeiros integrantes da carteira da Classe. Em qualquer das três situações, os Cotistas poderiam sofrer prejuízos patrimoniais.

14.4.4. *Risco de Liquidação das Cotas com a dação em pagamento de Direitos Creditórios* - Na ocorrência de uma das hipóteses de liquidação da Classe, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Mezanino poderão ser pagas mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios, conforme autorizado pela Assembleia Geral de Cotistas que deliberar pela liquidação da Classe e do Fundo. Nessa hipótese, os Cotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos Creditórios recebidos da Classe ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos respectivos Devedores.

j) *Patrimônio Líquido Negativo* – Os investimentos da Classe estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas de mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação, sendo que não há garantia de eliminação da possibilidade de perdas para a Classe e para os Cotistas. Além disso, as estratégias de investimento adotadas pela Gestora poderão fazer com que a Classe apresente Patrimônio Líquido Negativo, caso em que os Cotistas não estão coobrigados, portanto, à realização de aportes adicionais.

14.5. Risco de Descontinuidade

14.5.1. *Liquidação da Classe* – A Classe poderá ser liquidada por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas, nos termos do presente Regulamento. Ocorrendo a liquidação da Classe, poderá não haver

recursos suficientes para pagamento aos Cotistas (por exemplo, em razão de o pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ainda não ser exigível dos respectivos Devedores). Nesse caso, (a) os Cotistas teriam as Cotas de suas titularidades resgatadas em Direitos Creditórios cedidos e em Ativos Financeiros integrantes da carteira da Classe; ou (b) o pagamento do resgate das Cotas ficaria condicionado (1) ao vencimento e pagamento pelos Devedores das parcelas relativas aos Direitos Creditórios cedidos ou (2) à venda dos Direitos Creditórios cedidos a terceiros, sendo que o preço praticado poderia causar perda aos Cotistas.

14.5.2. *Risco de Redução da Originação dos Direitos Creditórios* – A existência da Classe está condicionada (a) à sua capacidade de encontrar Direitos Creditórios que sejam elegíveis, nos termos do Regulamento, em volume e taxa suficientes para possibilitar a remuneração das Cotas, e (b) à continuidade das operações das Cedentes e à sua capacidade de originar e ceder Direitos Creditórios elegíveis à Classe, nos termos do Regulamento.

14.5.3. *Risco de Fungibilidade* - Nos termos dos Instrumentos de Transferência, caso venham a receber, por qualquer motivo, recursos relativos aos Direitos Creditórios cedidos, as Cedentes/Endossantes obrigam-se a transferir referidos montantes para a Conta da Classe em até 1 (um) Dias Útil a contar da data de seu recebimento. Não há garantia de que as Cedentes/Endossantes repassarão tais recursos para a Conta da Classe na forma estabelecida em tais contratos, situação em que a Classe poderá sofrer perdas, podendo, inclusive, incorrer em custos para reaver tais recursos. A Administradora e a Gestora não respondem por perdas decorrentes de conduta diversa das Cedentes/Endossantes em violação às disposições dos Instrumentos de Transferência.

14.6. Riscos Operacionais

14.6.1. *Movimentação dos Valores Relativos aos Direitos Creditórios Cedidos* – Os recursos decorrentes da liquidação dos Direitos Creditórios cedidos serão recebidos diretamente na Conta de Cobrança. Os valores depositados na Conta de Cobrança serão transferidos para a Conta da Classe em até 1 (um) Dia Útil a contar de seu recebimento. A rentabilidade das Cotas, contudo, poderá ser afetada negativamente, causando prejuízo à Classe e aos Cotistas, em caso de atraso ou descumprimento, por qualquer motivo, da obrigação de transferir os recursos para a Conta da Classe, inclusive em razão de falhas operacionais.

14.6.2. *Risco Decorrente de Falhas Operacionais* – A identificação, a cessão e a cobrança dos Direitos Creditórios dependem da atuação conjunta e coordenada da Gestora e da Administradora. A Classe poderá sofrer perdas patrimoniais caso o processo operacional descrito no presente Regulamento venha a sofrer falhas técnicas, ou seja, comprometido pela necessidade de substituição de qualquer dos prestadores de serviços contratados pela Gestora.

14.6.3. *Risco de Pré-Pagamento* - Os Devedores poderão optar por pagar antecipadamente os Direitos Creditórios. Tal situação pode acarretar o desenquadramento da carteira da Classe. Caso as Cedentes não consigam originar novos Direitos Creditórios em montante suficiente e a Gestora não consiga reinvestir os recursos recebidos em Ativos Financeiros com a mesma remuneração perseguida pela Classe, a rentabilidade inicialmente esperada para as Cotas pode ser afetada de forma negativa, não sendo devida pelo Fundo, pela Classe, pela Administradora ou pela Gestora qualquer multa ou penalidade, a qualquer título. A Classe e os Cotistas poderão sofrer perdas em decorrência desse fato.

14.6.4. *Risco de Governança* - Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da hipótese de emissão, amortização e/ou resgate de Cotas que possam modificar a relação de poderes para alteração dos termos e condições da Classe e do Fundo. De forma específica, considerando a estrutura da Classe e do Fundo, inclui-se a possibilidade de, a qualquer tempo, serem emitidas novas Cotas e, observado o disposto neste Regulamento, serem as Cotas amortizadas ou resgatadas, o que pode modificar a relação de poderes para alteração dos termos e condições deste Regulamento. Tais alterações poderão afetar, dentre outros, o modo de operação da Classe e do Fundo e acarretar perdas patrimoniais aos Cotistas.

14.7. Outros

14.7.1. *Bloqueio da Conta de Titularidade da Classe* – Os recursos referentes aos Direitos Creditórios cedidos serão direcionados para a Conta de Cobrança. Os recursos na Conta de Cobrança serão transferidos para a Conta da Classe em até 1 (um) Dia Útil contado de seu recebimento. A Conta da Classe será mantida junto à Administradora e a Conta de Cobrança será mantida junto a uma Instituição Bancária Autorizada, sendo a movimentação dessa conta realizada por instrução da Administradora. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial da Administradora ou da Instituição Bancária Autorizada, há possibilidade de os recursos depositados, conforme o caso, na Conta de Cobrança e/ou na Conta da Classe serem bloqueados e somente serem recuperados pela Classe por meio da adoção de medidas judiciais. A rentabilidade da Classe poderia ser afetada negativamente em razão disso.

14.7.2. *Risco de Troca do domicílio bancário* - As operações de aquisição de recebíveis referentes a cartão de crédito foram montadas pelo Mercado Financeiro sob a tecnologia de FINTECHS (“Agentes de Registro”) que fazem toda a operacionalização dos recebíveis, inclusive o a troca do domicílio de pagamento dos recebíveis, com os registros nas Empresas Registradoras (“Registradoras”) devidamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil a fazer esse serviço. Devido à complexidade das movimentações necessárias, toda a interação entre o Fundo e as Registradoras é feita diretamente pelos Agentes de Registro. Assim tem-se o risco da movimentação de recebíveis sem a aprovação do Gestor ou do Administrador do Fundo.

14.7.3. *Risco de Questionamento da Validade e da Eficácia da Cessão dos Direitos Creditórios* – A Classe está sujeita ao risco de os Direitos Creditórios cedidos serem bloqueados ou redirecionados para pagamento de outras dívidas das respectivas Cedentes, inclusive em decorrência de pedidos de recuperação judicial, falência, planos de recuperação extrajudicial ou outro procedimento de natureza similar, conforme aplicável. Os principais eventos que poderão afetar a cessão dos Direitos Creditórios consistem em: (a) possível existência de garantias reais sobre os Direitos Creditórios cedidos que tenham sido constituídas previamente à sua cessão e sem conhecimento da Classe; (b) verificação, em processo judicial, de fraude contra credores ou fraude à execução praticada pelas respectivas Cedentes; e (c) revogação da cessão dos Direitos Creditórios à Classe na hipótese de liquidação da Classe ou falência dos respectivos Cedentes ou Devedores. Nessas hipóteses, os Direitos Creditórios cedidos poderão ser bloqueados ou redirecionados para pagamento de outras dívidas das respectivas Cedentes ou Devedores e o Patrimônio Líquido da Classe poderá ser afetado negativamente.

14.7.4. *Risco relacionado ao não registro dos Termos de Cessão em Cartório de Registro de Títulos e Documentos* – As vias originais de cada Termo de Cessão não serão necessariamente registradas em cartório de registro de títulos e documentos da sede da Classe, do Fundo e do Cedente. O registro de operações de cessão de crédito tem por objetivo tornar pública a realização da cessão, de modo que, caso o Cedente celebre nova operação de cessão dos mesmos Direitos Creditórios a terceiros, a operação previamente registrada prevaleça. A ausência de registro poderá representar risco à Classe em relação a Direitos Creditórios cedidos reclamados por terceiros que tenham sido ofertados ou cedidos pelo Cedente a mais de um cessionário. A Administradora e a Gestora não se responsabilizam pelos prejuízos incorridos pela Classe em razão da impossibilidade de cobrança dos Direitos Creditórios cedidos pela falta de registro dos Termos de Cessão em cartório de registro de títulos e documentos da sede da Classe e do Cedente.

14.7.5. *Risco relacionado ao registro dos Direitos Creditórios em Entidade Registradora*. O registro dos Direitos Creditórios em Entidade Registradora, tal como é feito atualmente, ou seja, após a aquisição pela Classe, não garantem que os mesmos Direitos Creditórios não possam ser cedidos a terceiros, inclusive outros fundos de investimento. O registro dessas operações de cessão de crédito tem por objetivo tornar pública a realização da cessão, de modo que, caso o Cedente celebre nova operação de cessão dos mesmos Direitos Creditórios a terceiros, o registro na Entidade Registradora poderá ser um meio de prova que a operação foi previamente registrada, contudo não se pode garantir que prevalecerá.

14.7.6. *Risco de irregularidades nos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios* – A Gestora será responsável pela verificação dos Documentos Comprobatórios por amostragem, no ato da cessão dos Direitos Creditórios, e a Administradora fará a verificação trimestral ou em periodicidade compatível com prazo médio ponderado dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios que não estejam registrados em Entidade Registradora, nos termos da Res. CVM 175. Dessa forma, a carteira da Classe poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades

decorrentes da eventual formalização inadequada dos Documentos Comprobatórios, o que poderá obstar o pleno exercício, pela Classe, das prerrogativas decorrentes a titularidade dos Direitos Creditórios.

14.7.7. *Risco da Verificação do Lastro por Amostragem* – A Gestora, observados os parâmetros e a metodologia descrita no Anexo I – C, poderá realizar a verificação do lastro dos Direitos Creditórios adquiridos pela Classe por amostragem. Considerando que, nessa hipótese, a análise será realizada a partir de amostra dos Direitos Creditórios cedidos, a carteira da Classe poderá conter Direitos Creditórios cedidos cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá levar à resolução da cessão ou obstar o pleno exercício, pela Classe e pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios cedidos.

14.7.8. *Guarda da Documentação* – A Administradora, sem prejuízo de sua responsabilidade, poderá contratar terceiro para realizar a verificação e a guarda dos Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios. Não obstante a obrigação do eventual terceiro contratado de permitir à Administradora o livre acesso aos Documentos Comprobatórios, a terceirização desse serviço poderá dificultar a verificação da constituição e da performance dos Direitos Creditórios cedidos.

14.7.9. *Riscos Decorrentes da Política de Crédito Adotada pela Cedente* – A Classe está sujeita aos riscos inerentes ao processo de originação dos Direitos Creditórios cedidos adotado pela respectiva Cedente na análise e seleção dos respectivos Devedores, bem como ao risco relativo aos critérios de análise de crédito utilizados pela Gestora no momento da análise dos respectivos Devedores quando da aquisição dos Direitos Creditórios em nome da Classe, conforme descritos neste Regulamento. Não há garantia de que os resultados da Classe não sofrerão impactos em razão de sua exposição a tais riscos.

14.7.10. *Vícios Questionáveis* – A cessão de Direitos Creditórios, bem como os Documentos Comprobatórios poderão apresentar vícios questionáveis juridicamente ou, ainda, irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderá ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo aos Direitos Creditórios cedidos pelos Devedores, havendo a possibilidade de ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, a Classe poderá sofrer prejuízos, seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

14.7.11. *Risco de Procedimentos de Cobrança* – A Classe adotará, para cada um dos Direitos Creditórios, diferentes estratégias e procedimentos para cobrança de Direitos Creditórios vencidos e não adimplidos. Dessa forma, o procedimento de cobrança será analisado caso a caso pela Gestora, de acordo com a natureza específica e das condições de pagamento dos Direitos Creditórios que serão adquiridos pela Classe. Não é possível assegurar que tais procedimentos de cobrança garantirão o recebimento de parte ou da totalidade dos pagamentos referentes aos Direitos Creditórios vencidos e inadimplidos nas respectivas datas de vencimento.

14.7.12. *Deterioração dos Direitos Creditórios* – Os Direitos Creditórios estão sujeitos aos mais variados processos de deterioração, por qualquer motivo, não havendo no âmbito da Classe ou do Fundo qualquer obrigação de recomposição dos Direitos Creditórios e/ou de reforço das garantias relacionadas aos Direitos Creditórios, situação em que a Classe poderá sofrer perdas.

14.7.13. *Inexistência de Garantia de Rentabilidade* – Os Direitos Creditórios componentes da carteira da Classe poderão ser contratados a taxas pré-fixadas. A incorporação dos resultados auferidos pela Classe para as Cotas Seniores e Cotas Subordinadas, quando houver, terão determinado Índice de Referência. Os Índices de Referência adotados pelas Subclasses para a rentabilidade das respectivas Cotas são apenas metas estabelecidas, não constituindo garantia mínima de rentabilidade aos investidores. Caso os ativos da Classe, incluindo os Direitos Creditórios cedidos, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas, a rentabilidade dos Cotistas poderá ser inferior à meta indicada nos respectivos Índices de Referência. A rentabilidade verificada no passado com relação a qualquer classe de fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou à própria Classe e ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.

14.7.14. *Risco decorrente da relação comercial entre Cedentes e Devedores (sacados)* – A Classe está apta a adquirir Direitos Creditórios de titularidade de múltiplas Cedentes. Tais Cedentes não são previamente conhecidas pela Classe, pelo Fundo, pela Administradora ou pela Gestora, de forma que eventuais problemas de natureza comercial entre as Cedentes e os respectivos Devedores (sacados) podem não ser previamente identificados pela Classe ou pela Administradora. Caso os Direitos Creditórios cedidos não sejam pagos integralmente pelos respectivos Devedores (sacados) em decorrência de qualquer problema de natureza comercial entre o Devedor (sacado) e a respectivo Cedente, tais como (i) defeito ou vício do produto ou (ii) devolução do produto que resulte no cancelamento da respectiva venda, e as respectivos Cedentes não restituam à Classe o montante em moeda corrente nacional correspondente ao valor dos referidos Direitos Creditórios, os resultados da Classe poderá ser afetados negativamente.

14.7.15. *Titularidade dos Direitos Creditórios* – A Classe é uma comunhão de recursos que tem por objeto a aquisição de Direitos Creditórios, e as Cotas representam porções ideais de seu Patrimônio Líquido. Deste modo, a titularidade das Cotas não confere ao Cotista propriedade ou qualquer outro direito que possa ser exercido diretamente sobre os Direitos Creditórios ou sobre os Ativos Financeiros que integram a carteira da Classe. Em caso de liquidação da Classe, poderá haver resgate de Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios, nas hipóteses previstas no presente Regulamento, e, nesse caso, a propriedade dos Direitos Creditórios será transferida da Classe para os Cotistas. Não caberá ao Cotista a escolha dos Direitos Creditórios que lhe serão atribuídos por ocasião de eventual resgate de Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios.

14.7.16. *Risco de resgate das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino do Fundo em Direitos Creditórios* – Na ocorrência de uma das hipóteses de liquidação da Classe, há previsão neste Regulamento de que as Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Mezanino poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios. Nessa hipótese, os Cotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos Creditórios recebidos do Fundo ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos respectivos Devedores (sacados) dos Direitos Creditórios, podendo sofrer prejuízos patrimoniais. Além disso, as expectativas de resgate das Cotas Seniores, conforme o previsto no respectivo Suplemento, poderão não ser cumpridas, havendo o atraso no resgate de tais Cotas Seniores.

14.7.17. *Risco de Execução de Direitos Creditórios Emitidos em Caracteres de Computador* – A Classe pode adquirir Direitos Creditórios formalizados por meio de caracteres emitidos em computador, dentre eles a duplicata digital. Essa é uma modalidade recente de título que se caracteriza pela emissão em meio magnético, ou seja, não há a emissão do Direito Creditório em papel. No caso de inadimplemento, tal modalidade pode dificultar ação de execução do respectivo Direito Creditório, uma vez que não existe um entendimento uniforme da doutrina como da jurisprudência brasileira quanto à possibilidade do endosso virtual, isto porque a duplicata possui regras próprias segundo a "Lei Uniforme de Genebra" que limitariam a possibilidade de tais títulos serem endossados eletronicamente. Além disso, para promover ação de execução da duplicata virtual, o Fundo deverá apresentar em juízo o instrumento do protesto por indicação, nesse sentido será necessário provar a liquidez da dívida representada no título de crédito, já que não se apresenta a cártula, uma vez que a cobrança e o pagamento pelo aceitante, no caso da duplicata digital, são feitos por boleto bancário. Dessa forma, o Fundo poderá encontrar dificuldades para realizar a execução judicial dos Direitos Creditórios representados por duplicatas digitais.

***ESTE ANEXO É PARTE INTEGRANTE DO REGULAMENTO DO* FUNDO, DELE FAZENDO PARTE E NÃO PODENDO SER INTERPRETADO DE FORMA DISSOCIADA**

SUPLEMENTO A – POLÍTICA DE COBRANÇA

Este suplemento é parte integrante do Anexo da "*Classe Única do NTZ FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada*".

Os termos e expressões utilizados no presente suplemento, quando iniciados com letra maiúscula, tanto no singular quanto no plural, e aqui não definidos de outra forma, terão os significados a eles atribuídos na parte geral do Regulamento.

A Política de Cobrança visa estabelecer procedimentos para a recuperação dos Direitos Creditórios Inadimplidos, buscando minimizar as perdas da Classe e garantir a sustentabilidade da carteira de Direitos Creditórios Adquiridos.

O Agente de Cobrança terá poderes para adotar as medidas que entender necessárias à recuperação e recebimento dos Direitos Creditórios Inadimplidos em benefício da Classe.

As medidas adotadas pelo Agente de Cobrança poderão compreender **(a)** a negociação amigável com o respectivo Devedor; **(b)** a cobrança extrajudicial ou judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos; e **(c)** qualquer outro meio legal para recebimento Direitos Creditórios Inadimplidos, observado o disposto no Regulamento e no Contrato de Consultoria e Cobrança.

A abordagem a ser adotada na cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos levará em consideração critérios como: natureza do crédito, dias vencidos, valor e tipo de garantia, histórico do Devedor e eficiência esperada com a cobrança.

1. Cobrança Extrajudicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos

A cobrança extrajudicial será a primeira via de atuação adotada pelo Agente de Cobrança na tentativa de recuperação dos Direitos Creditórios Inadimplidos, priorizando a solução consensual e célere.

As ações extrajudiciais poderão incluir, mas não se limitarão a: **(a)** envio de notificações formais por e-mail, carta registrada ou outro meio que assegure rastreabilidade; **(b)** contato telefônico ou visitas presenciais (quando aplicável); **(c)** propostas de renegociação, parcelamento ou reestruturação do débito; **(d)** registro do inadimplemento em *bureaux* de crédito, conforme legislação aplicável; e **(e)** aplicação de encargos e penalidades previstos contratualmente.

A cobrança extrajudicial deve observar os princípios da razoabilidade, transparência, respeito ao Devedor e a legislação vigente, especialmente o Código de Defesa do Consumidor, quando aplicável.

Os casos que não apresentarem evolução satisfatória nessa fase poderão ser convertidos em cobrança judicial, mediante avaliação de viabilidade jurídico-financeira.

2. Cobrança Judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos

Na hipótese de inviabilidade da cobrança extrajudicial, o Agente de Cobrança poderá autorizar o ajuizamento de ação judicial, por meio de escritórios jurídicos contratados ou agentes devidamente habilitados. O acompanhamento dos processos será realizado com base em relatórios periódicos, considerando a análise de probabilidade de êxito e a relação custo-benefício da recuperação.

O Agente de Cobrança somente iniciará os procedimentos de cobrança judicial de qualquer Direito Creditório Inadimplido caso a cobrança se mostre economicamente viável, considerando-se **(a)** os gastos a serem incorridos no processo de cobrança judicial; **(b)** o valor individual do Direito Creditório Inadimplido; **(c)** a probabilidade de êxito; e **(d)** a sua opinião sobre a viabilidade econômica da referida cobrança judicial. Assim, poderá haver Direitos Creditórios Inadimplidos cuja cobrança judicial não se justifique do ponto de vista econômico.

3. Direitos Creditórios Inadimplidos considerados irrecuperáveis

Nos casos em que, após esgotadas as tentativas de cobrança extrajudicial e judicial, os Direitos Creditórios Inadimplidos sejam classificados como de baixa probabilidade de recuperação, o Agente de Cobrança, em conjunto com o Gestor, poderá optar por sua alienação, baixa contábil ou cessão com deságio, conforme avaliação técnica e desde que observada a política de investimento da Classe.

A análise dos ativos considerados irrecuperáveis será realizada com base nos seguintes critérios: **(a)** tempo de inadimplência e ausência de perspectiva de recuperação; **(b)** histórico de tentativas de cobrança e ações judiciais infrutíferas; **(c)** ausência ou esgotamento das garantias vinculadas; **(d)** relação custo-benefício da permanência do ativo na carteira; e **(e)** parecer jurídico, quando aplicável.

A venda ou cessão dos Direitos Creditórios Inadimplidos poderá ser realizada **para empresas especializadas em recuperação de crédito**, desde que observadas as seguintes condições: **(a)** a

operação seja conduzida por meio de processo competitivo ou negociação direta, conforme aplicável; **(b)** haja registro formal da operação, assegurando transparência, rastreabilidade e conformidade com a regulamentação vigente; **(c)** a transação conte com aprovação prévia do Gestor; e **(d)** sejam observados os procedimentos previstos no Regulamento, conforme aplicável.

Todos os procedimentos relacionados à baixa ou cessão de Direitos Creditórios Inadimplidos deverão ser devidamente documentados e registrados, com impacto contábil refletido nos relatórios gerenciais e nos documentos informativos destinados aos Cotistas.

Esta Política de Cobrança será revisada sempre que houver alterações regulatórias, estratégicas ou operacionais que impactem sua efetividade.

SUPLEMENTO B - VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS POR AMOSTRAGEM

Conforme disposto no Regulamento e nas disposições legais e regulatórias aplicáveis, a obrigação da integridade e titularidade do lastro dos Direitos Creditórios será realizada por amostragem.

Para a verificação do lastro dos Direitos Creditórios, a Gestora ou terceiro por ela contratado deverá utilizar os seguintes procedimentos e parâmetros em relação à quantidade de Direitos Creditórios cedidos:

Procedimentos realizados:

(a) obtenção de base de dados analítica por recebível junto à Gestora e/ou à Administradora, conforme o caso, para seleção de uma amostra de itens para fins de verificação da documentação comprobatória dos Direitos Creditórios;

(b) seleção de uma amostra aleatória de itens a serem verificados: (1) dividindo-se o tamanho da população (N) pelo tamanho da amostra (n), obtendo um intervalo de retirada (K); (2) sorteando-se o ponto de partida; e (3) retirando-se uma amostra a cada K elementos;

(c) será selecionada uma amostra utilizando as bases de dados (1) e (2) unificadas, obedecendo aos seguintes critérios:

Tamanho da amostra:

O tamanho da amostra será definido por meio da aplicação da seguinte fórmula matemática e seguintes parâmetros estatísticos:

$$n = \frac{N * z^2 * p * (1 - p)}{ME^2 * (N - 1) + z^2 * p * (1-p)}$$

Onde:
n = tamanho da amostra
N = totalidade de Direitos Creditórios adquiridos
z = Critical score = 1,96
p = proporção a ser estimada = 50%
ME = erro médio = 5,8%

Base e critério de seleção:

Sem prejuízo do disposto abaixo, a população base para a seleção da amostra compreenderá os Direitos Creditórios em aberto (a vencer) e Direitos Creditórios recomprados no trimestre de referência.

Além da verificação por amostragem, serão verificados, ainda, 100% (cem por cento) dos Direitos Creditórios inadimplidos e os substituídos no referido trimestre.

A seleção dos Direitos Creditórios será obtida da seguinte forma: (1) para as 5 (cinco) Cedentes mais representativas em aberto na carteira e para as 5 (cinco) Cedentes mais representativas que tiveram títulos recomprados, serão selecionados os 3 (três) Direitos Creditórios de maior valor; e, (2) adicionalmente, serão selecionados os demais itens para completar a quantidade total de itens da amostra.

SUPLEMENTO C - MODELO DE APÊNDICE DE COTAS DA SUBCLASSE SÊNIOR

Este suplemento é parte integrante do Anexo da "*Classe Única do NTZ FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada*".

APÊNDICE DE COTAS DA SUBCLASSE SÊNIOR DA [•]ª ([•]) SÉRIE DA [•]ª ([•]) EMISSÃO DA CLASSE ÚNICA DO NTZ FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

As Cotas da Subclasse Sênior da [•]ª ([•]) série da [•]ª ([•]) emissão da Classe Única do NTZ FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada ("**Fundo**" e "**Cotas da Subclasse Sênior da [•]ª Série**", respectivamente) terão as seguintes características, sem prejuízo de outras previstas no regulamento do Fundo ("**Regulamento**"):

(a) data de emissão: data da primeira integralização das Cotas da Subclasse Sênior da [•]ª Série ("**Data da 1ª Integralização**");

(b) quantidade inicial: [•] ([•]) Cotas da Subclasse Sênior da [•]ª Série;

(c) valor unitário: R$1.000,00 (mil reais). A partir do Dia Útil seguinte à Data da 1ª Integralização, as Cotas da Subclasse Sênior da [•]ª Série serão valorizadas a cada Dia Útil, observado o previsto no Anexo;

(d) volume total: na Data da 1ª Integralização, R$[•] ([•] reais), variável de acordo com o valor unitário das Cotas da Subclasse Sênior da [•]ª Série em cada data de integralização;

(e) forma de colocação: [sob o rito de registro automático, em regime de [melhores esforços // garantia firme] // em lote único e indivisível], nos termos da Resolução CVM 160, de 13 de julho de 2022];

(f) coordenador líder: [**COORDENADOR LÍDER**];

(g) possibilidade de distribuição parcial: [não será permitida // será permitida, desde que haja a colocação da quantidade mínima de [•] ([•]) Cotas da Subclasse Sênior da [•]ª Série, com o cancelamento do saldo de Cotas da Subclasse Sênior da [•]ª Série não colocado];

(h) lote adicional: [não há lote adicional / a quantidade inicial de Cotas da Subclasse Sênior da [•]ª Série poderá ser acrescida em até [•]% ([•] cento), em até [•] ([•]) Cotas da Subclasse Sênior da [•]ª Série];

(i) público-alvo da oferta: investidores qualificados, conforme definidos no artigo 12 da Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021];

(j) aplicação mínima: [não há / equivalente a R$[•] ([•] reais)];

(k) período de distribuição: [**PRAZO**], observada a Resolução CVM 160];

(l) forma de integralização: [à vista, na subscrição // de acordo com o cronograma de integralização definido no boletim de subscrição das Cotas da Subclasse Sênior da [•]ª Série // por meio de chamadas de capital realizadas pelo Gestor, de acordo com os procedimentos descritos no boletim de subscrição];

(m) Meta de Rentabilidade: [•]% ([•] por cento) do [**ÍNDICE**], adicionado de *spread* de [[•]% ([•] por cento) a.a // até [•]% ([•] por cento) a.a, a ser definida por meio de procedimento de coleta de intenções de investimento na oferta das Cotas da Subclasse Sênior da [•]ª Série];

(n) meta de valorização: as Cotas da Subclasse Sênior da [•]ª Série serão valorizadas todo Dia Útil, desde o Dia Útil seguinte à Data da 1ª Integralização, observado que a última valorização deverá ocorrer na data de resgate, observado o previsto no Anexo. A meta de valorização será calculada considerando a apropriação diária da Meta de Rentabilidade, na forma de capitalização composta, considerando um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis;

(o) amortização: [=];

(p) prazo de duração e data de resgate: as Cotas da Subclasse Sênior da [•]ª Série serão resgatadas [=].

Os termos e expressões utilizados no presente Apêndice, quando iniciados com letra maiúscula, terão os significados a eles atribuídos no Regulamento.

São Paulo, [•] de [•] de [•].

BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A..

SUPLEMENTO D – MODELO DE APÊNDICE DE COTAS DA SUBCLASSE MEZANINO

Este suplemento é parte integrante do Anexo da "*Classe Única do NTZ FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO Fundo de Investimento em Direitos Creditório Responsabilidade Limitada*".

APÊNDICE DE COTAS DA SUBCLASSE MEZANINO DA [•]ª ([•]) SÉRIE DA [•]ª ([•]) EMISSÃO DA CLASSE ÚNICA DO NTZ FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS RESPONSABILIDADE LIMITADA

As Cotas da Subclasse Mezanino da [•]ª ([•]) série da [•]ª ([•]) emissão da Classe Única do NTZ FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada ("**Fundo**" e "**Cotas da Subclasse Mezanino da [•]ª Série**", respectivamente) terão as seguintes características, sem prejuízo de outras previstas no regulamento do Fundo ("**Regulamento**"):

(a) data de emissão: data da primeira integralização das Cotas da Subclasse Mezanino da [•]ª Série ("**Data da 1ª Integralização**");

(b) quantidade inicial: [•] ([•]) Cotas da Subclasse Mezanino da [•]ª Série;

(c) valor unitário: R$1.000,00 (mil reais). A partir do Dia Útil seguinte à Data da 1ª Integralização, as Cotas da Mezanino da [•]ª Série serão valorizadas a cada Dia Útil, observado o previsto no Anexo;

(d) volume total: na Data da 1ª Integralização, R$[•] ([•] reais), variável de acordo com o valor unitário das Cotas da Subclasse Mezanino da [•]ª Série em cada data de integralização;

(e) forma de colocação: [sob o rito de registro automático, em regime de [melhores esforços // garantia firme] // em lote único e indivisível], nos termos da Resolução CVM 160, de 13 de julho de 2022];

(f) coordenador líder: [**COORDENADOR LÍDER**];

(g) possibilidade de distribuição parcial: [não será permitida // será permitida, desde que haja a colocação da quantidade mínima de [•] ([•]) Cotas da Subclasse Mezanino da [•]ª Série, com o cancelamento do saldo de Cotas da Subclasse Mezanino da [•]ª Série não colocado];

(h) lote adicional: [não há lote adicional / a quantidade inicial de Cotas da Subclasse Mezanino da [•]ª Série poderá ser acrescida em até [•]% ([•] cento), em até [•] ([•]) Cotas da Subclasse Mezanino da [•]ª Série];

(i) público-alvo da oferta: investidores qualificados, conforme definidos no artigo 12 da Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021];

(j) aplicação mínima: [não há / equivalente a R$[•] ([•] reais)];

(k) período de distribuição: [**PRAZO**], observada a Resolução CVM 160];

(l) forma de integralização: [à vista, na subscrição // de acordo com o cronograma de integralização definido no boletim de subscrição das Cotas da Subclasse Mezanino da [•]ª Série // por meio de chamadas de capital realizadas pelo Gestor, de acordo com os procedimentos descritos no boletim de subscrição];

(m) Meta de Rentabilidade: [•]% ([•] por cento) do [**ÍNDICE**], adicionado de *spread* de [[•]% ([•] por cento) a.a // até [•]% ([•] por cento) a.a, a ser definida por meio de procedimento de coleta de intenções de investimento na oferta das Cotas da Subclasse Mezanino da [•]ª Série];

(n) meta de valorização: as Cotas da Subclasse Mezanino da [•]ª Série serão valorizadas todo Dia Útil, desde o Dia Útil seguinte à Data da 1ª Integralização, observado que a última valorização deverá ocorrer na data de resgate, observado o previsto no Anexo. A meta de valorização será calculada considerando a apropriação diária da Meta de Rentabilidade, na forma de capitalização composta, considerando um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis;

(o) amortização: nos termos da cláusula 4.15 do Anexo da Classe;

(p) prazo de duração e data de resgate: as Cotas da Subclasse Mezanino da [•]ª Série serão resgatadas [=].

Os termos e expressões utilizados no presente Apêndice, quando iniciados com letra maiúscula, terão os significados a eles atribuídos no Regulamento.

São Paulo, [•] de [•] de [•].

BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

SUPLEMENTO E – MODELO DE APÊNDICE DE COTAS DA SUBCLASSE JÚNIOR

Este suplemento é parte integrante do Anexo da "*Classe Única do NTZ FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada*".

APÊNDICE DE COTAS DA SUBCLASSE JÚNIOR DA [•]ª ([•]) EMISSÃO DA CLASSE ÚNICA DO NTZ FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS RESPONSABILIDADE LIMITADA

As Cotas da Subclasse Júnior da [•]ª ([•]) emissão da Classe Única do *NTZ FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO* Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada ("**Fundo**" e "**Cotas da Subclasse Júnior**", respectivamente) terão as seguintes características, sem prejuízo de outras previstas no regulamento do Fundo ("**Regulamento**"):

(a) data de emissão: data da primeira integralização das Cotas da Subclasse Júnior ("**Data da 1ª Integralização**");

(b) quantidade inicial: [•] ([•]) Cotas da Subclasse Júnior;

(c) valor unitário: R$1.000,00 (mil reais). A partir do Dia Útil seguinte à Data da 1ª Integralização, as Cotas da Subclasse Júnior serão valorizadas a cada Dia Útil, observado o previsto no Anexo;

(d) volume total: na Data da 1ª Integralização, R$[•] ([•] reais), variável de acordo com o valor unitário das Cotas da Subclasse Júnior em cada data de integralização;

(e) forma de colocação: [colocação privada // sob o rito de registro automático, em regime de [melhores esforços // garantia firme] // em lote único e indivisível], nos termos da Resolução CVM 160, de 13 de julho de 2022];

(f) coordenador líder: [**COORDENADOR LÍDER**];

(g) possibilidade de distribuição parcial: [não será permitida // será permitida, desde que haja a colocação da quantidade mínima de [•] ([•]) Cotas da Subclasse Júnior, com o cancelamento do saldo de Cotas da Subclasse Júnior não colocado];

(h) lote adicional: [não há lote adicional / a quantidade inicial de Cotas da Subclasse Júnior poderá ser acrescida em até [•]% ([•] cento), em até [•] ([•]) Cotas da Subclasse Júnior];

(i) público-alvo da oferta: investidores qualificados, conforme definidos no artigo 12 da Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021];

(j) aplicação mínima: [não há / equivalente a R$[•] ([•] reais)];

(k) período de distribuição: [**PRAZO**], observada a Resolução CVM 160];

(l) forma de integralização: [à vista, na subscrição // de acordo com o cronograma de integralização definido no boletim de subscrição das Cotas da Subclasse Júnior // por meio de chamadas de capital realizadas pelo Gestor, de acordo com os procedimentos descritos no boletim de subscrição];

(m) Meta de Rentabilidade: não aplicável;

(n) meta de valorização: as Cotas da Subclasse Júnior serão valorizadas todo Dia Útil, desde o Dia Útil seguinte à Data da 1ª Integralização, observado que a última valorização deverá ocorrer na data de resgate, observado o previsto no Anexo;

(o) amortização: nos termos do capítulo 18 do Anexo; e

(p) prazo de duração e data de resgate: as Cotas da Subclasse Júnior apenas poderão ser resgatadas na hipótese de liquidação da Classe.

Os termos e expressões utilizados no presente Apêndice, quando iniciados com letra maiúscula, terão os significados a eles atribuídos no Regulamento.

São Paulo, [•] de [•] de [•].

BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

ANEXO II

ATA DE ASSEMBLEIA DE COTISTAS

(anexo na página que segue)

Docusign Envelope ID: B8669DD7-2C1A-4DC9-BF2C-59D63616F809

NTZ FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS RESP LIMITADA

CNPJ/MF nº 63.823.304/0001-79

("Fundo")

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS

REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 19 DE MAIO DE 2026, às 17 horas, realizada de forma não presencial, pela **BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.,** instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários e fundos de investimentos, nas categorias "administrador fiduciário", nos termos do Ato Declaratório nº 11.784, de 30 de junho de 2011, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Alves Guimarães, nº 1212, CEP 05410-002, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 13.486.793/0001-42 ("Administradora") do **NTZ FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS RESP LIMITADA**, inscrito no CNPJ sob o nº 63.823.304/0001-79 ("Administradora" e "Fundo", respectivamente).

2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada nos termos do parágrafo 7º do artigo 72, da parte geral da Resolução CVM nº 175/2022.

3. **COMPARECIMENTO**: Presentes à Assembleia: **(i)** os cotistas detentores da totalidade das cotas do Fundo, conforme lista de presença de cotistas que ficará arquivada na sede da Administradora do Fundo ("Cotista"); **(ii)** os representantes da Administradora; **(iii)** os representantes da **NETZ ASSET GESTÃO DE RECURSOS LTDA.,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.638.617/0001-63 ("Gestora");

4. **MESA: Presidente:** Sanderson Lima; **Secretária**: Raquel Coutinho.

5. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre:

   (i) A emissão da 2ª emissão da 1ª série de Cotas da Subclasse Sênior de emissão do Fundo ("Cotas da Subclasse Sênior"), em quantidade correspondente ao volume total de R$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), na respectiva Data da 1ª Integralização, sendo a quantidade de Cotas da Subclasse Sênior calculada considerando o valor unitário atualizado, nos termos do Regulamento, das cotas da subclasse sênior em circulação, na Data da 1ª Integralização das Cotas da Subclasse Sênior, demais características estão previstas no Apêndice anexo ao presente instrumento (Anexo I);

   (ii) A emissão da 2ª emissão da 1ª Série de Cotas da Subclasse Subordinada Mezanino de emissão do Fundo ("Cotas da Subclasse Mezanino"), em quantidade correspondente ao volume total de R$10.000.000,00 (dez milhões de reais), na respectiva Data da 1ª Integralização, sendo a quantidade de Cotas da Subclasse Subordinada Mezanino calculada considerando o valor unitário atualizado, nos termos do Regulamento, das cotas da subclasse Subordinada Mezanino

Docusign Envelope ID: B8669DD7-2C1A-4DC9-BF2C-59D63616F809

em circulação, na Data da 1ª Integralização das Cotas da Subclasse Subordinada Mezanino, demais características estão previstas no Apêndice anexo ao presente instrumento (Anexo II);

(iii) A emissão de cotas da subclasse júnior da 2ª (segunda) emissão do Fundo ("Cotas da Subclasse Júnior", em quantidade correspondente ao volume total de R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) na respectiva Data da 1ª Integralização, sendo a quantidade de Cotas da Subclasse Júnior calculada considerando o valor unitário atualizado, nos termos do Regulamento, das cotas da subclasse júnior em circulação, na Data da 1ª Integralização das Cotas da Subclasse Júnior, demais características estão previstas no Apêndice anexo ao presente instrumento (Anexo III); Para esta emissão o direito de preferência previsto no item 4.18 do anexo I da classe única do regulamemento deverá ser observado.

(iv) A emissão das Cotas conforme itens "I", "II" acima, serão objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático e destinada exclusivamente a investidores qualificados (assim definidos no artigo 12 da Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021), nos termos da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022 ("Oferta"). A emissão das Cotas conforme item "III" será objeto de oferta privada, conforme art. 8, inciso II da Resolução CVM nº 160. A BRL TRUST INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., na qualidade de coordenador líder da Oferta ("Coordenador Líder"), será contratada para estruturar, coordenar e distribuir a Oferta. As Cotas serão distribuídas pelo Coordenador Líder sob o regime de melhores esforços de colocação. Será admitida a distribuição parcial das Cotas, sendo que a manutenção da Oferta está condicionada à colocação da quantidade mínima de (a) 1.000 (mil) Cotas da Subclasse Sênior; (b) 1.000 (mil) Cotas da Subclasse Mezanino; (c) 1.000 (mil) Cotas da Subclasse Júnior ("Quantidade Mínima"), com o cancelamento do saldo de Cotas não colocado. Uma vez subscrita a Quantidade Mínima, os recursos captados na Oferta poderão ser utilizados pelo Fundo para a aquisição dos direitos creditórios, respeitado o disposto no Regulamento; e

(v) A autorização para que a Administradora pratique todos os atos necessários para a implementação das deliberações da presente Assembleia Geral, o que incluí, mas não se limita, à celebração de todos os documentos que se fizerem necessários.

6. DELIBERAÇÕES: Os cotistas detentores da totalidade das cotas do Fundo, APROVAM, sem quaisquer restrições e/ou ressalvas, as matérias elencadas na ordem do dia.

7. ENCERRAMENTO: não havendo dúvidas ou considerações adicionais por parte dos Cotistas, nem outras matérias a serem tratadas, foi encerrada esta assembleia geral e lavrada a presente ata.

Docusign Envelope ID: B8669DD7-2C1A-4DC9-BF2C-59D63616F809

São Paulo, 19 DE MAIO DE 2026.

MESA:

Assinado por:
Sanderson Lima
36D8B574E0594E2...

Sanderson Lima
Presidente

Assinado por:
Raquel Coutinho
3AD497B6F007482...

Raquel Coutinho
Secretária

DocuSigned by:
Rogério de Oliveira Ferreira
D33F2BF0B07442A...

DocuSigned by:
Isabelle Adriana de Carvalho Lustre
AA83F2E3EE81443...

BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Administradora

Assinado por:
EFBC8BFB7B4A45B...

NETZ ASSET GESTÃO DE RECURSOS LTDA.
Gestora

Rubrica
SL

Docusign Envelope ID: B8669DD7-2C1A-4DC9-BF2C-59D63616F809

REGULAMENTO CONSOLIDADO DO

NTZ FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS RESP LIMITADA

CNPJ/MF nº 63.823.304/0001-79

(Inicia-se intencionalmente na próxima página)

Docusign Envelope ID: B8669DD7-2C1A-4DC9-BF2C-59D63616F809

ANEXO I

APÊNDICE DE COTAS DA SUBCLASSE SÊNIOR

APÊNDICE DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DA 1ª (PRIMEIRA) SÉRIE DAS COTAS DA SUBCLASSE SÊNIOR DE EMISSÃO DA CLASSE ÚNICA DO NTZ FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

As Cotas da Subclasse Sênior da 2ª (segunda) emissão da 1ª (primeira) série de emissão da Classe Única do NTZ Financiamentos Longo Prazo Fundo De Investimento em Direitos Creditórios ("Fundo" e "Cotas da Subclasse Sênior da 1ª Série", respectivamente) terão as seguintes características, sem prejuízo de outras previstas no regulamento do Fundo ("Regulamento"):

(a) data de emissão: data da primeira integralização das Cotas da Subclasse Sênior da 1ª Série ("Data da 1ª Integralização");

(b) quantidade inicial: 70.000 (setenta mil) Cotas da Subclasse Sênior da 1ª Série;

(c) valor unitário: R$1.000,00 (mil reais). A partir do Dia Útil seguinte à Data da 1ª Integralização, as Cotas da Subclasse Sênior da 1ª Série serão valorizadas a cada Dia Útil, observado o previsto no Anexo;

(d) volume total: na Data da Integralização, R$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), variável de acordo com o valor unitário das Cotas da Subclasse Sênior da 1ª Série em cada data de integralização;

(e) forma de colocação: oferta pública, sob Rito Automático de Registro, destinada exclusivamente a investidores qualificados, nos termos da alínea "b" do inciso "VI" do art. 26 da Resolução n.º 160 da CVM;

(f) coordenador líder: BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., devidamente qualificada no regulamento do Fundo.

(g) possibilidade de distribuição parcial: será permitida, desde que haja a colocação da

Docusign Envelope ID: B8669DD7-2C1A-4DC9-BF2C-59D63616F809

quantidade mínima de 10.000 (dez mil) Cotas da Subclasse Sênior da 1ª Série, com a possibilidade do cancelamento do saldo de Cotas da Subclasse Sênior da 1ª Série não colocado

(h) lote adicional: não há lote adicional;

(i) público-alvo da oferta: investidores qualificados, conforme definidos no artigo 12 da Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021;

(j) aplicação mínima: não há;

(k) período de distribuição: 180 (cento e oitenta) dias, observada a Resolução CVM 160;

(l) forma de integralização: à vista;

(m) Meta de Rentabilidade: 100% a.a. (cem por cento ao ano) da taxa média referencial dos depósitos interfinanceiros (CDI Extra-grupo) apurada pela B3, expressa na forma percentual e calculada diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, acrescida de uma taxa fixa (*spread*) de 5% a.a. (cinco por cento ao ano), no respectivo período, base 252 Dias Úteis;

(n) meta de valorização: as Cotas da Subclasse Sênior da 1ª Série serão valorizadas todo Dia Útil, desde o Dia Útil seguinte à Data da 1ª Integralização, observado que a última valorização deverá ocorrer na data de resgate, observado o previsto no Anexo. A meta de valorização será calculada considerando a apropriação diária da Meta de Rentabilidade, na forma de capitalização composta, considerando um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis;

(o) amortização: as Cotas serão amortizadas ao fim do seu prazo de duração, conforme descrito no item "p" abaixo;

(p) prazo de duração e data de resgate: 72 (setenta e dois) meses a contar da 1ª Data de Integralização de Cotas Seniores.

Docusign Envelope ID: B8669DD7-2C1A-4DC9-BF2C-59D63616F809

Os termos e expressões utilizados no presente Apêndice, quando iniciados com letra maiúscula, terão os significados a eles atribuídos no Regulamento.

São Paulo, 19 DE MAIO DE 2026.

BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Docusign Envelope ID: B8669DD7-2C1A-4DC9-BF2C-59D63616F809

ANEXO II

APÊNDICE DE COTAS DA SUBCLASSE SUBORDINADA MEZANINO

APÊNDICE DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DA 1ª (PRIMEIRA) SÉRIE DAS COTAS DA SUBCLASSE SUBORDINADA MEZANINO DE EMISSÃO DA CLASSE ÚNICA DO NTZ FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

As Cotas da Subclasse Subordinada Mezanino da 2ª (segunda) emissão da 1ª (primeira) série de emissão da Classe Única do NTZ Financiamentos Longo Prazo Fundo De Investimento em Direitos Creditórios ("Fundo" e "Cotas da Subclasse Subordinada Mezanino da 1ª Série", respectivamente) terão as seguintes características, sem prejuízo de outras previstas no regulamento do Fundo ("Regulamento"):

(a) data de emissão: data da primeira integralização das Cotas da Subclasse Subordinada Mezanino da 1ª Série ("Data da 1ª Integralização");

(b) quantidade inicial: 10.000 (dez mil) Cotas da Subclasse Subordinada Mezanino da 1ª Série;

(c) valor unitário: R$1.000,00 (mil reais). A partir do Dia Útil seguinte à Data da 1ª Integralização, as Cotas da Subordinada Mezanino da 1ª Série serão valorizadas a cada Dia Útil, observado o previsto no Anexo;

(d) volume total: na Data da Integralização, R$10.000.000,00 (dez milhões de reais), variável de acordo com o valor unitário das Cotas da Subclasse Subordinada Mezanino da 1ª Série em cada data de integralização;

(e) forma de colocação: oferta pública, sob Rito Automático de Registro, destinada exclusivamente a investidores qualificados, nos termos da alínea "b" do inciso "VI" do art. 26 da Resolução n.º 160 da CVM;

(f) coordenador líder: BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Docusign Envelope ID: B8669DD7-2C1A-4DC9-BF2C-59D63616F809

S.A., devidamente qualificada no regulamento do Fundo.

(g) possibilidade de distribuição parcial: será permitida, desde que haja a colocação da quantidade mínima de 1.000 (um mil) Cotas da Subclasse Subordinada Mezanino da 1ª Série, com a possibilidade do cancelamento do saldo de Cotas da Subclasse Subordinada Mezanino da 1ª Série não colocado

(h) lote adicional: não há lote adicional;

(i) público-alvo da oferta: investidores qualificados, conforme definidos no artigo 11 da Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021;

(j) aplicação mínima: não há;

(k) período de distribuição: 180 (cento e oitenta) dias, observada a Resolução CVM 160;

(l) forma de integralização: à vista;

(m) Meta de Rentabilidade: 100% a.a. (cem por cento ao ano) da taxa média referencial dos depósitos interfinanceiros (CDI Extra-grupo) apurada pela B3, expressa na forma percentual e calculada diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, acrescida de uma taxa fixa (*spread*) de 7% a.a. (sete por cento ao ano), no respectivo período, base 252 Dias Úteis;

(n) meta de valorização: as Cotas da Subclasse Subordinada Mezanino da 1ª Série serão valorizadas todo Dia Útil, desde o Dia Útil seguinte à Data da 1ª Integralização, observado que a última valorização deverá ocorrer na data de resgate, observado o previsto no Anexo. A meta de valorização será calculada considerando a apropriação diária da Meta de Rentabilidade, na forma de capitalização composta, considerando um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis;

(o) amortização: as Cotas serão amortizadas ao fim do seu prazo de duração, conforme descrito no item “p” abaixo;

Docusign Envelope ID: B8669DD7-2C1A-4DC9-BF2C-59D63616F809

(p) prazo de duração e data de resgate: 72 (setenta e dois) meses a contar da 1ª Data de Integralização de Cotas Subordinadas Mezanino;

Os termos e expressões utilizados no presente Apêndice, quando iniciados com letra maiúscula, terão os significados a eles atribuídos no Regulamento.

São Paulo, 19 DE MAIO DE 2026

BRL TRUST TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Docusign Envelope ID: B8669DD7-2C1A-4DC9-BF2C-59D63616F809

ANEXO III

APÊNDICE DE COTAS DA SUBCLASSE JÚNIOR

APÊNDICE DE COTAS DA SUBCLASSE SUBORDINADA JÚNIOR DA 2ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DA CLASSE ÚNICA DO NTZ FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

As Cotas da Subclasse Subordinada Júnior da 1ª (primeira) emissão da Classe Única do NTZ Financiamentos Longo Prazo Fundo De Investimento em Direitos Creditórios ("Fundo" e "Cotas da Subclasse Júnior", respectivamente) terão as seguintes características, sem prejuízo de outras previstas no regulamento do Fundo ("Regulamento"):

(a) data de emissão: data da primeira integralização das Cotas da Subclasse Subordinada Júnior ("Data da 1ª Integralização");

(b) quantidade inicial: 20.000 (vinte mil) Cotas da Subclasse Subordinada Júnior;

(c) valor unitário: R$1.000,00 (mil reais). A partir do Dia Útil seguinte à Data da 1ª Integralização, as Cotas da Subclasse Júnior serão valorizadas a cada Dia Útil, observado o previsto no Anexo;

(d) volume total: na Data da 1ª Integralização, R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), variável de acordo com o valor unitário das Cotas da Subclasse Subordinada Júnior em cada data de integralização;

(e) forma de colocação: oferta pública, sob Rito Automático de Registro, destinada exclusivamente a investidores qualificados, nos termos da alínea do inciso "II" do art. 8 da Resolução n.º 160 da CVM;

(f) coordenador líder: BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., devidamente qualificada no regulamento do Fundo.

Docusign Envelope ID: B8669DD7-2C1A-4DC9-BF2C-59D63616F809

(g) possibilidade de distribuição parcial: será permitida, desde que haja a colocação da quantidade mínima de 5.000 (cinco mil) Cotas da Subclasse Júnior, com a possibilidade do cancelamento do saldo de Cotas da Subclasse Júnior não colocado;

(h) lote adicional: não há lote adicional;

(i) público-alvo da oferta: investidores qualificados, conforme definidos no artigo 12 da Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021;

(j) aplicação mínima: não há;

(k) período de distribuição: 180 (cento e oitenta) dias, observada a Resolução CVM 160;

(l) forma de integralização: à vista, por meio de moeda corrente nacional e/ou entrega de Direitos Creditórios;

(m) Meta de Rentabilidade: não aplicável;

(n) meta de valorização: as Cotas da Subclasse Júnior serão valorizadas todo Dia Útil, desde o Dia Útil seguinte à Data da 1ª Integralização, observado que a última valorização deverá ocorrer na data de resgate, observado o previsto no Anexo;

(o) amortização: As Cotas Subordinadas Júnior somente serão amortizadas e resgatadas após o resgate integral das Cotas Seniores, das Cotas Subordinadas Mezanino e das Cotas Subordinadas Mezanino, em data a ser definida em Assembleia Geral; e

(p) prazo de duração e data de resgate: as Cotas da Subclasse Júnior apenas poderão ser resgatadas na hipótese de liquidação da Classe.

Os termos e expressões utilizados no presente Apêndice, quando iniciados com letra

Docusign Envelope ID: B8669DD7-2C1A-4DC9-BF2C-59D63616F809

maiúscula, terão os significados a eles atribuídos no Regulamento.

São Paulo, 19 DE MAIO DE 2026

BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

ANEXO III

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(anexo na página que segue)

Extração de Itens — Formulário de Referência

Itens extraídos: 1.1, 1.2, 1.11, 1.14, 6.1, 7.1, 7.2, 7.3, 7.4, 8.2, 11.2, 12.1 e 12.3 — texto e ordem originais preservados; cada subitem em linha própria, para preenchimento

Conteúdo do Formulário de Referência (Anexo C – Resolução CVM nº 80/2022)	Resposta do emissor
1.1. Descrever sumariamente o histórico do emissor	A SPE Fiorito Ltda. (CNPJ 63.309.401/0001-48) é uma sociedade de propósito específico limitada, constituída em 10 de outubro de 2025, com sede na cidade de São Paulo - SP, na Avenida Marquês de São Vicente, nº 2.219, bairro Água Branca, CEP 05036-040. A Sociedade foi constituída pela Fiorito Intermediações Ltda. (CNPJ 44.102.869/0001-12), sua sócia única, com capital social de R$ 1.000,00, totalmente subscrito e integralizado. O ato constitutivo foi registrado na JUCESP sob o protocolo SPP2531391956, em 22/10/2025. A Sociedade foi constituída para realizar investimentos e financiamentos relacionados ao futebol profissional e atividades correlatas, inclusive mediante participação em sociedades organizadas sob a forma de Sociedade Anônima do Futebol – SAF, bem como para deter participações, direta ou indiretamente, em sociedades atuantes nos segmentos de gestão esportiva, mídia e entretenimento relacionados ao esporte.
1.2. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas	A Sociedade tem por objeto a participação, direta ou indiretamente via fundos de investimento em participações, no capital social de sociedades empresárias organizadas sob a forma de Sociedade Anônima do Futebol - SAF, nos termos da Lei nº 14.193/2021, bem como a realização de investimentos, aportes de capital e/ou concessão de financiamentos destinados à implementação, desenvolvimento e exploração de atividades relacionadas ao futebol profissional e correlatas. No período de 10/10/2025 a 31/12/2025, a Sociedade encontrava-se em fase inicial e não apresentou atividade operacional. Nesse período e no exercício social corrente, a Sociedade realizou operações financeiras compatíveis com seu objeto social, incluindo captação de recursos por meio de notas comerciais e concessão de empréstimos de mútuo à Grená Participações SPE Ltda., destinados a investimento na SAF Juventus Sociedade Anônima do Futebol.
1.11. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	No exercício social de 2025, não houve aquisição ou alienação de ativo relevante que não se enquadrasse no curso normal dos negócios da Sociedade. As operações de empréstimo de mútuo realizadas no período enquadram-se no curso normal dos negócios, em consonância com o objeto social da Sociedade.

1.14. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Sociedade desde sua constituição até a data deste Formulário.
6.1. Identificar o acionista ou grupo de acionistas controladores, indicando em relação a cada um deles:	
a. Nome	Fiorito Intermediações Ltda.
b. nacionalidade	Brasileira
c. CPF/CNPJ	CNPJ: 44.102.869/0001-12
d. quantidade de ações detidas, por classe e espécie	1.000 (mil) quotas de valor nominal unitário de R$ 1,00
e. percentual detido em relação à respectiva classe ou espécie	100%
f. percentual detido em relação ao total do capital social	100%
g. se participa de acordo de acionistas	Não
h. se o acionista for pessoa jurídica, lista contendo as informações referidas nos subitens "a" a "d" acerca de seus controladores diretos e indiretos, até os controladores que sejam pessoas naturais, ainda que tais informações sejam tratadas como sigilosas por força de negócio jurídico ou pela legislação do país em que forem constituídos ou domiciliados o sócio ou controlador	• Controlador direto da SPE Fiorito Ltda.: Fiorito Intermediações Ltda., sociedade brasileira, CNPJ 44.102.869/0001-12, titular de 1.000 (mil) quotas, representativas de 100% do capital social da SPE Fiorito Ltda. • Controlador(es) direto(s) da Fiorito Intermediações Ltda.: • Controlador(es) indireto(s), não há. • Pessoa(s) natural(is) controladora(s) final(is): Claudio Roberto Fiorito Filho, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 381.704.958-73, titular de 5.000 (cinco mil) quotas, representativas de 100% do capital social da Fiorito Intermediações Ltda.
i. se o acionista for residente ou domiciliado no exterior, o nome ou denominação social e o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do seu mandatário ou representante legal no País	Não aplicável. O sócio controlador (Fiorito Intermediações Ltda.) é domiciliado no Brasil.
j. data da última alteração	Data da constituição da SPE Fiorito Ltda.: 10 de outubro de 2025.
7.1. Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:	A SPE Fiorito Ltda. é administrada por administrador único, Cláudio Roberto Fiorito Filho, nos termos do Contrato Social. A Sociedade não possui conselho de administração, diretoria estatutária ou conselho fiscal instituídos.
a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado	A Sociedade não possui política formal de indicação ou de preenchimento de cargos. O administrador único é designado e substituído nos termos do Contrato Social e das deliberações societárias aplicáveis.
b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:	A Sociedade não possui mecanismo formal de avaliação de desempenho de seu administrador.

i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência	Não aplicável, em razão da inexistência de mecanismo formal de avaliação de desempenho.
ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações	Não aplicável, em razão da inexistência de mecanismo formal de avaliação de desempenho.
iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos	Não aplicável, em razão da inexistência de mecanismo formal de avaliação de desempenho.
c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses	A Sociedade não possui política formal de identificação e administração de conflitos de interesses.
d. por órgão:	Não aplicável. A Sociedade não possui conselho de administração, diretoria estatutária, conselho fiscal ou outro órgão colegiado de administração instituído, sendo sua administração exercida diretamente por administrador único.
i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero	Não aplicável, tendo em vista que a Sociedade não possui órgãos de administração ou conselho fiscal instituídos para fins deste item.
ii. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça	Não aplicável, tendo em vista que a Sociedade não possui órgãos de administração ou conselho fiscal instituídos para fins deste item.
iii. número total de pessoas com deficiência, caracterizada nos termos da legislação aplicável	Não aplicável, tendo em vista que a Sociedade não possui órgãos de administração ou conselho fiscal instituídos para fins deste item.
iv. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes	Não aplicável, tendo em vista que a Sociedade não possui órgãos de administração ou conselho fiscal instituídos para fins deste item.
e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal	Não aplicável. A Sociedade não possui órgãos de administração ou conselho fiscal instituídos e não possui objetivos ou metas formais relacionados à diversidade para fins deste item.
f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima	Não aplicável. A Sociedade não possui órgãos de administração formalmente instituídos aos quais sejam atribuídas funções específicas de avaliação, gerenciamento e supervisão de riscos e oportunidades relacionados ao clima.
7.2. Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:	Não aplicável, pois a Sociedade não possui conselho de administração.
a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração	Não aplicável, pois a Sociedade não possui conselho de administração nem comitês permanentes que se reportem a tal órgão.
b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de	Não aplicável quanto à avaliação por conselho de administração, uma vez que a Sociedade não possui referido órgão. A auditoria independente é contratada pela Sociedade

serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	sem avaliação formal por conselho de administração.
c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração	Não aplicável, pois a Sociedade não possui conselho de administração. Não foram instituídos canais específicos destinados ao reporte de questões críticas de ASG e conformidade a tal órgão.
7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:	A Sociedade possui 1 (um) administrador, Cláudio Roberto Fiorito Filho, e não possui conselho fiscal. As informações abaixo são apresentadas com base na documentação disponibilizada.
a. nome	Cláudio Roberto Fiorito Filho.
b. data de nascimento	28 de junho de 1990.
c. profissão	Empresário.
d. CPF ou número do passaporte	CPF nº 381.704.958-73.
e. cargo eletivo ocupado	Administrador único da SPE Fiorito Ltda.
f. data de eleição	10 de outubro de 2025, data do ato constitutivo que designou o administrador.
g. data da posse	10 de outubro de 2025, data do ato constitutivo que designou o administrador.
h. prazo do mandato	Prazo indeterminado, nos termos da Cláusula 4.1 do Contrato Social.
i. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim. O administrador foi designado no ato constitutivo pela sócia única e controladora direta, Fiorito Intermediações Ltda.
j. se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não. O administrador único é o controlador indireto da Sociedade.
k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	10 de outubro de 2025, data de início do primeiro e atual mandato.
l. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Administrador único da SPE Fiorito Ltda. desde 10 de outubro de 2025 e Diretor da Grená Participações SPE Ltda. desde 3 de novembro de 2025. Nos últimos 5 (cinco) anos, não exerceu outros cargos ou funções profissionais relevantes para fins deste item, além dos acima indicados.
m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. condenação criminal	Não houve condenação criminal nos últimos 5 (cinco) anos.
ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas	Não houve condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP nos últimos 5 (cinco) anos.

iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não houve condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado o administrador para a prática de atividade profissional ou comercial nos últimos 5 (cinco) anos.
7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.	Não aplicável. A Sociedade não possui comitês estatutários, comitês de auditoria, de risco, financeiro ou de remuneração, nem estruturas organizacionais assemelhadas que participem do processo de decisão de seus órgãos de administração ou de gestão.
8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:	A Sociedade não possui conselho de administração, diretoria estatutária nem conselho fiscal. Seu administrador único, Cláudio Roberto Fiorito Filho, não aufere remuneração da Sociedade. A Sociedade não existia nos exercícios de 2023 e 2024; em 2025 não houve remuneração reconhecida para o administrador e, para 2026, não há remuneração prevista.
a. órgão	Não aplicável - não há órgão.
b. número total de membros	0 (zero).
c. número de membros remunerados	0 (zero).
d. remuneração segregada em:	R$ 0,00.
i. remuneração fixa anual, segregada em:	R$ 0,00.
• salário ou pró-labore	R$ 0,00 - não há salário ou pró-labore pago pela Sociedade ao administrador.
• benefícios diretos e indiretos	R$ 0,00.
• remuneração por participação em comitês	Não aplicável - não há comitês instituídos.
• outros	R$ 0,00.
ii. remuneração variável, segregada em:	R$ 0,00.
• bônus	R$ 0,00.
• participação nos resultados	R$ 0,00.
• remuneração por participação em reuniões	R$ 0,00.
• comissões	R$ 0,00.
• outros	R$ 0,00.
iii. benefícios pós-emprego	R$ 0,00.
iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	R$ 0,00.
v. remuneração baseada em ações, incluindo opções	Não aplicável - não há remuneração baseada em quotas, ações ou opções.
e. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	R$ 0,00.
f. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	R$ 0,00.
11.2. Com exceção das operações que se enquadrem nas hipóteses do art. 3º, II, "a", "b" e	A SPE Fiorito Ltda. mantém transações com a Grená Participações SPE Ltda., parte relacionada da

"c", do anexo F, informar, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas do emissor e que tenham sido celebradas no último exercício social ou estejam em vigor no exercício social corrente:	Sociedade, decorrentes de empréstimos de mútuo destinados a investimento na SAF Juventus Sociedade Anônima do Futebol.
a. nome das partes relacionadas	Grená Participações SPE Ltda. (mutuária - empréstimos a receber).
b. relação das partes com o emissor	Grená Participações SPE Ltda. – parte relacionada da SPE Fiorito Ltda., em razão da administração comum exercida pelo Sr. Cláudio Roberto Fiorito Filho, que atua como administrador da SPE Fiorito Ltda. e como Diretor da Grená Participações SPE Ltda.
c. data da transação	Empréstimos de mútuo celebrados em 10/11/2025, 21/11/2025, 25/11/2025, 28/11/2025, 28/11/2025 e 26/12/2025.
d. objeto do contrato	Empréstimos de mútuo concedidos à Grená Participações SPE Ltda. para investimento na SAF Juventus Sociedade Anônima do Futebol.
e. se o emissor é credor ou devedor	Credor.
f. montante envolvido no negócio	Em 31/12/2025, valor principal de R$ 13.473.000,00 acrescido de juros de R$ 319.397,00, totalizando R$ 13.792.397,00.
g. saldo existente	R$ 13.792.397,00, registrado no ativo não circulante em 31/12/2025.
h. montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir	O interesse da Grená Participações SPE Ltda. corresponde à totalidade das obrigações decorrentes dos mútuos celebrados com a SPE Fiorito Ltda.; em 31/12/2025, o saldo total dos empréstimos a receber era de R$ 13.792.397,00.
i. garantias e seguros relacionados	Não foram identificadas, nas demonstrações financeiras auditadas disponibilizadas, garantias ou seguros relacionados aos mútuos.
j. duração	Prazo de 48 (quarenta e oito) meses, com 12 (doze) meses de carência e primeira parcela devida em 10/06/2027, conforme as demonstrações financeiras de 31/12/2025.
k. condições de rescisão ou extinção	Não há condições específicas de rescisão ou extinção. Trata-se de contrato de mútuo simples, que se extingue com o cumprimento integral das obrigações assumidas pelas partes, especialmente mediante o pagamento integral do valor mutuado e dos encargos aplicáveis.
l. natureza e razões para a operação	Concessão de empréstimos de mútuo à Grená Participações SPE Ltda. para investimento na SAF Juventus Sociedade Anônima do Futebol, em linha com o objeto social da SPE Fiorito Ltda.
m. taxa de juros cobrada, se aplicável	2,00% a.m.
n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	A Sociedade não possui política formal de identificação e administração de conflitos de interesses. Não foram informadas medidas formais

	específicas adotadas para o tratamento de conflitos no âmbito dos mútuos com a Grená Participações SPE Ltda.
o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	A operação possui caráter estritamente comutativo, uma vez que as obrigações das partes estão previamente determinadas no contrato de mútuo, com valor, prazo e remuneração definidos, à taxa de 2,00% a.m. Não há pagamento compensatório adicional entre as partes.
12.1. Elaborar tabela contendo as seguintes informações sobre o capital social:	
a. capital emitido, separado por classe e espécie	R$ 1.000,00 (mil reais), representado por 1.000 (mil) quotas de valor nominal unitário de R$ 1,00; o Contrato Social não prevê classes ou espécies distintas de quotas.
b. capital subscrito, separado por classe e espécie	R$ 1.000,00 (mil reais), representado por 1.000 (mil) quotas, totalmente subscritas.
c. capital integralizado, separado por classe e espécie	R$ 1.000,00 (mil reais), representado por 1.000 (mil) quotas, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional.
d. prazo para integralização do capital ainda não integralizado, separado por classe e espécie	Não aplicável. O capital social encontra-se integralmente integralizado.
e. capital autorizado, informando o limite remanescente para novas emissões, em quantidade de ações ou valor do capital	O Contrato Social não prevê capital autorizado.
f. títulos conversíveis em ações e condições para conversão	Não há títulos conversíveis em quotas.
12.3. Descrever outros valores mobiliários emitidos no Brasil que não sejam ações e que não tenham vencido ou sido resgatados, indicando:	Conforme a documentação disponibilizada e as informações da administração, a Sociedade possui 28 (vinte e oito) emissões de Notas Comerciais escriturais, em série única, totalizando 44.168 (quarenta e quatro mil cento e sessenta e oito) Notas Comerciais. O Quadro 1 consolida as características das 28 emissões. Para o protocolo, confirmar apenas que nenhuma delas foi objeto de resgate antecipado total após a data dos documentos analisados.
a. identificação do valor mobiliário	Notas Comerciais escriturais, nominativas, emitidas pela SPE Fiorito Ltda., em série única e não conversíveis em ações. Vide Quadro 1 ao final deste documento.
b. quantidade	44.168 (quarenta e quatro mil cento e sessenta e oito) Notas Comerciais, distribuídas em 28 (vinte e oito) emissões.
c. valor nominal global	R$ 44.168.000,00 (quarenta e quatro milhões, cento e sessenta e oito mil reais), correspondente à soma dos valores nominais globais das 28 emissões.
d. data de emissão	Vide Quadro 1, que apresenta individualmente a data de emissão da 1ª à 28ª emissão.
e. saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social	R$ 13.787.741,00 em 31/12/2025, correspondente às 6 (seis) emissões existentes naquela data (principal de R$ 13.473.000,00 e juros de R$ 314.741,00). As emissões realizadas após

	31/12/2025 não possuíam saldo devedor no encerramento do último exercício social.
f. restrições à circulação	As 28 emissões foram estruturadas para colocação privada, sem registro na CVM ou na ANBIMA e sem registro ou depósito para distribuição ou negociação em mercados organizados. Os Termos de Emissão permitem a transferência privada das Notas Comerciais pelo respectivo titular, após a integralização total, independentemente de notificação ou anuência da Emitente, observados os documentos pertinentes e os procedimentos do Escriturador.
g. conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações do emissor, informando:	As Notas Comerciais das 28 emissões são nominativas, escriturais e não conversíveis em ações da Emitente.
i. condições	Não aplicável, uma vez que as Notas Comerciais não são conversíveis em ações.
ii. efeitos sobre o capital social	Não aplicável, uma vez que as Notas Comerciais não são conversíveis em ações.
h. possibilidade de resgate, indicando:	As 28 emissões admitem Resgate Antecipado Facultativo, nos termos dos respectivos Termos de Emissão.
i. hipóteses de resgate	A Emitente poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Notas Comerciais de cada emissão, sem incidência de prêmio, com o consequente cancelamento da totalidade das Notas Comerciais, mediante comunicação ao(s) titular(es) com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis.
ii. fórmula de cálculo do valor de resgate	O valor do Resgate Antecipado Facultativo corresponde ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração calculada pro rata temporis até a data do efetivo pagamento e dos Encargos Moratórios devidos, se houver.
i. quando os valores mobiliários forem de dívida, indicar, quando aplicável:	
i. vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado	Vide Quadro 1 para as datas de vencimento e de primeiro pagamento ordinário. Os Termos de Emissão preveem, entre outros, vencimento antecipado em caso de: (i) inadimplemento de obrigação pecuniária; (ii) descumprimento da destinação dos recursos; (iii) inadimplemento de obrigação não pecuniária não sanado no prazo contratual; (iv) falsidade, incorreção, incompletude ou caráter enganoso de declarações e garantias, observados os prazos de cura aplicáveis; (v) vencimento antecipado ou inadimplemento de outras dívidas acima do limite contratual - R$ 1.000.000,00 nas 1ª a 6ª emissões e R$ 100.000.000,00 nas 7ª a 28ª emissões; (vi) reorganização societária, alteração ou transferência de controle e redução de capital nas hipóteses previstas nos Termos; e (vii) falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação, dissolução,

	extinção ou situação análoga de insolvência. A 18ª emissão teve seu cronograma corrigido pelo Primeiro Aditamento, passando o primeiro pagamento ordinário para 29/07/2027.
ii. juros	1ª emissão: 2,50% a.m. As 2ª a 28ª emissões: 2,00% a.m. A remuneração incide sobre o Valor Nominal Unitário ou seu saldo, de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis por Dias Úteis, considerando mês de 21 (vinte e um) Dias Úteis, conforme os respectivos Termos de Emissão.
iii. garantia e, se real, descrição do bem objeto	As cláusulas 4.6 dos 28 Termos de Emissão analisados dispõem que as Notas Comerciais não contam com garantias.
iv. na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado	Os Termos de Emissão não preveem subordinação. Nas emissões em que a cláusula 4.6 dispõe expressamente pela ausência de garantia, o crédito é tratado como quirografário.
v. eventuais restrições impostas ao emissor em relação:	Vide os subitens abaixo.
• à distribuição de dividendos	Não foi identificada, nos 28 Termos de Emissão analisados, restrição contratual expressa à distribuição de dividendos ou lucros.
• à alienação de determinados ativos	Não foi identificada, nos 28 Termos de Emissão analisados, restrição contratual expressa à alienação de determinados ativos. Permanecem aplicáveis os Eventos de Vencimento Antecipado relacionados à perda de bens e às demais hipóteses previstas nos Termos.
• à contratação de novas dívidas	Não foi identificada restrição geral à contratação de novas dívidas. Os Termos, contudo, preveem eventos de vencimento antecipado relacionados ao vencimento antecipado e ao inadimplemento de outras dívidas ou obrigações financeiras acima dos limites contratuais aplicáveis.
• à emissão de novos valores mobiliários	Não foi identificada, nos 28 Termos de Emissão analisados, restrição contratual expressa à emissão de novos valores mobiliários.
• à realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas	Operações de cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou outras formas de reorganização societária envolvendo a Emitente, bem como alteração ou transferência do controle direto ou indireto e redução do capital social, podem configurar Eventos de Vencimento Antecipado nas hipóteses previstas nos Termos, salvo as autorizações ou exceções expressamente previstas.
vi. o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato	Não há agente fiduciário designado nos 28 Termos de Emissão analisados. O escriturador das Notas Comerciais é a Terra Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., ou seu sucessor a qualquer título, conforme os Termos de Emissão.
j. condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Qualquer aditamento aos Termos de Emissão depende de prévia e expressa autorização do(s) Titular(es) de Notas Comerciais, observados os procedimentos de deliberação previstos na cláusula

	8 dos respectivos Termos, inclusive Assembleia Geral quando aplicável.
k. outras características relevantes	As 28 emissões são realizadas em série única e possuem Valor Nominal Unitário de R$ 1.000,00. Os recursos são destinados a capital de giro da Emitente. As Notas Comerciais foram colocadas privadamente. O escriturador é a Terra Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. A 18ª emissão foi objeto de Primeiro Aditamento para correção do cronograma de pagamentos.

Quadros auxiliares de suporte ao item 12.3

Os quadros abaixo consolidam as 28 emissões de Notas Comerciais com base nos respectivos Termos de Emissão disponibilizados. O Quadro 1 é o suporte jurídico para o item 12.3.

QUADRO 1 - EMISSÕES DE NOTAS COMERCIAIS (1ª A 28ª) - CONCILIAÇÃO PARA O FRE

Emissão	Data de emissão	Valor nominal global	Remuneração	Vencimento / 1º pagamento ordinário	Garantia
1ª	10/11/2025	R$ 1.541.000,00	2,50% a.m.	11/11/2030; 1º pagamento 10/06/2027	Sem garantia
2ª	21/11/2025	R$ 1.028.000,00	2,00% a.m.	25/11/2030; 1º pagamento 24/12/2026	Sem garantia
3ª	25/11/2025	R$ 6.161.000,00	2,00% a.m.	25/11/2030; 1º pagamento 28/12/2026	Sem garantia
4ª	28/11/2025	R$ 2.613.000,00	2,00% a.m.	28/11/2030; 1º pagamento 28/12/2026	Sem garantia
5ª	17/12/2025	R$ 1.410.000,00	2,00% a.m.	17/12/2030; 1º pagamento 18/01/2027	Sem garantia
6ª	26/12/2025	R$ 720.000,00	2,00% a.m.	26/12/2030; 1º pagamento 26/01/2027	Sem garantia
7ª	23/01/2026	R$ 3.018.000,00	2,00% a.m.	27/01/2031; 1º pagamento 26/02/2027	Sem garantia
8ª	26/02/2026	R$ 2.090.000,00	2,00% a.m.	27/02/2031; 1º pagamento 29/03/2027	Sem garantia
9ª	06/04/2026	R$ 898.000,00	2,00% a.m.	07/04/2031; 1º pagamento 06/05/2027	Sem garantia
10ª	09/04/2026	R$ 1.316.000,00	2,00% a.m.	10/04/2031; 1º pagamento 10/05/2027	Sem garantia
11ª	27/04/2026	R$ 1.365.000,00	2,00% a.m.	29/04/2030; 1º pagamento 28/05/2027	Sem garantia
12ª	29/04/2026	R$ 1.935.000,00	2,00% a.m.	29/04/2031; 1º pagamento 31/05/2027	Sem garantia
13ª	14/05/2026	R$ 1.130.000,00	2,00% a.m.	29/05/2031; 1º pagamento 29/06/2027	Sem garantia
14ª	21/05/2026	R$ 1.876.000,00	2,00% a.m.	29/05/2031; 1º pagamento 29/06/2027	Sem garantia
15ª	27/05/2026	R$ 1.284.000,00	2,00% a.m.	29/05/2031; 1º pagamento 29/06/2027	Sem garantia
16ª	02/06/2026	R$ 208.000,00	2,00% a.m.	29/07/2031; 1º pagamento 31/01/2028	Sem garantia
17ª	05/06/2026	R$ 1.202.000,00	2,00% a.m.	30/06/2031; 1º pagamento 29/07/2027	Sem garantia
18ª	15/06/2026	R$ 515.000,00	2,00% a.m.	30/06/2031; 1º pagamento 29/07/2027 (1º Aditamento)	Sem garantia
19ª	18/06/2026	R$ 3.546.000,00	2,00% a.m.	30/06/2031; 1º pagamento 29/07/2027	Sem garantia
20ª	29/06/2026	R$ 1.352.000,00	2,00% a.m.	30/06/2031; 1º pagamento 29/07/2027	Sem garantia
21ª	13/07/2026	R$ 2.157.000,00	2,00% a.m.	29/07/2031; 1º pagamento 30/08/2027	Sem garantia
22ª	13/07/2026	R$ 850.000,00	2,00% a.m.	29/07/2031; 1º pagamento 30/08/2027	Sem garantia
23ª	24/07/2026	R$ 975.000,00	2,00% a.m.	29/07/2031; 1º pagamento 30/08/2027	Sem garantia
24ª	31/07/2026	R$ 1.352.000,00	2,00% a.m.	29/08/2031; 1º pagamento 29/09/2027	Sem garantia
25ª	03/08/2026	R$ 310.000,00	2,00% a.m.	29/08/2031; 1º pagamento 29/09/2027	Sem garantia
26ª	04/08/2026	R$ 1.597.000,00	2,00% a.m.	29/08/2031; 1º pagamento 29/09/2027	Sem garantia
27ª	05/08/2026	R$ 1.357.000,00	2,00% a.m.	29/08/2031; 1º pagamento 29/09/2027	Sem garantia
28ª	05/08/2026	R$ 362.000,00	2,00% a.m.	29/08/2031; 1º pagamento 29/09/2027	Sem garantia

Nota: os dados das 28 emissões foram conciliados com os respectivos Termos de Emissão. Permanecem apenas as ressalvas documentais destacadas no item 12.3 e no comentário correspondente, especialmente quanto às 2ª e 3ª emissões e ao cronograma da 16ª emissão.

ANEXO IV

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS DE DEVEDORES E COOBRIGADOS

(anexo na página que segue)

SÊNIOR
Auditores e Consultores

SPE FIORITO LTDA.
CNPJ: 63.309.401/0001-48

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Copyright ©2016. Sênior Auditores e Consultores. Todos os direitos reservados.

SÊNIOR
Auditores e Consultores

Maringá – PR, 14 de julho de 2026.

Aos
Diretores da
SPE FIORITO LTDA.
CNPJ: 63.309.401/0001-48
São Paulo – SP

Prezados Senhores,

Encaminhamos, por intermédio da presente, para apreciação e análise de Vs. Sas., **Relatório dos Auditores Independentes,** sobre as demonstrações financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2025.

Colocamo-nos à disposição de Vs. Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Atenciosamente,

AGNALDO APARECIDO DE SOUZA:91124867953

Assinado de forma digital por AGNALDO APARECIDO DE SOUZA:91124867953
Dados: 2026.07.14 11:31:09 -03'00'

AGNALDO APARECIDO DE SOUZA
Contador Responsável – CRC-PR 038047/O-0
SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S.
CRC-PR 004940/O-6

SÊNIOR
Auditores e Consultores

SPE FIORITO LTDA.
CNPJ: 63.309.401/0001-48

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis, 4 a 7

Balanço patrimonial, 8

Demonstração do resultado do exercício, 9

Demonstração das mutações do patrimônio líquido, 10

Demonstração dos fluxos de caixas (método indireto), 11

Notas explicativas às demonstrações contábeis, 12 a 16

SÊNIOR
Auditores e Consultores

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores da
SPE FIORITO LTDA.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **SPE FIORITO LTDA.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SPE FIORITO LTDA.** em 31 de dezembro de 2025, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Ênfase

Empresa em fase inicial de atividades

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 03, item a, onde é evidenciado que no período de 10/10/2025 (data de constituição da empresa) a 31/12/2025 a empresa não apresentou atividade operacional. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outros assuntos – Demonstrações contábeis do exercício anterior

As demonstrações financeiras da Empresa são do período de 10/10/2025 (data de constituição da Empresa) a 31/12/2025, portanto, não são apresentadas de forma comparativa.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada

de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais do exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Maringá – PR, 14 de julho de 2026.

AGNALDO APARECIDO DE SOUZA:91124867953

Assinado de forma digital por AGNALDO APARECIDO DE SOUZA:91124867953
Dados: 2026.07.14 11:31:29 -03'00'

AGNALDO APARECIDO DE SOUZA
Contador Responsável – CRC-PR 038047/O-0
SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S.
CRC-PR 004940/O-6

SPE Fiorito Ltda.
Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro
(Em reais)

Ativo	Nota	2025	Passivo	Nota	2025
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.650	Empréstimos a pagar	6	209.067
Total do ativo circulante		**8.650**	Outras obrigações		7.603
			Total do passivo circulante		**216.670**
Não circulante					
Realizável a longo prazo		**13.792.397**	**Não circulante**		
Empréstimos a receber	5	13.792.397	**Exigível a longo prazo**		
Total do ativo não circulante		**13.792.397**	Empréstimos a pagar	6	13.578.674
			Total do passivo não circulante		**13.578.674**
			Total do passivo		**13.795.344**
			Patrimônio líquido		
			Capital social	7	1.000
			Lucros ou prejuízos acumulados		4.703
			Total do patrimônio líquido		**5.703**
Total do ativo		**13.801.047**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**13.801.047**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPE Fiorito Ltda.
Demonstração do Resultado do Exercício
Em 31 de dezembro
(Em reais)

	2025
Receita operacional líquida	**-**
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras liquidas e impostos	**-**
Receitas financeiras	319.444
Despesas financeiras	-314.741
Resultado financeiro líquido	**4.703**
Lucro líquido do exercício	**4.703**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPE Fiorito Ltda.

Demonstração das Mutações do Património Líquido

Em 31 de dezembro

(Em reais mil)

Descrição	Capital Social	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
Integralização de capital social	1.000	4.703	**5.703**
Saldo em 31/12/2025	**1.000**	**4.703**	**5.703**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPE Fiorito Ltda.
Demonstração dos Fluxos de Caixas
(Método Indireto)
Em 31 de dezembro
(Em reais mil)

	2025
Lucro líquido do exercício	**4.703**
Fluxos de caixas das atividades operacionais	
Aumento das outras obrigações	7.603
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**12.306**
Fluxos de caixas das atividades de financiamentos	
Aumento de empréstimos a receber	-13.792.397
Aumento de empréstimos a pagar	13.787.741
Integralização de capital social	1.000
Caixa líquido tomado pelas atividades de financiamentos	**-3.656**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**8.650**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**-**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	**8.650**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A **SPE Fiorito Ltda.** (CNPJ 63.309.401/0001-48) é uma sociedade de propósito específico limitada, sediada na cidade de São Paulo, com o seguinte objeto social:

"Participação, direta ou indiretamente via fundos de investimento em participações, no capital social de sociedades empresárias organizadas sob a forma de Sociedade Anônima do Futebol – SAF, nos termos da Lei nº 14.193/2021, bem como, a realização de investimentos, aportes de capital e ou concessão de financiamentos destinados à implementação, desenvolvimento e exploração de atividades relacionadas ao futebol profissional e correlatas, incluindo, mas não se limitando, à gestão de direitos econômicos, contratuais, de imagem, de marketing e de propriedade intelectual vinculados às referidas sociedades".

02 – POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da **SPE FIORITO LTDA.** foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem:

- Os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC");
- As Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis as Sociedades Com Fins Lucrativos; e
- Lei das Sociedades por Ações.

2.2. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As informações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Não há mudanças nas operações da Empresa, itens não usuais, alteração de estimativas, mudança na composição da Empresa ou qualquer outro evento que requeira divulgação específica.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 14 de julho de 2026.

03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o princípio contábil da competência.

No período de 10/10/2025 a 31/12/2025 a empresa não apresentou atividade operacional.

b) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

A Empresa revisa estas premissas e estimativas por ocasião do levantamento das demonstrações financeiras.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais mil (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da empresa, exceto quando indicado de outra forma.

d) Ativos circulante e não circulante

- **Caixa e equivalentes de caixa**

  Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de alta liquidez, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, sejam iguais ou inferiores a 90 dias, ou seja, de alta liquidez, as quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

e) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. Não há registro de provisão nas demonstrações financeiras da Empresa.

f) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n°. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

g) Resultados abrangentes

A Empresa não possui resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a este resultado.

04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são constituídos conforme abaixo:

Caixa e equivalentes de caixa	2025
Caixa	1.000
Banco BTG	7.650
Total	**8.650**

O caixa e equivalentes de caixa são constituídos por numerários disponíveis em moeda corrente nacional e saldo em conta corrente bancária.

05 – EMPRÉSTIMOS A RECEBER

A composição dos empréstimos a receber em 31 de dezembro de 2025 era a seguinte:

Data	Valor da operação - R$	Carência	Juros	Prazo	1a. Parcela devida em:
10/11/2025	1.541.000	12 meses	2% a.m.	48 meses	10/06/2027
21/11/2025	1.028.000	12 meses	2% a.m.	48 meses	10/06/2027
25/11/2025	6.161.000	12 meses	2% a.m.	48 meses	10/06/2027
28/11/2025	2.613.000	12 meses	2% a.m.	48 meses	10/06/2027
28/11/2025	1.410.000	12 meses	2% a.m.	48 meses	10/06/2027
26/12/2025	720.000	12 meses	2% a.m.	48 meses	10/06/2027
Total	**13.473.000**				
Juros	319.397				
Valor total	**13.792.397**				

Os valores dos empréstimos de mútuo a receber foram concedidos a empresa Grená Participações SPE Ltda. que investirá os recursos na SAF Juventus Sociedade Anônima do Futebol.

Os tributos incidentes nas operações de mútuo (IOF e IRRF) constam nos contratos como de responsabilidade da mutuaria Grená Participações SPE Ltda.

06 – EMPRÉSTIMOS A PAGAR

A composição dos empréstimos a pagar em 31 de dezembro de 2025 era a seguinte:

Nota comercial	Valor da operação	Valor da operação - R$	Juros	Prazo	1a. Parcela devida em:
1a. Emissão	10/11/2025	1.541.000	2,50% a.m.	60 meses	10/06/2027
2a. Emissão	21/11/2025	1.028.000	2% a.m.	60 meses	24/12/2026
3a. Emissão	25/11/2025	6.161.000	2% a.m.	60 meses	28/12/2026
4a. Emissão	28/11/2025	2.613.000	2% a.m.	60 meses	28/12/2026
5a. Emissão	17/12/2025	1.410.000	2% a.m.	60 meses	18/01/2027
6a. Emissão	26/12/2025	720.000	2% a.m.	60 meses	26/01/2027
Total		**13.473.000**			
Juros		314.741			
Valor total		**13.787.741**			
Passivo circulante		209.067			
Passivo não circulante		13.578.674			

Os valores dos empréstimos a pagar foram obtidos por intermédio da emissão de notas comerciais junto ao NTZ Emporium Fundo de Investimento em Direitos Creditórios e NTZ Financiamentos Longo Prazo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

07 - CAPITAL SOCIAL

O capital social totalmente subscrito e integralizado pertencente a sócio único pessoa jurídica domiciliada no país, conforme demonstrado a seguir:

Sócios	R$
Fiorito Intermediações Ltda.	1.000
Total	**1.000**

O capital social da empresa estava representando por 1.000 quotas.

08 – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A Administração da empresa, suportada pela opinião de sua assessoria jurídica, avaliou a possibilidade de ocorrência de contingências passivas da seguinte forma:

a) Trabalhista

A Empresa não possui contingências passivas de natureza trabalhista na data das demonstrações contábeis.

b) Civil, comercial e outras

A Empresa não possui contingências passivas de natureza civil, comercial e outras na data das demonstrações contábeis.

c) Tributária

A Empresa não possui contingências passivas de natureza tributária, classificadas como risco provável e ou possível, na data das demonstrações.

De acordo com o CPC 25 que trata das Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes a contabilização das contingências segue as seguintes premissas:

- ✓ **Provável:** a assessoria jurídica julga com grau relevante de certeza que a empresa irá perder, tendo prejuízo financeiro e contabilização a ser realizada;

- ✓ **Possível:** a assessoria jurídica julga com mesmo grau de possibilidade a perda ou ganho por parte da empresa, ou seja, há grande incerteza não havendo contabilização a ser realizada;

- ✓ **Remota:** a assessoria jurídica julga com grau relevante de certeza o ganho por parte da empresa, não havendo contabilização a ser realizada.

As referidas premissas foram avaliadas e constam adequadamente nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

****

QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL

Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	**3**
Balanço patrimonial	**6**
Demonstração resultado do exercício	**7**
Demonstrações do resultado abrangente	**8**
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	**9**
Demonstração de fluxo de caixa	**10**
Notas explicativas da administração as demonstrações financeiras	**11**

Compliance Auditores Independentes
Av. C-11, nº. 626, Sala 04 - Qd. 100, Lt. 13
Setor Sudoeste - Cep. 74.305-030 - Goiânia – Goiás – Brasil
Telefone +55 (62) 3298-7030
www.complianceauditoria.com.br

1.1 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio social, das demonstrações e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Fomos contratados para a execução dos trabalhos de auditoria sobre as Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025, após a data de encerramento daquele exercício social. Desta forma, não pudemos acompanhar os procedimentos de inventário físico dos estoques naquela data. Por outro lado, executamos os demais procedimentos de auditoria em relação aos estoques de forma a certificar a fidedignidade de seus registros, os critérios de avaliação e realização ocorridas no período, na qual não existe ressalva.

Outros assuntos

A auditoria e exame das Demonstrações Contábeis e Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, não foi conduzida sob nossa responsabilidade, e sim pela Auditora Independente WALKÍRIA DA SILVA ALENCAR, inscrito no CRC-GO 11.601/O-6, que emitiu seu Relatório de Auditoria sem Ressalva em 26 de março de 2025.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas requeridas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a

fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia - GO, 02 de julho de 2026.

FELICIANO CELSO MACIEL:35583657120

Assinado de forma digital por FELICIANO CELSO MACIEL:35583657120
Dados: 2026.07.03 08:38:47 -03'00'

Feliciano Celso Maciel
AIPF Registro CVM nº 12.483
Contador CRC-GO nº 8.213/0

QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A

Balanços patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em Reais

Descrição	Notas	2025	2024
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.319.228	14.419.288
Clientes a receber	5	65.634.974	48.723.731
Outros créditos -	6	78.514.194	32.193.598
Estoques	7	46.306.246	43.052.363
		197.774.642	**138.388.980**
ATIVO NÃO-CIRCULANTE			
Clientes-duplicatas a receber	5	20.591.404	20.591.404
Contribuições sociais a recuperar	8	4.051.133	4.051.133
Investimentos	9	8.086.755	8.089.355
Ativo permanente - imobilizado técnico	10	88.671.595	55.279.186
		121.400.886	**88.011.077**
TOTAL DO ATIVO		**319.175.528**	**226.400.057**
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	11	40.894.851	57.555.464
Fornecedores	12	3.490.903	782.148
Obrigações tributárias	13	6.655.639	2.690.081
Obrigações trabalhista e previdenciária	14	6.212.930	9.975.124
Outras obrigações	15	14.004.954	11.425.651
		71.259.278	**82.428.468**
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	11	45.935.127	10.764.144
Parcelamentos de tributos federais	16	8.497.874	
Obrigações tributárias longo prazo.	13	8.145.398	8.145.398
Outras obrigações - diferido.	15	4.536.654	4.536.654
Contas pendentes	17	20.841.220	20.841.220
		87.956.273	**44.287.416**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19		
Capital social		81.882.890	61.000.006
Reserva legal		3.250.334	2.374.033
Lucros ou prejuízos acumulados		74.826.753	36.310.134
		159.959.977	**99.684.173**
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**319.175.528**	**226.400.057**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Goiânia, 31 de dezembro de 2025.

MARCELO PASSOS MARTINS:76535509168 Assinado de forma digital por MARCELO PASSOS MARTINS:76535509168 Dados: 2026.07.06 10:37:27 -03'00'

MARCELO PASSOS MARTINS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 765.355.091-68

MAURO ANTONIO PEREIRA DA SILVA:13514881120 Assinado de forma digital por MAURO ANTONIO PEREIRA DA SILVA:13514881120 Dados: 2026.07.06 10:41:58 -03'00'

MAURO ANTONIO PEREIRA DA SILVA
CONTADOR
Reg. no CRC - GO sob o No. 007159
CPF: 135.148.811-20

QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em Reais

Descrição	Notas	2025	2024
Receita Líquida	**20**	**454.813.007**	**244.850.136**
Custo Serviços vendidos	21	(350.951.451)	(207.056.936)
Lucro Bruto		**103.861.556**	**37.793.200**
Despesas/receitas operacionais e não operacionais			
Despesas Administrativas	22	(27.263.251)	(7.684.172)
Despesas Tributarias	23	(1.528.455)	(913.221)
Outras Despesas Operacionais	24	(2.977.697)	(2.540.144)
Outras Receitas Operacionais	25	20.655.056	2.770.251
Receitas Não Operacionais	26	29.904	235.000
		(11.084.443)	**(8.132.285)**
Resultado financeiro	**27**		
Despesas Financeiras		(20.663.466)	(3.178.918)
Receitas Financeiras		292.535	36.215
		(20.370.931)	**(3.142.703)**
Resultado Antes do IR		**72.406.182**	**26.518.212**
Imposto de renda e contribuição social	28	(9.886.892)	(8.992.192)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**62.519.290**	**17.526.020**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Goiânia, 31 de dezembro de 2025.

MARCELO PASSOS MARTINS:76535509168 Assinado de forma digital por MARCELO PASSOS MARTINS:76535509168 Dados: 2026.07.06 10:37:44 -03'00'

MARCELO PASSOS MARTINS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 765.355.091-68

MAURO ANTONIO PEREIRA DA SILVA:13514881120 Assinado de forma digital por MAURO ANTONIO PEREIRA DA SILVA:13514881120 Dados: 2026.07.06 10:41:39 -03'00'

MAURO ANTONIO PEREIRA DA SILVA
CONTADOR
Reg. no CRC - GO sob o No. 007159
CPF: 135.148.811-20

QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A
Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em Reais

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	62.519.290	17.526.020
Total do resultado abrangente	**62.519.290**	**17.526.020**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Goiânia, 31 de dezembro de 2025.

MARCELO PASSOS MARTINS:76535509168 Assinado de forma digital por MARCELO PASSOS MARTINS:76535509168 Dados: 2026.07.06 10:38:03 -03'00'

MARCELO PASSOS MARTINS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 765.355.091-68

MAURO ANTONIO PEREIRA DA SILVA:13514881120 Assinado de forma digital por MAURO ANTONIO PEREIRA DA SILVA:13514881120 Dados: 2026.07.06 10:41:20 -03'00'

MAURO ANTONIO PEREIRA DA SILVA
CONTADOR
Reg. no CRC - GO sob o No. 007159
CPF: 135.148.811-20

QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em Reais

Descrição	Nota	Capital Social	Reservas Legal	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**61.000.006**	**2.374.033**	**36.310.134**	**99.684.173**
Resultado líquido do exercício				62.519.290	**62.519.290**
Reserva legal			876.301		**876.301**
(-) Distribuição de dividendos				(24.002.671)	**(24.002.671)**
Aumento/(Redução) de Capital		20.882.885			**20.882.885**
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**81.882.891**	**3.250.334**	**74.826.753**	**159.959.978**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Goiânia, 31 de dezembro de 2025.

MARCELO PASSOS MARTINS:76535509168 Assinado de forma digital por MARCELO PASSOS MARTINS:76535509168 Dados: 2026.07.06 10:38:19 -03'00'

MARCELO PASSOS MARTINS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 765.355.091-68

MAURO ANTONIO PEREIRA DA SILVA:13514881120 Assinado de forma digital por MAURO ANTONIO PEREIRA DA SILVA:13514881120 Dados: 2026.07.06 10:40:59 -03'00'

MAURO ANTONIO PEREIRA DA SILVA
CONTADOR
Reg. no CRC - GO sob o No. 007159
CPF: 135.148.811-20

QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Método indireto
Em Reais

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício	62.519.290	17.526.020
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	10.104.513	8.035.494
Ajustes de exercícios anteriores		17.187.842
	72.623.803	**42.749.356**
Decréscimo/ (acréscimo) em ativos operacionais		
Clientes a receber	(16.911.243)	(17.952.776)
Outros créditos	(46.320.595)	(3.230.930)
Estoques	(3.253.883)	(26.791.801)
Impostos a recuperar		4.631.898
Acréscimo/ (decréscimo) em passivos operacionais		
Fornecedores	2.708.754	174.966
Adiantamento de clientes		
Obrigações tributárias e trabalhistas	203.365	(7.070.929)
outras obrigações	2.579.303	4.969.982
Parcelamentos tributários	8.497.874	
Caixa líquido das atividades operacionais	**20.127.379**	**(2.520.234)**
Das atividades de investimento		
Aquisições de ativo imobilizado	(43.496.922)	(25.356.915)
Aumento de Capital		
Redução de Capital		
Redução (aumento) de investimentos	2.600	(1.738.900)
Dividendos antecipados		
Caixa líquido oriundo das aplicações nas atividades de investimentos	**(43.494.322)**	**(27.095.815)**
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamentos		
Empréstimos e Financiamentos	18.510.370	33.107.790
(-) Distribuição de dividendos	(24.002.671)	(8.000)
Reserva legal	876.301	
Integralização de capital	20.882.885	
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**16.266.885**	**33.099.790**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(7.100.059)**	**3.483.741**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	14.419.288	10.935.547
No final do exercício	7.319.228	14.419.288
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(7.100.059)**	**3.483.741**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Goiânia, 31 de dezembro de 2025.

MARCELO PASSOS MARTINS:76535509168 Assinado de forma digital por MARCELO PASSOS MARTINS:76535509168 Dados: 2026.07.06 10:38:36 -03'00'

MARCELO PASSOS MARTINS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 765.355.091-68

MAURO ANTONIO PEREIRA DA SILVA:13514881120 Assinado de forma digital por MAURO ANTONIO PEREIRA DA SILVA:13514881120 Dados: 2026.07.06 10:40:37 -03'00'

MAURO ANTONIO PEREIRA DA SILVA
CONTADOR
Reg. no CRC - GO sob o No. 007159
CPF: 135.148.811-20

QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025
(em reais)

1. Informações gerais

A Quebec Construções e Tecnologia Ambiental S/A, é uma sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPF(MF) sob o nº 26.921.551/0001-81, iniciou suas atividades no ano de 1991, tendo como objetivos sociais a prestação de serviços de elaboração e execução de projetos de eletricidade, consultoria técnica em geral, serviços na área de telecomunicações em geral e elaboração e execução de projetos de tecnologia ambiental, a prestação de serviços de asseio, conservação, limpeza, higienização, manutenção em geral, coleta e transporte de lixo, além de projetos de engenharia, locação de mão-de-obra e outros. Possui sede social na Av. Olinda, Quadra H-4, Lotes 01/03, nº 960, 23º andar, salas 2303/2307, Edifício Torre Comercial I, Loteamento Park Lozandes, Goiânia (Go) e CEP 74884-120

2. Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração aprovou a conclusão das demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2025. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e divulgadas de acordo com o CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como Instrumentos financeiros, os com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos, os quais são mensurados pelo valor justo. Moeda funcional e moeda de apresentação.

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de

ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui processos contingentes que necessitem ser provisionadas e/ou divulgadas nas demonstrações contábeis.

d) Gestão do capital

Os objetivos da QUEBEC ao administrar seus capitais são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital próprio da Companhia, a administração pode, ou propõe rever a política de pagamento de dividendos, devolverem capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras Companhias do setor, a QUEBEC monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	2025	2024
Total dos empréstimos	86.829.978	68.319.608
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(7.319.228)	(14.419.288)
Dívida (créditos) líquidos	**79.510.750**	**53.900.321**
Total do patrimônio líquido	**159.959.977**	**39.481.033**
Total do capital	**239.470.727**	**93.381.354**
Índice de alavancagem financeira-%	**33%**	**58%**

3. Principais das principais práticas contábeis adotadas

3.1. Instrumentos financeiros

Ativo financeiro

a) Classificação ativo financeiro

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (I) custo amortizado (CA); (II) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”); ou (III) valor justo por meio do resultado (“VJR”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

(i) O ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e

(ii) Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

(i) O ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e

(ii) Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

c) Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

(i) Dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador;

(ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal;

(iii) Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e

(iv) Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando:

(i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e

(ii) A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse" e:

(a) A Companhia e transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou

(b) A Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

Passivos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

c) Desconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

3.2. Caixas e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujo vencimento seja de até 90 dias da data da aplicação, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço que não supera o valor de mercado.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado.

3.3. Conta a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda no curso normal das atividades da QUEBEC se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo. A provisão para perdas sobre os créditos é constituída, quando aplicável, em montante considerado suficiente pela administração para os créditos com recuperação considerada duvidosa, com base individual de cada cliente com parcelas em atraso.

3.4. Fornecedores de energia

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

3.5. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da QUEBEC são representados por "caixa e equivalentes de caixa", "Clientes a receber", "Outros créditos", "Fornecedores", "Outras contas a pagar", "Impostos a recuperar" e "Empréstimos e financiamentos". Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do período.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela QUEBEC são: caixa e equivalentes de caixa e clientes a Receber.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela QUEBEC são: fornecedores a pagar, pessoal a pagar, obrigações tributárias e empréstimos e financiamentos a pagar.

Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera:

(i) Preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes;

(ii) Margem de risco no fornecimento; e

(iii) Preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data base.

3.8. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa

futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

3.9. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro excedente de R$ 240.000 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido corrente. O imposto corrente é reconhecido no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de Imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, desde que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

3.10. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotas no Brasil.

3.11. Reconhecimento da Receita

a) Venda de serviços

O reconhecimento das receitas ocorre de acordo com CPC 47 – Receitas de Contratos com Clientes prevê o reconhecimento tendo como referência o progresso em relação aos bens ou serviços que a entidade prometeu transferir ao cliente, denominada de (*Satisfação de Obrigação de performance*).

Satisfação de Obrigação de Performance – CPC 47

A entidade deve reconhecer receitas quando (ou à medida que) a entidade satisfizer à obrigação de performance ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo.

Obrigação de performance: promessa em contrato com cliente para transferência ao cliente de:

I. Bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto;

II. Série de bens ou serviços distintos que sejam praticamente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

b) Receita Financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

3.12 Normas e interpretações novas e revisadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não adotadas até 31 de dezembro de 2025. A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa geral	72.289	62.069
Bancos conta movimento	2.568.575	9.230.373
Aplicações financeiras liquidez imediata	4.678.365	4.182.291
Administradoras contas a pagar		944.555
	7.319.228	**14.419.288**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Clientes a receber

As contas de clientes nada nada foi provisionado para perdas eventuais por não haver expectativas de perdas.

ATIVO CIRCULANTE	**2025**	**2024**
Duplicatas a receber	64.273.122	47.678.436
Créditos vencidos e não liquidados	1.361.851	1.045.295
	65.634.974	**48.723.731**

ATIVO NÃO CIRCULANTE	**2025**	**2024**
Clientes-duplicatas a receber	20.591.404	20.591.404
Contribuições sociais a recuperar	4.051.133	4.051.133
	24.642.537	**24.642.537**

6. Outros créditos

	2025	2024
Crédito - reserva com terceiros.	24.861.319	9.463.748
Créditos a realizar - remessas de numerários.	9.269.938	2.975.323
Investimentos e despesas futuras	10.947.176	2.026.382
Outros adiantamentos	1.257.320	2.055.783
Adiantamentos a fornecedores	165.921	165.921
Tributos a recuperar/compensar	8.535.590	7.608.698
Conta corrente consorcios	23.476.931	7.897.744
	78.514.194	**32.193.598**

7. Estoques

Os Estoques, quanto as quantidades físicas e financeiras dos itens constantes em estoque, são determinadas pelas movimentações registrada no sistema de estoques e aferidas por levantamento físico(inventário)realizado por ocasião do encerramento das demonstrações contábeis. Apresenta um saldo de R$ 46.306.246, em 31 de dezembro de 2025.

	2025	2024
Mercadorias, produtos e insumos	46.306.246	40.736.603
Almoxarifado		2.315.760
	46.306.246	**43.052.363**

8. Contribuições sociais a recuperar

	2025	2024
Contribuições sociais a recuperar	4.051.133	4.051.133

9. Investimentos

Os investimentos são compostos da participação societária em outras empresas, está relacionada ao valor que a Quebec contribuiu para a formação do capital social de outras empresas:

	2025	2024
Sicoob	4.210	3.810
Brasil railay company	14.000	14.000
Eletrobrás	6.330.045	6.330.045
Ipanema empreendimentos imobiliários		3.000
Spe aviation ltda.	1.738.000	1.738.000
Qc saneamento spe ltda.	500	500
	8.086.755	**8.089.355**

10. Ativo imobilizado técnico

Composição

	2025	2024
Imóveis	17.316.850	13.208.742
Móveis e utensílios	8.129.685	2.378.173
Máquinas, equipamentos e ferramentas	50.289.013	40.850.675
Veículos	43.860.080	19.661.115
(-) Depreciações, amort. E exaus. Acumul	30.924.032	20.819.519
	88.671.595	**55.279.186**

Movimentação

	Saldo líquido em 2024	Aquisições	Depreciações	Saldo líquido em 2025
Imóveis	12.942.909	4.108.108	(290.000)	16.761.017
Móveis e utensílios	1.650.112	5.751.512	(171.349)	7.230.274
Máquinas, equipamentos e ferramentas	26.508.259	9.438.337	(4.818.360)	31.128.236
Veículos	14.177.907	24.198.965	(4.824.804)	33.552.068
	55.279.186	**43.496.922**	**(10.104.513)**	**88.671.595**

11. Empréstimos e financiamentos

As contas de Empréstimos e Financiamentos registram as obrigações da empresa junto a instituições financeiras, cujos recursos são destinados para financiar imobilizações ou para capital de giro, apresenta um saldo em 31 de dezembro de R$ 86.829.978 (R$ 57.555.464 em 2024 .

PASSIVO CIRCULANTE	**2025**	**2024**
Empréstimos	26.705.852	17.981.459
Contas garantidas	4.129.630	11.836.959
Financiamentos	10.059.369	27.749.067
Adiantamentos sobre contratos		12.020
	40.894.851	**57.555.464**

PASSIVO NÃO CIRULANTE	**2025**	**2024**
Empréstimos e financiamentos	**45.935.127**	**10.764.144**

12. Fornecedores

	2025	**2024**
Fornecedores	3.490.903	782.148

13. Obrigações tributárias

PASSIVO CIRCULANTE	**2025**	**2024**
Impostos e contribuições a recolher	6.653.307	2.251.558
Parcelamentos de impostos federais	2.332	438.523
	6.655.639	**2.690.081**

PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**2025**	**2024**
Obrigações tributárias longo prazo.	8.145.398	8.145.398

14. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

PASSIVO CIRCULANTE	**2025**	**2024**
Obrigações com o pessoal	4.316.980	4.036.359
Obrigações sociais	1.884.205	3.350.698
Provisões		857.846
Parcelamentos de encargos sociais.	11.745	1.730.221
	6.212.930	**9.975.124**

15. Outras obrigações a pagar

PASSIVO CIRCULANTE	2025	2024
Outras obrig.a pagar- mtz	14.004.954	11.425.651

PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2025	2024
Outras obrigações – diferido (a)	4.536.654	4.536.654

(a) Serviços prestados à Prefeitura *sub-júdice*.

16. Parcelamentos de tributos federais

PASSIVO NÃO CRICULANTE	2025	2024
Parcelamentos de encargos sociais	3.836.718	
Parcelamentos de tributos federais	4.661.156	
	8.497.874	

17. Contas pendentes

	2025	2024
Contas pendentes	20.841.220	20.841.220

Proveniente de serviços prestados à Prefeitura *sub-júdice*

18. Contingências aguardando reporte dos advogados

Companhia no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciário, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui processos contingentes que necessitem ser provisionadas e/ou divulgadas nas demonstrações contábeis.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social aguardando composição societária pelo Mauro

Em 31 de dezembro de 2025, o capital subscrito da Companhia é de R$ 81.882.890 (oitenta e um milhões oitocentos e oitenta e dois mil oitocentos e noventa reais), divididos em 10.990.992 (dez milhões novecentos e noventa mil e novecentos e noventa e dois) de quotas, demonstrada entre sócios da seguinte forma:

	Quotas	Valor (R$)	Percentual (%)
Marcelo Passos Marins	10.980.992	81.808.390	99,91%
Tamara Marya Alves Marques	10.000	10.000	0,09%
	10.990.992	**81.882.890**	**100%**

b) Dividendos e lucros

A proposta de dividendos sujeita à reunião de sócios, que poderão determinar a distribuição de eventuais lucros ou prejuízos aos sócios. Os lucros poderão ser transferidos para reservas destinadas ao posterior aumento de capital, também segundo determinação dos sócios em reunião. Os sócios poderão, ainda, deliberar sobre o levantamento de balanços intermediários para fins de distribuição de resultados em períodos distintos do exercício social. Os lucros apurados, seja no exercício social ou nos balanços intermediários, poderão ser distribuídos de forma desproporcional à participação de cada sócio no capital social.

20. Receita operacional líquida

	2025	2024
Receita Operacional	**523.968.021**	**282.047.415**
Venda de serviços prestados- matriz	308.722.777	282.047.415
Receita de serviço - consorcio uberaba	15.311.762	
Receita consorcio limpa gyn	137.929.871	
Receita operacional consorcio sq contagem ambiental	5.288.429	
Receita bruta consorcio sq aparecida sustentável	27.595.706	
Serviços prestados a faturar	20.940.900	
Contratos a faturar - consórcio sq aparecida sustentável	6.530.582	
Contratos a faturar - consórcio uberaba	1.647.993	
Deduções	**(69.155.014)**	**(37.197.280)**
(-) Devolução de venda de mercadorias	(6.419.536)	(182.751)
(-) Iss- matriz	(13.055.465)	(10.994.587)
(-) Pis- matriz	(5.093.931)	(4.641.395)
(-) Cofins- matriz	(23.462.954)	(21.378.547)
(-) Imposto sobre vendas de serviço consorcio uberaba	(464.312)	
(-) Impostos s vendas consorcio limpa gyn	(19.696.954)	
(-) Imposto s venda serviço consorcio sq contagem ambiental	(211.537)	
(-) Impostos s vendas consorcio sq aparecida	(750.326)	
Receita Líquida	**454.813.007**	**244.850.136**

21. Custo dos serviços vendidos

	2025	2024
Material aplicado no servico	(60.223.459)	(55.150.671)
Material aplicado no servico em andamento	(38.197.646)	
Custo de servico vendido consorcio uberaba	(3.563.800)	
Custo serviço vendidos consorcio limpa gyn	(98.190.193)	
Custo dos servicos consorcio sq contagem ambiental	(2.239.907)	
Custo dos serviços consorcio sq aparecida sustentavel	(5.302.766)	
Prestacao serviço aplicado no csv	(10.823.810)	
Material de consumo no serviços pd		(134.131)
Salários e ordenados	(33.193.729)	(52.630.373)
13º SALÁRIO	(4.022.458)	

	2025	2024
Férias	(17.742.475)	(1.123.678)
Inss	(16.364.562)	(1.471.099)
Fgts	(5.761.908)	(13.180.430)
Rescisão de contrato/ acertos trabalhistas	(819.158)	(4.541.673)
Grrf-guia recolh rescisorio- fgts	(419.627)	(54.129)
Grrf-guia recolh rescisorio- fgts		(233.561)
diárias e ajuda de custo		(3.832)
Indenização trabalhista/processo judicial	(7.089.913)	(697.747)
Alimentação, refeições e outras	(9.398.948)	(8.437.985)
Vale transporte	(396.101)	
manutenção: equipamentos, maquinários e outros		(192.988)
Locação veículos, máquinas e equipamentos.	(19.657.073)	(15.517.126)
Aluguel de imóveis	(65.155)	(10.829)
Depreciação - custo/despesa	(10.104.513)	(7.379.005)
Combustível/lubrificantes.	(7.983.735)	(6.338.129)
Outros custo de serviços vendidos	(14.659.830)	
(-) Pis s/ compras	3860720	3387511
(-) Cofins s/ compras	18089913	16907982
Serviços prestados pj operacional	(163.351)	
Custo com transportes de insumos	(868.435)	
Vale transporte/alimentação empregados adm	(40.728)	(1.605.066)
Comissões	(1.215)	(18.825)
Serviços prestados por terceiros - pj. Adm.	(5.607.590)	(58.631.152)
	(350.951.451)	**(207.056.936)**

22. Despesas administrativas

	2025	2024
Fgts		(692.609,95)
Contribuições a sindicatos		(100.650,19)
Aluguéis		(299.072,30)
TELEFONE, INFORMÁTICA e CERT.DIGITAL.		(173.748,03)
Despesas com condominio		(86.654,62)
Salários e ordenados		(53.344,90)
Pró-labore	(56.930,91)	(348,60)
Inss		(3.250.144,31)
Rescisoes		(269.308,34)
Diárias e ajuda de custo		(10.212,20)
Despesas médicas, plano saúde e correlatos		(2.888,36)
Aluguéis	(6.371,32)	
telefone, informática e cert.digital.	(22.316,25)	
Despesas com condominio	(212.750,10)	
Despesas operacionais consorcio uberaba	(9.452.690,94)	
Despesas operacionais consorcio limpa gyn	(3.925.218,39)	
Despesas operacionais consorcio sq contagem ambiental	(2.273.580,24)	
Despesas operacionais consorcio sq aparecida sustentavel	(9.429.368,53)	
Honorarios advocaticios	(249.058,68)	
Assistência médica e social	(35.050,27)	
Despesas médicas, plano saúde e correlatos	(95.705,86)	
aluguéis: imóveis e outros - pf	(117.542,47)	(1.576.501,91)
Taxas e contribuições avulsas.	(595.914,15)	(112.376,76)
Energia elétrica	(146.633,66)	(212.164,67)
Água e esgoto	(42.332,68)	(47.991,45)
Telefone e internet	(421.561,52)	(80.757,63)
Correio e mensagens telegráficas	(1.648,36)	(680,37)
Seguros	(64.567,52)	(474.843,46)
Material de escritório	(10.546,25)	(2.384,86)
material: higiene/ limpeza e conservação	(7.582,80)	(373,95)
Programas informática.	(8.946,03)	(65.262,26)
Despesas legais e judiciais e cartorios	(31.852,68)	(23.559,80)

	2025	2024
Multa de trânsito	(1.334,75)	(5.470,19)
Cursos e treinamentos	(5.076,00)	(11.951,56)
Despesas com pedagios e estacionamentos	(48.670,21)	(130.871,16)
	(27.263.251)	**(7.684.172)**

23. Despesas tributárias

	2025	2024
Outras taxas		(200.413)
Iptu	(1.780,37)	(86.076,64)
Ipva	(270.486,97)	(31.841,64)
Taxas judiciais, processos e cartórios	(52.988,04)	(24.744,32)
Iss outros municípios		(6.256,92)
Multas fiscais	(9.805,38)	(37.691,32)
Iof - imposto s operacao financeira	(1.066.826,06)	(55.550,03)
Iof - imposto op. Financeiras	(126.568,09)	(470.646,87)
	(1.528.455)	**(913.221)**

24. Outras despesas operacionais

	2025	2024
propaganda, publicidade e patrocínio.		(19.400,00)
Fretes e carretos	(215.788,72)	(183.511,79)
manutenção de veículos, máquinas e equipamentos.		(3.837,50)
Hospedagem/viagem e ajuda de custo	(15.125,98)	(272.014,38)
Lanches e refeições		(15.112,56)
Manutenção e reparo, veículos e outros		(118.568,01)
Depreciações e amortizações		(1.755,82)
Seguros	(26.551,64)	(21.559,46)
Material de uso consumo	(2.687.148,41)	(1.902.419,42)
Despesas diversas		(1.964,89)
outras despesas consorcio sq aparecida sustentável	(33.082,73)	
	(2.977.697)	**(2.540.144)**

25. Outras receitas operacionais

	2025	2024
Outras receitas acessórias	19.001.057	
Despesas recuperadas	1.584.326	2.770.251
Outras receitas operacionais cons limpa gyn	50.988	
Outras receita operacionais consorcio sq cont ambiental	1.746	
Vendas de sucatas	16.939	
	20.655.056	**2.770.251**

26. Receitas não operacionais

	2025	2024
Brindes e bonificações		235.000
Outras receitas operacionais consorcio sq cont ambiental	29.904	

27. Resultado financeiro líquido

	2025	2024
Receitas financeiras		
Juros de aplicações financeiras	292.319,07	12.480,55
Juros ativos (outros)		71,70
Descontos financeiros obtidos	216,00	23.662,71
	292.535,07	**36.214,96**
Despesas financeiras		
Juros passivos	(1.588.498)	(181.011)
Juros s/ financiamentos	(739.425)	(2.511.959)
Juros de mora	(7.990)	
Despesas bancárias	(562.612)	(171.233)
Juros sobre empréstimos	(8.801.137)	(300.147)
Juros s/ parcelamentos - i.federais.	(4.794.080)	(821)
Juros s/ parcelamentos - c.previdenciárias		(13.746)
Despesas financeiras consorcio uberaba	(209.721)	
Despesas financeiras consorcio sq contagem	(85.868)	
Despesas financeiras consórcio limpa gyn	(2.555.116)	
Despesas financeiras consorcio sq aparecida sustentavel	(1.319.019)	
	(20.663.466)	**(3.178.918)**

28. Imposto de Renda e Contribuição social corrente

a) Imposto de Renda e Contribuição Social corrente

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social em 31 de dezembro de 2025, foi constituída com base nas alíquotas vigentes e nos lucros tributáveis ajustados pela legislação específica. A alíquota do Imposto de Renda é de 15% com um adicional de 10% sobre o lucro tributável trimestral que exceder R$ 60.000,00. A Contribuição Social é calculada sobre o lucro ajustado na forma legal, à alíquota de 9%.

	2025	2024
Imposto de renda	(7.394.332)	(6.605.553)
Contribuição social	(2.670.600)	(2.386.639)
Incentivos fiscais	178.040	
	(9.886.892)	**(8.992.192)**

29. Instrumentos financeiros

a) Gerenciamento de riscos:

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. A forma de identificação e condução desses riscos é de suma importância para obtenção de lucratividade. Os riscos mais significativos são:

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de seus ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com suas obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia mantém

níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com suas obrigações presentes e futuras, e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da QUEBEC, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados.

Risco de liquidez

	Menos de um ano	**Acima de um ano**
Em 31 de dezembro de 2025		
Empréstimos e financiamentos	40.894.851	45.935.127
Fornecedores	3.490.903	
Contas pendentes		20.841.220
Outras obrigações - Diferido		4.536.654
Garantias financeiras (a)	7.319.228	
	Menos de um ano	**Acima de um ano**
Em 31 de dezembro de 2024		
Empréstimos e financiamentos	57.555.464	10.764.144
Fornecedores	782.14	
Contas pendentes		20.841.220
Outras obrigações		4.536.654
Garantias financeiras **(i)**	14.419.288	

(i) As garantias financeiras representam garantias de passivos e são os valores máximos (representadas por caixa e equivalentes de caixa). Não é esperada nenhuma perda com essas garantias.

c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de créditos a clientes.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia realiza operações em instituições de baixo risco (bancos de primeira linha) avaliadas por agências independentes de *rating*.

d) Risco Operacional

Os contratantes dos serviços e produtos da QUEBEC sofrem influências das políticas de governo, desempenho da economia do setor. A influência destas variáveis, no desempenho das contratantes, pode trazer impactos negativos nos futuros resultados operacionais da Empresa.

e) Risco de Câmbio

O risco de câmbio decorre das vendas a clientes no exterior para recebimento posterior, a QUEBEC não reconhece os efeitos da variação cambial em função de não operar com vendas para o exterior.

Goiânia, 31 de dezembro de 2025.

MARCELO PASSOS MARTINS:76535509168
Assinado de forma digital por MARCELO PASSOS MARTINS:76535509168
Dados: 2026.07.06 10:39:20 -03'00'

MARCELO PASSOS MARTINS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 765.355.091-68

MAURO ANTONIO PEREIRA DA SILVA:13514881120
Assinado de forma digital por MAURO ANTONIO PEREIRA DA SILVA:13514881120
Dados: 2026.07.06 10:39:42 -03'00'

MAURO ANTONIO PEREIRA DA SILVA
CONTADOR
Reg. no CRC - GO sob o No. 007159
CPF: 135.148.811-20

****

SÊNIOR
Auditores e Consultores

NETZ SECURITIZADORA DE CRÉDITOS LTDA.
CNPJ: 61.833.005/0001-90

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Copyright ©2016. Sênior Auditores e Consultores. Todos os direitos reservados.

SÊNIOR
Auditores e Consultores

Maringá – PR, 19 de junho de 2026.

Aos
Diretores da
NETZ SECURITIZADORA DE CRÉDITOS LTDA.
CNPJ: 61.833.005/0001-90
São Paulo – SP

Prezados Senhores,

Encaminhamos, por intermédio da presente, para apreciação e análise de Vs. Sas., **Relatório dos Auditores Independentes,** sobre as demonstrações financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2025.

Colocamo-nos à disposição de Vs. Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Atenciosamente,

AGNALDO APARECIDO DE SOUZA:91124867953
Assinado de forma digital por AGNALDO APARECIDO DE SOUZA:91124867953
Dados: 2026.06.23 21:55:12 -03'00'

AGNALDO APARECIDO DE SOUZA
Contador Responsável – CRC-PR 038047/O-0
SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S.
CRC-PR 004940/O-6

SÊNIOR
Auditores e Consultores

NETZ SECURITIZADORA DE CRÉDITOS LTDA.
CNPJ: 61.833.005/0001-90

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis, 4 a 7

Balanço patrimonial, 8

Demonstração do resultado do exercício, 9

Demonstração das mutações do patrimônio líquido, 10

Demonstração dos fluxos de caixas (método indireto), 11

Notas explicativas às demonstrações contábeis, 12 a 16

SÊNIOR
Auditores e Consultores

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores da
NETZ SECURITIZADORA DE CRÉDITOS LTDA.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **NETZ SECURITIZADORA DE CRÉDITOS LTDA.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **NETZ SECURITIZADORA DE CRÉDITOS LTDA.** em 31 de dezembro de 2025, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Integralização de capital social

Em 31 de dezembro de 2025 consta registrado no balanço patrimonial da Companhia o valor de R$ 50.000 integralizado como caixa geral, porém, conforme nota explicativa nº 07, que trata dos eventos subsequentes, referido valor foi integralizado pelos acionistas da Companhia em 26 de maio de 2026 junto a Vortx DTVM Ltda.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Ênfase

Eventos subsequentes

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 07 – Eventos Subsequentes, constando a alteração em 05 de janeiro de 2026 do tipo societário da Sociedade, passando de sociedade empresária limitada para sociedade por ações, nos termos da Lei nº 6.404/76, sendo a nova razão social **NETZ SECURITIZADORA S.A.**

Na referida nota explicativa 07 consta também a informação sobre a integralização do capital social da Companhia realizado em 26 de maio de 2026 pelos acionistas com crédito no valor total de R$ 50.000 na Vortx DTVM Ltda.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outros assuntos – Demonstrações contábeis do exercício anterior

As demonstrações financeiras da Companhia são do período de 16/07/2025 (data de constituição da Companhia) a 31/12/2025, portanto, não são apresentadas de forma comparativa.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a não ser que a administração pretenda

liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais do exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Maringá – PR, 19 de junho de 2026.

AGNALDO APARECIDO DE SOUZA:91124867953

Assinado de forma digital por AGNALDO APARECIDO DE SOUZA:91124867953
Dados: 2026.06.23 21:55:35 -03'00'

AGNALDO APARECIDO DE SOUZA
Contador Responsável – CRC-PR 038047/O-0
SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S.
CRC-PR 004940/O-6

NETZ Securitizadora de Créditos Ltda.
Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro
(Em reais)

Ativo	Nota	2025	Passivo	Nota	2025
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	50.000			
Total do ativo circulante		**50.000**			
			Patrimônio líquido		
			Capital social	5	50.000
			Total do patrimônio líquido		**50.000**
Total do ativo		**50.000**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**50.000**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NETZ Securitizadora de Créditos Ltda.
Demonstração do Resultado do Exercício
Em 31 de dezembro
(Em reais)

	2025
Receita operacional líquida	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras liquidas e impostos	-
Lucro líquido do exercício	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NETZ Securitizadora de Créditos Ltda.
Demonstração das Mutações do Património Líquido
Em 31 de dezembro
(Em reais mil)

Descrição	Capital Social	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
Integralização de capital social	50.000	-	**50.000**
Saldo em 31/12/2025	**50.000**	**-**	**50.000**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NETZ Securitizadora de Créditos Ltda.
Demonstração dos Fluxos de Caixas
(Método Indireto)
Em 31 de dezembro
(Em reais mil)

	2025
Lucro líquido do exercício	**-**
Fluxos de caixas das atividades de financiamentos	
Integralização de capital social	50.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	**50.000**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**50.000**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**-**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	**50.000**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A **Netz Securitizadora** (CNPJ 61.833.005/0001-90) é uma sociedade anônima fechada sediada na cidade de São Paulo, especializada em securitização de créditos. Constituída em 16 de julho de 2025, a empresa opera em sinergia com o grupo econômico e está associada à **Netz Asset**, uma gestora de patrimônio e recursos focada na estruturação e gestão de soluções financeiras.

Perfil e Estrutura do Grupo

- **Netz Asset:** Atua como a gestora de investimentos (Wealth e Asset Management), focada em inteligência de dados, governança e alocação de recursos. Possui autorregulação reconhecida pela **ANBIMA**;
- **Netz Securitizadora:** Braço financeiro focado na conversão de direitos creditícios em valores mobiliários (títulos negociáveis no mercado);
- **Localização:** Ambas operam no mesmo complexo comercial na Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 1376, Cidade Monções em São Paulo (SP).

02 – POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da **NETZ SECURITIZADORA DE CRÉDITOS LTDA.** foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem:

- Os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”);
- As Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis as Sociedades Com Fins Lucrativos; e
- Lei das Sociedades por Ações.

2.2. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As informações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Não há mudanças nas operações da Empresa, itens não usuais, alteração de estimativas, mudança na composição da Empresa ou qualquer outro evento que requeira divulgação específica.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 19 de junho de 2026.

03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o princípio contábil da competência.

No período de 16/07/2025 a 31/12/2025 a Companhia não apresentou atividade operacional.

b) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

A Empresa revisa estas premissas e estimativas por ocasião do levantamento das demonstrações financeiras.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais mil (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da empresa, exceto quando indicado de outra forma.

d) Ativos circulante e não circulante

- **Caixa e equivalentes de caixa**

  Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de alta liquidez, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, sejam iguais ou inferiores a 90 dias, ou seja, de alta liquidez, as quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

e) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. Não há registro de provisão nas demonstrações financeiras da Companhia.

f) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n°. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

g) Resultados abrangentes

A Empresa não possui resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a este resultado.

04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são constituídos conforme abaixo:

Caixa e equivalentes de caixa	2025
Caixa geral	50.000
Total	**50.000**

O caixa e equivalentes de caixa são constituídos por numerários disponíveis em moeda corrente nacional.

05 - CAPITAL SOCIAL

O capital social totalmente subscrito e integralizado pertencentes a sócios pessoas jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado a seguir:

Sócios	R$	%
NETZ Holding Ltda.	49.999	99,99%
NETZ Partners Ltda.	1	0,01%
Total	**50.000**	**100,00%**

O capital social da Companhia estava representando por 50.000 quotas.

06 – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A Administração da empresa, suportada pela opinião de sua assessoria jurídica, avaliou a possibilidade de ocorrência de contingências passivas da seguinte forma:

a) Trabalhista

A Empresa não possui contingências passivas de natureza tributária na data das demonstrações contábeis.

b) Civil, comercial e outras

A Empresa não possui contingências passivas de natureza civil, comercial e outras na data das demonstrações contábeis.

c) Tributária

A Empresa não possui contingências passivas de natureza tributária, classificadas como risco provável e ou possível, na data das demonstrações.

De acordo com o CPC 25 que trata das Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes a contabilização das contingências segue as seguintes premissas:

- ✓ **Provável:** a assessoria jurídica julga com grau relevante de certeza que a empresa irá perder, tendo prejuízo financeiro e contabilização a ser realizada;

- ✓ **Possível:** a assessoria jurídica julga com mesmo grau de possibilidade a perda ou ganho por parte da empresa, ou seja, há grande incerteza não havendo contabilização a ser realizada;

- ✓ **Remota:** a assessoria jurídica julga com grau relevante de certeza o ganho por parte da empresa, não havendo contabilização a ser realizada.

As referidas premissas foram avaliadas e constam adequadamente nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

07 – EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Alteração do tipo societário

Em 05 de janeiro de 2026, por intermédio da Assembleia Geral Extraordinária foi deliberado e aprovado a transformação do tipo societário da Sociedade, passando de sociedade empresária limitada para sociedade por ações, nos termos da Lei nº 6.404/76, sendo a nova razão social **NETZ SECURITIZADORA S.A.**

b) Integralização do capital social

Em 26 de maio de 2026 o capital social foi integralizado pelos acionistas, sendo:

Sócios	R$	Ações	Banco depositado
NETZ Holding Ltda.	49.999	49.999	Vortx DTVM Ltda.
NETZ Partners Ltda.	1	1	Vortx DTVM Ltda.
Total	**50.000**	**50.000**	

****

ANEXO V

ESTATUTO SOCIAL DE DEVEDORES E COOBRIGADOS

(anexo na página que segue)

SEM VALOR DE CERTIDÃO

JUCESP

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

Requerimento Capa

SEQ. DOC
01
01

Protocolo Redesim

SPP2531391956

DADOS CADASTRAIS

ATO(S) **Constituição Normal**		
NOME EMPRESARIAL **SPE FIORITO LTDA**		PORTE **Demais**
LOGRADOURO **AVENIDA MARQ DE SAO VICENTE**		NÚMERO **2219**
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO **AGUA BRANCA**	CEP **05036040**
MUNICÍPIO **SÃO PAULO**		UF **SP**
E-MAIL **CLAUDIO_FIORITO@HOTMAIL.COM**		TELEFONE
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) **SEM EXIGÊNCIA ANTERIOR**	CNPJ - SEDE	NIRE - SEDE
IDENTIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO/ASSINANTE DO REQUERIMENTO CAPA NOME: **CLAUDIO ROBERTO FIORITO FILHO - Administrador** DATA ASSINATURA: ASSINATURA: *CLAUDIO ROBERTO FIORITO FILHO*		VALORES RECOLHIDOS DARE **R$ 263,58** DARF **Isento**

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

JUCESP
ER 175 - SINCOMERCIO
SOROCABA
22 OUT. 2025
PROTOCOLO

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO	OBSERVAÇÕES:

DOCUMENTOS NÃO RETIRADOS EM ATÉ 90 DIAS DA DISPONIBILIDADE SERÃO DESCARTADOS - ART. 57, §5º, DECRETO 1.800/96

QSIGN 035740E6-3DAE-4564-A356-E86839496524

QSIGN LOG

Log gerado em 20/10/2025 11:48:28

Caso não consiga ler o QR Code de verificação, acesse o link abaixo:
https://qsign.com.br/auth/verify/035740E6-3DAE-4564-A356-E86839496524

documentos.pdf

Documento número #6026

Assinaturas:

CLAUDIO ROBERTO FIORITO FILHO
Assinou

GUILHERME ALVES PEREIRA
Assinou

Log:

Fluxo Finalizado - SPE FIORITO
O fluxo de assinaturas #6026 foi finalizado.

Nova assinatura - SPE FIORITO
CLAUDIO ROBERTO FIORITO FILHO assinou o documento #6026
189.96.236.195 | La:-23.574486084470003 | Lo:-46.68819460509297 | CLAUDIO ROBERTO FIORITO FILHO | claudio_fio.filo@h

Nova assinatura - SPE FIORITO
GUILHERME ALVES PEREIRA assinou o documento #6026
45.232.235.66 | La:-23.6508155 | Lo:-46.733353 | GUILHERME ALVES PEREIRA | guilherme@rohg.com.br | 20/10/2025 11:

Novo Fluxo - SPE FIORITO
Foi iniciado um novo fluxo de assinaturas para o documento #6026

SEM VALOR DE CERTIDÃO

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DA SPE FIORITO LTDA.

Pelo presente instrumento particular o abaixo assinado a saber:

(a) FIORITO INTERMEDIAÇÕES LTDA., sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.102.869/0001-12, com sede na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Marques de São Vicente, 2219, Água Branca, CEP: 05036-040, representada neste ato pelo **CLÁUDIO ROBERTO FIORITO FILHO**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 47.073.828-5 SSP/SP, e do Cadastro Nacional de Pessoa Física do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 381.704.958-73, residente e domiciliado nesta cidade de São Paulo, Estado de São Paulo na Rua Marc Chagall, nº 339, bloco A, apartamento 244, Bairo de Água Branca, CEP 05036-17 ("Fiorito Intermediações" ou "Sócio").

Resolve, nos termos e para os fins do artigo 997 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, constituir uma sociedade empresária limitada, que será regida pelas seguintes cláusulas e condições:

"CONTRATO SOCIAL DA SPE FIORITO LTDA.

1. NOME, SEDE E DURAÇÃO

1.1. A Sociedade tem a denominação de **SPE FIORITO LTDA.** ("Sociedade") e rege-se pela legislação aplicável as sociedades limitadas, por este Contrato Social e, supletivamente, pela Lei nº 6.404/76 e suas alterações posteriores, nos termos do parágrafo único do artigo 1.053 da Lei nº 10.406/02 ("Código Civil").

1.2. A Sociedade tem sede na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Marques de São Vicente, 2219, Água Branca, CEP: 05036-040.

1.3. A Sociedade poderá, por deliberação de sócios representando, no mínimo, a maioria do capital social, abrir, transferir ou encerrar filiais de qualquer espécie, em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

1.4. A Sociedade tem prazo de duração indeterminado.

2. OBJETO SOCIAL

2.1. A Sociedade terá como objeto social: a participação, direta ou indiretamente via fundos de investimento em participações, no capital social de sociedades empresárias organizadas sob a forma de Sociedade Anônima do Futebol – SAF, nos termos da Lei nº 14.193/2021, bem como a realização de investimentos, aportes de capital e/ou concessão de financiamentos destinados à implementação, desenvolvimento e exploração de atividades relacionadas ao futebol profissional e correlatas, incluindo, mas não se limitando, à gestão de direitos econômicos, contratuais, de imagem, de marketing e de propriedade intelectual vinculados às referidas sociedades.

3. CAPITAL SOCIAL

SEM VALOR DE CERTIDÃO

Clicksign

3.1. O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R$ 1.000 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) quotas, com valor nominal unitário de R$ 1,00 (um real), distribuídas entre os sócios da seguinte maneira:

SÓCIOS	PARTICIPAÇÃO	QUOTAS	VALOR
FIORITO INTERMEDIAÇÕES	100%	1.000	R$ 1.000
TOTAL	100%	1.000	R$ 1.000

3.2 A responsabilidade de cada sócio é, na forma da lei, restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

3.3 Todas as quotas são iguais e indivisíveis perante a Sociedade e cada quota confere ao seu titular direito a um voto nas reuniões de sócios, bem como direito a participação nos lucros.

3.4 É vedada a criação ou imposição de ônus ou gravame, ou de direito real em favor de terceiros, sobre as quotas da Sociedade, bem como é vedado oferecê-las em qualquer modalidade de garantia, inclusive penhor, exceto se previamente aprovado por sócios que representem, no mínimo, a maioria do capital social da Sociedade.

4. ADMINISTRAÇÃO

4.1. A Sociedade será administrada pelo **CLÁUDIO ROBERTO FIORITO FILHO**, já acima qualificado, doravante denominado, "Administrador", cabendo a ele a prática, em nome e no interesse da Sociedade, de todos e quaisquer atos de gestão da Sociedade, observado o disposto neste Contrato Social. O Administrador permanecerá em seu cargo por prazo indeterminado.

4.2 A Sociedade poderá ser representada ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente pelo Administrador, de forma isolada.

4.2.1 O Administrador poderá receber uma remuneração, a ser fixada pelos sócios, e levada à conta de despesas gerais da Sociedade.

4.2.2 O Administrador está dispensado de prestar caução em garantia do exercício de seus cargos.

4.3 É permitida a designação de não sócios para a função de Administrador da Sociedade.

4.4 Todas as procurações outorgadas pela Sociedade deverão especificar todos os poderes outorgados e ter prazo de validade indeterminado.

5. DELIBERAÇÃO DOS SÓCIOS

5.1 As deliberações dos sócios serão tomadas em reuniões convocadas por qualquer sócio e/ou administrador, por meio de notificação escrita contendo data, hora, local e ordem do dia, entregue a todos os sócios, da seguinte forma: (i) pessoalmente, mediante protocolo; ou (ii) por postagem de carta com comprovante de recebimento; ou (iii) por meio de telegrama ou e-mail.

SEM VALOR DE CERTIDÃO

Clicksign [illegible]

5.2 A convocação da reunião dos sócios deve ser feita com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência para a primeira convocação e 5 (cinco) dias de antecedência para a segunda convocação, a contar, conforme seja o caso, da data de assinatura do protocolo, da data do recebimento da carta, ou da data de entrega do telegrama ou e-mail.

5.3 Dispensam-se as formalidades de convocação previstas acima quando a totalidade dos sócios comparecer à reunião ou se declarar, por escrito, ciente do local, data, hora e ordem do dia da reunião de sócios.

5.4 Os sócios poderão ser representados nas reuniões por procurador com poderes específicos para exercer direito de voto em relação as quotas da Sociedade.

5.5 Os sócios poderão participar das reuniões por conferência de vídeo ou telefônica ou por qualquer outro meio que permita a manifestação inequívoca da sua opinião e do seu voto.

5.6 A deliberação dos sócios nas matérias em que o quórum não for previsto expressamente por este Contrato Social ou pela lei serão tomadas por sócios representando, no mínimo, a maioria do capital social da Sociedade.

5.7 A transformação da Sociedade em outro tipo dependerá do voto afirmativo de sócios representando, no mínimo, a maioria do capital social.

5.8 A reunião dos sócios será dispensada quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

6. EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

6.1. O exercício social termina em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantadas as demonstrações financeiras requeridas em lei.

6.2. Em até 4 (quatro) meses do final de cada exercício social, os sócios tomarão as contas dos Administradores, decidirão sobre a sua aprovação e destinação dos lucros.

6.2.1. Por deliberação dos sócios, a Sociedade poderá levantar balancetes mensais, trimestrais ou semestrais, e distribuir os lucros então existentes.

6.3. Os lucros apurados poderão ser distribuídos aos sócios desproporcionalmente às respectivas participações no capital social da Sociedade, conforme deliberação a ser tomada pelos sócios em reunião de sócios convocada para essa finalidade, observados critérios e premissas definidos livremente entre os sócios.

6.4. Não há obrigatoriedade de distribuição mínima de lucros ou resultados.

6.5. Os prejuízos apurados pela Sociedade serão suportados pelos sócios na proporção de suas quotas.

7. LIQUIDAÇÃO, DISSOLUÇÃO E EXTINÇÃO

SEM VALOR DE CERTIDÃO

Clicksign

7.1. A Sociedade não se dissolverá pela saída de qualquer sócio, prosseguindo a mesma com o(s) sócio(s) remanescente(s) ou pela substituição dos mesmos.

7.2. A Sociedade será totalmente dissolvida por deliberação dos sócios representando, no mínimo, a maioria do capital social da Sociedade, na hipótese em que se verificar a inviabilidade do seguimento dos seus negócios sociais e nas demais hipóteses previstas em lei. Dissolvida a Sociedade, caberá aos sócios a indicação do liquidante e a sua liquidação será procedida de conformidade com o disposto no Código Civil.

8. TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

8.1. A transferência de quotas ou de direito de preferência na subscrição de novas quotas a sócios ou a terceiros não será permitida sem a prévia autorização escrita de sócios representando, no mínimo, a maioria do capital social da Sociedade.

9. SOLUÇÃO E CONTROVÉRSIAS

8.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado do São Paulo, para dirimir todas as questões decorrentes deste Contrato Social, com renúncia expressa de quaisquer outros por mais privilegiados que possam vir a ser.

São Paulo, 10 de outubro de 2025.

(Restante da página deixada propositalmente em branco)

SEM VALOR DE CERTIDÃO

(Página 1/1 de assinaturas do Instrumento Particular de Constituição da SPE FIORITO LTDA., assinado em 09 de outubro de 2025)

Sócios:

Cláudio Fiorito

FIORITO INTERMEDIAÇÕES LTDA

Advogado Responsável:

NATHAN YOSSIMI WAJMAN
OAB/SP 489.446

SEM VALOR DE CERTIDÃO

Clicksign

Datas e horários em GMT -03:00 Brasília
Log gerado em 10 de outubro de 2025 às 14:46:29

SPE Fiorito Ltda. - Contrato Social [v. assinatura].docx

Documento número #15f9c222-a032-416d-a243-fe6617551592

Hash do documento original (SHA256): 3003de671d03e2b6242d3d00552ac2c5f9654d903ddb0c73c933e04c937439cf

Assinaturas

Cláudio Fiorito

CPF: 381.704.958-73

Assinou em 10 out 2025 às 14:38:31

Nathan Wajman

CPF: 398.891.538-66

Assinou em 10 out 2025 às 14:46:29

Cláudio Fiorito

Cláudio Fiorito



Nathan Wajman

Log

10 out 2025, 12:22:56	Operador com email luiza.pousada@netzasset.com.br na Conta 40055c8d-b762-4c79-b841-9b4e6151d0ee criou este documento número 15f9c222-a032-416d-a243-fe6617551592. Data limite para assinatura do documento: 09 de novembro de 2025 (12:22). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
10 out 2025, 12:24:24	Operador com email luiza.pousada@netzasset.com.br na Conta 40055c8d-b762-4c79-b841-9b4e6151d0ee alterou o processo de assinatura. Data limite para assinatura do documento: 10 de novembro de 2025 (17:24).
10 out 2025, 12:24:24	Operador com email luiza.pousada@netzasset.com.br na Conta 40055c8d-b762-4c79-b841-9b4e6151d0ee adicionou à Lista de Assinatura: nathan.wajman@netzasset.com.br para assinar, via E-mail. Pontos de autenticação: Nome Completo; CPF; endereço de IP; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Nathan Wajman e CPF 398.891.538-66.
10 out 2025, 12:24:24	Operador com email luiza.pousada@netzasset.com.br na Conta 40055c8d-b762-4c79-b841-9b4e6151d0ee adicionou à Lista de Assinatura: claudio_fiorito@ppsportmanagementbrasil.com.br para assinar, via E-mail. Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Cláudio Fiorito.

SEM VALOR DE CERTIDÃO

SEM VALOR DE CERTIDÃO

10 out 2025, 14:38:31	Cláudio Fiorito assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail claudio_fiorito@ppsportmanagementbrasil.com.br. CPF informado: 381.704.958-73. Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 08644c(...), vide anexo manuscript_10 out 2025, 14-37-58.png. IP: 189.98.249.214. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -23.57336322559247 e longitude -46.58848593164091. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location. Componente de assinatura versão 1.1320.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
10 out 2025, 14:46:29	Nathan Wajman assinou. Pontos de autenticação: . CPF informado: 398.891.538-66. Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 51b884(...), vide anexo manuscript_11 mar 2025, 14-41-37.png. IP: 177.26.252.214. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -23.55494791051023 e longitude -46.68839831487404. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location. Componente de assinatura versão 1.1320.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
10 out 2025, 14:46:30	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 15f9c222-a032-416d-a243-fe6617551592.

Documento assinado com validade jurídica.
Para conferir a validade, acesse https://www.clicksign.com/validador e utilize a senha gerada pelos signatários, ou envie este arquivo em PDF.
As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº 2200-2 / 2001.

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 15f9c222-a032-416d-a243-fe6617551592, conforme descrito nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

SEM VALOR DE CERTIDÃO

Anexos

Cláudio Fiorito

Assinou o documento em 10 out 2025 às 14:38:31

ASSINATURA MANUSCRITA

Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 08644c(...)



Cláudio Fiorito

manuscript_10 out 2025, 14-37-58.png

Nathan Wajman

Assinou o documento em 10 out 2025 às 14:46:29

ASSINATURA MANUSCRITA

Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 51b884(...)



Nathan Wajman
manuscript_11 mar 2025, 14-41-37.png

SEM VALOR DE CERTIDÃO

SEM VALOR DE CERTIDÃO

Clicksign Gestão de Documentos S.A.

Termo de Acesso a Documento Eletrônico

Gerado terça-feira, 21 de outubro de 2025 às 16:41 (horário de Brasília)

Este termo contém informações para acesso ao original eletrônico do seguinte documento:

SPE Fiorito Ltda. - Contrato Social [v. assinatura].docx - Clicksign (2).pdf

Hash do arquivo validado (SHA256):
88a82f0e2c01406a03f4e9b05ade5dbadb9c8b87dfa3a1a7ec107b6aec64a995

Documento Assinado Eletronicamente pela Clicksign.

Certificado ICP-Brasil válido: Clicksign Gestão de Documentos S.A.

Como acessar e validar o documento eletrônico

Siga as instruções abaixo para acessar o inteiro teor do documento assinado eletronicamente, bem como para validar os signatários e respectivos pontos de autenticação.

Para acessar o documento através de senha:

Senha de acesso
L O U O W 4 X M 1 E

1. Acesse: https://www.clicksign.com/validador.
2. Clique no botão "Validar com senha".
3. Digite a senha ao lado e clique em "Validar".

Para acessar o documento através de QR Code

QR Code de acesso

Utilize um leitor de QR Code para ser direcionado para a página de validação deste documento na Clicksign.

SEM VALOR DE CERTIDÃO

JUCESP

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

SEM VALOR DE CERTIDÃO

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

À Junta Comercial do Estado de São Paulo

NOME					
CLAUDIO ROBERTO FIORITO FILHO					
NACIONALIDADE			ESTADO CIVIL		
BRASILEIRO			Casado (a)		
CPF	COR OU RAÇA	IDENTIFICAÇÃO	DATA DE EXPEDIÇÃO	ÓRGÃO EMISSOR	UF
38170495873	Branca	470738285	30/06/2003	SSP	SP
DOMICILIADO (A)				NÚMERO	
MARC CHAGALL				339	
BAIRRO / DISTRITO				CEP	
AGUA BRANCA				05036170	
COMPLEMENTO					
BLOCO A APT 244					
MUNICÍPIO				UF	
São Paulo				SP	

Declara, sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da sociedade e nem condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; Ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

NOME E ASSINATURA DO EMPRESÁRIO/SÓCIO/DIRETORES/ADMINISTRADORES OU REPRESENTANTE LEGAL

LOCALIDADE	São Paulo	DATA	20/10/2025
NOME	CLAUDIO ROBERTO FIORITO FILHO	ASSINATURA	CLAUDIO ROBERTO FIORITO FILHO

QSIGN 035740E6-3DAE-4564-A356-E86839496524

QSIGN LOG

Log gerado em 20/10/2025 11:48:28

Caso não consiga ler o QR Code de verificação, acesse o link abaixo:
https://qsign.com.br/auth/verify/035740E6-3DAE-4564-A356-E86839496524

documentos.pdf

Documento número #6026

Assinaturas:

CLAUDIO ROBERTO FIORITO FILHO
Assinou

GUILHERME ALVES PEREIRA
Assinou

Log:

Fluxo Finalizado - SPE FIORITO
O fluxo de assinaturas #6026 foi finalizado.

Nova assinatura - SPE FIORITO
CLAUDIO ROBERTO FIORITO FILHO assinou o documento #6026
189.95.236.195 | La:-23.574486084470003 | Lo:-46.638194605092[illegible] | CLAUDIO ROBERTO FIORITO FILHO | claudio_fiorito@h[illegible]

Nova assinatura - SPE FIORITO
GUILHERME ALVES PEREIRA assinou o documento #6026
45.232.235.66 | La:-23.6508155 | Lo:-46.733353 | GUILHERME ALVES PEREIRA | guilherme@rohg.com.br | 20/10/2025 11:48:2[illegible]

Novo Fluxo - SPE FIORITO
Foi iniciado um novo fluxo de assinaturas para o documento #6026

SEM VALOR DE CERTIDÃO

JUCESP

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

SEM VALOR DE CERTIDÃO

DECLARAÇÃO

Eu, CLAUDIO ROBERTO FIORITO FILHO, portador do Documento de Identificação nº 470738285, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob nº 38170495873, na qualidade de titular, sócio ou responsável legal da empresa SPE FIORITO LTDA, **DECLARO** estar ciente que o **ESTABELECIMENTO** situado no(a) AVENIDA MARQ DE SAO VICENTE, 2219 - Bairro: AGUA BRANCA, São Paulo - SP CEP 05036040, **NÃO PODERÁ EXERCER** suas atividades sem que obtenha o parecer municipal sobre a viabilidade de sua instalação e funcionamento no local indicado, conforme diretrizes estabelecidas na legislação de uso e ocupação do solo, posturas municipais e restrições das áreas de proteção ambiental, nos termos do art. 24, §2 do Decreto Estadual nº 55.660/2010 e sem que tenha um **CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO INTEGRADO VÁLIDO**, obtido pelo sistema Via Rápida Empresa - Módulo de Licenciamento Estadual.

Declaro ainda estar ciente que qualquer alteração no endereço do estabelecimento, em sua atividade ou grupo de atividades, ou em qualquer outra das condições determinantes à expedição do Certificado de Licenciamento Integrado, implica na perda de sua validade, assumindo, desde o momento da alteração, a obrigação de renová-lo.

Por fim, declaro estar ciente que a emissão do Certificado de Licenciamento Integrado poderá ser solicitada por representante legal devidamente habilitado, presencialmente e no ato da retirada das certidões relativas ao registro empresarial na Prefeitura, ou pelo titular, sócio, ou contabilista vinculado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) diretamente no site da Jucesp, através do módulo de licenciamento, mediante uso da respectiva certificação digital.

CLAUDIO ROBERTO FIORITO FILHO

CLAUDIO ROBERTO FIORITO FILHO (Administrador)
470738285

QSIGN 035740E6-3DAE-4564-A356-E86839496524

QSIGN LOG

Log gerado em 20/10/2025 11:[illegible]:24

Caso não consiga ler o QR Code de verificação, acesse o link abaixo:
https://qsign.com.br/auth/verify/035740E6-3DAE-4564-A356-E86839496524

documentos.pdf

Documento número #6026

Assinaturas:

CLAUDIO ROBERTO FIORITO FILHO
Assinou

GUILHERME ALVES PEREIRA
Assinou

Log:

Fluxo Finalizado - SPE FIORITO
O fluxo de assinaturas #6026 foi finalizado.

Nova assinatura - SPE FIORITO
CLAUDIO ROBERTO FIORITO FILHO assinou o documento #6026
189.96.236.195 | La:-23.574486084470003 | Lo:-46.68819460509297 | CLAUDIO ROBERTO FIORITO FILHO | claudio.fiorito@h

Nova assinatura - SPE FIORITO
GUILHERME ALVES PEREIRA assinou o documento #6026
45.232.235.66 | La:-23.6508155 | Lo:-46.733353 | GUILHERME ALVES PEREIRA | guilherme@[illegible]

Novo Fluxo - SPE FIORITO
Foi iniciado um novo fluxo de assinaturas para o documento #6026

SEM VALOR DE CERTIDÃO

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu **GUILHERME ALVES PEREIRA**, com inscrição ativa CRC/(UF) sob o nº 273913, expedida em 13/09/2010, inscrito no CPF nº 27188150869, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original. Documentos apresentados:

DOCUMENTOS REPRESENTANTE:

CLAUDIO ROBERTO FIORITO FILHO CPF: **381.704.958-73**

SÃO PAULO, 20 de OUTUBRO de 2025

GUILHERME ALVES PEREIRA

GUILHERME ALVES PEREIRA

CPF: 27188150869

SEM VALOR DE CERTIDÃO

DOCUSIGN 035740E6-3DAE-4564-A356-E86839496524

QSIGN LOG

Log gerado em 20/10/2025 11:48:28

Caso não consiga ler o QR Code de verificação, acesse o link abaixo:
https://qsign.com.br/auth/verify/035740E6-3DAE-4564-A356-E86839496524

documentos.pdf

Documento número #6026

Assinaturas:

CLAUDIO ROBERTO FIORITO FILHO
Assinou

GUILHERME ALVES PEREIRA
Assinou

Log:

Fluxo Finalizado - SPE FIORITO
O fluxo de assinaturas #6026 foi finalizado.

Nova assinatura - SPE FIORITO
CLAUDIO ROBERTO FIORITO FILHO assinou o documento #6026
189.96.236.195 | La:-23.574486084470003 | Lo:-46.68819460509297 | CLAUDIO ROBERTO FIORITO FILHO | claudio [illegible]

Nova assinatura - SPE FIORITO
GUILHERME ALVES PEREIRA assinou o documento #6026
45.232.235.66 | La:-23.6508155 | Lo:-46.733353 | GUILHERME ALVES PEREIRA | guilherme@rohg.com.br | 20/10/[illegible]

Novo Fluxo - SPE FIORITO
Foi iniciado um novo fluxo de assinaturas para o documento #6026

SEM VALOR DE CERTIDÃO

JUCESP

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

TERMO DE CONFERÊNCIA E DIGITALIZAÇÃO

Certifico e dou fé que conferi a documentação referente ao processo **SPP2531391956** da empresa **SPE FIORITO LTDA** e que as imagens digitalizadas deste processo eletrônico são fiéis aos documentos físicos protocolizados nesta Junta Comercial.

Assina o presente termo de conferência e digitalização, mediante certificado digital, o funcionário/empregado público **Harley Soares Da Rosa**

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 22/10/2025.

Harley Soares Da Rosa, CPF: 16179489858

Este documento foi assinado digitalmente por Harley Soares Da Rosa e é parte integrante sob o protocolo Nº SPP2531391956.

SEM VALOR DE CERTIDÃO

TERMO DE ANÁLISE E DECISÃO.

Defiro a (s) solicitação (ões), sob o (s) protocolo (s) **SPP2531391956** de Constituição Normal da empresa **SPE FIORITO LTDA**.

Assina o presente termo de decisão, mediante certificado digital, o Julgador **Harley Soares Da Rosa**.

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 22/10/2025.

Harley Soares Da Rosa, CPF: 16179489858

Este documento foi assinado digitalmente por Harley Soares Da Rosa e é parte integrante sob o protocolo Nº SPP2531391956.

SEM VALOR DE CERTIDÃO

JUCESP

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

SEM VALOR DE CERTIDÃO

TERMO DE AUTENTICAÇÃO E REGISTRO

Certifico que a constituição, assinado digitalmente, da empresa **SPE FIORITO LTDA**, e protocolado sob o número **SPP2531391956** em **22/10/2025**, encontra-se registrado na Jucesp, sob o NIRE da matriz **35268274419**.

Assina o registro, mediante certificado digital, o(a) Secretário(a)-Geral – Marina Centurion Dardani.

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo na forma eletrônica poderão ser verificados no sítio eletrônico: www.jucesp.sp.gov.br, mediante a indicação do número de autenticidade disponível na capa da certidão de inteiro teor.

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 22/10/2025.

Marina Centurion Dardani, CPF: 22059603854

Este documento foi assinado digitalmente por Marina Centurion Dardani e é parte integrante sob o protocolo Nº SPP2531391956.

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 04 junho de 2021.
Reforma do Estatuto Social.

Aos 04 (quatro) dias do mês de junho de 2021 (dois mil e vinte um), às 14:00 (quatorze horas), na sede social da Companhia, sito à Avenida Olinda quadra H4 lotes 01/03 nº 960 – 23º andar - salas 2303/2307, Edifício Torre Comercial I - Loteamento Park Lozandes – Goiânia – Goiás – CEP 74884-120, reuniram-se os acionistas da QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A, compondo 100% do Capital Social, o que de "per si" sana a falta de Editais e Avisos nos termos do artigo 124 da Lei 6.404/76. Na abertura da reunião, que será presidida pelo acionista majoritário, com 99,91% (noventa nove vírgula noventa e um por cento) do capital social e atual Diretor presidente, Sr. AIRES MARTINS – CPF 087.737.181-49, que elegeu a mim, Sra. Tâmara Marya Alves Marques – CPF 718.205.821-91, Diretora Administrativa e acionista minoritária da Companhia, com 0,09% (zero vírgula zero nove por cento) do capital social, para secretariá-lo nos assuntos a serem apresentados para deliberações. Abertos os trabalhos, nas pautas EXTRAORDINÁRIAS, foram apresentados os seguintes termos para discussão e aprovação: 01) – A consolidação dos atos realizados em Assembleias, com datas anteriores, que modificaram cláusulas importantes no Estatuto Social da Companhia, como: **Artigo 2º e § 02** - Endereço da sede da empresa, aberturas de novas filiais em outros municípios e Unidades de Federações; **Artigo 3º** - Inclusão de novas atividades econômicas no objeto social; **Artigo 5º** - Aumento do capital social e alteração no quadro de acionistas. Após a pauta apresentada para as deliberações necessárias, e com a análise das necessidades em consolidar todos os atos já realizados em datas anteriores e registrados nos Órgãos competentes, decidiram aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, pelo fato, do mesmo, trazer maior facilidade das informações nos documentos societários. Não havendo outros assuntos e atos a serem discutidos ou aprovados pelos acionistas, deliberaram, ainda, não constituir o CONSELHO FISCAL, que segue de funcionamento NÃO PERMANENTE. Nada mais havendo a tratar sobre os assuntos apresentados nesta Assembleia, lavrou-se a presente Ata de Assembleia Geral Extraordinária que, após lida e aprovada, foi por todos assinada em LIVRO PRÓPRIO. Assinaturas: AIRES MARTINS, TÂMARA MARYA ALVES MARQUES.

ESTA ATA É CÓPIA FIEL DA TRANSCRITA EM LIVRO PRÓPRIO, REGISTRADO NOS TERMOS DA LEI.

Aires Martins **Tâmara Marya Alves Marques.**

Visto Advogado.
Ana Luiza Moreira Ribeiro
OAB-GO 44485.

ESTATUTO SOCIAL DA
QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A
CNPJ/MF. 26.921.551/0001-81.
NIRE 52300012988.
CONSOLIDAÇÃO – 04 de junho de 2021.

CAPÍTULO I - NOME, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1° - A **QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A**. É uma Sociedade Anônima de Capital fechado, regendo-se pelo presente Estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2° - A Sociedade tem sede e foro jurídico no município de **Goiânia**, Estado de **Goiás**, na **Avenida Olinda, nº 960 – 23º andar - salas 2303/2307, Edifício Torre Comercial I - Loteamento Park Lozandes – CEP 74.884-120** - **CNPJ/MF 26.921.551/0001-81** e registro **JUCEG. NIRE 52300012988**, com as filiais abaixo:

§ 01 - A Diretoria via reunião formal poderá, a qualquer momento, abrir filiais, sucursais, representações e afins em qualquer ponto do Território Nacional ou no Exterior.

§ 02: Filiais da Companhia:

1. - **CNPJ/MF 26.921.551/0002-62** - NIRE 52.900527636 em 02/01/2008 – Cidade Ocidental – GO – CEP 72.880-970 – Quinhão 02 Gleba 1-C – Fazenda Santa Filomena;
2. - **CNPJ/MF 26.921.551/0003-43** - NIRE 52.900613281 em 07/07/2011 – São Simão – GO. CEP 75.890-000 – Rua 73 quadra 40 lote 03 – bairro Centro;
3. - **CNPJ/MF 26.921.551/0004-24** - NIRE 52900623422 em 08/11/2011 – **Luziânia - GO**. CEP 72.820-350 – Rua Herculano Meireles s/n – quadra 00127 lote 0003 – Parque Estrela Dalva I;
4. - **CNPJ/MF 26.921.551/0005-05** – NIRE 31.90249895.4 - Frutal – MG – CEP 38.200-000 – Rua Osvaldo Cruz nº 366 – Centro;
5. - **CNPJ/MF 26.921.551/0006-96** – NIRE 2.072.626/19-5 - Avaré – SP - CEP 18.709-899 – Rua Municipal AVR-342 s/n – Fazenda Humaitá;
6. - **CNPJ/MF 26.921.551/0007-77 –** NIRE 52.901026291 em 18/03/2020 - CEP 75.130-300 – Rua José R. de Paiva e Rua Professor Pedro Baio – s/n – quadra 09 lotes 01 a 16 e 25 a 33 – Bairro Polo Centro 1ª e 2ª etapas;
7. – **CNPJ/MF 26.921.551/0008-58 –** NIRE 52.901032827 em 06/08/2020 - CEP 72.875-202 - **Valparaízo de Goiás- GO** – **Rua 06 nº 24 – quadra 06 - lotes 24, 25, 26 e 27 – Bairro Chácaras Santa Maria.**

Artigo 3° - A Sociedade tem por objeto social o seguinte:

- a) - Elaboração e execução de projetos e obras de construção civil, saneamento, eletricidade, telecomunicações, sinalização viárias e urbanas;
- b) - Consultoria técnica em geral;
- c) -Locação de mão-de-obra;
- d) - Locação de máquinas e equipamentos p/ uso na construção civil;
- e) -Administração de concessões e serviços públicos, direta ou indiretamente;

- f) - Implantação e operação de serviços de limpeza, onde for aplicável a varrição manual e mecanizada; ajardinamento, plantio, replantio, manutenção com conserva e limpeza de parques, vias públicas, móveis, imóveis com higienização, desinfecção, coleta, transbordo, tratamento e a destinação para os resíduos sólidos urbanos (domiciliares), do serviço de saúde (hospitalares), da construção civil (entulhos) e afins;
- g) - Implantação, operação, exploração de aterros sanitários, inclusive em projetos de biogás, reciclagem, compostagem e afins;
- h) -Tratamento e beneficiamento de resíduos, visando o aproveitamento energético e na produção de artigos reciclados;
- i) - Transporte e armazenamento de resíduos sólidos e líquidos, produtos químicos, descartáveis e resíduos perigosos e não perigosos;
- j) - Prestação de serviços de leitura e medição de consumo de energia elétrica e consumo de água;
- k) -participação em outras sociedades, independentemente de sua forma legal;
- l) -Garagem, oficina e estacionamento de máquinas e veículos de uso próprio;
- m) - Almoxarifado, guarda-móveis e outros bens;
- n) - Serviço de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores da frota da Companhia;
- o) - Posto de combustível – para abastecimento de frota própria.

Ficando suas atividades econômicas conforme os CNAEs a seguir:

1. *3811-4/00 Coleta de resíduos não perigosos; secundárias;*
2. *3812-2/00 Coleta de resíduos perigosos;*
3. *3821-1/00 Tratamento e disposição de resíduos não perigosos;*
4. *3822-0/00 Tratamento e disposição de resíduos perigosos;*
5. *3900-5/00 Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos;*
6. *4120-4/00 Construção de edifícios;*
7. *4211-1/01 Construção de rodovias e ferrovias;*
8. *4212-0/00 Construção de obras de arte especiais;*
9. *4213-8/00 Obras de urbanização (ruas, praças, calçadas e similares);*
10. *4221-9/03 Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica;*
11. *4221-9/04 Construção de estações e redes de telecomunicações;*
12. *4221-9/05 Manutenção de estações e redes de telecomunicações;*
13. *4321-5/00 Instalações e manutenção elétrica;*
14. *4322-3/01 Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás;*
15. *4399-1/01 Administração de obras;*
16. *4399-1/04 Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte, elevação de cargas e pessoas para uso em obras;*
17. *4520-0/01 Serviços de manutenção e reparação de veículos automotores, próprio e de terceiros;*
18. *4520-0/05 Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores;*
19. *4731-8/00 Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores;*
20. *4930-2/02 Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional;*
21. *5211-7/01 Armazéns gerais – emissão de warrant;*
22. *5211-7/02 Guarda móveis e outros bens;*
23. *5211-7/99 Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis;*
24. *5223-1/00 Estacionamento de veículos próprios (garagem);*
25. *6463-8/00 Outras sociedades de participação, exceto holdings;*
26. *7119-7/03 Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia;*
27. *7732-2/01 Aluguel de máquinas e equipamentos para construção civil sem operador, exceto andaime;*

28.*7820-5/00 Locação de mão-de-obra temporária;*
29.*8211-3/00 Serviços combinados de escritório e apoio administrativo;*
30.*8299-7/01 Serviço de medição de consumo de energia elétrica, gás e água;*
31.*8299-7/99 Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente (almoxarifado)*.

Artigo 4° - O prazo de duração da Companhia é indeterminado tendo iniciado suas atividades ainda na forma de SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA em 01/03/1991.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º - O Capital Social da Companhia, totalmente integralizado em moeda corrente do País, é no valor de **R$ R$ 50.000.004,60** (cinquenta milhões, quatro reais e sessenta centavos), totalmente integralizado, representado por 10.989.012 (dez milhões, novecentas oitenta nove mil e doze unidades) de ações ordinárias nominativas, de valor unitário de R$ 4,55 (quatro reais e cinquenta cinco centavos). Ficando o capital social distribuído entre acionistas na forma seguinte:

Acionistas.	%	Nº. Ações	Valor.
Aires Martins	99,91%	10.979.012	49.954.504,60
Tâmara Marya Alves Marques.	0,09%	10.000	45.500,00
Totalizando	**100,0%**	**10.989.012**	**50.000.004,60**

Artigo 6° - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações de Assembléia Geral.
Artigo 7° - A Companhia poderá emitir títulos múltiplos ou cautelas que representem as ações, observado o disposto nos artigos 24 a 26 da Lei n° 6.404/76.

Artigo 8° - As ações são indivisíveis em relação à Sociedade. Cada ação ordinária nominativa dá ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações das assembleias gerais, admitindo-se a representação do acionista por procuração.

Artigo 9° - Poderão ser criadas AÇÕES PREFERENCIAIS NOMINATIVAS, por conversão das AÇÕES ORDINÁRIAS NOMINATIVAS ou por nova emissão por novas subscrições, até limite de 50% do CAPITAL SOCIAL.

Artigo 10º - As ações serão registradas no Livro de Registro de Ações Nominativas da sociedade, podendo ainda, ter a forma escritural para serem mantidas em Contas de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada, na forma da lei, e designada pela Diretoria, sem emissão de certificados.

Artigo 11º - A Sociedade deverá realizar, dentro de 15 (quinze) dias do pedido do acionista ou interessado, os atos de registro, averbação, conversão ou transferência de ações.

CAPÍTULO III - ASSEMBLÉIAS GERAIS

Artigo 12º - As assembleias gerais serão ordinárias e extraordinárias. As assembleias gerais ordinárias realizar-se-ão nos primeiros quatro meses seguintes ao término do exercício social. As assembleias gerais extraordinárias realizar-se-ão sempre que houver necessidade. As assembleias gerais, convocadas de acordo com a legislação aplicável, serão instaladas e presididas pelo Presidente da Diretoria, que poderá indicar para fazê-lo em seu lugar,

qualquer dos outros diretores. O presidente da assembleia escolherá dentre os acionistas presentes, o secretário.

Artigo 13º - Os acionistas poderão fazer-se representar nas assembleias gerais por outros acionistas, por administrador da sociedade, por advogado, ou por instituição financeira, desde que haja mandato expresso para tanto.

CAPÍTULO IV – ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Artigo 14º - A administração da sociedade cabe a uma DIRETORIA EXECUTIVA.

Artigo 15º - Eleita pela Assembleia Geral, com mandato de 03 (três) anos, a Diretoria da sociedade será composta de 03 (três) Diretores, acionistas ou profissionais com comprovada capacidade, que dedicarão à sociedade tempo compatível com as funções para as quais vierem a ser eleitos, sendo um deles o Diretor Presidente (sempre escolhido pelos acionistas majoritários), outro, Administrativo Financeiro e outro o Diretor Operacional. Os Diretores serão empossados mediante termo lavrado no Livro de Atas de Reuniões de Diretoria, exceto ao caso de reeleição, quando será dispensado o termo e declarados empossados pela Assembleia Geral.

Artigo 16º - Compete ao Diretor (ª) -Presidente isoladamente, a prática de todos os atos de gestão necessários à consecução dos objetivos sociais. Os demais Diretores, só poderão representar a sociedade nos atos de gestão, em conjunto com o Diretor (a) Presidente.

Respeitando esta forma de representação, a Diretoria fica investida dos mais amplos, gerais e ilimitados poderes de direito, inclusive para transigir, renunciar, desistir, firmar compromisso, receber e dar quitação, contrair obrigações, prestar garantias, inclusive reais, constituir penhor, dar bens em alienação fiduciária em garantia, caucionar títulos ou direitos creditórios, desde que em operações de interesse da sociedade, e dentro do curso normal dos negócios e para representar a sociedade em todas as suas relações com terceiros, inclusive órgãos do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, Comissão de Valores Mobiliários, Bolsas de Valores, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e demais estabelecimentos bancários e instituições financeiras, autarquias, empresas públicas, sociedades de qualquer espécie e quaisquer outras pessoas físicas ou jurídicas, bem como a aquisição e a alienação de bens móveis ou imóveis, tendo como únicas limitações (i) a necessidade de autorização da Assembleia Geral quando assim dispuser o presente Estatuto Social; e (ii) a estrita observância dos princípios de gestão financeira que vierem a ser estabelecidos em orçamentos aprovados pela maioria dos acionistas.

Artigo 17º - Ressalvadas as restrições, limitações e exceções previstas no Artigo 16º acima, todos os documentos que criem obrigações para a sociedade ou desonerem terceiros de obrigações para com a sociedade deverão, sob pena de não produzirem efeito contra a sociedade, ser necessariamente assinados por: (i) 2 (dois) Diretores em conjunto; ou (ii) 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador designado pelo outro diretor, com poderes expressos para a prática do ato em questão.

Parágrafo Único - Salvo mandato para fins judiciais, cujo prazo poderá ser ilimitado, todos os demais mandatos outorgados pela Diretoria a procuradores que os auxiliem na gestão de negócios, os quais deverão conter a assinatura de 2 (dois) Diretores em conjunto, terão prazo determinado de 1 (um) ano, respeitados os termos e os limites do presente Estatuto Social.

Artigo 18º- É vedado aos Diretores e aos procuradores da sociedade, o uso da denominação social em quaisquer negócios de favor, incluindo-se nesta proibição à assunção de obrigações

estranhas ao objeto social, bem como a concessão de fianças e avais a terceiros, exceto se esses atos forem praticados para Sociedades Controladas ou Coligadas.

Artigo 19º - São expressamente proibidos e serão nulos de pleno direito quaisquer atos praticados por procuradores ou por empregados da sociedade, que sejam estranhos ao objeto social e aos negócios da sociedade, tais como avais, fianças, endossos e outras garantias em favor de terceiros, a menos que tais atos tenham sido previamente autorizados por deliberação unânime de Diretores, em ata formal.

CAPÍTULO V - CONSELHO FISCAL E AUDITORIA INDEPENDENTE

Artigo 20º - O Conselho Fiscal, de caráter **não permanente**, compõe-se, quando eleito, de 3 (três) membros, e igual número de suplentes. O funcionamento, remuneração, competência, deveres e responsabilidades de seus membros obedecerão ao disposto na legislação em vigor.

Parágrafo 1º- Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão seus cargos até a primeira assembleia geral ordinária que se realizará após a sua eleição e poderão ser reeleitos.
Parágrafo 2º- Os membros do Conselho Fiscal deverão exercer suas funções no exclusivo interesse da sociedade, considerando-se abusivo o exercício da função com o fim de causar dano à sociedade, ou aos seus acionistas ou administradores, ou de obter, para si ou para outrem, vantagem a que não faz jus e que resulte, ou possa resultar, prejuízo para a sociedade, seus acionistas ou administradores.

Artigo 21º - As demonstrações financeiras da sociedade serão preparadas de acordo com os princípios contábeis aceitos no Brasil e auditadas, no mínimo anualmente, por empresa de auditoria independente selecionada pelos Diretores em voto da maioria.

Parágrafo 1º- As demonstrações financeiras da sociedade, além delas próprias, também serão preparadas de forma consolidada, de acordo com o estabelecido na Lei de Sociedade por Ações, com aglutinação de ativos, passivos e resultados de coligadas e controladas.

Parágrafo 2º - Serão preparados, ainda, balancetes mensais auditados ou não, para fins de envio aos acionistas e exame pela Diretoria, em forma gerencial.

CAPÍTULO VI - EXERCÍCIO SOCIAL, LUCRO E SUA DESTINAÇÃO

Artigo 22º - O exercício social coincidirá com o ano civil. Ao fim de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras da sociedade, respeitadas as disposições legais aplicáveis.

Parágrafo 1º - Do lucro líquido verificado, destinar-se-á 5% (cinco por cento) para a constituição de fundo de Reserva Legal, até que alcance o limite de 20% do Capital, previsto em lei, devendo o excedente ser capitalizado na mesma Assembleia Geral que aprovar as Demonstrações Financeiras.

Parágrafo 2º- Do saldo ajustado do lucro líquido da sociedade, consoante o disposto no Artigo 202 da Lei de Sociedade por Ações, serão pagos dividendos, no mínimo, de 25% (vinte e cinco por cento), a menos que de forma diferente venha ser acordado pela totalidade dos acionistas em assembleia geral. A sociedade não deverá contrair endividamento para o fim de pagar dividendos aos acionistas.

Parágrafo 3° - A sociedade poderá, facultativamente, pagar juros aos acionistas a título de remuneração do capital próprio, nos termos do Artigo 9° da Lei 9.249/95, sendo que, no exercício em que isso ocorrer, o valor dos juros pagos será diminuído do montante dos dividendos a serem pagos no exercício e calculados em obediência ao disposto neste Estatuto Social.

Artigo 23º - A sociedade poderá levantar balanços intermediários e poderá declarar, por deliberação da assembleia geral, dividendo à conta do lucro apurado nesses balanços. Ainda por deliberação da assembleia geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

Artigo 24º - Os dividendos serão pagos no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação da assembleia geral que os declarar ou no prazo máximo até o último dia do exercício social posterior ao da apuração dos lucros. Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos prescreverão em favor da sociedade.

CAPÍTULO VII - TRANSFERENCIA, CESSÃO E SUCESSÃO DE AÇÕES

Artigo 25º - As ações de Capital da Sociedade são indivisíveis e não podem ser cedidas ou transferidas a terceiros, sem expresso consentimento dos demais acionistas, cabendo-lhes em igualdade de condições, o direito de preferência, primeiro, à sociedade e, após, aos acionistas.

Artigo 26º - Ocorrendo o falecimento, o desaparecimento, a interdição ou qualquer outro motivo que implique na saída de qualquer dos acionistas, o sucessor ou sucessores do acionista falecido, ausente ou interditado não terão ingresso na sociedade, sendo os seus haveres apurados e pagos na forma do artigo 31.

Artigo 27º - A Assembleia Geral Extraordinária poderá, a pedido do interessado, admitir o ingresso na sociedade do sucessor ou sucessores de acionista falecido, ausente ou interditado. Nessa hipótese, far-se-á a respectiva modificação no Livro-Registro de Ações Nominativas, para o ingresso de sucessor ou sucessores.

Artigo 28º - Não serão admitidos a ingressar na sociedade o cônjuge, a concubina (o) ou o companheiro acionista, mesmo em casos de dissolução de sociedade conjugal de direito ou de fato ou de união estável, resguardado o direito ao recebimento dos lucros periódicos que lhe couberem, na proporção fixada pelo juiz, até que a sociedade seja liquidada parcialmente, em relação a este terceiro, na forma do artigo 31.

Parágrafo Único - A Assembleia Geral Extraordinária poderá, a pedido do interessado, admitir o ingresso na sociedade do cônjuge, concubina (o) ou companheiro de acionista, mesmo em casos de dissolução de sociedade conjugal de direito ou de fato ou de união estável. Nessa hipótese, far-se-á a respectiva modificação no Livro-Registro de Ações Nominativas, para o ingresso dos novos acionistas.

Artigo 29º - Na hipótese de interdição judicial ou de ausência de acionista declarada por decisão judicial, ou curador ou tutor do interdito ou do ausente, somente poderá praticar atos que digam respeito ao interesse pessoal do acionista interditado ou ausente, como, por exemplo, votar em Assembléias, sendo-lhe, todavia, vedado o convívio social como o de praticar atos de gerência da sociedade e receber pró-labore.

CAPÍTULO VIII - DA RESOLUÇÃO E DA EXCLUSÃO DE SÓCIO

Artigo 30º - Qualquer acionista pode retirar-se da sociedade, mediante notificação aos demais acionistas, com antecedência mínima de sessenta (60) dias.

Artigo 31º - Na hipótese do item anterior e dos artigos 26, 28 e 32, o valor da ação do sucessor, cônjuge, concubina (o), companheira (o) do acionista excluído ou retirante, liquidar-se-á com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado por perito escolhido pela Assembleia Geral, sendo que o pagamento dos haveres do interessado será feito em sessenta (60) parcelas mensais, reajustáveis monetariamente pelo menor índice que reflita a inflação do período, e ainda, de acordo com as disponibilidades da sociedade, de modo a não colocar em risco a sua estabilidade financeira.

Artigo 32º - A Assembleia Geral, por votação que represente mais da metade (1/2) do capital social, poderá, na hipótese de ocorrência de justa causa, excluir qualquer outro acionista da sociedade, desde que esteja pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de ato de inegável gravidade, sendo assegurado ao acusado, tempo hábil que permita seu comparecimento à assembleia geral e o exercício do direito de defesa. Nessa hipótese, a apuração e o pagamento dos haveres do acionista excluído far-se-á da mesma forma prevista no artigo 31.

Parágrafo Único - Entende-se por ato de inegável gravidade, qualquer conduta contrária ao interesse e finalidade da sociedade, ou que exponha a imagem, a integridade e o conceito e reputação comercial da sociedade. Entende-se também por falta grave, qualquer ato do acionista que possa implicar em lesão financeira ou patrimonial para a sociedade, por negócios praticados fora da sociedade.

CAPÍTULO IX - LIQUIDAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO, CISÃO, FUSÃO E INCORPORAÇÃO

Artigo 33° - Em caso de dissolução da sociedade, nos casos previstos em Lei, os acionistas, em Assembleia Geral, elegerão o LIQUIDANTE, prevalecendo nessa escolha, o voto de MAIORIA SIMPLES.

Artigo 34º - A transformação, a incorporação, a fusão e a cisão da sociedade deverão tanto quanto possível ser realizadas por mútuo acordo dos acionistas. Na hipótese de divergência deverão ser resolvidas com apoio no voto de maioria simples dos acionistas. Em qualquer hipótese, os acionistas dissidentes, se assim o exigirem, deverão ser reembolsados pelos valores constantes do último balanço anual aprovado. Para efeito de prova de divergência aqui prevista, o acionista que representar a maioria do Capital Social deverá se dirigir por escrito, aos acionistas que representem a minoria, para que se manifestem dentro de 10 (dez) dias sobre a medida em questão.

CAPÍTULO X - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 35º - A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à assembléia geral estabelecer a forma de liquidação, e eleger o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar durante o período de liquidação, fixando-lhes as remunerações.

Artigo 36º - Nos casos omissos ou duvidosos deste Estatuto Social, aplicar-se-á o disposto em Acordo de Acionistas arquivado na sede da sociedade e as disposições da Lei das

Sociedades por Ações. Para dirimir toda e qualquer questão oriunda do presente Estatuto Social, fica eleito o foro da cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Goiânia (GO), 04 de junho de 2021.

Aires Martins

Tâmara Marya Alves Marques

Visto Advogado.
Ana Luiza Moreira Ribeiro
OAB-GO 44485.

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF	Nome
03520228173	ANA LUIZA MOREIRA RIBEIRO
08773718149	AIRES MARTINS
71820582191	TAMARA MARYA ALVES MAROUES

CERTIFICO O REGISTRO EM 17/06/2021 09:35 SOB Nº 20215907183.
PROTOCOLO: 215907183 DE 15/06/2021.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12104262247. CNPJ DA SEDE: 26921551000181.
NIRE: 52300012988. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 17/06/2021.
QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A

PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI
SECRETÁRIA-GERAL
www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A
CNPJ 26.921.551/0001-81
NIRE 52300012988.

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2023. ALTERAÇÕES: RERRATIFICAÇÃO DO NÚMERO DE AÇÕES, SAÍDA TÂMARA MARYA, ADMISSÃO MARCELO PASSOS, VENDA DE PARTE DAS AÇÕES SR. AIRES E ABERTURA FILIAL JATAÍ GO.

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil vinte e três, **26/06/2023**, às 10:00 (dez horas), na sede social da Sociedade, a Avenida Olinda quadra H4 lotes 01/03 - nº 960 – 23º andar - salas 2303/2307, Edifício Torre Comercial I (Business Complemento) Loteamento Park Lozandes – Goiânia – Goiás – CEP 74.884-120, reuniram-se os acionistas da Companhia **QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A,** pessoa jurídica de direito privado, sociedade anônima de capital fechado, compondo 100% do Capital Social, o que dispensa a publicação pelas faltas de Editais e Avisos nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei 6.404/76. A Assembléia Geral Extraordinária foi aberta e presidida pelo acionista majoritário Diretor presidente, Sr. **AIRES MARTINS –** CPF 087.737.181-49, que no ato, nomeou a acionista e Diretora Administrativa à Sra. **Tâmara Marya Alves Marques –** CPF 718.205.821-91, para secretariá-lo nos assuntos a serem apresentados para as deliberações. Foi convidado para compor a mesa os Srs. **Mauro Antônio Pereira da Silva** – CPF. 135.148.811-20 e CRC-GO 007159/0-2, contador geral da Companhia, que fará todas as exposições e explicações relacionadas as pautas em questão e **MARCELOS PASSOS MARTINS -** CPF. Nº 765.355.091-68 **– 01) Retificação do Capital social** - **Artigo 5º do Estatuto Social,** quanto ao número de ações, onde contava equivocadamente o total de 10.989.012 ações, sendo que o correto seria **10.990.992** ações, conforme demonstrado abaixo. Ficando mantida as demais informações conforme transcrito a seguir. – O capital da sociedade tem seu valor de R$ 61.000.005,60 (sessenta e um milhões, cinco reais e sessenta centavos), sofrendo o aumento no valor de R$ 11.000.001,00 (onze milhões, um real), sendo que, o aporte virá da conta contábil **Lucros Acumulados,** com o acréscimo do valor no capital social. Cada ação ordinária nominativa, tem o seu valor em R$ 5,55 (cinco reais, cinquenta e cinco centavos), ficando o capital social assim distribuído entre seus acionistas:

Acionistas.	%	Nº. Ações	Valor.
Aires Martins	99,91%	10.980.992	60.944.505,60
Tâmara Marya Alves Marques.	0,09%	10.000	55.500,00
Totalizando	**100,0%**	**10.990.992**	**61.000.005,60**

02) - O Diretor Presidente Sr. **AIRES MARTINS** – CPF. nº CPF 087.737.181-49, possuidor de 10.980.992 (dez milhões, novecentas oitenta mil, novecentas noventa e duas) ações ordinárias nominativas, ao preço de R$ 5,55 (cinco reais, cinquenta e cinco centavos) cada, resolve vender parte de suas ações, a quantia de 5.485.496

QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A
CNPJ 26.921.551/0001-81
NIRE 52300012988.

(cinco milhões, quatrocentas oitenta cinco mil, quatrocentas nove e seis) ações, somando o valor de R$ 30.444.502,80 (trinta milhões, quatrocentos quarenta quatro mil, quinhentos dois reais e oitenta centavos) ao novo acionista admitido, Sr. **MARCELO PASSOS MARTINS**, brasileiro, casado, sob regime de separação de bens, engenheiro civil/empresário, residente e domiciliado Rua 36 - nº. 338 – Qda. G-17 lotes 4/7 - Edifício Chateau Bougainville Lifestyle - apto. 2002 – Setor Marista – Goiânia – GO. CEP 74150-240, portador da CI-RG nº 3.148.189 DGPC/GO 2ª via, expedida em 12/03/1996 e CPF/MF nº 765.355.091-68, filho de Aires Martins e Celma Passos Martins, nascido aos 15/12/1976, na cidade de Goiânia – GO. O preço combinado pela negociação das ações ordinárias nominativas, será de R$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), valor apurado líquido, que será pago em 16 (dezesseis) parcelas no valor igual de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), com o vencimento da 1ª parcela no dia 30/04/2024 e as demais parcelas terão seus vencimentos anuais a partir de 30/04/2025, sucessivamente. **03**) - **TÂMARA MARYA ALVES MARQUES**, acionista, possuidora de 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas, no valor total de R$ 55.500,00 (cinquenta cinco mil e quinhentos reais), que neste ato, vende ao novo acionista Sr. **MARCELO PASSOS MARTINS,** pelo valor acima citado, sendo o pagamento na data da assinatura do presente instrumento. Com as mudanças nas participações societárias, o capital social da Companhia ficará assim distribuído entre seus acionistas:

Acionistas.	**%**	**Nº. Ações**	**Valor.**
Aires Martins	50,00	5.495.496	30.500.002,80
Marcelo Passos Martins	50,00	5.495.496	30.500.002,80
Totalizando …….	**100,0%**	**10.990.992**	**61.000.005,60**

03) – Alteração do Diretor Presidente - Neste ato, o Diretor presidente, Sr. **AIRES MARTINS –** CPF 087.737.181-49, deixa o cargo que ocupa, passando para o novo acionista Sr. **MARCELO PASSOS MARTINS –** CPF. 765.355.091-68**,** que assume os direitos e deveres transcritos no Estatuto Social da Companhia, **Capítulo IV – Administração da Sociedade**, em seus Artigos 14º ao 19º. Receberá uma retirada mensal a título de PRÓ-LABORE no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais) pelo seu trabalho na Companhia; **Aires Martins** a partir dessa data, passa a ser **Conselheiro Fiscal** da Companhia, receberá uma retirada mensal no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) pelo cargo que passa a ocupar; será mantida no cargo de Diretora Administrativa, não acionista, a Sra. **Tâmara Marya Alves Marques,** com a mesma remuneração combinada anteriormente. **04) – Abertura da filial na cidade de Jataí – GO**., a partir dessa data, fica aberto uma filial a Rua Assembléia de Deus (antiga W-6) quadra 11 lote 14 s/n – bairro Epaminondas Li - CEP 75805-125, que terá como atividade econômica, conforme CNAES: *principal – 3811-4/00 Coleta de resíduos não perigosos; secundários: 3812-2/00 Coleta de resíduos perigosos; 3821-1/00 Tratamento e disposição de resíduos não perigosos; 3822-0/00*

QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A
CNPJ 26.921.551/0001-81
NIRE 52300012988.

Tratamento e disposição de resíduos perigosos; 3900-5/00 Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos; 4120-4/00 Construção de edifícios; 4211-1/01 Construção de rodovias e ferrovias; 4212-0/00 Construção de obras de arte especiais; 4213-8/00 Obras de urbanização (ruas, praças, calçadas e similares); 4221-9/03 Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica; 4221-9/05 Manutenção de estações e redes de telecomunicações; 4321-5/00 Instalações e manutenção elétrica; 4322-3/01 Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás; 4399-1/01 Administração de obras; 4399-1/04 Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte, elevação de cargas e pessoas para uso em obras; 7119-7/03 Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia; 7112.0-00 – Serviços de engenharia; 7111.1-00 – Serviços de arquitetura; 7119.7-99 – Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente; *7820-5/00 Locação de mão-de-obra temporária; 8211-3/00 Serviços combinados de escritório e apoio administrativo; 8299-7/99 Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente (almoxarifado);* Após a apresentação das pautas acima, os acionistas participantes pediram o Sr. Mauro Antônio Pereira da Silva, contador da Companhia, que esclarecesse sobre o motivo da retificação do capital social, que fora aumentado recentemente e apresentasse ao novo acionista a posição financeira da empresa. O contador explicou que houve a necessidade de retificar o capital social, por que, como o valor individual da ação ordinária nominativa não estava de acordo com a soma do valor total do capital social, portanto, haveria a necessidade de adequar o número de ações dos acionistas, ajustando assim, o valor de cada ação, com o número das mesmas, dessa forma, chegando-se ao valor correto do capital social; quanto as demonstrações financeiras da empresa, foram apresentadas ao novo acionista, o balanço patrimonial de 2022, balancete encerrado em 31 de maio de 2023, com um balanço patrimonial prévio de 2023, esclarecendo todas as contas de direitos, haveres e obrigações da entidade, respondeu todas a dúvidas dos acionistas, ficando todos satisfeitos e esclarecidos com as respostas apresentadas, não restando nenhuma dúvida quanto as demonstrações apresentadas; Em relação a abertura de mais uma filial da companhia, na cidade de Jataí – GO., pediram a Sra. Tâmara Marya Alves Marques, Diretora Administrativa, que justificasse a necessidade de mais uma unidade da empresa. A diretora se manifestou, explicando que a Companhia havia vencido uma concorrência naquele município, teria que contratar mão-de-obra no local, sendo um número superior a 100 (cem) empregados, que o FGTS do pessoal contratado deveria ser recolhido em uma unidade da Caixa Econômica Federal, próxima dos empregados contratados, sendo uma norma estabelecida pela Lei Trabalhista, justificando também, as facilidades de gerenciamento de todo pessoal, aquisição de insumos para a execução dos serviços, armazenagem e logística. Após ouvirem todas as explicações proferidas pelos interlocutores, resolveram **aprovar**,

QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A
CNPJ 26.921.551/0001-81
NIRE 52300012988.

sem restrições, os assuntos colocados em pautas. Não tendo outros assuntos e atos a serem discutidos ou aprovados pelos acionistas, deliberaram, ainda, não constituir o CONSELHO FISCAL, que segue de funcionamento NÃO PERMANENTE. Nada mais havendo a tratar sobre os assuntos apresentados nessa Assembléia, lavrou-se a presente Ata de Assembléia Geral Extraordinária que, após lida e aprovada, foi por todos assinada em LIVRO PRÓPRIO. Assinaturas digitais – LC nº 147/2014, IN DREI nº 52/2018: AIRES MARTINS, TÂMARA MARYA ALVES MARQUES, MAURO ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA, MARCELO PASSOS MARTINS e ANA LUIZA MOREIRA RIBEIRO (advogada).
ESTA ATA É CÓPIA FIEL DA TRANSCRITA EM LIVRO PRÓPRIO, REGISTRADO NOS TERMOS DA LEI.

Goiânia (GO), 26 de junho de 2023.

Marcelo Passos Martins
Diretor Presidente

Tâmara Marya Alves Marques.
Secretária

Aires Martins
Conselheiro Fiscal.

Mauro Antônio Pereira da Silva
CRC-GO 007159/0-2
CPF. 135.148.811-20

Ana Luiza Moreira Ribeiro.
OAB-GO 44.485
CPF. 035.202.281-73

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa QUEBEC CONSTRUCOES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A. consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
03520228173	ANA LUIZA MOREIRA RIBEIRO
08773718149	AIRES MARTINS
13514881120	MAURO ANTONIO PEREIRA DA SILVA
71820582191	TAMARA MARYA ALVES MARQUES
76535509168	MARCELO PASSOS MARTINS

CERTIFICO O REGISTRO EM 02/08/2023 20:58 SOB Nº 20232038228.
PROTOCOLO: 232038228 DE 26/07/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12311532203. CNPJ DA SEDE: 26921551000181.
NIRE: 52300012988. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 26/06/2023.
QUEBEC CONSTRUCOES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A.

PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI
SECRETÁRIA-GERAL
www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A
CNPJ 26.921.551/0001-81
NIRE 52300012988

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE FEVEREIRO DE 2024. Reeleição da Diretoria.

Aos **14** (quatorze) dias do mês de **fevereiro** de **2024** (dois mil e vinte quatro), ás 14:00 (quatorze horas), na sede social da Companhia, sito à Avenida Olinda quadra H4 lotes 01/03 nº 960 – 23º andar - salas 2303/2307, Edifício Torre Comercial I (Business Complemento) Loteamento Park Lozandes – Goiânia – Goiás – CEP 74884-120, reuniram-se os acionistas da **QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A,** compondo 100% do Capital Social, o que de "per si" sana a falta de Editais e Avisos nos termos do artigo 124 da Lei 6.404/76. Na abertura da reunião, que será presidida pelo acionista majoritário, com 99,91% (noventa nove vírgula noventa e um por cento) do capital social e atual Diretor presidente, Sr. **MARCELO PASSOS MARTINS – CPF 765.355.091-68,** que convidou a mim, Sra. **TÂMARA MARYA ALVES MARQUES – CPF 718.205.821-91**, acionista minoritária da Companhia, com 0,09% (zero vírgula zero nove por cento) do capital social, para secretariá-lo nos assuntos a serem apresentados para deliberações. Abertos os trabalhos, nas pautas **EXTRAORDINÁRIAS**, foram apresentadas aos acionistas os seguintes termos para discussão e aprovação: **01)** - Reeleger o atual Diretor/Presidente e a Diretoria Administrativa, que comandarão a sociedade anônima na gestão do período de **16 de fevereiro de 2024 até 15 de fevereiro de 2027**, obedecendo o Artigo 15º do Estatuto Social da Companhia. Que serão mantidos nos cargos que exercem na sociedade: **Diretor Presidente – MARCELO PASSOS MARTINS**, brasileiro, casado, sob regime de separação de bens, engenheiro civil/empresário, residente e domiciliado Rua 36 - nº. 338 – Qda. G-17 lotes 4/7 - Edifício Chateau Bougainville Lifestyle - apto. 2002 – Setor Marista – Goiânia – GO. CEP 74150-240, portador da CI-RG nº 3.148.189 DGPC/GO 2ª via, expedida em 12/03/1996 e CPF/MF nº 765.355.091-68, filho de Aires Martins e Celma Passos Martins, nascido aos 15/12/1976, na cidade de Goiânia – GO, que receberá uma retirada mensal, a título de **PRÓ-LABORE** no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais); **Diretor(a) Administrativo** a Sra. **Tâmara Marya Alves Marques,** brasileira, casada sob regime de comunhão parcial de bens, empresária, residente e domiciliada a Rua JR3 nº 12 quadra 4 lote 12 – Jardim Real – Goiânia – GO. CEP 74494-095, portadora da CNH nº. 02067708653/DETRAN-GO expedida em 21/11/2001 e CPF. 718.205.821-91, filha de Marcos Silva Marques e Tânia dos Reis Alves Marques, nascida aos 21/07/1981 na cidade de Goiânia – Goiás, que receberá uma retirada mensal, a título de **PRÓ-LABORE** no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais). Neste ato,

QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A
CNPJ 26.921.551/0001-81
NIRE 52300012988

fica declarado a posse da nova Diretora Administrativa; **02)** - Os cargos de **Diretor Financeiro e Operacional**, continuarão sem ocupação, até nova decisão do Sr. Diretor Presidente, que ficará na incumbência de indicá-los. **03) -** As retiradas mensais dos Diretores serão reajustadas a cada 12 (doze) meses, obedecendo o índice do **IGP-M** acumulado no período. Os diretores, administrativo, financeiro e Operacional, quando nomeados em ATA, poderão assinar perante a sociedade apenas em conjunto com o Diretor Presidente, nos termos do Artigo 16º do Estatuto social. **Nos termos do Artigo 15º do Estatuto Social, fica dispensado o termo e declaração de empossados pela Assembléia Geral**. Os Diretores declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração de sociedade empresária, nem por decorrência de lei especial, nem em virtude de condenação nas hipóteses mencionadas no artigo 147 da Lei 6.404/76. (lei das S.A). Os assuntos apresentados aos acionistas em pauta, foram aprovados sem nenhuma restrição. Deliberaram, ainda, não constituir o CONSELHO FISCAL, que segue de funcionamento NÃO PERMANENTE. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente Ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada em LIVRO PRÓPRIO. Assinaturas digitais – LC nº 147/2014, IN DREI nº 52/2018: MARCELO PASSOS MARTINS e TÂMARA MARYA ALVES MARQUES.
ESTA ATA É CÓPIA FIEL DA TRANSCRITA EM LIVRO PRÓPRIO, REGISTRADO NOS TERMOS DA LEI.

Goiânia (GO), 10 de fevereiro de 2024.

Marcelo Passos Martins
Presidente.

Tâmara Marya Alves Marques.
Secretária.

Visto Advogado(a).
Ana Luiza Moreira Ribeiro.
OAB-GO 44.485
CPF. 035.202.281-73

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa QUEBEC CONSTRUCOES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A. consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
03520228173	ANA LUIZA MOREIRA RIBEIRO
71820582191	TAMARA MARYA ALVES MARQUES
76535509168	MARCELO PASSOS MARTINS

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/04/2024 12:13 SOB Nº 20241266998.
PROTOCOLO: 241266998 DE 16/04/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12405606241. CNPJ DA SEDE: 26921551000181.
NIRE: 52300012988. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 22/04/2024.
QUEBEC CONSTRUCOES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A.

PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI
SECRETÁRIA-GERAL
www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A
CNPJ 26.921.551/0001-81
NIRE 52300012988
ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA.
RERRATIFICAÇÃO DA DATA DO FECHO DA ATA GERAL EXTRAORINARIA, REALIZADA EM 14 DE FEVEREIRO DE 2024

Aos **26** (vinte e seis) dias do mês de **abril** de **2024** (dois mil e vinte quatro), ás 10:00 (dez horas), na sede social da Companhia, sito à Avenida Olinda quadra H4 lotes 01/03 nº 960 - 23º andar - salas 2303/2307, Edifício Torre Comercial I (Business Complemento) Loteamento Park Lozandes - Goiânia - Goiás - CEP 74884-120, reuniram-se os acionistas da **QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A,** compondo 100% do Capital Social, o que de "per si" sana a falta de Editais e Avisos nos termos do artigo 124 da Lei 6.404/76. Na abertura da reunião, que será presidida pelo acionista majoritário, com 99,91% (noventa nove vírgula noventa e um por cento) do capital social e atual Diretor presidente, Sr. **MARCELO PASSOS MARTINS - CPF 765.355.091-68,** que convidou a Sra. **TÂMARA MARYA ALVES MARQUES - CPF 718.205.821-91**, acionista minoritária da Companhia, com 0,09% (zero vírgula zero nove por cento) do capital social, para secretariá-lo no assunto a ser apresentado para deliberação, em pauta. **01) - Retificação da data do fecho da Ata da AGE do dia 14/02/2024.** Quanto à data descrita no fecho da ata acima mencionada, onde se lê a data do dia 10/02/2024, leia-se o dia **14/02/2024**, fato ocorrido por erro de digitação do documento, com seu arquivamento sob n° 20241266998, datada de 22/04/2024, protocolo nº 241266998 de 16/04/2024. Mantendo-se na íntegra da **Ata de Assembléia Geral Extraordinária**, de reeleição da diretoria, do dia 14/02/2024. Nessa assembleia, foi convidado para compor a mesa o Sr. **Mauro Antônio Pereira da Silva** - CPF. 135.148.811-20 e CRC-GO 007159/0-2, contador geral da Companhia, que fez todas as exposições e explicações relacionadas à Rerratificação. Após os esclarecimentos apresentados pelo Diretor Presidente e o contador Mauro Antônio Pereira da Silva e sendo sanadas todas as dúvidas dos acionistas sobre a proposta em pauta, todos ficaram satisfeitos e esclarecidos, **aprovando**, sem restrições, o assunto em pauta. Não tendo outros assuntos e atos a serem discutidos ou aprovados pelos acionistas, encerrou-se a reunião. E por fim, lavrou-se a presente Ata de Assembleia Geral Extraordinária, que após lida e aprovada, foi por todos assinada em LIVRO PRÓPRIO. Assinaturas: Assinaturas digitais - LC nº 147/2014, IN DREI nº 52/2018: MARCELO PASSOS MARTINS, TÂMARA MARYA ALVES MARQUES, MAUTO ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA E ANA LUISA MOREIRA RIBEIRO. ESTA ATA É CÓPIA FIEL DA TRANSCRITA EM LIVRO PRÓPRIO, REGISTRADO NOS TERMOS DA LEI. Goiânia (GO), 26 de abril de 2024. **Marcelo Passos Martins Presidente. Tâmara Marya Alves Marques. Secretária.** Mauro Antônio Pereira da Silva CRC-GO CT. 007159/0-2 CPF. 135.148.811-20 Ana Luiza Moreira Ribeiro OAB-GO 44485. CPF.035.202.281-73

MINISTÉRIO DA ECONOMIA Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa QUEBEC CONSTRUCOES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A. consta
assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)

CPF/CNPJ	Nome
03520228173	ANA LUIZA MOREIRA RIBEIRO
13514881120	MAURO ANTONIO PEREIRA DA SILVA
71820582191	TAMARA MARYA ALVES MARQUES
76535509168	MARCELO PASSOS MARTINS

JUCEG - CERTIFICO O REGISTRO EM 03/05/2024 10:49 SOB Nº 20241469430.
PROTOCOLO: 241469430 DE 30/04/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12406267521. CNPJ DA SEDE: 26921551000181.
NIRE: 52300012988. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 26/04/2024.
QUEBEC CONSTRUCOES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A.
PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI
SECRETÁRIA-GERAL
www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Protocolo 459311

QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A
CNPJ 26.921.551/0001-81
NIRE 52300012988.
ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - AGO
REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2024.
Aprovação das demonstrações financeiras de 2023.

Aos vinte cinco dias do mês de abril do ano de dois mil vinte e quatro, **25/04/2024**, às 10:00 (dez horas), na sede social da Sociedade, a Avenida Olinda quadra H4 lotes 01/03 - nº 960 - 23º andar - salas 2303/2307, Edifício Torre Comercial I (Business Complemento) Loteamento Park Lozandes - Goiânia - Goiás - CEP 74.884-120, reuniram-se os acionistas da Companhia **QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A,** pessoa jurídica de direito privado, sociedade anônima de capital fechado, compondo o quadro societário, 100% do Capital Social, o que dispensa a publicação pelas faltas de Editais e Avisos nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei 6.404/76. A Assembléia Geral Ordinária foi aberta e presidida pelo acionista majoritário Diretor presidente, Sr. **MARCELO PASSOS MARTINS - CPF 765.355.091-68**, que no ato, nomeou a acionista e Diretora Administrativo à Sra. **Tâmara Marya Alves Marques - CPF 718.205.821-91**, para secretariá-lo nos assuntos a serem apresentados para as deliberações. Foi convidado para compor a mesa o Sr. **Mauro Antônio Pereira da Silva** - CPF. 135.148.811-20 e CRC-GO 007159/0-2, contador geral da Companhia, que fará todas as exposições e explicações relacionadas aos Demonstrativos Financeiros Contábeis da empresa, referentes ao ano financeiro de 2023. Abertos os trabalhos, na pauta **ORDINÁRIA**, foram apresentados aos acionistas os seguintes termos para apreciação, discussão e aprovação: **01) Relatório da Diretoria**, que foi apresentado pelo Diretor Presidente **Marcelo Passos Martins**, onde explanou e mostrou os pontos positivos e favoráveis sobre as atividades econômicas da Companhia, aconselhou que fosse mantido o regime tributário adotado em 2023, lucro real, por ser favorável a Companhia, compensando todos os custos e despesas na apuração do resultado e por outro fator, a empresa ter sua receita bruta anual superior ao valor mínimo estabelecido pelo Regulamento do IRPJ, por esse motivo, o regime tributário e outros procedimentos adotados pela entidade, serão mantidos no exercício de 2024. Elogiou todo seu corpo técnico, diretores e demais colaboradores, pelas metas alcançadas no exercício encerrado. - **02 -** Proposta de aprovação das **demonstrações financeiras-contábeis** do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade técnica do contador Mauro Antônio Pereira da Silva - CRC-GO 7.159/0-2, o qual, se encarregou de demonstrar e esclarecer todas as dúvidas relacionadas aos demonstrativos contábeis/financeiros da Companhia, apresentou aos acionistas o registro de Inventário, contendo o estoque do período de produtos que serão utilizados na prestação de serviço, no exercício seguinte; Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras-contábeis, conforme determina a Lei nº 6.404/76 Art. 176; os coeficientes financeiros das análises do balanço, mostrando todas evoluções dos números positivos relacionados ao bom desempenho da Companhia; comentou sobre o acréscimo do lucro líquido alcançado, em referência ao exercício anterior, mostrando que o melhoramento no lucro final foi ocasionado pelo bom empenho dos gestores que procuraram cortar custos e despesas que estavam em excesso, sendo que, a redução não afetou o bom trabalho da Companhia junto aos seus clientes. Comentou que as demonstrações financeiras contábeis, foram submetidas a auditoria e análise de suas contas, pela auditora independente Sra. **Walkíria da Silva Alencar** - CRC-GO 11.601-O e CVM 11.436, com data de 08/04/2024, que posteriormente, foram

emitidos os Pareceres da Auditora favorável a Companhia, sem nenhuma ressalva. **03) - Destino do Lucro Líquido do exercício** - conforme determina os Artigos 132 inciso II - da Lei 6.404/76. destinar o lucro líquido apurado no exercício de 2023, no valor de **R$ 6.872.329,31** (seis milhões, oitocentos setenta dois mil, trezentos vinte nove reais e trinta e um centavos) para as contas seguintes: 5% (cinco por cento) para a **Reserva legal** (Artigo 22º §1º - Estatuto Social) , no valor de **R$ 343.616,47** (trezentos quarenta três mil, seiscentos dezesseis reais, quarenta e sete centavos) e 95% (noventa e cinco por cento) para **Lucros Acumulados**, no valor de **R$ 6.528.712,,84** (seis milhões, quinhentos vinte oito mil, setecentos doze reais, oitenta e quatro centavos), em conformidade com o Artigo 22º, §2º do Estatuto Social. Após os esclarecimentos feitos os senhores acionistas pediram ao contador que esclarecesse o porquê da inclusão da pauta: **Destino do lucro líquido**. O contador esclareceu que o destino do lucro líquido do exercício é previsto na Lei das S/As - Lei 6.404/76, em seus Artigos 132 - inciso II, mostrando que 5% do lucro é destinado a **Reserva Legal**, que tem por finalidade resguardar parte do patrimônio da sociedade, para ser integrado em futuro aumento do capital social, sendo uma exigência legal e o restante 95% sendo enviado para a conta contábil denominada de **Lucros Acumulados**, sendo que, parte desse lucro será distribuído como dividendos aos acionistas. Após os esclarecimentos apresentados pelo Diretor Presidente e o Contador, onde foram resolvidas todas as dúvidas dos acionistas sobre as propostas colocadas em pauta, como: Relatório da diretoria e balanço patrimonial, inventário e outras demonstrações financeiras/econômicas e destinação do lucro líquido, onde as pautas foram submetidas as análises e questionamentos, demonstrando o bom desempenho e a saúde financeira da Companhia. Os acionistas ficaram satisfeitos e concordados com os dados e números apresentados, **aprovaram**, sem restrições, o Relatório da diretoria, o Inventário, Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras-contábeis do exercício encerrado e outras pautas propostas. Todos os atos aprovados acima, foram publicados no **Diário Oficial do Estado de Goiás, nº 24.266 do dia 16/04/2024, páginas 111 a 113**, conforme determina os Artigos 124 e 133 da Lei 6.404/76. Neste ato, resolveram distribuir da conta contábil Lucros Acumulados, o valor de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) a título de **dividendos**, aos acionistas, na proporção de suas participações no capital social da Companhia, na forma a seguir: **Marcelo Passos Martins** o valor de R$ 1.498.650,00 (um milhão, quatrocentos noventa oito mil, seiscentos e cinquenta reais) e **Tâmara Marya Alves Marques** o valor de R$ 1.350,00 (um mil, trezentos e cinquenta reais). Não tendo outros assuntos e atos a serem discutidos ou aprovados pelos acionistas, deliberaram, ainda, não constituir o CONSELHO FISCAL, que segue de funcionamento NÃO PERMANENTE. Nada mais havendo a tratar sobre os assuntos apresentados nesta Assembléia, lavrou-se a presente **Ata de Assembléia Geral Ordinária** que, após lida e aprovada, foi por todos assinada em LIVRO PRÓPRIO. Assinaturas digitais - LC nº 147/2014, IN DREI nº 52/2018: MARCELO PASSOS MARTINS, TÂMARA MARYA ALVES MARQUES, MAURO ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA e advogada ANA LUIZA MOREIRA RIBEIRO. ESTA ATA É CÓPIA FIEL DA TRANSCRITA EM LIVRO PRÓPRIO, REGISTRADO NOS TERMOS DA LEI. Goiânia (GO), 25 de abril de 2024. Marcelo Passos Martins Diretor Presidente Tâmara Marya Alves Marques. Secretária Mauro Antônio Pereira da Silva CRC-GO CT. 007159/0-2. CPF. 135.148.811-20 Visto Advogado. Ana Luiza Moreira Ribeiro OAB-GO 44.485. CPF.035.202.281-73.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa QUEBEC CONSTRUCOES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A. consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)

CPF/CNPJ	Nome
03520228173	ANA LUIZA MOREIRA RIBEIRO
13514881120	MAURO ANTONIO PEREIRA DA SILVA
71820582191	TAMARA MARYA ALVES MARQUES
76535509168	MARCELO PASSOS MARTINS

JUCEG - CERTIFICO O REGISTRO EM 06/05/2024 14:06 SOB Nº 20241472369.

PROTOCOLO: 241472369 DE 30/04/2024.

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12406363695. CNPJ DA SEDE: 26921551000181.

NIRE: 52300012988. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 25/04/2024.

QUEBEC CONSTRUCOES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A.

PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI

SECRETÁRIA-GERAL

www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Protocolo 459325

A **USINA GOIANÉSIA S/A**, CNPJ n° 02.460.988/0001-05, torna público que **requereu** à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA do município de Goianésia - GO, a Licença Corretiva para a atividade de Barragem, sito na Fazenda São Carlos, Rodovia GO 438, km 12 Zona Rural, CEP: 76.388-899, Goianésia- GO, coordenadas 15°12'53.50"S/49°6'0.33"O, (Barragem Destilaria). O empreendimento não se enquadra na Resolução do CONAMA 001/86.

Protocolo 459346

A **USINA GOIANÉSIA S/A**, CNPJ n° 02.460.988/0001-05, torna público que **requereu** à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA do município de Goianésia - GO, a Licença Corretiva para a atividade de Barragem, sito na Fazenda São Carlos, Rodovia GO 438, km 12 Zona Rural, CEP: 76.388-899, Goianésia - GO, coordenadas 15°12'49.45"S/49°5'50.20"O, (Barragem Indústria). O empreendimento não se enquadra na Resolução do CONAMA 001/86.

Protocolo 459349

PEDIDO DE COTAÇÃO Nº 010/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados em manutenção preventiva e corretiva para aparelhos em sistema de ar-condicionado, ventilação e exaustão, visando atender as necessidades do Hospital Estadual Dr. Alberto Rassi - HGG. A entrega da Proposta e Documentação de Habilitação é até às **09:h30min** do dia **28/05/2024**. Informações: licitacao@idtech.org.br ou pelo telefone (62) 3209-9716. Goiânia/GO, 10/05/2024 - Comissão Especial de Compras e Contratações.

Protocolo 458123

FINANCEIRA

A exigência de pagamento antecipado de qualquer quantia para recebimento de empréstimos financeiros, pode ser indício de golpe contra consumidor. Antes de fechar negócio, consulte o Procon de sua cidade ou a Delegacia Estadual do Consumidor

CONSÓRCIO

A exigência de pagamento antecipado de qualquer quantia para recebimento de carta de crédito de consórcio e venda de veículos automotores, pode ser indício de golpe contra consumidor. Antes de fechar negócio, consulte o Procon de sua cidade ou a Delegacia Estadual do Consumidor.

CONSORCIADO Desistiu de pagar, receba as prestações pagas. F: 62 3212-2437/ 99908-7828 90928

LAZER E BELEZA

TÍTULO DE CLUBE

POUSADA RIO QUENTE. Vendo e compro Título Fundador. Tratar: (62) 99224-8766 87566

SERVIÇOS

ACOMPANHANTES

A exploração sexual e a prostituição Infanto-Juvenil são crimes puníveis pela Legislação vigente.

ANDRESSA - Coroa, morena clara, seios fartos. 62 99950-3463 Centro 90725

EXOTERISMO

FAÇO banhos mais poderosos. Chora no meus pés, abertura de caminhos e trago seu amor de volta. Ana 993135419 ou 99474 0335 91048

VENHA BUSCA Uma LUZ p/ sua vida. Cabloco TIRAPRICASA Cartas /Búzios /tarô. Faz, desfaz trabalho. Con sulta ao alcance de todos. Jd.América 3274-2925/ 993 70-5833/ 98177-5070 89907

MASSAGEM TERAPÊUTICA

MASSAGEM Antistress e Depilação. F:62 3241-5952 (62) 99120-9939 Suzanna 90864

MASSOTERAPIA Mass. Dores e Stress. Brinde Depilação.62 99939-0467 Vanusa 90647

OUTROS SERVIÇOS

IMPOSTO DE RENDA!!! Especialista desde 1992. Atendo todo Brasil! WhatsApp (62) 9951-7305 89897

COMÉRCIO E INDÚSTRIA

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

MÁQUINA BANCADA - de teste mini 12PSB/380v, marca Lucatti, semi nova, com todos os acessórios e ferramentas. Vende-se o ágio. Tratar com urgência (62) 98171-6111/ (62) 98580-8249. Motivo: mudança de atividade. 90772

PUBLICIDADE LEGAL

COMUNICADOS

COMUNICADO

À Sr. **Tony da Conceição Silva,** solicitamos o seu comparecimento à empresa **RLog Transporte e Logística Ltda - Me,** para fins de acerto trabalhista. Rh, Rlog Rio Transporte e Logística Ltda - Me CNPJ 13.513.736/0003-77 Hidrolândia 08 de maio de 2024. 91070

COMUNICADO

A empresa WOLLSTEIN INCORPORADORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 16.715.470/0001-71, vem por meio deste SOLICITAR que o Sr. SAULO VIEIRADOS SANTOS a comparecer ao endereço Rua Coronel Cirilo Lopes de Morais, Quadra nº 05-A, Lote nº 12, Centro, Shopping Center Tropical, Sala LE 12 - Nível C, município de Caldas Novas-GO, no prazo de 30 dias desta publicação, para tratar assunto de seu interesse. **Registre-se e publique-se.** 91101

Anuncie agora!
CLASSI.COM.BR
Sua multiplataforma de negócios.
classi

PREFEITURA DE APARECIDA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE PUBLICAÇÃO. Secretaria Municipal de Saúde de Aparecida de Goiânia informa que a 30ª lista dos convocados para serem credenciados no Edital **003/2022** de pessoa física para termo de credenciamento profissional com vistas a atuar junto a secretaria municipal de saúde de aparecida de Goiânia se encontra no site da prefeitura de Aparecida de Goiânia no link Diário Oficial Eletrônico (www.aparecida.go.gov.br). Informamos que as documentações para o credenciamento de Pessoa Física que foram solicitadas no site da Prefeitura de Aparecida de Goiânia. Site: www.aparecida.go.gov.br Portal da Transparência. Gestão de Pessoal. Concursos e Seleções. Inscrições abertas – Edital de Credenciamento nº 3/2022. Tendo em vista as medidas protetivas adotadas mundialmente, e no âmbito da municipalidade, os profissionais deverão comparecer a Coordenadoria de Recursos Humanos **(horários 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00) na data estabelecida na Publicação de CONVOCAÇÃO onde constará o nome e a data de comparecimento**. Deverão estar portando todas as documentações exigidas no Edital 003/2022. Informamos ainda que o profissional que não comparecer na data fixada na Publicação da Convocação deverá comparecer entre as datas de **10/05/2024 até 24/05/2024.**

ESTADO DE GOIÁS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA ISABEL

AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024

O Município de Santa Isabel, Estado de Goiás, através de seu Pregoeiro, TORNA PUBLICO para o conhecimento dos interessados, que fará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, visando aquisição de equipamentos e materiais permanentes para atender as Unidades Básicas de Saúde do Municipio de Santa Isabel - GO, com o saldo residual da Proposta nº 11375.512000/1230-01 Emenda Parlamentar 19600010, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência. Data e horário do inicio da disputa: às 09:00 horas do dia 28/05/2024. Disponibilização do Edital e informações no endereço eletrônico: www.bll.org.br e www.santaisabel.go.gov.br. Informações complementares poderão ser obtidas através do contato (62) 3358-1302. Santa Isabel, aos 10 de maio de 2.024. Wesley Almeida de Santana – Pregoeiro.

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE FORMOSA

EXTRATO DE 5º TERMO ADITIVO

Contrato: nº **646/2021** - CPL- 5º Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo. **Contratante**: MUNICÍPIO DE FORMOSA - CNPJ 01.738.780/0001-34, **Contratada: PORTAL COMUNICAÇÃO E EDITORA EIRELI** - CNPJ **04.217.572/0001-88 Objeto**: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PUBLICIDADE DESTINADA A PUBLICAÇÕES OFICIAIS DE MATÉRIAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE GOIÁS E EM JORNAIS DE GRANDE CIRCULAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA/GO Fundamento Legal:** art. 57, II, Lei 8.666/1993. **Prazo**. **14/05/2024** a **31/12/2024 Valor**: **R$ 801.425,00** Dotação **Orçamentária: 01720.1.65.04.121.0104.2309 – 3.3.90.39.00 – 88.100.0**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA RAZÃO SOCIAL: **ESTÂNCIA DO RIO DESCOBERTO** CGC/CNPJ: 01.718.994/0001-49 **Assembleia Geral Extraordinária Convocação** Convidam-se os senhores associados da ESTÂNCIA DO RIO DESCOBERTO, entidade civil sediada na BR 070, Águas Lindas de Goiás/GO, a se reunirem em assembleia geral extraordinária, a realizar-se extraordinariamente, na cidade de Brasília, à CSC 04, LOTE 03, LOJA 3, Taguatinga-DF, no dia 15 de Maio de 2024, às 09:00 horas, sendo sua segunda convocação as 09:15 e terceira as 09:30, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **A)** Indicação de novo substituto ao administrador nomeado; **B)** Outros assuntos de interesse da sociedade. Águas Lindas, 09 de Maio de 2024 **WOLMER ANTONIO DE OLIVEIRA** Presidente

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - PRESENCIAL E ONLINE Santander

FRAZÃO **1º LEILÃO: 03 de junho de 2024, às 14h30min *. 2º LEILÃO: 05 de junho de 2024, às 14h30min *. (*horário de Brasília)**

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 836, com escritório na Rua Hipódromo, 1.141, 6º andar, sala 66, Centro Empresarial Santa Terezia, Mooca, São Paulo/SP, CEP: 03164-140, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará novamente a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **PRESENCIAL E ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos da Cédula de Crédito Bancário nº 00333415300000001270, firmada em 25/07/2021, com os **Fiduciantes CONSTRUTORA VELOSO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 77.030.870/0001-08 e **LÉCIO DE ALCÂNTARA VELOSO**, maior, inscrito no CPF nº 028.896.789-76. no dia 03/06/2024 em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 2.431.606,09** (dois milhões quatrocentos e trinta e um mil seiscentos e seis reais e nove centavos), o imóvel matriculado sob nº **nº 2.776 do 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Iturumã/GO**, constituído por *"1º CLEBIA, desmembrada do Imóvel Rural "FAZENDA CEDRO I" (Av.03), antiga Fazenda Cachoeirinha, situado(a) neste Município de Iturumã, Estado de Goiás, com a área total de 1659Ha 36A 66CA, (cento e sessenta e cinco hectares, trinta e seis ares e sessenta e seis centiares), em terras de campos, contendo as benfeitorias próprias da atividade (represas, bebedouros, pastagens formadas e cercas de arames nas divisas e regartimentos internos), e que de acordo com o levantamento topográfico elaborado pelo engenheiro agrimensor José Antônio Muniz – CREA/GO 10.752, está delimitado(a) dentro da seguinte DESCRIÇÃO: "Tem início junto a cerca de divisa das terras de Pública Chaves e Lécio de Alcântara Veloso e Outras; segue confrontando com Lécio de Alcântara Veloso e Outras, com azimute de 99°59'46", distância 1.712,00m, onde encontra a margem direita do Córrego do Capim; segue por este abaixo, até encontrar em sua margem esquerda a cerca de divisa das terras de Lécio de Alcântara Veloso e Outras; segue por esta confrontação com azimute 129°27'16", distância 720,60m, onde encontra a margem direita do Ribeirão da Divisa; segue por este abaixo, até encontrar a cerca de divisa das terras de Luisa Chaves Veloso; segue por esta confrontação com azimute de 281°34'11", distância 2.385,48m, onde encontra a cerca de divisa das terras de Pública Chaves; segue por esta confrontação com azimute 16°26'55", distância 691,00m, onde encontra o ponto inicial.* **INCRA**: 636.061.005.436-0. **NIRF**: 1.539.570-7. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.04 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel ocupado. ÔNUS: Consta ação revisional – processo nº 0019717-23-2013-8-16-0001 e ação anulatória - processo nº 53959997-59-2020.8.09.0021. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 05/06/2024, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 2.354.514,55** (dois milhões trezentos e cinquenta e quatro mil quinhentos e quatorze reais e cinquenta e cinco centavos), nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97. **O leilão presencial ocorrerá no escritório da Leiloeira. Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site **www.FrazaoLeiloes.com.br**, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 48 horas do início do leilão. Outras informações no site da Leiloeira: www.FrazaoLeiloes.com.br**. Informações pelo tel. 11-3550-4066 (02.12131_OL ANTUNES_2988-05).

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE RERRATIFICAÇÃO DE ALTERAÇÃO ESTATUTARIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE GOIÁS E FAINA – STR, entidade sindical inscrita no CNPJ/MF sob o n. 02.741.924/0001-74, com sede na Rua A, s/n, Qd. 03, Lt. 35, Setor Aeroporto, Cidade de Goiás, Estado de Goiás, CEP 76.600-000, por sua presidente e representante legal, Sra. Ivonilde Francisca da Silva, brasileira, casada, agricultora, residente e domiciliada, no Acampamento Dom Eugenio E- mail : sindgoias80@hotmail.com - publica o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO, nos termos, prazos e condições Estatutária e pela Portaria MTE nº 3.472 de 04.10.2023, com a finalidade de CONVOCAR todos os integrantes da categoria dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, agricultores e agricultoras familiares, na base territorial do Municipio de Goiás e Faina GO., integrantes do Plano da Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do Estado de Goiás e do Distrito Federal - FETAEG e da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais. Agricultores e Agricultoras Familiares – CONTAG definidos pelo Decreto -Lei nº 1.166/1971 como quem proprietário ou não, trabalhe individual ou em regime de economia familiar, indispensável a própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com ajuda eventual de terceiros, em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, sejam ativos (as) ou aposentados (as), na base territorial dos Municípios de Goiás e Faina GO., para participarem da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DE RERATIFICAÇÃO DE ALTERAÇÃO ESTATUTARIA do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Goiás e Faina Go., a ser realizada no dia 13 de junho de 2024, na sede do sindicato, situa, Rua A, s/n, Qd. 03, Lt. 35, Setor Aeroporto, Cidade de Goiás, Estado de Goiás, CEP 76.600-000, com início às 14:00h, em primeira convocação, e às 14:30h, em segunda convocação, observando o quórum estatutário, para tratar e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 01. RERRATIFICAR A APROVAÇÃO de mudança estatutária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Goiás e Faina, ocorrido em 12 de setembro de 2014; 02. RERRATIFICAR ALTERAÇÃO ESTATUTARIA: a) Reafirmando sua representação sindical profissional para a categoria dos Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em Regime de Economia Familiar, em área igual ou inferior a 02 módulos rurais, nos termos do decreto Lei 1.166/1971, ativos e aposentados, na base do Município de Goiás e Faina Go.; b) Reafirmando a Denominação do Sindicato, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Goiás e Faina Go.; c) Realizar outras alterações em todo o Estatuto que a Assembleia propor e julgar necessárias, inclusive aquelas decorrentes dos itens anteriores; 3. RATIFICAR A ELEIÇÃO dos membros titulares e suplentes da Diretoria e do Conselho Fiscal, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Goiás e Faina Go., ocorrido em 30 de junho de 2022 Goiás Go., aos 08 de maio do ano de 2024, **IVONILDE FRANCISCA DA SILVA - Presidente do Sindicato NIT nº 12900632317 Residente no Acampamento Dom Eugenio, E- mail: sindgoias80@hotmail.com**

QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A

CNPJ 26.921.551/0001-81
NIRE 52300012988

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA.
RERRATIFICAÇÃO DA DATA DO FECHO DA ATA GERAL EXTRAORINARIA, REALIZADA EM 14 DE FEVEREIRO DE 2024

Aos **26** (vinte e seis) dias do mês de **abril** de **2024** (dois mil e vinte quatro), às 10:00 (dez horas), na sede social da Companhia, sito à Avenida Olinda quadra H4 lotes 01/03 nº 960 - 23º andar - salas 2303/2307, Edifício Torre Comercial I (Business Complemento) Loteamento Park Lozandes - Goiânia - Goiás - CEP 74884-120, reuniram-se os acionistas da **QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A**, compondo 100% do Capital Social, o que de "per si" sana a falta de Editais e Avisos nos termos do artigo 124 da Lei 6.404/76. Na abertura da reunião, que será presidida pelo acionista majoritário, com 99,91% (noventa nove vírgula noventa e um por cento) do capital social e atual Diretor presidente, Sr. **MARCELO PASSOS MARTINS - CPF 765.355.091-68,** que convidou a Sra. **TÂMARA MARYA ALVES MARQUES - CPF 718.205.821-91,** acionista minoritária da Companhia, com 0,09% (zero vírgula zero nove por cento) do capital social, para secretariá-lo no assunto a ser apresentado para deliberação, em pauta. **01) - Retificação da data do fecho da Ata da AGE do dia 14/02/2024.** Quanto à data descrita no fecho da ata acima mencionada, onde se lê a data do dia 10/02/2024, leia-se o dia **14/02/2024**, fato ocorrido por erro de digitação, com seu arquivamento sob nº 20241266998, datada de 22/04/2024, protocolo nº 241266998 de 16/04/2024. Mantendo-se na íntegra da **Ata de Assembléia Geral Extraordinária,** de reeleição da diretoria, do dia 14/02/2024. Nessa assembleia, foi convidado para compor a mesa o Sr. **Mauro Antônio Pereira da Silva** - CPF. 135.148.811-20 e CRC-GO 007159/0-2, contador geral da Companhia, que fez todas as exposições e explicações relacionadas à Rerratificação. Após os esclarecimentos apresentados pelo Diretor Presidente e o contador Mauro Antônio Pereira da Silva e sendo sanadas todas as dúvidas dos acionistas sobre a proposta em pauta, todos ficaram satisfeitos e esclarecidos, **aprovando,** sem restrições, o assunto em pauta. Não tendo outros assuntos e atos a serem discutidos ou aprovados pelos acionistas, encerrou-se a reunião. E por fim, lavrou-se a presente Ata de Assembleia Geral Extraordinária, que após lida e aprovada, foi por todos assinada em LIVRO PRÓPRIO. Assinaturas: Assinaturas digitais - LC nº 147/2014. IN DREI nº 52/2018: MARCELO PASSOS MARTINS, TÂMARA MARYA ALVES MARQUES, MAUTO ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA E ANA LUISA MOREIRA RIBEIRO. ESTA ATA É CÓPIA FIEL DA TRANSCRITA EM LIVRO PRÓPRIO, REGISTRADO NOS TERMOS DA LEI.

Goiânia (GO), 26 de abril de 2024.

Marcelo Passos Martins
Presidente.

Tâmara Marya Alves Marques.
Secretária.

Mauro Antônio Pereira da Silva
CRC-GO CT. 007159/0-2
CPF. 135.148.811-20

Ana Luiza Moreira Ribeiro
OAB-GO 44485.
CPF.035.202.281-73

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa QUEBEC CONSTRUCOES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A. consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
03520228173	ANA LUIZA MOREIRA RIBEIRO
13514881120	MAURO ANTONIO PEREIRA DA SILVA
71820582191	TAMARA MARYA ALVES MARQUES
76535509168	MARCELO PASSOS MARTINS

JUCEG

CERTIFICO O REGISTRO EM 03/05/2024 10:49 SOB Nº 20241469430.
PROTOCOLO: 241469430 DE 30/04/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12406267521. CNPJ DA SEDE: 26921551000181.
NIRE: 52300012988. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 26/04/2024.
QUEBEC CONSTRUCOES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A.

PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI
SECRETÁRIA-GERAL
www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A

CNPJ 26.921.551/0001-81
NIRE 52300012988.

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - AGO
REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2024.
Aprovação das demonstrações financeiras de 2023.

Aos vinte cinco dias do mês de abril do ano de dois mil vinte e quatro, **25/04/2024**, às 10:00 (dez horas), na sede social da Sociedade, a Avenida Olinda quadra H4 lotes 01/03 - nº 960 - 23º andar - salas 2303/2307, Edifício Torre Comercial I (Business Complemento) Loteamento Park Lozandes - Goiânia - Goiás - CEP 74.884-120, reuniram-se os acionistas da Companhia **QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A,** pessoa jurídica de direito privado, sociedade anônima de capital fechado, compondo o quadro societário, 100% do Capital Social, o que dispensa a publicação pelas faltas de Editais e Avisos nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei 6.404/76. **A** Assembléia Geral Ordinária foi aberta e presidida pelo acionista majoritário Diretor presidente, Sr. **MARCELO PASSOS MARTINS - CPF 765.355.091-68,** que no ato, nomeou a acionista e Diretora Administrativo à Sra. **Tâmara Marya Alves Marques - CPF 718.205.821-91**, para secretariá-lo nos assuntos a serem apresentados para as deliberações. Foi convidado para compor a mesa o Sr. **Mauro Antônio Pereira da Silva** - CPF. 135.148.811-20 e CRC-GO 007159/0-2, contador geral da Companhia, que fará todas as exposições e explicações relacionadas aos Demonstrativos Financeiros Contábeis da empresa. referentes ao ano financeiro de 2023. Abertos os trabalhos, na pauta **ORDINÁRIA**, foram apresentados aos acionistas os seguintes termos para apreciação, discussão e aprovação: **01) Relatório da Diretoria**, que foi apresentado pelo Diretor Presidente **Marcelo Passos Martins**, onde explanou e mostrou os pontos positivos e favoráveis sobre as atividades econômicas da Companhia, aconselhou que fosse mantido o regime tributário adotado em 2023, lucro real, por ser favorável a Companhia, compensando todos os custos e despesas na apuração do resultado e por outro fator, a empresa ter sua receita bruta anual superior ao valor mínimo estabelecido pelo Regulamento do IRPJ, por esse motivo, o regime tributário e outros procedimentos adotados pela entidade, serão mantidos no exercício de 2024. Elogiou todo seu corpo técnico, diretores e demais colaboradores, pelas metas alcançadas no exercício encerrado. - **02 -** Proposta de aprovação das **demonstrações financeiras-contábeis** do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade técnica do contador Mauro Antônio Pereira da Silva - CRC-GO 7.159/0-2, o qual, se encarregou de demonstrar e esclarecer todas as dúvidas relacionadas aos demonstrativos contábeis/financeiros da Companhia, apresentou aos acionistas o registro de Inventário, contendo o estoque do período de produtos que serão utilizados na prestação de serviço, no exercício seguinte; Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras-contábeis, conforme determina a Lei nº 6.404/76 Art. 176; os coeficientes financeiros das análises do balanço, mostrando todas evoluções dos números positivos relacionados ao bom desempenho da Companhia; comentou sobre o acréscimo do lucro líquido alcançado, em referência ao exercício anterior, mostrando que o melhoramento no lucro final foi ocasionado pelo bom empenho dos gestores que procuraram cortar custos e despesas que estavam em excesso, sendo que, a redução não afetou o bom trabalho da Companhia junto aos seus clientes. Comentou que as demonstrações financeiras contábeis, foram submetidas a auditoria e análise de suas contas. pela auditora independente Sra. **Walkíria da Silva Alencar** - CRC-GO 11.601- O e CVM 11.436. com data de 08/04/2024, que posteriormente, foram emitidos os Pareceres da Auditora favorável a Companhia, sem nenhuma ressalva. **03) - Destino do Lucro Líquido do exercício** - conforme determina os Artigos 132 inciso II - da Lei 6.404/76. destinar o lucro líquido apurado no exercício de 2023, no valor de **R$ 6.872.329,31** (seis milhões, oitocentos setenta dois mil, trezentos vinte nove reais e trinta e um centavos) para as contas seguintes: 5% (cinco por cento) para a **Reserva legal** (Artigo 22º §1º - Estatuto Social) , no valor de **R$ 343.616,47** (trezentos quarenta três mil, seiscentos dezesseis reais, quarenta e sete centavos) e 95% (noventa e cinco por cento) para **Lucros Acumulados**, no valor de **R$ 6.528.712,,84** (seis milhões, quinhentos vinte oito mil, setecentos doze reais, oitenta e quatro centavos), em conformidade com o Artigo 22º, §2º do Estatuto Social. Após os esclarecimentos feitos os senhores acionistas pediram ao contador que esclarecesse o porquê da inclusão da pauta: **Destino do lucro líquido**. O contador esclareceu que o destino do lucro líquido do exercício é previsto na Lei das S/As - Lei 6.404/76, em seus Artigos 132 - inciso II, mostrando que 5% do lucro é destinado a **Reserva Legal**, que tem por finalidade resguardar parte do patrimônio da sociedade, para ser integrado em futuro aumento do capital social, sendo uma exigência legal e o restante 95% sendo enviado para a conta contábil denominada de **Lucros Acumulados**, sendo que, parte desse lucro será distribuído como dividendos aos acionistas. Após os esclarecimentos apresentados pelo Diretor Presidente e o Contador, onde foram resolvidas todas as dúvidas dos acionistas sobre as propostas colocadas em pauta, como: Relatório da diretoria e balanço patrimonial, inventário e outras demonstrações financeiras/econômicas e destinação do lucro líquido, onde as pautas foram submetidas as análises e questionamentos, demonstrando o bom desempenho e a saúde financeira da companhia. Os acionistas ficaram satisfeitos e concordados com os dados e números apresentados, **aprovaram**, sem restrições, o Relatório da diretoria, o Inventário, Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras-contábeis do exercício encerrado e outras pautas propostas. Todos os atos aprovados acima, foram publicados no **Diário Oficial do Estado de Goiás, nº 24.266 do dia 16/04/2024, páginas 111 a 113**, conforme determina os Artigos 124 e 133 da Lei 6.404/76. Neste ato, resolveram distribuir da conta contábil Lucros Acumulados, o valor de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) a título de **dividendos**, aos acionistas, na proporção de suas participações no capital social da Companhia, na forma a seguir: **Marcelo Passos Martins** o valor de R$ 1.498.650,00 (um milhão, quatrocentos noventa oito mil, seiscentos e cinquenta reais) e **Tâmara Marya Alves Marques** o valor de R$ 1.350,00 (um mil, trezentos e cinquenta reais). Não tendo outros assuntos e atos a serem discutidos ou aprovados pelos acionistas, deliberaram, ainda, não constituir o CONSELHO FISCAL, que segue de funcionamento NÃO PERMANENTE. Nada mais havendo a tratar sobre os assuntos apresentados nesta Assembléia, lavrou-se a presente **Ata de Assembléia Geral Ordinária** que, após lida e aprovada, foi por todos assinada em LIVRO PRÓPRIO. Assinaturas digitais - LC nº 147/2014, IN DREI nº 52/2018: MARCELO PASSOS MARTINS, TÂMARA MARYA ALVES MARQUES, MAURO ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA e advogada ANA LUIZA MOREIRA RIBEIRO.
ESTA ATA É CÓPIA FIEL DA TRANSCRITA EM LIVRO PRÓPRIO, REGISTRADO NOS TERMOS DA LEI.

Goiânia (GO), 25 de abril de 2024.

Marcelo Passos Martins
Diretor Presidente

Tâmara Marya Alves Marques.
Secretária

Mauro Antônio Pereira da Silva
CRC-GO CT. 007159/0-2.
CPF. 135.148.811-20

Visto Advogado.
Ana Luiza Moreira Ribeiro
OAB-GO 44.485.
CPF.035.202.281-73.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa QUEBEC CONSTRUCOES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A. consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
03520228173	ANA LUIZA MOREIRA RIBEIRO
13514881120	MAURO ANTONIO PEREIRA DA SILVA
71820582191	TAMARA MARYA ALVES MARQUES
76535509168	MARCELO PASSOS MARTINS

JUCEG

CERTIFICO O REGISTRO EM 06/05/2024 14:06 SOB Nº 20241472369.
PROTOCOLO: 241472369 DE 30/04/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12406363695. CNPJ DA SEDE: 26921551000181.
NIRE: 52300012988. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 25/04/2024.
QUEBEC CONSTRUCOES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A.

PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI
SECRETÁRIA-GERAL
www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, MAURO ANTONIO PEREIRA DA SILVA, com inscrição ativa no CRC/GO, sob o n° 007159, inscrito no CPF n° 13514881120, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	N° do Registro	Nome
13514881120	007159	MAURO ANTONIO PEREIRA DA SILVA

CERTIFICO O REGISTRO EM 10/05/2024 11:47 SOB Nº 20241612764.
PROTOCOLO: 241612764 DE 10/05/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12406660606. CNPJ DA SEDE: 26921551000181.
NIRE: 52300012988. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 26/04/2024.
QUEBEC CONSTRUCOES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A.

PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI
SECRETÁRIA-GERAL
www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A
CNPJ 26.921.551/0001-81
NIRE 52300012988.

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA- AGE REALIZADA EM 25DE ABRIL DE 2024.
Inclusão de novo objeto social.
abertura de filial na cidade de Londrina - PR.

Aos vinte cincodias do mês de abril do ano dedois mil vinte e quatro, **25/04/2024**, às 10:00(dezhoras), na sede social da Sociedade,aAvenida Olinda quadra H4 lotes 01/03 - nº 960 – 23º andar - salas 2303/2307, Edifício Torre Comercial I (Business Complemento) Loteamento Park Lozandes – Goiânia – Goiás – CEP 74.884-120, reuniram-se os acionistas da Companhia **QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A,**pessoa jurídica de direito privado, sociedade anônima de capital fechado, compondo o quadro societário, 100% do Capital Social, o que dispensa a publicação pelas faltas de Editais e Avisos nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei 6.404/76.

Mesa de Reunião.
A **Assembléia Geral Extraordinária - AGE,**foi aberta e presidida pelo acionista majoritário Diretor presidente, Sr.**MARCELO PASSOS MARTINS – CPF765.355.091-68**, que no ato, nomeou a acionistae Diretora Administrativoà Sra.**Tâmara Marya Alves Marques – CPF 718.205.821-91**, para secretariá-lo no assunto a ser apresentado para a deliberação.

Ordem do dia.
Abertos os trabalhos,na pauta **EXTRAORDINÁRIA**, foi apresentado aos acionistas o seguinte termo para apreciação, discussão e aprovação.
- 01) OBJETO SOCIAL MATRIZ – Inclusão de objeto social. Fica incluído o objeto social de: Saneamento (Gestão de resíduos sólidos, gestão de redes de tratamento e disposição de resíduos não perigosos). Com a inclusão de nova atividade no objeto social, **fica o Artigo 3º do Estatuto Social assim demonstradona seguinte forma:**

a) elaboração e execução de projetos e obras de construção civil, saneamento(Gestão de resíduos sólidos, gestão de redes de tratamento e disposição de resíduos não perigosos), eletricidade, telecomunicações, sinalização viárias e urbanas;
b) consultoria técnica em geral;
c) locação de mão-de-obra;
d) locação de máquinas e equipamentos para uso na construção civil;
e) administração de concessões e serviços públicos, direta ou indiretamente;
f) implantação e operação de serviços de limpeza, onde for aplicável a varrição manual e mecanizada ajardinamento, plantio, replantio, manutenção com

QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A
CNPJ 26.921.551/0001-81
NIRE 52300012988.

conserva e limpeza de parques, vias públicas, moveis, imóveis com higienização, desinfecção, coleta, transbordo, tratamento e a destinação para os resíduos sólidos urbanos (domiciliares), do serviço de saúde (hospitalares), da construção civil (entulhos) e afins;

g) implantação, operação, exploração de aterros sanitários, inclusive em projetos de biogás, reciclagem, compostagem e afins;
h) tratamento e beneficiamento de resíduos, visando o aproveitamento energético e na produção de artigos reciclados;
i) transporte e armazenamento de resíduos sólidos e líquidos, produtos químicos, descartáveis e resíduos perigosos e não perigosos;
j) prestação de serviços de leitura e medição de consumo de energia elétrica e consumo de água;
k) participação em outras sociedades, independentemente de sua forma legal;
l) garagem, oficina e estacionamento de máquinas e veículos de uso próprio;
m) almoxarifado, guarda-móveis e outros bens;
n) serviço de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores da frota da companhia;
o) posto de combustível - para abastecimento de frota própria;
p) Prestação de serviço na área de segurança pública e privada: com Segurança Desarmada;

01.1 - Atividades CNAE – MATRIZ - Com a inclusão de novos CNAEs, **o Artigo 3º do Estatuto Social, ficará demonstrado no CNPJ/MF na forma a seguir**:

-3600.6-01 Captação, tratamento e distribuição de água;
-3701.1-00 Gestão de redes de esgoto;
-3702.9-00 Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes;
-3811-4/00 Coleta de resíduos não perigosos; secundárias;
-3812-2/00 Coleta de resíduos perigosos;
-3821-1/00 Tratamento e disposição de resíduos não perigosos;
-3822-0/00 Tratamento e disposição de resíduos perigosos;
-3900-5/00 Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos;
-4120-4/00 Construção de edifícios;
-4211-1/01 Construção de rodovias e ferrovias;
-4212-0/00 Construção de obras de arte especiais;
-4213-8/00 Obras de urbanização (ruas, praças, calçadas e similares);
-4221.9-01 Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica;
-4221-9/03 Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica;
-4221-9/04 Construção de estações e redes de telecomunicações;
-4221-9/05 Manutenção de estações e redes de telecomunicações;
-4222-7/01 Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação;
-4223.5-00 Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto;

QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A
CNPJ 26.921.551/0001-81
NIRE 52300012988.

-4299-5/99 Outras obras de engenharia civil não especificada anteriormente;
-4321-5/00 Instalações e manutenção elétrica;
-4322-3/01 Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás;
-4399-1/01 Administração de obras; -
-4399-1/04 Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte, elevação de cargas e pessoas para uso em obras;
-4399.1-99 Serviços especializados para construção não especificados anteriormente;
-4520-0/01 Serviços de manutenção e reparação de veículos automotores, próprio e de terceiros;
-4520-0/05 Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores;
-4731-8/00 Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores;
-4930-2/02 Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional;
-5211-7/02 Guarda - móveis e outros bens;
-5211-7/99 Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis;
-5223-1/00 Estacionamento de veículos próprios (garagem);
-6463-8/00 Outras sociedades de participação, exceto holdings;
-7111.1-00 Serviços de arquitetura;
-7112.0-00 Serviços de engenharia;
-7119-7/03 Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia;
-7119.7-99 Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente;
-7732-2/01 Aluguel de máquinas e equipamentos para construção civil sem operador, exceto andaime;
-7820-5/00 Locação de mão-de-obra temporária;
-80.20-0/01 Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico;
-8211-3/00 Serviços combinados de escritório e apoio administrativo;
-8299-7/01 Serviço de medição de consumo de energia elétrica, gás e água;
-8299-7/99 Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente (almoxarifado).

02) – Abertura de uma filial na cidade de Londrina PR. Fica criada uma filial da Companhia, com o objetivo;

1. elaboração e execução de projetos e obras de construção civil;
2. saneamento - (Gestão de resíduos sólidos, gestão de redes de tratamento e disposição de resíduos não perigosos), eletricidade, telecomunicações, sinalização viárias e urbanas, consultoria técnica em geral;
3. locação de mão-de-obra;
4. locação de máquinas e equipamentos para uso na construção civil;
5. administração de concessões e serviços públicos, direta ou indiretamente;

QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A
CNPJ 26.921.551/0001-81
NIRE 52300012988.

6. implantação e operação de serviços de limpeza, onde for aplicável a varrição manual e mecanizada, ajardinamento, plantio, replantio, manutenção com conserva e limpeza de parques, vias públicas moveis, imóveis com higienização;
7. desinfecção, coleta, transbordo, tratamento e a destinação para os resíduos sólidos urbanos (domiciliares), dos serviços de saúde (hospitalares), da construção civil (entulhos) e afins;
8. implantação, operação, exploração de aterros sanitários, inclusive em projetos de biogás, reciclagem, compostagem e afins;
9. tratamento e beneficiamento de resíduos, visando o aproveitamento energético e na produção de artigos reciclados;
10. transporte e armazenamento de resíduos sólidos, produtos químicos, descartáveis e resíduos perigosos e não perigosos;
11. prestação de serviçosleitura e medição de consumo de energia elétrica e consumo de água;
12. participação em outras sociedades, independentemente de sua forma legal;
13. garagem, oficina e estacionamento de máquinas e veículos de uso próprio;
14. almoxarifado;
15. guarda-móveis e outros bens;
16. serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores da frota da companhia;
17. posto de combustível para abastecimento de frota própria;
18. prestação de serviço na área de segurança pública e privada, com segurança desarmada.

Com os **CNAES:**

a) 37.01-1/00 – Gestão de redes de esgoto;
b) 37.02-9/00 – Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes;
c) 38.21-1/00 – Tratamento e disposição de resíduos não perigosos;
d) 39.00-5/00 – Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos e
e) 82.11-3/00 – Serviços combinados de escritório e apoio administrativo**.**

Endereço da Filial - sito: **Rodovia PR-218 – S/N- lote28/C –Fazenda Taquara – Distrito de Maravilha – municípiocomarca de Londrina – PR. CEP86.110-000**.

Esclarecimentos.

1. A inclusão de nova atividade no objeto social da matriz, tem a necessidade para a execução dos serviços junto a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização da cidade de Londrina - PR.
2. A unidade aberta, terá a função de apoio administrativo e prestações de serviços descritos acima, em cumprimento ao **Contrato nº 009/2024-FUL**,firmado junto a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização da cidade de Londrina -

QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A
CNPJ 26.921.551/0001-81
NIRE 52300012988.

PR. tendo a finalidade de contratação de empregados na região, serviços de terceiros e aquisição de insumosjunto a fornecedores, a serem utilizados na execução dos serviços que serão prestados pela Companhia.

Após os esclarecimentos apresentados pelo Diretor Presidente, onde foram resolvidas todas as dúvidas dos acionistas sobre a proposta colocada em pauta, sendo a pauta submetida aanálise e questionamentos, ficando confirmado a inclusão de novo objeto social na matriz e necessidade da abertura da unidade da Companhia naquela cidade.

Aprovação e Encerramento da AGE.
Os acionistas ficaram satisfeitos e concordados com os dados e números apresentados, **aprovaram**, sem restrições a pauta proposta.Não tendo outros assuntose atos a serem discutidos ouaprovados pelos acionistas,deliberaram, ainda, não constituir o CONSELHO FISCAL, que segue de funcionamento NÃO PERMANENTE. Nada mais havendo a tratar sobre os assuntos apresentados nessa Assembléia, lavrou-se a presente **Ata de Assembléia Geral Extraordinária** que, após lida e aprovada, foi por todos assinada em LIVRO PRÓPRIO. Assinaturas digitais – LC nº 147/2014, IN DREI nº 52/2018: MARCELO PASSOS MARTINS,TÂMARA MARYA ALVES MARQUES,visto da advogada ANA LUIZA MOREIRA RIBEIRO.
ESTA ATA É CÓPIA FIEL DA TRANSCRITA EM LIVRO PRÓPRIO, REGISTRADO NOS TERMOS DA LEI.

Goiânia (GO),25 deabril de 2024.

Marcelo Passos Martins
Diretor Presidente

Tâmara Marya Alves Marques.
Secretária

Visto Advogado.
Ana Luiza Moreira Ribeiro
OAB-GO 44.485.
CPF.035.202.281-73.

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa QUEBEC CONSTRUCOES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A. consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
03520228173	ANA LUIZA MOREIRA RIBEIRO
71820582191	TAMARA MARYA ALVES MARQUES
76535509168	MARCELO PASSOS MARTINS

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/01/2025 14:53 SOB Nº 20243295081.
PROTOCOLO: 243295081 DE 08/12/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12501614355. CNPJ DA SEDE: 26921551000181.
NIRE: 52300012988. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 29/01/2025.
QUEBEC CONSTRUCOES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A.

SUZANA FONTES BORGES FILETI
SECRETÁRIA-GERAL
www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A
CNPJ 26.921.551/0001-81
NIRE 52300012988.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA – AGO e EXTRAORDINÁRIA – AGE
REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2025
Aprovação das demonstrações financeiras de 2024
Aumento do Capital social

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil vinte e cinco, **14/04/2025**, às 10:00 (dez horas), na sede social da Sociedade, a Avenida Olinda quadra H4 lotes 01/03 - nº 960 – 23º andar - salas 2303/2307, Edifício Torre Comercial I (Business Complemento) Loteamento Park Lozandes – Goiânia – Goiás – CEP 74.884-120, reuniram-se os acionistas da Companhia **QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A,** pessoa jurídica de direito privado, sociedade anônima de capital fechado, compondo o quadro societário, 100% do Capital Social, o que dispensa a publicação pelas faltas de Editais e Avisos nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei 6.404/76.

MESA DE REUNIÃO:

A Assembléia Geral Ordinária foi aberta e presidida pelo acionista majoritário Diretor presidente, Sr. **MARCELO PASSOS MARTINS – CPF 765.355.091-68**, que, no ato, nomeou a acionista e Diretora Administrativa Sra. **TÂMARA MARYA ALVES MARQUES – CPF 718.205.821-91**, para secretariá-lo nos assuntos a serem apresentados para as deliberações. Foi convidado para compor a mesa o Sr. **Mauro Antônio Pereira da Silva** – CPF. 135.148.811-20 e CRC-GO 007159/0-2, contador geral da Companhia, onde fará todas as exposições e explicações relacionadas aos Demonstrativos Financeiros Contábeis da empresa, referentes ao ano financeiro de 2024.

ORDEM DO DIA:

1.0) - Abertos os trabalhos, na **PAUTA ORDINÁRIA**, foram apresentados aos acionistas os seguintes termos para apreciação, discussão e aprovação:

1.1) Relatório da Diretoria, que foi apresentado pelo Diretor Presidente **Marcelo Passos Martins**, expondo o bom desempenho alcançado no exercício de 2024 pela Companhia; discerniu que os métodos de gestão adotados no exercício, em referência, pelos diretores, alcançaram seus objetivos, onde os resultados foram melhores que anos anteriores; explicou sobre a continuidade do regime tributário, como lucro real, sendo, este o que melhor beneficia a Companhia, pelo fato do aproveitamento de todos os gastos como custos e despesas, onde, esses, são compensados na apuração do resultado, gerando dados reais nas demonstrações financeiras. Por esse

QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A
CNPJ 26.921.551/0001-81
NIRE 52300012988.

motivo, o regime tributário e outros procedimentos adotados pela entidade, serão mantidos no exercício de 2025. Agradeceu todo corpo técnico, diretores e demais colaboradores, pelas metas alcançadas no exercício encerrado, solicitando a todos que mantivessem o desempenho e ânimo no próximo exercício, com o objetivo de buscar novos meios de gestão e controle, buscando a cada dia modelos inovadores para que a Companhia alcance novas conquistas;

- 1.2 – Apresentou a proposta de aprovação das **demonstrações financeiro-contábeis** do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade técnica do contador Mauro Antônio Pereira da Silva – CRC-GO 7.159/0-2, o qual, foi convidado a demonstrar e esclarecer todas as dúvidas relacionadas aos demonstrativos contábeis/financeiros da Companhia, onde foi apresentado aos acionistas o registro de Inventário, contendo o estoque de produtos que serão utilizados na prestação de serviço, no exercício seguinte; discorreu sobre o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras-contábeis, conforme determina a Lei nº 6.404/76 Art. 176; os coeficientes financeiros das análises do balanço, mostrando todas evoluções dos números positivos relacionados ao bom desempenho da Companhia; comentou sobre o acréscimo do lucro líquido alcançado, em referência ao exercício anterior, mostrando que o melhoramento no lucro final foi ocasionado pelo bom empenho dos gestores que desempenharam, tecnicamente, procurando cortar custos e despesas que estavam em excesso, sendo que, a redução não afetou o bom trabalho da Companhia junto aos seus clientes e trazendo bons resultados. Comentou que as demonstrações financeiras contábeis, foram submetidas a auditoria e análise de suas contas, pela auditora independente Sra. **Walkíria da Silva Alencar** – CRC-GO 11.601-O e CVM 11.436, e que, posteriormente, foram emitidos os Pareceres da Auditoria favorável a Companhia, sem nenhuma ressalva, datado de 26/03/2025;

1.3) - Destino do Lucro Líquido do exercício – conforme determina os Artigos 132 inciso II - da Lei 6.404/76 destinar o lucro líquido apurado no exercício de 2024, no valor de **R$ 17.526.019,88** (dezessete milhões, quinhentos vinte seis mil, dezenove reais, oitenta e oito centavos) para as contas seguintes: 5% (cinco por cento) para a **Reserva legal** (Artigo 22º §1º - Estatuto Social) , no valor de **R$ 876.300,99** (oitocentos setenta seis mil, trezentos reais, noventa e nove centavos) e 95% (noventa e cinco por cento) para **Lucros Acumulados**, no valor de **R$ 16.649.718,89** (dezesseis milhões, seiscentos quarenta nove mil, setecentos dezoito reais, oitenta e nove centavos), em conformidade com o Artigo 22º, §2º do Estatuto Social.

QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A
CNPJ 26.921.551/0001-81
NIRE 52300012988.

1.4) – Distribuição de Dividendos aos Acionistas – Será destinado aos acionistas uma parcela do Lucro, no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na forma seguinte: MARCELO PASSOS MARTINS, o valor de R$ 999.100,00 (novecentos noventa nove mil e cem reais) e a TÂMARA MARYA ALVES MARQUES, o valor de R$ 900,00 (novecentos reais), sendo que, os valores serão destinados a conta contábil DIVIDENDOS A PAGAR. Após os esclarecimentos apresentados pelo Diretor Presidente e o Contador, foram dirimidas todas as dúvidas dos acionistas sobre as propostas colocadas em **pauta ordinária**, como:
Relatório da diretoria e balanço patrimonial, inventário e outras demonstrações financeiras/econômicas e destinação do lucro líquido, sendo todas as pautas submetidas as análises e questionamentos dos acionistas, que demonstraram o maior desempenho e a saúde financeira da Companhia no exercício apresentado. Os acionistas ficaram satisfeitos e concordados com os dados e números apresentados e **aprovaram**, sem restrições, o Relatório da diretoria, o Inventário, Balanço Patrimonial, Demonstrações Financeiro-contábeis do exercício encerrado e demais documentos;

2.0 – PAUTA EXTRAORDINÁRIA – Aumento do Capital social - Artigo 5º do Estatuto Social - aumento do capital social da Companhia, onde o **aporte** será retirado da conta **LUCROS ACUMULADOS** no valor de **R$ 20.882.884,79** (vinte milhões, oitocentos oitenta dois mil, oitocentos oitenta quatro reais, setenta e centavos), e, assim, passando o capital social da Companhia para o valor de **R$ 81.882.890,40** (oitenta um milhões, oitocentos oitenta dois mil, oitocentos noventa reais e quarenta centavos), dividido em 10.990.992 (dez milhões, novecentos noventa mil, novecentos noventa e duas) ações ordinárias nominativas, com o seu valor unitário de R$ 7,45 (sete reais, quarenta e cinco centavos), demonstrado na forma abaixo:

2.1 – CAPITAL SOCIAL

Acionistas	%	Nº Ações	Valor
Marcelo Passos Martins	99,91	10.980.992	81.808.390,40
Tâmara Marya Alves Marques	0,09	10.000	74.500,00
Totalizando	**100,00**	**10.990.992**	**81.882.890,40**

2.2 – Justificativa do aumento do capital social – O contador Mauro Antônio Pereira da Silva, esclareceu aos acionistas sobre a necessidade de aumento do capital social da Companhia, pela importância que esse dado tem, junto às instituições financeiras, pela credibilidade, e proporcionando mais segurança a essas entidades, no momento de liberar créditos como:

QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A
CNPJ 26.921.551/0001-81
NIRE 52300012988.

empréstimos, financiamentos, contas garantias e outros benefícios para a empresa. Pontuou, também, que, com a segurança do capital social a Companhia consegue verbas emprestadas com taxas de juros menores juntos as entidades financeiras, sendo, ele, um lastro financeiro muito importante. Outro dado muito importante, também, nas participações de licitações públicas, pelo fato de o capital ser o que mais pesa nas concorrências e, assim, a Companhia poderá participar de certames de valores mais agregados em obras de grande vulto, dos governos: Federal, Estaduais, Municipais e Distrito Federal. Após os esclarecimentos realizados pelo contador junto aos acionistas, foi aprovada a pauta **Extraordinária**, sem nenhuma restrição. As demonstrações financeiras apresentadas na Pauta Ordinária foram publicadas no **Diário Oficial do Estado de Goiás, nº 24.484 no dia 28/02/2025, página 2 e Jornal o Popular página 1**, conforme determina os Artigos 124 e 133 da Lei 6.404/76. Não tendo outros assuntos e atos a serem discutidos ou aprovados pelos acionistas, deliberaram, ainda, não constituir o CONSELHO FISCAL, que segue de funcionamento NÃO PERMANENTE. Nada mais havendo a tratar sobre os assuntos apresentados nesta Assembléia, lavrou-se a presente **Ata de Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária**, que, após lida e aprovada, foi por todos assinada em LIVRO PRÓPRIO. Assinaturas digitais – LC nº 147/2014, IN DREI nº 52/2018: MARCELO PASSOS MARTINS, TÂMARA MARYA ALVES MARQUES, MAURO ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA e advogada ANA LUIZA MOREIRA RIBEIRO.
ESTA ATA É CÓPIA FIEL DA TRANSCRITA EM LIVRO PRÓPRIO, REGISTRADO NOS TERMOS DA LEI.

Goiânia (GO), 14 de abril de 2025.

Marcelo Passos Martins
Diretor Presidente

Tâmara Marya Alves Marques.
Secretária

Mauro Antônio Pereira da Silva
CRC-GO CT. 007159/0-2.
CPF. 135.148.811-20

Visto Advogado.
Ana Luiza Moreira Ribeiro
OAB-GO 44.485.
CPF.035.202.281-73.

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa QUEBEC CONSTRUCOES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A. consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
03520228173	ANA LUIZA MOREIRA RIBEIRO
71820582191	TAMARA MARYA ALVES MARQUES
76535509168	MARCELO PASSOS MARTINS

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/04/2025 10:40 SOB Nº 20251085503.
PROTOCOLO: 251085503 DE 17/04/2025.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12506684831. CNPJ DA SEDE: 26921551000181.
NIRE: 52300012988. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 14/04/2025.
QUEBEC CONSTRUCOES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A.

SUZANA FONTES BORGES FILETI
SECRETÁRIA-GERAL
www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL NETZ SECURITIZADORA S.A.			
TITULO DE ESTABELECIMENTO			TIPO JURÍDICO SOCIEDADE POR AÇÕES
NIRE 35300685296	CNPJ 61.833.005/0001-90	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 35300685296	DATA DO ARQUIVAMENTO 15/01/2026

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 16/01/2026	HORA DE EXPEDIÇÃO 16:25:03	CÓDIGO DE CONTROLE 283894442
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 16/01/2026 PELA SECRETÁRIA GERAL DA JUCESP – MARINA CENTURION DARDANI, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

EXISTE(M) ARQUIVAMENTO(S) POSTERIORE(S).

Certifico o registro de constituição sob o NIRE nº 35300685296 em 15/01/2026 da empresa NETZ SECURITIZADORA S.A., protocolado sob o nº 0234499266. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/01/2026 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 283894442. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

ETIQUETA PROTOCOLO

JUCESP PROTOCOLO
0.234.499/26-6

CONTROLE INTERNET
035625405-4

CAPA DO REQUERIMENTO

DADOS CADASTRAIS

MR

ATO
Constituição por Transformação de Tipo Jurídico;

NOME EMPRESARIAL	PORTE
NETZ SECURITIZADORA S.A.	Normal

TÍTULO DE ESTABELECIMENTO

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO	CEP
Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini	1376	14ºA SL 141	04571-936

MUNICÍPIO	UF	TELEFONE	EMAIL
São Paulo	SP		

NÚMERO EXIGÊNCIA (S)	CNPJ - SEDE	NIRE - SEDE
2	61.833.005/0001-90	

IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA	VALORES RECOLHIDOS	SEQ. DOC.
NOME: GABRIEL BERGAMASCO BELTRAN (Diretor)	DARE: R$,00	1 / 1
ASSINATURA: DATA: 26/12/2025	DARF: R$,00	

JUCESP - GUICHÊ 08 JAN PROTOCOLO

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO

JUCESP – SEDE
GUICHÊ 7
0 8 JAN 2026
PROTOCOLO

CARIMBO DISTRIBUIÇÃO

5º TURMA DE VOGAIS

CARIMBO ANÁLISE

14 JAN 2026
JUCESP
DEFERIDO 5º TURMA
VOGAL REVISOR
VOGAL
Fabrizio Vicente Madazio
RG 23.695.179-8
Vogal

ANEXOS: EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE

- (\) DBE
- ( ) Procuração
- ( ) Alvará Judicial
- ( ) Formal de Partilha
- ( ) Balanço Patrimonial
- ( ) Outros
- (\) Documentos Pessoais
- ( ) Laudo de Avaliação
- ( ) Jornal
- ( ) Protocolo / Justificação
- ( ) Certidão

JUCESP 15 JAN 2026 SEDE

ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
MARINA CENTURION DARDANI
SECRETÁRIA GERAL
5.679/26-6
JUCESP

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – JUCESP
NIRE S/A
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
MARINA CENTURION DARDANI
SECRETÁRIA GERAL
3530068529-6
JUCESP

OBSERVAÇÕES:

DOCUMENTOS NÃO RETIRADOS EM ATÉ 90 DIAS DA DISPONIBILIDADE SERÃO DESCARTADOS - ART.57, § 5º, DECRETO 1.800/96

Clicksign 673575df-33ac-4666-8e0f-778f985c4aff

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro de constituição sob o NIRE nº 35300685296 em 15/01/2026 da empresa NETZ SECURITIZADORA S.A., protocolado sob o nº 0234499266. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/01/2026 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 283894442. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

Gerência de Guarda e Distribuição

( )Verificação CNAE Comércio de Combustíveis
(X)Verificação de Ficha Cadastral
( )Verificação de Apontamento na Ficha Cadastral
( )MEI sem Cadastro
( )MEI com Cadastro
(X)Realizar Pesquisa de Nome Empresarial
( )Vide Protocolo

Certifico o registro de constituição sob o NIRE nº 35300685296 em 15/01/2026 da empresa NETZ SECURITIZADORA S.A., protocolado sob o nº 0234499266. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/01/2026 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 283894442. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP
15.01.26

JUCESP PROTOCOLO
0.234.499/26-6

NETZ SECURITIZADORA DE CRÉDITOS
CNPJ/MF nº 61.833.005/0001-90
NIRE 35267457668

SEDE
7
2026
)LO

ATA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 05 de janeiro de 2026, às 09h00, na sede da **NETZ SECURITIZADORA DE CRÉDITOS LTDA.** ("Sociedade" ou "Companhia", conforme aplicável), com sede na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376, Torre Nações Unidas, 14º andar, sala 141, Cidade Monções, CEP: 04571-936.

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada, nos termos do §2º do artigo 1.072 da Lei nº 10.406/02 ("Código Civil"), tendo em vista a presença dos sócios representando a totalidade do capital social da Sociedade, quais sejam: **NETZ HOLDING LTDA.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 54.996.307/0001-13, com sede na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376, Torre Nações Unidas, 14º andar, sala 141, Cidade Monções, CEP: 04571-936, representada neste ato por **GABRIEL BERGAMASCO BELTRAN**, brasileiro, casado, nascido em 27.01.1998, empresário, portador da cédula de Identidade RG nº 10.711.369-0 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 085.196.579-23, residente e domiciliado na Cidade de Maringá, Estado de Paraná, na Rua Martim Afonso, nº 1217, Jardim Novo Horizonte, Apto. 703, Bloco B1, CEP: 87010-411 ("Netz Holding"); e **NETZ PARTNERS LTDA.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.558.184/0001-52, com sede na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376, Torre Nações Unidas, 14º andar, sala 141, Cidade Monções, CEP: 04571-936, representada neste ato por **GABRIEL BERGAMASCO BELTRAN**, acima qualificado ("Netz Partners" e, em conjunto com a Netz Holding, os "Sócios").

3. COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente: Nathan Yossimi Wajman; Secretário: Victor Molinari Oliveira.

4. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre **(i)** a transformação do tipo societário da Sociedade, passando de sociedade empresária limitada para sociedade por ações; **(ii)** a nova denominação social da Sociedade, a ser alterada em razão da transformação de seu tipo societário; **(iii)** a conversão das atuais quotas representativas do capital social da Sociedade em ações ordinárias nominativas e sem valor nominal; **(iv)** o projeto de Estatuto Social proposto para regular a Companhia; **(v)** eleição dos membros da Diretoria da Companhia; **(vi)** a indicação do jornal para eventuais publicações da Companhia; e **(vii)** a autorização aos Diretores a praticarem todos os atos que se fizerem necessários à formalização da transformação perante os órgãos públicos e terceiros em geral.

5. DELIBERAÇÕES: Instalada a reunião, foram aprovadas por unanimidade, sem quaisquer restrições ou ressalvas, as seguintes matérias:

5.1. A transformação do tipo societário da Sociedade, passando de sociedade empresária limitada para sociedade por ações, nos termos da Lei nº 6.404/76. A Sociedade manterá o objeto

Clicksign 0d48e2cc-c61f-4ed3-83b5-44c998e0cf47

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro de constituição sob o NIRE nº 35300685296 em 15/01/2026 da empresa NETZ SECURITIZADORA S.A., protocolado sob o nº 0234499266. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/01/2026 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 283894442. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

social, endereço e sede, não sofrendo qualquer interrupção ou solução de continuidade em seus negócios, bens, direitos, obrigações e atividades, sendo garantidos todos os direitos dos credores, situação que os sócios reconhecem e aprovam sem restrição.

5.2. Em decorrência da transformação do tipo societário da Sociedade, aprovar a alteração da denominação social da Companhia, que passará a adotar a denominação de **"NETZ SECURITIZADORA S.A."**.

5.3. Consignar que os Sócios permanecem titulares de todos os direitos e obrigações da Sociedade, mantendo a escrituração, atendidas as exigências legais de natureza fiscal e contábil, sem solução de continuidade. Essa transformação não modifica de qualquer forma os direitos dos credores, conforme o disposto no artigo 1.115 do Código Civil. Mantém-se inalterado o valor do capital social da Companhia, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional.

5.4. A conversão das quotas representativas do capital social da Sociedade em ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, bem como a atribuição de 01 (uma) ação ordinária para cada quota anteriormente detida pelos sócios, tudo conforme a Lista de Conversão que integra a presente ata como seu Anexo II. As referidas ações ordinárias conferirão ao seu respectivo titular o direito a 01 (um) voto em Assembleia Geral da Companhia. A aprovação do Estatuto Social que passa a reger a Companhia, o qual lido e rubricado por todos, passa a fazer parte da ata na forma do Anexo I.

5.5. Ainda em decorrência da transformação do tipo jurídico, aprovar a estrutura da administração da Companhia, que competirá a uma Diretoria composta por 03 (três) Diretores, pessoas físicas, acionistas ou não, residentes no país, com mandato de 03 (três) anos, permitida a reeleição.

5.6. A eleição, para compor a Diretoria, dos Srs. (i) **GABRIEL BERGAMASCO BELTRAN**, brasileiro, casado, nascido em 27.01.1998, empresário, portador da cédula de Identidade RG nº 10.711.369-0 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 085.196.579-23, residente e domiciliado na Cidade de Maringá, Estado de Paraná, na Rua Martim Afonso, nº 1217, Jardim Novo Horizonte, Apto. 703, Bloco B1, CEP: 87010-411, para o cargo de Diretor-Presidente; (ii) **LUCAS SOLER PETARELLO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 50.668.474-X, inscrito no CPF/MF sob o nº 373.230.938-05, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, na Travessa Chapadinha, 24, Imirim, CEP 02463-065, para o cargo de Diretor de Securitização e Diretor Vice-Presidente, nos termos do artigo 5º, inciso I da Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021; e (iii) **FERNANDA MURBACH SINCLAIR**, brasileira, solteira, advogada, portadora da cédula de Identidade RG nº 36.891.757-5, inscrita no CPF/MF sob o nº 389.855.578-07, residente e domiciliada na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Brás Cardoso, 654, apartamento 1067, Vila Nova Conceição, CEP: 04510-030, para o cargo de Diretora de Compliance, nos termos do artigo 5º, inciso II da Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021, todos com mandato de 03 (três) anos. Os membros da Diretoria da Companhia ora eleitos serão investidos nos cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse no livro próprio, oportunidade em que farão a declaração de desimpedimento prevista em lei, nos

Clicksign 0d48e2cc-c61f-4ed3-83b5-44c998e0cf47

Certifico o registro de constituição sob o NIRE nº 35300685296 em 15/01/2026 da empresa NETZ SECURITIZADORA S.A., protocolado sob o nº 0234499266. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/01/2026 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 283894442. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP
15 01 26

termos do modelo previsto no Anexo IV.

5.7. Determinar que as publicações da Companhia ordenadas pela legislação aplicável sejam feitas na Central de Balanços – SPED, bem como no jornal "Diário do Comércio".

5.8. Dar por efetivamente transformada a Companhia em sociedade por ações, em razão do cumprimento de todas as formalidades legais, autorizando os Diretores à prática dos atos necessários à implantação das deliberações supra, incluindo, sem limitação, a abertura dos livros sociais, comunicação aos órgãos governamentais e publicação do ato de transformação.

5.9. Autorizar os Diretores a praticarem todos os atos que se fizerem necessários à formalização da transformação perante os órgãos públicos e terceiros em geral.

6. ENCERRAMENTO. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata em forma de sumário, a qual, depois de lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes.

CONFERE COM ORIGINAL, LAVRADO EM LIVRO PRÓPRIO.

São Paulo/SP, 05 de janeiro de 2026.

MESA:

NATHAN YOSSIMI WAJMAN
PRESIDENTE DA MESA

VICTOR MOLINARI OLIVEIRA
SECRETÁRIO DA MESA

SÓCIOS/ACIONISTAS:

NETZ HOLDING LTDA.

NETZ PARTNERS LTDA.

VISTO DO ADVOGADO:

NATHAN YOSSIMI WAJMAN
OAB/SP nº 489.446

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
MARINA CENTURION DARDANI
SECRETÁRIA GERAL
5.679/26-6

JUCESP
15
5 JAN 2026
SEDE

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – JUCESP
NIRE S/A
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
MARINA CENTURION DARDANI
SECRETÁRIA GERAL
3530068529-6

JUCESP

Clicksign 0d48e2cc-c61f-4ed3-83b5-44c998e0cf47

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro de constituição sob o NIRE nº 35300685296 em 15/01/2026 da empresa NETZ SECURITIZADORA S.A., protocolado sob o nº 0234499266. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/01/2026 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 283894442. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.



JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro de constituição sob o NIRE nº 35300685296 em 15/01/2026 da empresa NETZ SECURITIZADORA S.A., protocolado sob o nº 0234499266. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/01/2026 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 283894442. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP
16 01 26

ANEXO I - ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO

NETZ SECURITIZADORA S.A.
Sociedade Anonima de Capital Fechado
CNPJ/MF nº 61.833.005/0001-90

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, OBJETO, DURAÇÃO E SEDE

1. A **NETZ SECURITIZADORA S.A.** ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, regida pelo disposto no presente Estatuto Social e pela legislação aplicável em vigor, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.") e pela Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60").

2. A Companhia tem sua sede na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376, Torre Nações Unidas, 14º andar, sala 141, Cidade Monções, CEP: 04571-936, podendo por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, abrir, manter ou encerrar filiais, escritórios ou representações em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

3. A Companhia tem por objeto:

(i) aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios originados por pessoas físicas ou jurídicas, fundos de investimentos ou outras pessoas, de quaisquer segmentos e atividades empresariais, inclusive do agronegócio, imobiliárias, créditos financeiros, mercantis, industriais, energia, infraestrutura, prestação de serviços, dentre outros, assim como quaisquer títulos e valores mobiliários, incluindo ações, debêntures, ativos com variação cambial, representativos de tais direitos creditórios ou lastreadas em tais direitos creditórios, direta ou indiretamente ("Créditos");

(ii) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitado os trâmites da legislação aplicável, tais como, mas não se limitando, debêntures, notas comerciais, títulos de crédito em geral, certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"), certificados de recebíveis do agronegócio ("CRA"), certificados de recebíveis ("CR"), ou de outros títulos e valores mobiliários representativos de operações de securitização, inclusive ativos digitais e/ou tokenizados no mercado local ou exterior;

(iii) a realização de/ou a prestação de negócios e/ou serviços compatíveis com a atividade de securitização de direitos creditórios, de títulos e valores mobiliários, inclusive do agronegócio, imobiliárias, créditos financeiros, mercantis, industriais, energia,

Clicksign 0d48e2cc-c61f-4ed3-83b5-44c998e0cf47

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro de constituição sob o NIRE nº 35300685296 em 15/01/2026 da empresa NETZ SECURITIZADORA S.A., protocolado sob o nº 0234499266. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/01/2026 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 283894442. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP
15 01 26

infraestrutura, prestação de serviços, dentre outros, relacionados as operações e securitização e créditos supracitados, incluindo, mas não se limitando, à emissão, digitação, registro e colocação, no mercado financeiro e de capitais, primário e secundário;

(iv) a gestão e administração, recuperação e alienação de direitos creditórios, de títulos e valores mobiliários, incluindo, mas não se limitando à digitação de títulos, sendo permitida a contratação de terceiros para a apresentação dos serviços de gestão, administração e cobrança dos Créditos, incluindo poderes para conceder descontos, prorrogar vencimentos ou mudar características dos Créditos;

(v) a aquisição e alienação de títulos representativos ou lastreados em Créditos;

(vi) a emissão, recompra, revenda ou resgate dos valores mobiliários de sua própria emissão nos mercados financeiros e de capitais, com lastro nos direitos creditórios;

(vii) a prestação de serviços incluindo, mas não se limitando: (a) a estruturação de operações de securitização dos Créditos; (b) digitação, registro, colocação, no mercado financeiro e de capitais, primário e secundário, bem como a administração e recuperação dos Créditos;

(viii) a realização de operações de hedge e outros nos mercados derivativos visando cobertura de risco na sua carteira de créditos;

(ix) a prestação de garantias para os títulos e valores mobiliários por ele emitidos;

(x) emissão de dívidas, tais como, mas não se limitando, a debêntures e notas comerciais;

(xi) a aquisição, alienação ou cessão de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil, companhias hipotecárias, associações de poupança e empréstimo e pela Caixa Econômica Federal; e

(xii) a participação em outras sociedades.

4. A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II
CAPITAL E AÇÕES

5. O capital social subscrito e parcialmente integralizado é de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), representado por 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Clicksign 0d48e2cc-c61f-4ed3-83b5-44c998e0cf47

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro de constituição sob o NIRE nº 35300685296 em 15/01/2026 da empresa NETZ SECURITIZADORA S.A., protocolado sob o nº 0234499266. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/01/2026 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 283894442. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP
15 01 26

5.1. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito de 01 (um) voto nas Assembleias Gerais de acionistas.

6. A Companhia fica autorizada a aumentar o capital social até que este atinja R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), mediante a emissão de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, por meio de deliberação de Assembleia Geral de Acionistas, independentemente de reforma estatutária.

CAPÍTULO III
ASSEMBLEIA GERAL

7. A Assembleia Geral será ordinária ou extraordinária. A Assembleia Geral Ordinária será realizada no prazo de 4 (quatro) meses subsequentes ao encerramento do exercício social e as Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que o interesse social assim o exigir.

8. A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, que não sejam objeto de aprovação da Diretoria, conforme previsto neste Estatuto Social.

9. Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 10 do presente Estatuto.

10. As Assembleias Gerais de acionistas serão convocadas pelo Diretor-Presidente. As Assembleias Gerais de acionistas serão instaladas e presididas pelo Diretor-Presidente ou por qualquer Diretor da Companhia presente. Caberá ao presidente da Assembleia Geral escolher o secretário da mesa, o qual poderá ou não ser acionista da Companhia.

10.1. As Assembleias Gerais poderão ser realizadas presencialmente ou através de reunião telefônica, vídeo conferência ou outro meio de comunicação que assegure a autenticidade de participação. As reuniões serão registradas em Ata após a conclusão dos trabalhos e o documento será enviado aos participantes e será regularmente armazenado.

11. Sem prejuízo das matérias previstas em lei, a Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, desde que não sejam de competência da Diretoria, em linha com o disposto neste Estatuto Social.

11.1. Exceto quando houver quórum maior de aprovação, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pela maioria simples dos votos conferidos pelas ações com direito a voto dos acionistas presentes, não se computando os votos em branco.

CAPÍTULO IV

Clicksign 0d48e2cc-c61f-4ed3-83b5-44c998e0cf47

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro de constituição sob o NIRE nº 35300685296 em 15/01/2026 da empresa NETZ SECURITIZADORA S.A., protocolado sob o nº 0234499266. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/01/2026 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 283894442. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP
15 01 26

12. A Companhia será administrada por uma Diretoria que será responsável pela prática de todos os atos de gestão dos negócios, incluindo, mas não se limitando, ao cumprimento das regras previstas na Lei 6.404/76 e da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021.

13. Os membros da Diretoria serão investidos em seus cargos mediante a assinatura dos termos de posse lavrados em livro próprio e permanecerão em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral de Acionistas, conforme o caso. Os administradores estão dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções.

14. A remuneração dos administradores, caso aplicável, será fixada pela Assembleia Geral no montante global ou individual, incluindo benefícios de qualquer natureza e verbas de representação. Quando aprovado um montante global, caberá à Assembleia Geral de Acionistas a sua distribuição.

SEÇÃO I
DIRETORIA

15. A Companhia terá uma Diretoria composta por, no mínimo, 3 (três) Diretores, e, no máximo 5 (cinco) Diretores, sendo, necessariamente, 1 (um) Diretor-Presidente e 1 (um) Diretor Vice-Presidente. O Diretor-Presidente ou o Diretor Vice-Presidente não poderão acumular funções.

15.1. Todos os Diretores devem ser eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, por unanimidade de votos, com mandato unificado de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

15.2. A Companhia deverá, obrigatoriamente, eleger um (a) Diretor de Securitização, o qual será responsável pelas atividades de securitização de recebíveis; e (b) Diretor de Compliance, responsável por zelar pelo cumprimento das regras, políticas, procedimentos e controles internos da Companhia.

16. A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada por iniciativa do Diretor-Presidente ou do Diretor Vice-Presidente, devendo a convocação ser enviada por escrito, inclusive por meio de e-mail, com 3 (três) dias úteis de antecedência. As reuniões poderão ser realizadas presencialmente ou através de vídeo chamada ou chamada telefônica.

16.1. A instalação das reuniões de Diretoria se dará pela presença do Diretor-Presidente, em conjunto com a maioria dos membros em exercício, conforme aplicável. As decisões da Diretoria serão aprovadas pelo Diretor-Presidente, em conjunto com a maioria dos membros da Diretoria. Em caso de empate nas votações, caberá ao Diretor-Presidente o voto de qualidade, prevalecendo, assim, a sua decisão final. As deliberações serão registradas em ata que será disponibilizada aos membros presentes e será

Clicksign 0d48e2cc-c61f-4ed3-83b5-44c998e0cf47

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro de constituição sob o NIRE nº 35300685296 em 15/01/2026 da empresa NETZ SECURITIZADORA S.A., protocolado sob o nº 0234499266. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/01/2026 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 283894442. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP
15 01 26

devidamente armazenada.

17. Em caso de vacância definitiva no cargo de qualquer Diretor, o substituto deverá ser indicado pelo Diretor-Presidente para o período restante até o final do prazo de gestão do Diretor substituído.

17.1. Nas suas ausências ou impedimentos temporários, o Diretor-Presidente e o Diretor Vice-Presidente substituir-se-ão reciprocamente. Na ausência ou impedimento de ambos, a Assembleia Geral de Acionistas designará os respectivos substitutos.

17.2. No caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer outro Diretor, conforme aplicável, as funções a ele atribuídas serão desempenhadas temporária e cumulativamente pelo Diretor designado pelo Diretor-Presidente.

18. Os Diretores desempenharão suas funções de acordo com o objeto social da Companhia e de modo a assegurar a condução normal de seus negócios e operações com estrita observância das disposições deste Estatuto Social,das resoluções das Assembleias Gerais de acionistas e da legislação e regulação aplicáveis.

19. Competem à Diretoria as atribuições que a lei e o Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, podendo a Assembleia Geral de Acionistas estabelecer atribuições específicas para os cargos de Diretoria.

20. Nos atos e operações que importem responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou que exonere terceiros de obrigações para com a Companhia, incluindo o uso do nome empresarial, a Companhia deverá ser representada pelo Diretor-Presidente, de forma isolada.

20.1. A prática de todo e qualquer ato e a assinatura de todo e qualquer documento pela Companhia, observada eventual autorização necessária conforme o artigo 20 acima, ser realizada nos seguintes termos:

(i) atos que resultem em, ou exonerem terceiros de obrigações para a Companhia incumbirão e serão obrigatoriamente praticados pelo Diretor-Presidente, de forma isolada.

20.2. A representação da Companhia (i) perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o Banco Central do Brasil – BACEN, a Secretaria da Receita Federal, a Caixa Econômica Federal, o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, a Bolsa de Valores, a Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, ou quaisquer outros órgãos públicos em geral, federais, estaduais ou municipais, ou demais instituições públicas ou privadas, (ii) para fins de liberação de garantias outorgadas em favor da Companhia, inclusive garantias que recaiam sobre imóveis (tais como hipoteca ou alienação fiduciária), bem como (iii) em todos e quaisquer documentos relacionados à emissões de Debêntures, Certificados de Recebíveis, Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Recebíveis Imobiliários, será realizada pelo Diretor-

Clicksign 0d48e2cc-c61f-4ed3-83b5-44c998e0cf47

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro de constituição sob o NIRE nº 35300685296 em 15/01/2026 da empresa NETZ SECURITIZADORA S.A., protocolado sob o nº 0234499266. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/01/2026 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 283894442. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP
15 01 26

Presidente, de forma isolada.

21. O Diretor-Presidente e os demais Diretores poderão, em suas ausências ou impedimentos temporários, constituir procuradores para representá-los na prática de atos específicos de sua competência, mediante outorga de procuração.

22. É vedado aos Diretores e aos procuradores da Companhia obrigá-la em negócios estranhos ao objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome da mesma.

SEÇÃO II
COMITÊ DE SECURITIZAÇÃO

23. Fica instituído o Comitê de Securitização, órgão de natureza consultiva e deliberativa em matérias de sua competência, vinculado à Diretoria da Companhia.

24. O Comitê de Securitização será composto por, no mínimo, 3 (três) Diretores da Companhia, incluindo obrigatoriamente o Diretor-Presidente, o Diretor de Securitização e o Diretor de Compliance, podendo ser convidados a participar de suas reuniões, sem direito a voto, membros externos com notório conhecimento técnico, sempre que a Diretoria entender necessário ao aprimoramento das deliberações.

25. O Comitê reunir-se-á ordinariamente ao menos 1 (uma) vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que convocado por qualquer de seus membros. As reuniões poderão ser realizadas presencialmente, por videoconferência, teleconferência ou outro meio eletrônico idôneo que assegure a manifestação e a identificação dos participantes.

26. As deliberações do Comitê de Securitização serão tomadas por unanimidade de votos dos membros presentes.

27. As reuniões do Comitê serão registradas em atas próprias, lavradas em livro ou arquivo eletrônico próprio, e assinadas pelos membros presentes.

28. Caberá ao Comitê de Securitização, sem prejuízo de outras atribuições que lhe sejam conferidas pela Diretoria, analisar, discutir e propor critérios dos negócios e operações securitizadas, bem como definir prioridades operacionais ou estratégicas relacionadas às atividades de securitização, emissão de valores mobiliários e gestão das operações conduzidas pela Companhia.

CAPÍTULO V
EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

29. O exercício social terminará no dia 31 de julho de cada ano, data em que serão levantados o balanço geral e os demais demonstrativos exigidos por lei. O balanço será auditado por auditores independentes registrados junto à Comissão de Valores Mobiliários.

Clicksign 0d48e2cc-c61f-4ed3-83b5-44c998e0cf47

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro de constituição sob o NIRE nº 35300685296 em 15/01/2026 da empresa NETZ SECURITIZADORA S.A., protocolado sob o nº 0234499266. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/01/2026 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 283894442. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP
15 01 26

29.1. A Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, respeitado o disposto no artigo 204 da Lei das S.A.

29.2. A Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, poderá, ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

29.3. Observados os limites legais, a Assembleia Geral, poderá declarar o pagamento de juros sobre capital próprio, com base no balanço levantado na forma indicada nos artigos 22 ou 22.1.

29.4. Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre o capital próprio serão sempre imputados ao dividendo mínimo obrigatório previsto no parágrafo segundo do artigo 23, abaixo.

30. Do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, os prejuízos acumulados e as provisões para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social sobre o Lucro.

30.1. Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social.

30.2. Do saldo restante, feitas as deduções e destinações referidas acima, será distribuído aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado de acordo com o artigo 202 da Lei das S.A.

30.3. A Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Expansão", que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumento de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias e cujo saldo, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, se existentes, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social.

30.4. O saldo terá a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO VI
ACORDOS DE ACIONISTAS

31. Os acordos de acionistas que estabeleçam as condições de compra e venda de suas ações, ou o direito de preferência na compra destas, ou o exercício do direito de voto, serão sempre observados pela Companhia, desde que tenham sido arquivados na sede social, cabendo

Clicksign 0d48e2cc-c61f-4ed3-83b5-44c998e0cf47

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro de constituição sob o NIRE nº 35300685296 em 15/01/2026 da empresa NETZ SECURITIZADORA S.A., protocolado sob o nº 0234499266. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/01/2026 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 283894442. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP
15 01 26

ao Presidente da Assembleia Geral e à respectiva administração abster-se de computar os votos proferidos contra os termos e disposições expressas de tais acordos ou de tomar providências que os contrariem, competindo, ainda, à Companhia informar a instituição financeira responsável pela escrituração das ações acerca da existência de acordo de acionistas arquivado em sua sede social.

31.1. As obrigações ou ônus resultantes de acordo de acionistas da Companhia somente serão oponíveis a terceiros depois de averbados nos extratos emitidos pela instituição financeira responsável pela escrituração das ações.

CAPÍTULO VII
LIQUIDAÇÃO

32. A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, caso em que a Assembleia Geral determinará a forma de liquidação, nomeará o liquidante e os membros do Conselho Fiscal, que funcionará durante todo o período de liquidação, fixando-lhes os respectivos honorários.

CAPÍTULO VIII
RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

33. A Companhia e seus acionistas obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas neste Estatuto Social, nos eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, na Lei das S.A. e das demais normas aplicáveis.

34. A arbitragem deverá ser conduzida e administrada conforme as regras vigentes constantes do Regulamento de Arbitragem do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá e administrada pelo próprio Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, e observados os dispositivos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, e do Código de Processo Civil Brasileiro.

34.1. A sede da arbitragem será a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, salvo se os acionistas acordarem expressamente outro local e sem prejuízo de os acionistas designarem localidade diversa para a realização de audiências.

34.2. Os procedimentos serão conduzidos em português e todos os documentos e testemunhos oferecidos como prova no curso do procedimento arbitral deverão ser traduzidos para o idioma português, se estiverem em idioma estrangeiro, ficando o(s) acionista(s) que tiver(em) oferecido essa prova responsável(eis) pelos respectivos custos de tradução.

34.3. A controvérsia será solucionada mediante procedimento arbitral conduzido por um tribunal arbitral, composto de 3 (três) árbitros pertencentes ao Corpo de Árbitros do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, sendo 1 (um) árbitro

Clicksign 0d48e2cc-c61f-4ed3-83b5-44c998e0cf47

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro de constituição sob o NIRE nº 35300685296 em 15/01/2026 da empresa NETZ SECURITIZADORA S.A., protocolado sob o nº 0234499266. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/01/2026 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 283894442. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

designado pela(s) parte(s) demandante(s) e 1 (um) árbitro pela(s) parte(s) demandada(s). O terceiro árbitro, que atuará como o Presidente do tribunal arbitral, será nomeado pelos 2 (dois) primeiros árbitros nomeados. Caso os árbitros não obtenham um consenso sobre a nomeação do Presidente do tribunal arbitral, o mesmo será nomeado pelo Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá.

34.4. O tribunal arbitral, conforme o caso, deverá solucionar a controvérsia com base neste Estatuto Social e no direito brasileiro.

34.5. Qualquer documento ou informação divulgada no curso do procedimento arbitral terá caráter confidencial, obrigando-se as partes interessadas e o(s) árbitro(s) a ser(em) nomeado(s) a não a transmitir para terceiros, salvo na hipótese de existência de previsão legal que obrigue a divulgação do documento ou informação. As informações acerca da existência, propositura e andamento do procedimento arbitral também terão caráter confidencial, exceto se a sua divulgação for exigida de acordo com a legislação aplicável.

34.6. A sentença arbitral obrigará as partes interessadas e não estará sujeita a qualquer recurso judicial ou administrativo. A sentença arbitral deverá ser proferida por escrito e devidamente fundamentada. Os custos do procedimento arbitral, incluindo honorários de advogados e despesas, serão suportados de acordo com a forma determinada pelo tribunal arbitral, salvo se as partes optarem por outra forma em comum acordo e por escrito.

34.7. Durante o curso do procedimento arbitral, as partes interessadas deverão continuar a cumprir com as suas respectivas obrigações estabelecidas por lei, neste Estatuto Social e em Acordo de Acionistas.

CAPÍTULO IX
FORO

35. Observado o disposto no Capítulo VIII, os acionistas elegem o foro da Comarca de São Paulo, SP, Brasil, exclusivamente para: (i) a obtenção de medidas liminares ou cautelares, previamente à confirmação da nomeação do(s) árbitro(s); (ii) a execução de medidas coercitivas concedidas pelo tribunal arbitral; (iii) a execução da sentença arbitral; e (iv) demais procedimentos judiciais expressamente admitidos na Lei nº 9.307/96.

Clicksign 0d48e2cc-c61f-4ed3-83b5-44c998e0cf47

Certifico o registro de constituição sob o NIRE nº 35300685296 em 15/01/2026 da empresa NETZ SECURITIZADORA S.A., protocolado sob o nº 0234499266. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/01/2026 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 283894442. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

ANEXO II – CONVERSÃO DE QUOTAS

RELAÇÃO DE CONVERSÃO DE QUOTAS EM AÇÕES ORDINÁRIAS

Sócios /Acionistas	Nº de Quotas	Nº de Ações Ordinárias	%
NETZ HOLDING LTDA., sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 54.996.307/0001-13, com sede na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376, Torre Nações Unidas, 14º andar, sala 141, Cidade Monções, CEP: 04571-936, representada neste ato por **GABRIEL BERGAMASCO BELTRAN**, brasileiro, casado, nascido em 27.01.1998, empresário, portador da cédula de Identidade RG nº 10.711.369-0 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 085.196.579-23, residente e domiciliado na Cidade de Maringá, Estado de Paraná, na Rua Martim Afonso, nº 1217, Jardim Novo Horizonte, Apto. 703, Bloco B1, CEP: 87010-411.	49.999	49.999	99,998%
NETZ PARTNERS LTDA., sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.558.184/0001-52, com sede na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376, Torre Nações Unidas, 14º andar, sala 141, Cidade Monções, CEP: 04571-936, representada neste ato por **GABRIEL BERGAMASCO BELTRAN**, acima qualificado.	1	1	0,002%
Total	**50.000**	**50.000**	**100%**

São Paulo/SP, 05 de janeiro de 2026.

NETZ HOLDING LTDA.
ACIONISTA

NETZ PARTNERS LTDA.
ACIONISTA

Clicksign 0d48e2cc-c61f-4ed3-83b5-44c998e0cf47

Certifico o registro de constituição sob o NIRE nº 35300685296 em 15/01/2026 da empresa NETZ SECURITIZADORA S.A., protocolado sob o nº 0234499266. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/01/2026 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 283894442. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP

16 01 26

ANEXO III – BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES ORDINÁRIAS

NETZ SECURITIZADORA S.A.
Sociedade Anonima de Capital Fechado
CNPJ/MF nº 61.833.005/0001-90

NETZ HOLDING LTDA., sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 54.996.307/0001-13, com sede na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376, Torre Nações Unidas, 14º andar, sala 141, Cidade Monções, CEP: 04571-936, representada neste ato por **GABRIEL BERGAMASCO BELTRAN**, brasileiro, casado, nascido em 27.01.1998, empresário, portador da cédula de Identidade RG nº 10.711.369-0 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 085.196.579-23, residente e domiciliado na Cidade de Maringá, Estado de Paraná, na Rua Martim Afonso, nº 1217, Jardim Novo Horizonte, Apto. 703, Bloco B1, CEP: 87010-411, neste ato subscreve e integraliza 49.999 (quarenta e nove mil, novecentas e noventa e nove) ações ordinárias, nominativas, no valor de R$ 49.999,00 (quarenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais) em moeda corrente nacional.

NETZ PARTNERS LTDA., sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.558.184/0001-52, com sede na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376, Torre Nações Unidas, 14º andar, sala 141, Cidade Monções, CEP: 04571-936, representada neste ato por **GABRIEL BERGAMASCO BELTRAN**, acima qualificado, neste ato subscreve e integraliza 1 (uma) ação ordinária, nominativa, no valor de R$ 1,00 (um real) em moeda corrente nacional.

São Paulo/SP, 05 de janeiro de 2026.

NETZ HOLDING LTDA.	**NETZ PARTNERS LTDA.**
ACIONISTA	ACIONISTA

Clicksign 0d48e2cc-c61f-4ed3-83b5-44c998e0cf47

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro de constituição sob o NIRE nº 35300685296 em 15/01/2026 da empresa NETZ SECURITIZADORA S.A., protocolado sob o nº 0234499266. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/01/2026 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 283894442. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Em 05 de janeiro de 2026, compareceram na **NETZ SECURITIZADORA S.A.**, sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.833.005/0001-90 ("Companhia"), os Srs. (i) **GABRIEL BERGAMASCO BELTRAN**, brasileiro, casado, nascido em 27.01.1998, empresário, portador da cédula de Identidade RG nº 10.711.369-0 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 085.196.579-23, residente e domiciliado na Cidade de Maringá, Estado de Paraná, na Rua Martim Afonso, nº 1217, Jardim Novo Horizonte, Apto. 703, Bloco B1, CEP: 87010-411, para o cargo de Diretor Presidente; (ii) **LUCAS SOLER PETARELLO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 50.668.474-X, inscrito no CPF/MF sob o nº 373.230.938-05, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, na Travessa Chapadinha, 24, Imirim, CEP 02463-065, para o cargo de Diretor de Securitização e Diretor Vice-Presidente; e (iii) **FERNANDA MURBACH SINCLAIR**, brasileira, solteira, advogada, portadora da cédula de Identidade RG nº 36.891.757-5, inscrita no CPF/MF sob o nº 389.855.578-07, residente e domiciliada na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Brás Cardoso, 654, apartamento 1067, Vila Nova Conceição, CEP: 04510-030, para o cargo de Diretora de Compliance, os quais, tendo sido eleitos para os cargos indicados anteriormente, nos termos da Ata da Assembleia Geral de Transformação do tipo jurídico da Companhia em sociedade por ações, realizada nessa data, com todos os poderes, direitos e obrigações que lhe são atribuídos pela lei e pelo Estatuto Social da Companhia, neste ato tomam posse e são investidos em seus respectivos cargos da Diretoria da Companhia, para um prazo de mandato de 03 (três) anos, declarando, ainda, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública, ou a propriedade.

São Paulo/SP, 05 de janeiro de 2026.

GABRIEL BERGAMASCO BELTRAN
Diretor-Presidente

LUCAS SOLER PETARELLO DE OLIVEIRA
Diretor Vice-Presidente e de Securitização

FERNANDA MURBACH SINCLAIR
Diretora de Compliance

Clicksign 0d48e2cc-c61f-4ed3-83b5-44c998e0cf47

Certifico o registro de constituição sob o NIRE nº 35300685296 em 15/01/2026 da empresa NETZ SECURITIZADORA S.A., protocolado sob o nº 0234499266. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/01/2026 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 283894442. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP
15 01 26

RA REALE UM NOVO CAMINHO
ASSESSORIA EMPRESARIAL

Nº: 8133

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, GUILHERME YOSHIO TASSINARI KAMIMURA, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Seccional de São Paulo (OAB SP), sob o nº 483.634, expedida em 01/12/2022, e no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 383.701.688-92 , com fulcro no art. 63, §§ 1º e 3º, da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, e no art. 38, caput e § 2º, do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, além do art. 28, inciso II, alínea "b", e do Anexo VII, da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, inclusive, como determina o disposto no art. 28, § 2º, inciso I, e seu § 3º, deste último ato normativo, neste ato, acompanhado da cópia simples da carteira profissional, **DECLARO** sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que o(s) seguinte(s) documento(s) é(são) autêntico(s) e condiz(em) com o(s) original(is).

Documento (s) apresentado (s):

1 (UMA) VIA DA CAPA DE REQUERIMENTO JUCESP, ASSINADO PELO DIRETOR SR. **GABRIEL BERGAMASCO BELTRAN**, COM O TOTAL DE 04 (QUATRO) PÁGINAS, SENDO 02 (DUAS) DO DOCUMENTO PRINCIPAL E 02 (DUAS) DE VALIDAÇÃO..

1 (UMA) VIA DO DBE SOB Nº. SPP2531622255, ASSINADO PELO DIRETOR SR. **GABRIEL BERGAMASCO BELTRAN,** COM O TOTAL 03 (TRÊS) PÁGINAS, SENDO 01 (UMA) DO DOCUMENTO PRINCIPAL E 02 (DUAS) DE VALIDAÇÃO.

1 (UMA) VIA DA DECLARAÇÃO DE LICENCIAMENTO DA EMPRESA **NETZ SECURITIZADORA S.A**, INSCRITA NO CNPJ Nº. 61.833.005/0001-90, COM O TOTAL DE 04 (QUATRO) PÁGINAS, SENDO 01 (UMA) PÁGINA DO DOCUMENTO PRINCIPAL, E 03 (TRÊS) DE VALIDAÇÃO.

1 (UMA) VIA DA ATA DE TRANSFORMAÇÃO DA EMPRESA **NETZ SECURITIZADORA S.A**, INSCRITA NO CNPJ Nº. 61.833.005/0001-90, ASSINADA EM 25/11/2025, COM O TOTAL DE 20 (VINTE PÁGINAS, SENDO: 15 (QUNZE) PÁGINAS DO DOCUMENTO PRINCIPAL E 05 (CINCO) DE VALIDAÇÃO DA DOCUSING.

1 (UMA) VIA DA CNH DA DIRETORA **FERNANDA MURBACH SINCLAIR**, EXPEDIDO EM 01/11/2022.

1 (UMA) VIA DO RG DO DIRETOR **LUCAS SOLER PETARELLO DE OLIVEIRA**, EXPEDIDO EM 14/10/2024.

1 (UMA) VIA DA CNH DO DIRETOR **GABRIEL BERGAMASCO BELTRAN**, EXPEDIDO EM 15/10/2025.

São Paulo, 08 de Janeiro de 2026.

GUILHERME YOSHIO TASSINARI KAMIMURA
OAB/SP 483.634
RG 37.485.507-9 - SSP/SP

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro de constituição sob o NIRE nº 35300685296 em 15/01/2026 da empresa NETZ SECURITIZADORA S.A., protocolado sob o nº 0234499266. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/01/2026 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 283894442. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.